



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações

OFÍCIO Nº 8646/2022/MCOM

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 01250.034232/2018-10.

Senhor Subchefe,

Encaminho a Vossa Senhoria o presente processo que trata de outorga de autorização de radiodifusão para conhecimento e providências subsequentes.

Atenciosamente,

RENATA MACHADO MOREIRA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Renata Machado Moreira, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 14/04/2022, às 11:55 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **9683746** e o código CRC **E6FCB717**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 8646/2022/MCOM - Processo nº 01250.034232/2018-10 - Nº SEI: 9683746



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Ofício 8646 (9683746)

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 21

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações

OFÍCIO Nº 8646/2022/MCOM

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 01250.034232/2018-10.

Senhor Subchefe,

Encaminho a Vossa Senhoria o presente processo que trata de outorga de autorização de radiodifusão para conhecimento e providências subsequentes.

Atenciosamente,

RENATA MACHADO MOREIRA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Renata Machado Moreira, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 14/04/2022, às 11:55 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **9683746** e o código CRC **E6FCB717**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 8646/2022/MCOM - Processo nº 01250.034232/2018-10 - Nº SEI: 9683746



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Ofício 8646 (9683746)

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 21

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar

CEP: 70044-900 / Brasília-DF

Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 33513/2018/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

NOME DO DESTINATÁRIO

Representante Legal da **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA DO MATO-CE,**

(CNPJ nº 30.635.962/0001-88)

Vila Lagoa do Mato, 01 - 00040, Zona Rural

63260-000 - BREJO SANTO - CE

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 01250.034232/2018-10.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 18961/2018/SEI-MCTIC**, desta Secretaria, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo definido na referida Nota Técnica, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena de **inabilitação da entidade**.
3. Cabe ressaltar que, na comunicação da resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério. Solicitamos ainda que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.
4. Informamos ainda que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/processo_eletronico.html.
5. Por fim, indica-se que a existência de qualquer dúvida sobre este processo poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (e-mail) para duvidasradcom@mctic.gov.br.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga**

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>



Fanis, Coordenadora de Radiodifusão Comunitária, Substituta, em 28/08/2018, às 13:06, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3289310** e o código CRC **9610E0DC**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 33513/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 01250.034232/2018-10 - Nº SEI: 3289310

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

SERAD/CGRC

Ofício 33513/2018/SEI-MCTIC, 28/08/2018.

01250.034232/2018-10

ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA
LAGOA DO MATO-CEVila Lagoa do Mato, 01 - 00040, Zona Rural
63260-000 Brejo Santo / CE

PAYS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE☐ EMS☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

Pedro Ferreira de Silva

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION

19/10/18

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATIONNº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

42150582

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT

Q- 81813325

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS



FC0463 / 10

114 x 166 mm

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>



AVISO DE
RECEBIMENTO

AR

AVIS CN09

(CÓDIGO DE BARRAS OU Nº DE REGISTRO DO OBJETO)

JU 08338904 2 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

05 SET 2018

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

BRASILIA - BSB

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

/ /	/ /	/ /
:	h	h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM ET RAISON SOCIALE DE L'ÉMETTEUR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

CIDADE / LOCALITÉ

Serviço Público Federal
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações,
Secretaria de Radiodifusão
Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC
Esplanada dos Ministérios, Bloco RI, Sala 307, Anexo Oeste.
70.044-900 Brasília - DF

BRASIL
BRÉSIL

--	--	--	--	--	--	--	--

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549
SEI 01250034232/2018-10 / r

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Processos de Outorga da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 18961/2018/SEI-MCTIC

Processo nº: **01250.034232/2018-10.**

Assunto: **CONSTATAÇÃO DE PENDÊNCIAS - FASE DE HABILITAÇÃO.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de requerimento de autorização da **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA DO MATO**, entidade interessada em executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Brejo Santo/CE**.

ANÁLISE

2. Após análise realizada no processo, observou-se a existência de pendências, conforme descrição a seguir:

	Dispositivo		Documentos	Descrição
Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/9/2015, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC, e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018.	Art. 22	Inciso I	Requerimento de Outorga (Anexo 2), com as declarações nele elencadas	A Entidade deverá encaminhar novo Requerimento de Outorga, conforme modelo em anexo (3289271) contendo todas as declarações nele elencadas, conforme disposição do art. 22, inciso I da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC. Ressalta-se que o Requerimento, para ter validade, deve ser assinado por todos os dirigentes (somente os dirigentes, não é preciso incluir integrantes de Conselho Fiscal ou Comunitário).
				Observação: no final do



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

				Requerimento de Outorga deverá constar a qualificação completa e assinatura de todos os dirigentes.
--	--	--	--	--

3. Após consulta ao sítio do Tribunal Regional Federal da **5ª** Região e da respectiva Seção/Subseção Judiciária do domicílio dos dirigentes, verificou-se a impossibilidade de emissão de certidão negativa cível, criminal e eleitoral relativa ao **CICERA DOS SANTOS** (3289269).

4. Dessa forma, a Entidade deve apresentar certidão negativa civil, criminal e eleitoral, expedida pelo Tribunal Regional Federal da **5ª** Região (2ª Instância), ou comprovar adequadamente, por meio de documento oficial emitido pelo Poder Judiciário, não ser causa impeditiva para obtenção da outorga.

CONCLUSÃO

5. Destaca-se que esta solicitação é a **ÚNICA** que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e das Comunicações fará nesta fase de habilitação, conforme art. 24 da Portaria Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC. Dessa maneira, a ausência de resposta, a resposta com apenas parcela dos documentos ou mesmo com documentos desconformes com o que foi solicitado levará obrigatoriamente à **inabilitação**, com fundamento no art. 25, IV da Portaria.

6. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária **notifica** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes.

7. A Entidade deverá apresentar resposta no **prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias**, contado a partir da data de recebimento desta Nota Técnica, **sob pena de inabilitação**, nos termos do art. 24 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.

8. Em caso de dúvida sobre como cumprir esta solicitação, será possível obter os esclarecimentos pelo e-mail: duvidasradcom@mctic.gov.br.

9. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Alice Lorena de Barros Santos**, **Técnico de Nível Superior**, em 22/08/2018, às 12:59, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Nota Técnica 10301 (3269262)

SEI 01230.004252/2018-10 / pg. 6

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 28/08/2018, às 13:06, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3289282** e o código CRC **A2E16947**.

Minutas e Anexos

Anexo 2 3289271

Certidão TRF 3289269

Referência: Processo nº 01250.034232/2018-10

SEI nº 3289282



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Município/UF: BREJO SANTO/CE

Processo nº: 01250.034232/2018-10 CNPJ: 30.635.962/0001-88

Número de concorrentes: 0

Nome da entidade: ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA DO MATO

Nº do edital/ano: **94/2018 publicado no DOU em 13/04/2018**

Prazo de inscrição: 16/04/2018 a 14/06/2018

1. Data de postagem/SEI: 12/06/2018 (3288751)

2. Tempestividade: (X) SIM () NÃO

3. Requerimento de Outorga: fl. 1/3 (3079891)

3.1 Novo requerimento adequado à Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC: fl. ()

4. Estatuto Social: fl. 9/17 (3079891) Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO

5. Ata de constituição: 4/8 (3079891) Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO

6. Ata de eleição: fl. 4/8 (3079891) para o período de 22/05/2018 a 22/05/2022

6.1. Ata de eleição registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO

7. Comprovantes de maioria e nacionalidade/CPF: fl. 19/29 (3079891)

7.1 Diretoria:

MEMBRO - Cargo/Nome	PARTIDO	TÍTULO/ NASCIMENTO	CPF	VÍNCULOS
Dir. Presidente - PEDRO FERREIRA DA SILVA - f. 19/22 (3079891)	Não	0205.3284.0795 08/08/1962	325.650.893-68	Não
Dir. Financeiro - JOÃO JOSÉ DE SOUSA - f. 26/28 (3079891)	Não	0435.7268.0752 07/09/1978	012.310.283-94	Não
Dir. de Comunicações e Operações - MARIA EDILANE RICARTE DOS SANTOS TELES - fl 29 (3079891)	Não	0343.4405.0752 26/04/1971	545.958.943-68	Não
Dir. Administ. - CICERA DOS SANTOS - f.24/25 (3079891)	Não	0425.0886.0701 18//06/1975	737.063.963-00	Não

8. Manifestações em apoio: fl. 46/93 (3079891)

9. Vínculo: () SIM (X) NÃO

10. Comprovante de pagamento da taxa de cadastramento: fl. 44/45 (3079891)



11. Pesquisa Anatel e Radar: (3289251) e Despacho 3289252

12. .Certidões Justiça Federal dos dirigentes: 3289256; 3289259; 3289263 e 3289269.

12.1 Comprovantes: CNPJ: (3263114); PGFN: (3263085); CNDT: (3263100)

OBSERVAÇÕES: Deve apresentar: novo Anexo 2, somente com os dirigentes. Constan processos em face de CICERA DOS SANTOS, apresentar certidão de objeto e pé.

PARA INSTRUÇÃO, somente após resultado final da fase de habilitação:

1. Estatuto social:

1.1 Adequações à Portaria:

- a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão:
- b) Garantia de ingresso gratuito, como associado:
- c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas:
- d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção:
- e) Órgão administrativo e cargos:
- f) Atribuições do Órgão administrativo:
- g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução:
- h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento:

1.2 Adequação ao Código Civil:

- a) Denominação, fins e sede:
- b) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados:
- c) Direitos dos associados:
- d) Deveres dos associados:
- e) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa:
- f) Fontes de recursos para sua manutenção:
- g) Modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos:
- h) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução:
- i) Forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas:
- j) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral e quórum para as deliberações relativas a esses assuntos:
- k) Critérios de eleição dos administradores:
- l) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados:
- m) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio:

2. Certidões:

- 2.1 CNPJ: ()
- 2.2 Certidões FGTS:
- 2.3 Certidões PGFN:
- 2.4 Certidões CNDT:
- 2.5 Justiças Federais dos dirigentes: ()

3. Pesquisa Anatel e Radar: ()

- 4. Anexo 6/ART: fl. ()

OBSERVAÇÕES:





Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

ANEXO 2
REQUERIMENTO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE					
Razão Social:					
Nome Fantasia:		CNPJ:			
Endereço de Sede:					
Município:		UF:		CEP:	
Nome do representante legal:					
Endereço eletrônico (e-mail):					

Endereço de Correspondência:					
Município:		UF:		CEP:	

LOCALIZAÇÃO PROPOSTA PARA INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE					
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):	Latitude:	° (N/S)	'	"	
	Longitude:	° W	'	"	

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações,

A entidade acima qualificada, através de seus dirigentes, abaixo identificados, requer inscrição no Edital de Seleção Pública nº _____, publicado no Diário Oficial da União de ____/____/____, relativo à outorga para execução do **SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA** no Município e UF acima descritos.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para habilitação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

- I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V - a pessoa jurídica autoriza o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira;
- VI - a pessoa jurídica está ciente do disposto no edital, dos seus anexos e das demais informações pertinentes;
- VII - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
- VIII - a pessoa jurídica não é executante de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura, bem como não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

IX - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

X - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

XI - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

XII - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora; e

XIII - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou em qualquer dos ilícitos referidos no art. 1º, **caput**, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Cientes de que a **falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis**, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Outorga.

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Assinatura:	
-------------	--

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

ATENÇÃO:

- Os documentos necessários para habilitação são aqueles previstos no art. 22 da Portaria nº 4.334, de 2015.
- Os documentos necessários para instrução são aqueles previstos no art. 39 da Portaria nº 4.334, de 2015.
- Será aceito requerimento diferente deste modelo, desde que contenha todas as informações essenciais e declarações constantes deste requerimento padrão.
- Não será admitido pedido de prorrogação de prazo para inscrição na seleção pública.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://imf.leg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
SECRETARIA JUDICIÁRIA
PODER JUDICIÁRIO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, na forma da lei, etc.

CERTIFICA, atendendo à solicitação de parte interessada e excluindo os processos por ventura em segredo de justiça, que em consulta ao seu acervo desde 1990 até a presente data **CONSTAM** nos sistemas de Processo Judicial Eletrônico e Processo Judicial Físico de 2º grau, feitos em nome de **CICERA DOS SANTOS**, CPF/CNPJ Nº **737.063.963-00**, com os seguintes dados processuais:

Nº do Processo:	Classe	Órgão Julgador	Dt.Distribuição	Relator	Polo Ativo	Polo Passivo	Critério Pesquisa
2001.05.00.018520-1	AGREXT169751-CE	PRESIDENCIA	09/05/2001	DESEMBARGADOR A FEDERAL PRESIDENTE	CEF CAIXA ECONOMICA FEDERAL	CICERA DOS SANTOS	CICERA DOS SANTOS
99.05.21753-3	AC169751-CE	SEGUNDA TURMA	04/05/1999	DESEMBARGADOR FEDERAL PETRUCIO FERREIRA	CEF CAIXA ECONOMICA FEDERAL	CICERA DOS SANTOS	CICERA DOS SANTOS
0016932-33.2011.4.05.8300	AC535155-PE	PRIMEIRA TURMA	01/02/2012	DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO CAVALCANTI	CICERA DOS SANTOS	INSS INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL	CICERA DOS SANTOS

Dada e passada nesta cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, aos 22 (vinte e dois) dias do mês de Agosto de 2018 (dois mil e dezoito) às 10:37:50.

Critérios da pesquisa: por nome, por nome e CPF/CNPJ ou por CPF/CNPJ

Observações:

- A informação do n.º do CPF/CNPJ acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário.
- A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no site do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, endereço (www.trf5.jus.br/), por meio do código de validação abaixo.
- Não foram consultados processos sigilosos.
- Foram consultados processos em tramitação e baixados.
- Esta certidão tem validade em todo o Território Nacional.

CÓDIGO DE VALIDAÇÃO:

8-3137-8747-3

Página 1 de 1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Certidão CICERA DOS SANTOS Incompleta (3269269)

SEI-01250.034232/2018-10 / pg. 15

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Nº 201800405908
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

AÇÕES E EXECUÇÕES
Natureza: Cível, Exec. Fiscal e Criminal

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE CONTRA

CICERA DOS SANTOS
CPF: 737.063.963-00

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado do Ceará.

Observações:

- 1 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, **através da Internet**, com base nas Portarias Nº 729/2009 e 597/2013;
- 2 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverá ser conferida pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF e Identidade);

Atenção:

A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada pela instituição que a solicitou, caso entenda necessário, no endereço **<http://www.jfce.jus.br>** por um prazo máximo de 30 (trinta) dias, observando-se a total **conferência do nome, CPF/CNPJ e o número desta Certidão.**

Fortaleza, 22/08/2018 10:34:33

Endereço: Praça Murilo Borges, S/N, Centro, CEP 60035-210, Fortaleza/CE

Fone: (85) 3521-2500



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

jus.br/jfce/certidaointer/emissaoCertidao.aspx

Certidão CICERA DOS SANTOS incompleta (3269269)

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549
SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 16



Poder Judiciário

JUSTIÇA FEDERAL DA 5ª REGIÃO

CERTIDÃO JUDICIAL PARA FINS ELEITORAIS Nº 201800405914

A SEÇÃO JUDICIÁRIA NO CEARÁ, na forma da lei, CERTIFICA que, consultando os sistemas processuais PJe e TEBAS,

NÃO CONSTA

nenhuma AÇÃO de natureza CRIMINAL ou CÍVEL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA contra

CICERA DOS SANTOS

CPF: 737.063.963-00

Fortaleza, quarta-feira, 22 de agosto de 2018 às 10:35:07

Observações:

- a) O critério da pesquisa foi nome fonetizado ou por CPF/CNPJ. A informação do nome e do CPF/CNPJ acima é de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado ou destinatário.
- b) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site da SEÇÃO JUDICIÁRIA NO CEARÁ, endereço www.jfce.jus.br, por meio do código de validação abaixo.
- c) Para a emissão desta certidão, não foram pesquisados processos arquivados definitivamente há mais de 8 (oito) anos.
- d) Esta certidão não foi emitida para fins penais ou cíveis, nem mediante determinação judicial.
- e) Certidão emitida nos termos da Resolução nº 121/10 do CNJ e suas alterações posteriores, combinada com a Resolução n. 09/2018 do TRF da 5ª Região.

CÓDIGO DE VALIDAÇÃO: 201800405914

Endereço: Praça Murilo Borges, Centro, CEP 60035-210 - Fortaleza-CE

Fone: (85) 3521.2500



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

jus.br/jfce/certidao/inter/emissaoCertidao.aspx

jus.br/jfce/certidao/inter/emissaoCertidao.aspx

Certidão CICERA DOS SANTOS incompleta (3269265)

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 17



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
SECRETARIA JUDICIÁRIA

CERTIDÃO NEGATIVA CRIMINAL

201958/2018

O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, na forma da lei, etc.

CERTIFICA que, consultando os sistemas processuais desta Corte, **NÃO CONSTA** nenhuma **AÇÃO** de natureza CRIMINAL contra **MARIA EDILANE RICARTE DOS SANTOS TELES**, CPF/CNPJ Nº **545.958.943-68**. Dada e passada nesta cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, aos 14 (quatorze) dias do mês de Agosto de 2018 (dois mil e dezoito) às 14:44:59.

Critérios da pesquisa: por nome, por nome e CPF/CNPJ ou por CPF/CNPJ

Observações:

- a) A informação do n.º do CPF/CNPJ acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário.
- b) A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no site do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, endereço (www.trf5.jus.br/), por meio do código de validação abaixo.
- c) Esta certidão tem validade em todo o Território Nacional.
- d) A presente certidão tem uma validade de 90 (noventa) dias apartir da data de emissão.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

CÓDIGO DE VALIDAÇÃO:

8-2136-9818-5

AO MARIA EDILANE RICARTE DOS SANTOS TELES (5289263)

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 18

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Nº 201800405900
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

AÇÕES E EXECUÇÕES
Natureza: Cível, Exec. Fiscal e Criminal

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE CONTRA

MARIA EDILANE RICARTE DOS SANTOS TELES
CPF: 545.958.943-68

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado do Ceará.

Observações:

- 1 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, **através da Internet**, com base nas Portarias Nº 729/2009 e 597/2013;
- 2 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverá ser conferida pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF e Identidade);

Atenção:

A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada pela instituição que a solicitou, caso entenda necessário, no endereço **<http://www.jfce.jus.br>** por um prazo máximo de 30 (trinta) dias, observando-se a total **conferência do nome, CPF/CNPJ e o número desta Certidão.**

Fortaleza, 22/08/2018 10:33:38
Endereço: Praça Murilo Borges, S/N, Centro, CEP 60035-210, Fortaleza/CE
Fone: (85) 3521-2500



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<http://alice.santos/Desktop/MARIA%20CRI%20CE.html>

<https://trilogs-autenticacao-de-assinatura-camila.alice.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

às MARIA EDILANE RICARTE DOS SANTOS TELES (5269263)

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 19



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
SECRETARIA JUDICIÁRIA

CERTIDÃO NEGATIVA PARA FINS ELEITORAIS

19480/2018

O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, na forma da lei, etc.

CERTIFICA que, consultando os sistemas de Processo Judicial Eletrônico e Processo Judicial Físico de 2º grau, **NÃO CONSTA** nenhuma **AÇÃO** de natureza CRIMINAL ou CÍVEL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA contra **MARIA EDILANE RICARTE DOS SANTOS TELES**, CPF/CNPJ N° **545.958.943-68**. Dada e passada nesta cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, aos 14 (quatorze) dias do mês de Agosto de 2018 (dois mil e dezoito) às 14:30:10.

Critérios da pesquisa: por nome, por nome e CPF/CNPJ ou por CPF/CNPJ

Observações:

- a) A informação do n.º do CPF/CNPJ acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário.
- b) A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no site do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, endereço (www.trf5.jus.br/), por meio do código de validação abaixo, por 90 dias após a data de emissão.
- c) Esta certidão tem validade em todo o Território Nacional.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

CÓDIGO DE VALIDAÇÃO:

8-1136-9786-1

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 20

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549



Poder Judiciário

JUSTIÇA FEDERAL DA 5ª REGIÃO

CERTIDÃO JUDICIAL PARA FINS ELEITORAIS Nº 201800405904

A SEÇÃO JUDICIÁRIA NO CEARÁ, na forma da lei, CERTIFICA que, consultando os sistemas processuais PJe e TEBAS,

NÃO CONSTA

nenhuma AÇÃO de natureza CRIMINAL ou CÍVEL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA contra

MARIA EDILANE RICARTE DOS SANTOS TELES**CPF: 545.958.943-68**

Fortaleza, quarta-feira, 22 de agosto de 2018 às 10:34:01

Observações:

- a) O critério da pesquisa foi nome fonetizado ou por CPF/CNPJ. A informação do nome e do CPF/CNPJ acima é de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado ou destinatário.
- b) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site da SEÇÃO JUDICIÁRIA NO CEARÁ, endereço www.jfce.jus.br, por meio do código de validação abaixo.
- c) Para a emissão desta certidão, não foram pesquisados processos arquivados definitivamente há mais de 8 (oito) anos.
- d) Esta certidão não foi emitida para fins penais ou cíveis, nem mediante determinação judicial.
- e) Certidão emitida nos termos da Resolução nº 121/10 do CNJ e suas alterações posteriores, combinada com a Resolução n. 09/2018 do TRF da 5ª Região.

CÓDIGO DE VALIDAÇÃO: 201800405904

Endereço: Praça Murilo Borges, Centro, CEP 60035-210 - Fortaleza-CE

Fone: (85) 3521.2500



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

jus.br/jfce/certidao/inter/emissaoCertidao.aspx

<https://trf5.jus.br/autenticidade-assinatura/camara1/jfce/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

às MARIA EDILANE RICARTE DOS SANTOS TELES (5269263)

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 21



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
SECRETARIA JUDICIÁRIA

CERTIDÃO NEGATIVA CRIMINAL

201960/2018

O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, na forma da lei, etc.

CERTIFICA que, consultando os sistemas processuais desta Corte, **NÃO CONSTA** nenhuma **AÇÃO** de natureza CRIMINAL contra **JOÃO JOSÉ DE SOUZA**, CPF/CNPJ N° **012.310.283-94**. Dada e passada nesta cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, aos 14 (quatorze) dias do mês de Agosto de 2018 (dois mil e dezoito) às 14:46:31.

Crítérios da pesquisa: por nome, por nome e CPF/CNPJ ou por CPF/CNPJ

Observações:

- a) A informação do n.º do CPF/CNPJ acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário.
- b) A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no site do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, endereço (www.trf5.jus.br/), por meio do código de validação abaixo.
- c) Esta certidão tem validade em todo o Território Nacional.
- d) A presente certidão tem uma validade de 90 (noventa) dias apartir da data de emissão.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

CÓDIGO DE VALIDAÇÃO:

8-2136-9821-5



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Nº 201800405894
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

AÇÕES E EXECUÇÕES
Natureza: Cível, Exec. Fiscal e Criminal

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE CONTRA

JOAO JOSE DE SOUSA
CPF: 012.310.283-94

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado do Ceará.

Observações:

- 1 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, **através da Internet**, com base nas Portarias Nº 729/2009 e 597/2013;
- 2 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverá ser conferida pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF e Identidade);

Atenção:

A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada pela instituição que a solicitou, caso entenda necessário, no endereço **<http://www.jfce.jus.br>** por um prazo máximo de 30 (trinta) dias, observando-se a total **conferência do nome, CPF/CNPJ e o número desta Certidão.**

Fortaleza, 22/08/2018 10:32:31

Endereço: Praça Murilo Borges, S/N, Centro, CEP 60035-210, Fortaleza/CE

Fone: (85) 3521-2500



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[/alice.santos/Desktop/JOAO%20CRI%20CE.html](https://alice.santos/Desktop/JOAO%20CRI%20CE.html)

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Certidão JOAO JOSE DE SOUSA (3255299)

SEI 01236934232/2018-10 / pg. 23



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
SECRETARIA JUDICIÁRIA

CERTIDÃO NEGATIVA PARA FINS ELEITORAIS

19478/2018

O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, na forma da lei, etc.

CERTIFICA que, consultando os sistemas de Processo Judicial Eletrônico e Processo Judicial Físico de 2º grau, **NÃO CONSTA** nenhuma **AÇÃO** de natureza CRIMINAL ou CÍVEL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA contra **JOÃO JOSÉ DE SOUZA**, CPF/CNPJ N° **012.310.283-94**. Dada e passada nesta cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, aos 14 (quatorze) dias do mês de Agosto de 2018 (dois mil e dezoito) às 14:25:52.

Critérios da pesquisa: por nome, por nome e CPF/CNPJ ou por CPF/CNPJ

Observações:

- a) A informação do n.º do CPF/CNPJ acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário.
- b) A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no site do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, endereço (www.trf5.jus.br/), por meio do código de validação abaixo, por 90 dias após a data de emissão.
- c) Esta certidão tem validade em todo o Território Nacional.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

CÓDIGO DE VALIDAÇÃO:

8-1136-9775-6



CERTIDÃO JUDICIAL PARA FINS ELEITORAIS Nº 201800405898

NÃO CONSTA

nenhuma AÇÃO de natureza CRIMINAL ou CÍVEL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA contra

JOAO JOSE DE SOUSA

CPF: 012.310.283-94

Fortaleza, quarta-feira, 22 de agosto de 2018 às 10:32:58

Observações:

- a) O critério da pesquisa foi nome fonetizado ou por CPF/CNPJ. A informação do nome e do CPF/CNPJ acima é de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado ou destinatário.
- b) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site da SEÇÃO JUDICIÁRIA NO CEARÁ, endereço www.jfce.jus.br, por meio do código de validação abaixo.
- c) Para a emissão desta certidão, não foram pesquisados processos arquivados definitivamente há mais de 8 (oito) anos.
- d) Esta certidão não foi emitida para fins penais ou cíveis, nem mediante determinação judicial.
- e) Certidão emitida nos termos da Resolução nº 121/10 do CNJ e suas alterações posteriores, combinada com a Resolução n. 09/2018 do TRF da 5ª Região.

CÓDIGO DE VALIDAÇÃO: 201800405898

Endereço: Praça Murilo Borges, Centro, CEP 60035-210 - Fortaleza-CE

Fone: (85) 3521.2500



aj.us.br/ifce/certidaointer/emissaoCertidao.aspx

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

<https://www.jus.br/lrce/certidaoInter/emissaoCertidao.aspx>
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dd53-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>
CERTIDÃO JOÃO JOSÉ DA SILVA (3259299) SERI011235034232/2018-10 / pg. 25

1/1

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
SECRETARIA JUDICIÁRIA

CERTIDÃO NEGATIVA CRIMINAL

201963/2018

O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, na forma da lei, etc.

CERTIFICA que, consultando os sistemas processuais desta Corte, **NÃO CONSTA** nenhuma **AÇÃO** de natureza CRIMINAL contra **PEDRO FERREIRA DA SILVA**, CPF/CNPJ Nº **325.650.893-68**. Dada e passada nesta cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, aos 14 (quatorze) dias do mês de Agosto de 2018 (dois mil e dezoito) às 14:47:39.

Critérios da pesquisa: por nome, por nome e CPF/CNPJ ou por CPF/CNPJ

Observações:

- a) A informação do n.º do CPF/CNPJ acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário.
- b) A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no site do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, endereço (www.trf5.jus.br/), por meio do código de validação abaixo.
- c) Esta certidão tem validade em todo o Território Nacional.
- d) A presente certidão tem uma validade de 90 (noventa) dias apartir da data de emissão.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

CÓDIGO DE VALIDAÇÃO:

8-2136-9825-8

Certidão PEDRO FERREIRA DA SILVA (32565089368)

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 26

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Nº 201800405813
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

AÇÕES E EXECUÇÕES
Natureza: Cível, Exec. Fiscal e Criminal

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE CONTRA

PEDRO FERREIRA DA SILVA
CPF: 325.650.893-68

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado do Ceará.

Observações:

- 1 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, **através da Internet**, com base nas Portarias Nº 729/2009 e 597/2013;
- 2 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverá ser conferida pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF e Identidade);

Atenção:

A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada pela instituição que a solicitou, caso entenda necessário, no endereço <http://www.jfce.jus.br> por um prazo máximo de 30 (trinta) dias, observando-se a total **conferência do nome, CPF/CNPJ e o número desta Certidão.**

Fortaleza, 22/08/2018 10:20:59

Endereço: Praça Murilo Borges, S/N, Centro, CEP 60035-210, Fortaleza/CE

Fone: (85) 3521-2500



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[/alice.santos/Desktop/PE%20CRI%20CE.html](https://alice.santos/Desktop/PE%20CRI%20CE.html)

<https://www.jfce.jus.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Certidão PEDRO FERREIRA DA SILVA (32565089368)

SEI 07250.034232/2018-10 / pg. 27



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
SECRETARIA JUDICIÁRIA

CERTIDÃO NEGATIVA PARA FINS ELEITORAIS

19477/2018

O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, na forma da lei, etc.

CERTIFICA que, consultando os sistemas de Processo Judicial Eletrônico e Processo Judicial Físico de 2º grau, **NÃO CONSTA** nenhuma **AÇÃO** de natureza CRIMINAL ou CÍVEL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA contra **PEDRO FERREIRA DA SILVA**, CPF/CNPJ N° **325.650.893-68**. Dada e passada nesta cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, aos 14 (quatorze) dias do mês de Agosto de 2018 (dois mil e dezoito) às 14:22:55.

Critérios da pesquisa: por nome, por nome e CPF/CNPJ ou por CPF/CNPJ

Observações:

- a) A informação do n.º do CPF/CNPJ acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário.
- b) A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no site do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, endereço (www.trf5.jus.br/), por meio do código de validação abaixo, por 90 dias após a data de emissão.
- c) Esta certidão tem validade em todo o Território Nacional.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

CÓDIGO DE VALIDAÇÃO:

8-1136-9766-7

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549



Poder Judiciário

JUSTIÇA FEDERAL DA 5ª REGIÃO

CERTIDÃO JUDICIAL PARA FINS ELEITORAIS Nº 201800405821

A SEÇÃO JUDICIÁRIA NO CEARÁ, na forma da lei, CERTIFICA que, consultando os sistemas processuais PJe e TEBAS,

NÃO CONSTA

nenhuma AÇÃO de natureza CRIMINAL ou CÍVEL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA contra

PEDRO FERREIRA DA SILVA

CPF: 325.650.893-68

Fortaleza, quarta-feira, 22 de agosto de 2018 às 10:21:27

Observações:

- a) O critério da pesquisa foi nome fonetizado ou por CPF/CNPJ. A informação do nome e do CPF/CNPJ acima é de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado ou destinatário.
- b) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site da SEÇÃO JUDICIÁRIA NO CEARÁ, endereço www.jfce.jus.br, por meio do código de validação abaixo.
- c) Para a emissão desta certidão, não foram pesquisados processos arquivados definitivamente há mais de 8 (oito) anos.
- d) Esta certidão não foi emitida para fins penais ou cíveis, nem mediante determinação judicial.
- e) Certidão emitida nos termos da Resolução nº 121/10 do CNJ e suas alterações posteriores, combinada com a Resolução n. 09/2018 do TRF da 5ª Região.

CÓDIGO DE VALIDAÇÃO: 201800405821

Endereço: Praça Murilo Borges, Centro, CEP 60035-210 - Fortaleza-CE

Fone: (85) 3521.2500



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

jus.br/jfce/certidao/inter/emissaoCertidao.aspx

<https://trf5.jus.br/autenticidade-assinatura-camara-jfce.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Certidão PEDRO FERREIRA DA SILVA (32565089368) - SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 29

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processos de Outorga da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **01250.034232/2018-10.**

Assunto: **Consulta ao sistema de fiscalização RADAR da Agência Nacional de Telecomunicações.**

Após análise do processo nº 01250.034232/2018-10, de interesse da **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA DO MATO-CE**, na localidade de Brejo Santo/CE, informo que, de acordo com o sistema de fiscalização RADAR, até esta data, **não existe**, nessa localidade, registro de fiscalização por operação clandestina em que conste razão social, nome fantasia, endereço, coordenadas geográficas, nome/CPF/RG dos dirigentes ou CNPJ da entidade supracitada.



Documento assinado eletronicamente por **Alice Lorena de Barros Santos, Técnico de Nível Superior**, em 22/08/2018, às 12:40, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3289252** e o código CRC **BF8CD38F**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.034232/2018-10

SEI nº 3289252



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://mfoleg-autenticidade-assinatura.camara-legis/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Despacho COREO_MCOM_RADCOM 3289252

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 30

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DA LAGOA DO MATO
(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 30.635.962/0001-88

Certidão nº: 156107560/2018

Expedição: 14/08/2018, às 14:51:21

Validade: 09/02/2019 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DA LAGOA DO MATO (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **30.635.962/0001-88**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Anexo CNDT (3263700)

SEI 01230-094232/2018-10 / pg. 31

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DA LAGOA DO MATO
CNPJ: 30.635.962/0001-88

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 14:54:21 do dia 14/08/2018 <hora e data de Brasília>.

Válida até 10/02/2019.

Código de controle da certidão: **E2C9.8BF0.2011.0244**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>



CNPJ: **30.635.962/0001-88**

Entidade não cadastrada nesta agência.

Emitida às 11:29:32 do dia 22/08/2018 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta.](#)



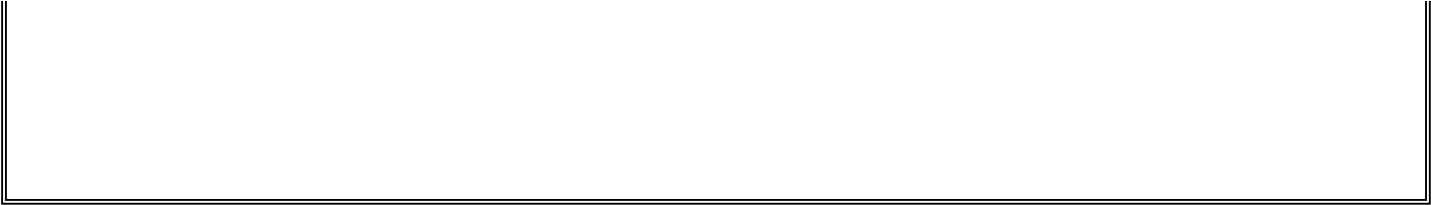
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://net/boleto/NadaConsta/certidao.asp>

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Anexo Anatel (3269251)

SEI 01250-094292/2018-10 / pg. 33



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deg.br/boleto/NadaConsta/certidao.asp>

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deg.br/boleto/NadaConsta/certidao.asp>

Anexo Anexo (3269251)

SEI 01250.034292/2018-10 / pg. 34

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 30.635.962/0001-88 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 04/06/2018
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DA LAGOA DO MATO			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ARCLAM			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO VL LAGOA DO MATO	NÚMERO 40	COMPLEMENTO	
CEP 63.260-000	BAIRRO/DISTRITO ZONA RURAL	MUNICÍPIO BREJO SANTO	UF CE
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (88) 8112-5042	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 04/06/2018	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **14/08/2018** às **14:58:05** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**

© Copyright Receita Federal do Brasil - 14/08/2018



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

DV543149626BR

O horário apresentado no histórico do objeto não indica quando a situação ocorreu, mas sim quando os dados foram recebidos pelo sistema, exceto no caso do SEDEX 10 e do SEDEX Hoje, em que ele representa o horário real da entrega.



Objeto entregue ao destinatário
18/06/2018 15:22 BRASILIA / DF

18/06/2018 15:22 BRASILIA / DF	Objeto entregue ao destinatário
18/06/2018 13:36 BRASILIA / DF	Objeto saiu para entrega ao destinatário
16/06/2018 11:59 BRASILIA / DF	A entrega não pode ser efetuada - Empresa sem expediente A entrega deverá ocorrer no próximo dia útil
16/06/2018 11:53 BRASILIA / DF	Objeto saiu para entrega ao destinatário
16/06/2018 08:40 BRASILIA / DF	Objeto encaminhado de Unidade de Tratamento em BRASILIA / DF para Unidade de Distribuição em BRASILIA / DF
13/06/2018 10:03 BREJO SANTO / CE	Objeto encaminhado de Agência dos Correios em BREJO SANTO / CE para Unidade de Tratamento em SALVADOR / BA
12/06/2018 10:04 BREJO SANTO / CE	Objeto postado após o horário limite da unidade Objeto sujeito a encaminhamento no próximo dia útil



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

correios.com.br/sistemas/rastreamento/newprint.cfm

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

amento de Objetos referente Requerimento de outorga (5268751)

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 36



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

www2.correios.com.br/sistemas/rastreamento/newprint.cfm

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

Envio de Objetos referente Requerimento de outorga (5268751)

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

DESPACHO

Processo nº: **01250.034232/2018-10.**

Assunto: **Despacho Inicial - Técnica.**

Após análise inicial da documentação encaminhada pela ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA DO MATO-CE, entidade interessada na execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Brejo Santo / CE**, constatou-se que as coordenadas geográficas apresentadas no Requerimento de Outorga atendem ao disposto no art 7º, parágrafo único da Lei Nº 9.612, e no art. 22, § 1º da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/9/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 9/4/2018.



Documento assinado eletronicamente por **Cleyson de Vasconcelos Silva, Técnico de Nível Superior**, em 17/07/2018, às 16:26, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3172874** e o código CRC **A862A908**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.034232/2018-10

SEI nº 3172874

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://mctic-autenticidade-assinatura.camara-legis/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Despacho COREO_MCOM_HADCOM 3172874

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 38

Relação de Processos Vizinhos (50Km) em ordem de distância

Identificação de Processos

Aviso de Inscrição: **94**Número do Processo: **01250.034232/2018**Vizinhos

Dist. (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Insc.	Latitude	Longitude	Status	Entidade
0.00	CE	BREJO SANTO	01250.034232/2018	94	07S3152	39W0010	EMA	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DA LAGOA DO MATO
0.07	CE	BREJO SANTO	53000.064139/2010	30	07S3153	39W0012	ARQDEF	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA CARIRI ORIENTAL
0.07	CE	BREJO SANTO	53000.076627/2013	67	07S3153	39W0012	ARQDEF	ABAF ASSOCIACAO BREJOSANTENSE DE APOIO A FAMILIA
0.07	CE	BREJO SANTO	53000.076630/2013	67	07S3153	39W0012	ARQDEF	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA CARIRI ORIENTAL
0.07	CE	BREJO SANTO	53000.062023/2010	30	07S3153	39W0012	ARQDEF	FUNDACAO DE EDUCACAO, ARTE E CULTURA DE BREJO SANTO
4.35	CE	BREJO SANTO	53650.000848/1999	5	07S2944	38W5911	LDE	ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DA COMUNIDADE DE BREJO SANTO
4.35	CE	BREJO SANTO	53900.002998/2014	5	07S2944	38W5911	RAUT	ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DA COMUNIDADE DE BREJO SANTO
4.49	CE	BREJO SANTO	53650.000847/1999	0	07S2937	38W5916	RAQ	ASSOCIACAO COM PADRE PEDRO DA COMUNIDADE DE BREJO SANTO
4.54	CE	BREJO SANTO	53650.000939/1999	5	07S2940	38W5905	ARQDEF	ASSOCIACAO COMUNITARIA RADIO BREJO EDUCATIVA - FM
5.55	CE	BREJO SANTO	53000.050349/2010	30	07S2905	39W0117	ARQDEF	ASSOCIACAO DE APOIO AO ESPORTE E A CULTURA DE BREJO SAN
5.56	CE	BREJO SANTO	53650.000702/1999	5	07S2905	38W5902	ARQDEF	ABAF ASSOCIACAO BREJOSANTENSE DE APOIO A FAMILIA



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://mctc.gov.br/RadcomWeb/requerimento/gerar-vizinhos!calcular.action?processo.id=36039>
<https://mctc.gov.br/RadcomWeb/requerimento/gerar-vizinhos!calcular.action?processo.id=36039>

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

Dist. (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Insc.	Latitude	Longitude	Status	Entidade
5.63	CE	BREJO SANTO	53000.009760/2010	30	07S2904	39W0121	ARQDEF	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA EM DEFESA DA CHAPADO DO ARARIPE
9.99	CE	BREJO SANTO	01250.034231/2018	94	07S2814	38W5609	EMA	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DO SAO SEBASTIAO
10.05	CE	BREJO SANTO	53000.074696/2013	67	07S2810	38W5610	EXT	ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS MORADORES DA VILA SAO SEBASTIAO - ACMVSS
12.59	CE	PORTEIRAS	53650.000766/1999	5	07S3201	39W0701	ARQDEF	SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE PORTEIRAS
12.81	CE	BREJO SANTO	53900.024759/2016	0	07S2600	39W0351	CDI	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA CARIRI ORIENTAL
12.90	CE	PORTEIRAS	53900.038991/2015	5	07S3210	39W0711	ARQPOT	ASSOCIACAO DE ASSISTENCIA AO IDOSO E COMUNIDADE DE PORTEIRAS - AAICP
12.90	CE	PORTEIRAS	53900.003595/2014	5	07S3210	39W0711	RENDEF	ASSOCIACAO DE ASSISTENCIA AO IDOSO E COMUNIDADE DE PORTEIRAS - AAICP
12.90	CE	PORTEIRAS	53650.000906/1999	5	07S3210	39W0711	LDE	ASSOCIACAO DE ASSISTENCIA AO IDOSO E COMUNIDADE DE PORTEIRAS - AAICP
12.94	CE	BREJO SANTO	01250.033698/2018	94	07S2811	38W5411	EMA	ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS MORADORES DA VILA SAO SEBASTIAO - ACMVSS



1/6



Exibir : 20 ▼



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

mctc.gov.br/RadcomWeb/requerimento/gerar-vizinhos!calcular.action?processo.id=36039

https://antileg-autenticadocadastre/antileg/leg/01/5301dc5f7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

- Anexo Relatário Vizinhos (31/2007)

SEP 01250.034232/2018-10 / pg. 40

DESPACHO INTERNO

Processo nº: 01250.034232/2018-10

Referência: Requerimento de outorga (3079891)

Interessado: ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA DO MATO-CE

Assunto: Apresenta Documentação

De ordem da Sra. Diretora, encaminhe-se este processo à Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC - para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Edjane Silva de Lima Moraes, Agente Administrativo**, em 20/06/2018, às 08:23, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3081198** e o código CRC **9E3B01D3**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.034232/2018-10

SEI nº 3081198



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Despacho-CDCEI_TEMP-3081198

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 41

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Assessoria da Secretaria de Radiodifusão

DESPACHO INTERNO

Processo nº: 01250.034232/2018-10

De ordem, encaminha-se ao Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização.



Documento assinado eletronicamente por **Andrea de Miranda Ramos Kern, Chefe de Gabinete da Secretaria de Radiodifusão**, em 19/06/2018, às 18:12, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3080762** e o código CRC **9643BAD4**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.034232/2018-10

SEI nº 3080762



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Despacho SERAD_APOC_PEMP 3080762

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 42

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO / CGGM

UNIDADE(S) DESTINATÁRIA(S):				
AECI	COCCT	SEPED	DAD	CGRL
AGME	CONCEA	SEPIN	DGE	DIMAP
ASCOM	CTNBio	SERAD	DGV	
ASPAR	OUVID	SETEC	DPO	
ASSIN	CONJUR	SETEL	DTI	
CERIM	SEXEC	SEPRG	CGGP	

DEMANDA:		
Acompanhar	Examinar e elaborar minuta	Tomar ciência e arquivar
Emitir manifestação	Examinar e providenciar	Tomar ciência e devolver ao GM
Emitir Nota Técnica	Responder ao requerente/interessado e arquivar	
Emitir Parecer	Responder ao requerente/interessado c/c para o GM	

OBSERVAÇÃO:
(ProtGab nº 03532/2018)



Documento assinado eletronicamente por **Mahendra de Sena Formiga, Assistente em Ciência e Tecnologia**, em 19/06/2018, às 16:53, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3080392** e o código CRC **578E7E7A**.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura-camara-leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

República de Providências CGGM 3080392 - SEI 01256-034232/2018-10 / pg. 43

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

ANEXO 2
REQUERIMENTO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE				
Razão Social:	ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA DO MATO			
Nome Fantasia:	ARCLAM	CNPJ:	30.635.962/0001-88	
Endereço de Sede:	VILA LAGOA DO MATO, 01 00040, ZONA RURAL			
Município:	BREJO SANTO	UF:	CE	CEP: 63.260-000
Nome do representante legal:	PEDRO FERREIRA DA SILVA			
Endereço eletrônico (e-mail):	FERREIRADASILVAPEDRO61@GMAIL.COM			

Endereço de Correspondência:	VILA LAGOA DO MATO, 01 00040, ZONA RURAL			
Município:	BREJO SANTO	UF:	CE	CEP: 63.260-000

LOCALIZAÇÃO PROPOSTA PARA INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE				
Endereço:	VILA LAGOA DO MATO, 01 00040, ZONA RURAL			
Município:	BREJO SANTO	UF:	CE	CEP: 63.260-000
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):	Latitude:	7 ° (N/S)	31 ' 52 " S	
	Longitude:	39 ° W	0 ' 10 " O	

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações,

A entidade acima qualificada, através de seus dirigentes, abaixo identificados, requer inscrição no Edital de Seleção Pública nº 94/2018, publicado no Diário Oficial da União de 13/04/2018, relativo à outorga para execução do **SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA** no Município e UF acima descritos.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para habilitação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

- I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V - a pessoa jurídica autoriza o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira;
- VI - a pessoa jurídica está ciente do disposto no edital, dos seus anexos e das demais informações pertinentes;
- VII - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra

DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO

Em 18/06/18 às 15:30 horas

Assinatura: Conceição

33



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 45

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.

VIII - a pessoa jurídica não é executante de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura, bem como não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados.

IX - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

X - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

XI - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

XII - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora; e

XIII - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Cientes de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Outorga.

Nome do dirigente:	JOHNSON ROCHA GOMES					
Cargo:	MEMBRO DO CONSELHO COMUNITÁRIO		Tit. Eleitor:	0067 0888 0795		
RG:	316.401	Órgão Emissor:	SSP/CE	CPF:	043.399.593-91	
Endereço:	SÍTIO LAGOA DO MATO, 209, VILA FELIZ, ZONA RURAL					
Município:	BREJO SANTO					
Assinatura:			UF:	CE	CEP:	63.260-000

Nome do dirigente:	JOÃO JOSÉ DE SOUSA					
Cargo:	DIRETOR FINANCEIRO		Tit. Eleitor:	0435 7268 0752		
RG:	3237696-97	Órgão Emissor:	SSP/CE	CPF:	012.310.283-94	
Endereço:	VILA UNIÃO, 632, ZONA RURAL					
Município:	BREJO SANTO					
Assinatura:			UF:	CE	CEP:	63.260-000

Nome do dirigente:	MARIA ZENEIDE GONÇALVES PINHEIRO					
Cargo:	SECRETÁRIA DO CONSELHO FISCAL		Tit. Eleitor:	0205 3273 0736		
RG:	793019-84	Órgão Emissor:	SSP/CE	CPF:	277.388.093-53	
Endereço:	VILA LAGOA DO MATO 01 00020, ZONA RURAL					
Município:	BREJO SANTO					
Assinatura:			UF:	CE	CEP:	63.260-000



Edilane

Nome do dirigente:	MARIA EDILANE RICARTE DOS SANTOS TELES		
Cargo:	DIRETORA DE COMUNICAÇÕES E OPERAÇÕES	Tit. Eleitor:	0343 4405 0752
RG:	2016066345-2	Órgão Emissor:	SSP/CE
Endereço:	VILA LAGOA DO MATO 01, 00330, ZONA RURAL		
Município:	BREJO SANTO	UF:	CE
Assinatura:	*Maria Edilane Ricarte dos Santos Teles		
CPF:	545.988.943-68	CEP:	63.260-000

Cícera

Nome do dirigente:	CÍCERA DOS SANTOS		
Cargo:	DIRETORA ADMINISTRATIVA	Tit. Eleitor:	042508860701
RG:	2777282-94	Órgão Emissor:	SSP/CE
Endereço:	SÍTIO LAGOA DO MATO, MURQUEM, 68, ZONA RURAL		
Município:	BREJO SANTO	UF:	CE
Assinatura:	*Cícera dos Santos		
CPF:	737.063.963-00	CEP:	63.260-000

Evandro

Nome do dirigente:	EVANDRO FERREIRA DOS SANTOS		
Cargo:	PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL	Tit. Eleitor:	042181260779
RG:	1938307-90	Órgão Emissor:	SSP/CE
Endereço:	SÍTIO GERMANA, 850, ZONA RURAL		
Município:	BREJO SANTO	UF:	CE
Assinatura:	*Evandro Ferreira dos Santos		
CPF:	740.447.123-34	CEP:	63.260-000

Pedro

Nome do dirigente:	PEDRO FERREIRA DA SILVA		
Cargo:	DIRETOR PRESIDENTE	Tit. Eleitor:	020532840795
RG:	421505-82	Órgão Emissor:	SSP/CE
Endereço:	SÍTIO MUTAMBA, 120, ZONA RURAL		
Município:	BREJO SANTO	UF:	CE
Assinatura:	*Pedro Ferreira da Silva		
CPF:	325.650.893-68	CEP:	63.260-000

Vanda

Nome do dirigente:	MARIA GONÇALVES DE SOUSA PINHEIRO		
Cargo:	MEMBRO DO CONSELHO COMUNITÁRIO	Tit. Eleitor:	020535020736
RG:	1372553-87	Órgão Emissor:	SSP/CE
Endereço:	RUA FELIZ, 158, VILA FELIZ, ZONA RURAL		
Município:	BREJO SANTO	UF:	CE
Assinatura:	*Maria Gonçalves de Sousa Pinheiro		
CPF:	399.650.583-34	CEP:	63.260-000

ATENÇÃO:

- Os documentos necessários para habilitação são aqueles previstos no art. 22 da Portaria nº 4.334, de 2015.
- Os documentos necessários para instrução são aqueles previstos no art. 39 da Portaria nº 4.334, de 2015.
- Será aceito requerimento diferente deste modelo, desde que contenha todas as informações essenciais e declarações constantes deste requerimento padrão.
- Não será admitido pedido de prorrogação de prazo para inscrição na seleção pública.



ATA DE FUNDAÇÃO, APROVAÇÃO DE ESTATUTO, ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA E DO CONSELHO FISCAL DA ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA DO MATO - ARCLAM.

Aos 22 dias do mês de maio de 2018, reuniram-se os abaixo assinados, doravante designados associados fundadores, na Vila Lagoa do Mato, 01 00040, Zona Rural, nesta cidade de Brejo Santo, Estado do Ceará, com a finalidade de fundar uma associação, sem fins lucrativos, que tem por objetivo executar os serviços de radiodifusão comunitária, e, se denominará Associação de Radiodifusão Comunitária da Lagoa do Mato - ARCLAM. Iniciada a reunião, foi escolhido para presidi-la o Sra. Maria Ilse Gonçalves Pinheiro. Para secretariá-la foi indicada a Sra. Joana Darc Ferreira Lino. Logo a seguir, a Sra. presidente solicitou a Sra. secretária que procedesse à leitura do projeto de estatuto, artigo por artigo. Concluída a leitura, foi o mesmo submetido à discussão e posterior votação. Ouvidos os presentes, o estatuto foi, então, aprovado por unanimidade. Dando-se prosseguimento aos trabalhos, e após sugestão de nomes para comporem os órgãos diretivos, procedeu-se à eleição e posse da Diretoria, do Conselho Fiscal e do Conselho Comunitário que terão mandato de 04 (quatro) anos, com duração até 22 de maio de 2022 e que ficaram assim constituídos: a) A diretoria executiva ficou assim definida: Diretor Presidente: Pedro Ferreira da Silva; Diretor Administrativo: Cícera dos Santos; Diretor Financeiro: João José de Sousa; Diretor de Comunicações e Operações: Maria Edilane Ricarte dos Santos Teles; b) O Conselho Fiscal: Presidente Evandro Ferreira dos Santos; Secretário: Maria Zeneide Gonçalves Pinheiro; c) O Conselho Comunitário: 1º Representante: Pedro Ferreira de Sousa (Representante da Associação dos Pequenos Agricultores do Sítio Lagoa dos Ferreiras); 2º Representante: Johnson Rocha Gomes



Autenticado eletronicamente, após conferência com o original, em 22/05/2018, às 14h05m, pelo Tabelião Público Maria Brasil Sampaio - 2ª Tabelião Pública.

Autentico a presente cópia reprográfica por ser uma reprodução fiel e original que me foi apresentado, com o qual conferi (Art. 7º V, Lei 8.935/94).
Brejo Santo-CE, 22 de maio de 2018.
Maria Brasil Sampaio - 2ª Tabelião Pública
() Engracia Leite Brasil Sampaio - Substituta
() Cicero Wilson de Melo - Escrevente
() Maria Zeneide Gonçalves Pinheiro - Escrevente

05.455.266/0001-42
CARTÓRIO MATIAS
Pça Dionísio Rocha de Lucena, 162
Centro - CEP 63.260-000
Brejo Santo - CE

Engracia Leite Brasil Sampaio de Lucena
- Substituta

(Representante da Associação dos Produtores Rurais do Sítio Lagoa do Mato I); 3º Representante: Maria Gonçalves de Sousa Pinheiro (Representante da Associação Comunitária das Donas de Casa do Povoado da Lagoa do Mato). Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente declarou encerrada a reunião e eu, secretária, lavrei a presente ata, que será assinada por todos os presentes, que serão considerados associados fundadores.

Brejo Santo (CE), 22 de maio de 2018.

(Nomes, assinaturas e individualização dos presentes, que serão considerados associados fundadores.)

VALIDO SOMENTE COM O
ELO DE AUTENTICIDADE
ERTÓRIO MATIAS 2º OFÍCIO
Brejo Santo-CE - F. 3531-0144

AUTENTICAÇÃO

Autentico a presente cópia reprográfica por ser uma reprodução fiel e original que me foi apresentado, com o qual conferi (Art. 7º V. Lei 8.935/94).

Brejo Santo-CE, 22 de maio de 2018.

- () Maria Brasil Sampaio - 2ª Tabelião Pública
- () Engracia Leite Brasil Sampaio - Substituta
- () Cicero Wilson de Melo - Escrevente
- () Maria Wilany de Almeida Siqueira - Escrevente



João José de Sousa 012.310.283-94
NOME CPF

[Assinatura] 043.399.593-91
NOME CPF

Maria Enzeite Gonçalves Pinheiro 277.388.093-53
NOME CPF

Maria Ilse Gonçalves Pinheiro 194868633-34.
NOME CPF

Joana Marc Ferreira Bino 326891523/04
NOME CPF

Maria Edilane Ricarte dos Santos 545.958.943-68
NOME CPF

[Assinatura] 121.545-123-87
NOME CPF

Maria Gonçalves de Sousa Pinheiro 399.650.583-34
NOME CPF

Pedro Ferreira de Lira 325.650.893-68
NOME CPF

Engracia Leite Brasil Sampaio de Lucena
- Substituta



NOME	CPF
<u>Pitene dos Santos</u>	<u>737.063.963-00</u>
<u>Graciano Ferreira dos Santos</u>	<u>740.497.123-34</u>
<u>José Manoel do Nascimento</u>	<u>016342653-86</u>
<u>Edisângela Brinzel de S. Gonçalves</u>	<u>943.196.503-87</u>
<u>Selma Ferreira da Silva</u>	<u>918.807.853-15</u>
<u>Elisabete Felismino de Sousa</u>	<u>427.491.903-04</u>
<u>Maria Auxiliadora Ferreira Silva</u>	<u>346.610.183-20</u>
<u>Pitene Gonçalves de Sousa</u>	<u>739.150.883-91</u>
<u>Maria Carla Figueiredo Silva</u>	<u>041.538.913-66</u>
<u>Maria Eliana Ferreira de Araújo</u>	<u>993.042.641-20</u>
<u>Francisca Nilda Gonçalves Pinheiro</u>	<u>195328653-49</u>
<u>Maria Sarcão da Silva</u>	<u>728.435.003-20</u>
<u>Ivanilda Gonçalves de Sousa</u>	<u>740.962.493-00</u>
<u>Maria Aparecida Moreira da Silva</u>	<u>042.854.113-50</u>



AUTENTICAÇÃO
 Autentico a presente cópia reprográfica por ser uma reprodução fiel e original que me foi apresentado, com o qual confiro (Art. 7º V Lei 8.935/94).
 Brejo Santo-CE, de 06 de 2018.
 O Substituto

() Maria Brasil Sampaio - 2ª Tabelião Pública
 () Engracia Leite Brasil Sampaio - Substituta
 () Maria Wilson de Melo - Escrevente
 () Maria Wilson de Melo - Escrevente
 () Maria Wilson de Melo - Escrevente

ccs
 Engracia Leite Brasil Sampaio de Lucena
 Substituta

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

Maria do Carmo Vicente Almeida 823948.053-91.
NOME CPF

Engracia Leite Brasil Sampaio de Lucena 813302513-34
NOME CPF

Engracia Leite Brasil Sampaio de Lucena
- Substituta -

NOME

CPF

NOME

CPF

NOME

CPF

NOME

CPF

NOME

CPF

NOME

CPF

NOME

CPF

NOME

CPF

NOME

CPF

NOME

CPF

NOME

CPF

NOME

CPF

NOME

CPF

LIDO SOMENTE COMO
SELO DE AUTENTICIDADE
CARTÓRIO MATIAS 2º OFÍCIO
Brejo Santo-CE - F. 3531-0144

AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente cópia reprográfica por ser
uma reprodução fiel e original que me foi apresentada
com o qual conferi (Art. 7º V Lei 8.935/94)

Brejo Santo-CE
Maria Brasil Sampaio - 26/06/2018
Engracia Leite Brasil - Substituta
Cicero Wilson de Melo - Escrevente
Maria Wilany de Almeida - Escrevente
Diamiana Faria de Almeida - Escrevente





VALIDO SOMENTE COM O
SELO DE AUTENTICIDADE
CARTÓRIO MATIAS 2º OFÍCIO
Brejo Santo-CE - F. 3531-0144

AUTENTICAÇÃO

Autentico a presente cópia reprográfica por ser uma reprodução fiel e original que me foi apresentado, com o qual conferi (Art. 7º V, Lei 8.935/94).

Brejo Santo-CE, 11 de junho de 2018

Maria Brasil Sampaio - 2ª Tabelião Pública
Engrácia Leite Brasil Sampaio - Substituta
Cícero Wilson de Melo - Escrevente
Marta Wiliany de Almeida Siqueira - Escrevente
Diana Maria Costa de Almeida Siqueira - Escrevente

CERTIDÃO

CERTIFICO que o presente ATA DE FUNDAÇÃO, APROVAÇÃO DE ESTATUTO, ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA E DO CONSELHO FISCAL DA ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA DO MATO - ARCLAM, supra e retro, foi REGISTRADA no Livro A-11, de Registro de Pessoas Jurídicas, deste Cartório do 2º Ofício, às folhas 319/320 sob o registro número 472, protocolado no Livro A-02, às folhas 136 sob o número de ordem 19.575 e foram feitas as devidas e necessárias anotações. "O certificado é verdade". Dou fé. Eu, Engrácia Leite Brasil Sampaio de Lucena, Engrácia Leite Brasil Sampaio de Lucena, Oficiala, a digitei, subscrevo, dato e assino.////

Brejo Santo(CE), 04 de junho de 2018.

Engrácia Leite Brasil Sampaio de Lucena
ENGRÁCIA LEITE BRASIL SAMPAIO DE LUCENA
SUBSTITUTA do 2º Ofício

Número do Atendimento: 201806040036

Engrácia Leite Brasil Sampaio de Lucena
- Substituta -



05.455.266/0001-42
CARTÓRIO MATIAS
Pça Dionísio Rocha de Lucena, 162
Centro - CEP 63.260-000
Brejo Santo - CE



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Autenticação do requerimento de outorga de radiodifusão (3079691) SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 52

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA DO MATO

ESTATUTO SOCIAL

I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS

Art.1º - A ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA DO MATO, doravante denominada ARCLAM, é uma associação civil, de direito privado, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, de caráter cultural e social, de gestão comunitária, composta por número ilimitado de associados e constituída pela união de moradores e representantes de entidades da comunidade atendida, para fins não econômicos, do Município de Brejo Santo (CE), Estado do Ceará, com sede na Vila Lagoa do Mato, 01 00040, Zona Rural, nesta cidade de Brejo Santo, Estado do Ceará, com CEP: 63.260-000.

Parágrafo Único - A ARCLAM reger-se-á pelas disposições deste estatuto e pelas leis vigentes no território nacional.

Art.2º - A ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA DO MATO tem por finalidade e objetivo EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, bem como:

I - beneficiar a comunidade com vistas a:

- Executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária de acordo com a legislação vigente;
- Dar oportunidade a difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- Oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- Prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- Contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
- Permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.
- Fomentar, por todas as suas instâncias e meios, a democratização da comunicação;
- Estimular o desenvolvimento dos serviços de radiodifusão pautado pelas noções de participação da sociedade e de preservação do interesse público.

II - respeitar e atender aos seguintes princípios:

- Preferência das finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;
- Promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;
- Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;
- Não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicção político-ideológico-partidário e condição social nas relações comunitárias;
- Garantir o exercício da mais ampla democracia em todos os seus organismos e instâncias, assegurando a liberdade de expressão aos representantes das entidades associadas, buscando sempre a unidade na ação;
- Orientar sua ação por princípios éticos e de igualdade, participação, representação da pluralidade e solidariedade;



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/assinaturas/7f0e4b00-p6b0799911b264-Sel-01250.032232/2018-107 pg. 53

g) Defender a solidariedade entre os povos, o ambiente natural, a biodiversidade e os recursos naturais não renováveis, os direitos humanos, as liberdades individuais e coletivas e a justiça social.

§1º É vedado o proselitismo de qualquer natureza, assim como qualquer discriminação política, filosófica, racial, religiosa, sexual, de gênero ou de qualquer natureza na admissão dos associados;

§2º Será obrigatória a pluralidade de opiniões e versão, de forma simultânea em matérias polêmicas, na programação opinativa e informativa, divulgando, sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados;

§3º Qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo apenas observar o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à direção responsável pela ARCLAM.

Art. 3º - Os dirigentes e associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Entidade, ressalvados os casos em que os dirigentes responderão por comprovada culpa no desempenho de suas funções.

Art. 4º - A ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA DO MATO não tomará parte em manifestações de caráter político partidário nem cederá qualquer de suas dependência para tais fins.

II - DOS ASSOCIADOS

Art. 5º - O quadro de associados é ilimitado podendo integrá-lo pessoas Físicas e Jurídicas, aquelas independente de cor, raça, sexo ou opção sexual, condição social ou financeira, concepção filosófica ou religiosa, orientação política ou qualquer outra condição, desde que concorde com o disposto neste estatuto e seja domiciliado na forma estabelecida no Art. 6º.

Art. 6º - A ARCLAM será composta pelas seguintes categorias de associados:

I - Associados Fundadores - formada por todos aqueles que assinaram a ata de fundação;

II - Associados Contribuintes ou Efetivos - aqueles que fizerem parte da Entidade, obrigando-se ao que rege o presente Estatuto e que contribuem com donativos, com o fim de auxiliar na manutenção e nas despesas contraídas, pela Entidade, para a realização de seus objetivos.

III - Associados Doadores Pessoas Jurídicas - entidades sem fins lucrativos sediadas na área de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária;

IV - Associados Voluntários Pessoas Físicas: todos aqueles que doam seu tempo na forma de trabalho e não contribuem financeiramente.

§1º - É assegurado o ingresso gratuito, como associado, de todo e qualquer cidadão domiciliado na área de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária. Também é assegurado o ingresso gratuito, como associadas, de pessoas jurídicas sem fins lucrativos, sediadas na área de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

§2º - As contribuições dos Associados serão reguladas em Assembléia Geral.


Engracia Leite Brasil Sampaio de Lucena
- Substituída -

§3º - A exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa e de recurso, nos termos previstos neste estatuto. São passíveis de punição temporária ou de exclusão definitiva do quadro social, havendo justa causa, os associados que infringirem este Estatuto, desde que sua transgressão seja indicada mediante

verimento de associado dirigido a Diretoria que, frente à procedência da solicitação deverá

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://info.legautenticidade.assinatura.camara.gov.br/5501d9557f0e48cb-b9b0790531f0c2549-CE101259-0342322813-107 pg. 54



maria José de Sousa penhure

5861d15f7fe-4b6d-b6b0-20514fb22349 Santos J. dos

submetê-la à Assembléia Geral, convocada especialmente para este fim, para deliberação fundamentada, assegurando o direito de ampla defesa do associado em questão.

III – DOS DIREITOS E DEVERES DOS ASSOCIADOS

Art. 7º - São direitos dos associados:

- a) Frequentar quaisquer dependências da entidade obedecidos aos seus regimentos;
- b) Ter acesso a qualquer documento oficial da Entidade, inclusive a cadastro de funcionários e participantes simpatizantes com o projeto, mediante solicitação por escrito à diretoria, resguardando-se as informações de caráter pessoal.
- b) Participar de Assembléias Gerais, votar e ser votado para todos os cargos que compõem os órgãos administrativos e deliberativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes;
- c) Os associados, pessoas jurídicas sem fins lucrativos, sediadas na área de execução do serviço, por intermédio de seus representantes legais, terão o direito de escolher, mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes;
- d) Representar a Associação de Radiodifusão Comunitária da Lagoa do Mato em assuntos de seu interesse quando devidamente credenciados;
- e) Participar dos trabalhos das reuniões, palestras, conferências e encontros organizados pela Entidade;
- f) Apresentar sugestões que estejam de acordo com os objetivos da entidade;
- g) Qualquer associado poderá se desligar da Associação de Radiodifusão Comunitária da Lagoa do Mato mediante comunicado por escrito à Diretoria.

Art. 8º - São deveres dos associados em qualquer tempo:

- a) Cumprir todas as obrigações estatutárias regulamentares e regimentares, cumprir as obrigações decorrentes de decisões dos órgãos administrativos;
- b) Satisfazer nas épocas fixadas aos encargos e contribuições Associação de Radiodifusão Comunitária da Lagoa do Mato, zelar pelo patrimônio e pelo bom conceito da Associação;
- c) Comparecer nas Assembléias Gerais;
- d) Participar e colaborar, sempre que possível, das atividades culturais promovidas pela Entidade e ajudar na divulgação das mesmas.

Parágrafo Único - Os dirigentes e associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Entidade, ressalvados os casos em que os dirigentes responderão por comprovada culpa no desempenho de suas funções.


Engracia Leite Brasil Sampaio da Lucena
- Substituta -

IV – DAS PENALIDADES

Art. 9º - Os associados que infringirem as disposições deste Estatuto do Regimento Interno e de Regulamentos existentes serão passíveis de:

- a) Advertência: da penalidade de advertência não caberá recurso;
- b) Suspensão: os associados enquanto suspensos não poderão exercer o direito de voto;
- c) Eliminação: as penalidades previstas neste Artigo assegurando o direito de defesa prévia do associado serão impostas pela Diretoria que as comunicará por escrito, submetendo-a em ato contínuo à Assembléia Geral convocada especialmente para este fim, para ratificação ou reforma da decisão.

Parágrafo único - São passíveis de punição temporária ou de exclusão definitiva do quadro social, sendo justa causa, os associados que infringirem este estatuto, desde que sua transgressão seja

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticada-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b9-90511fb22549> SEI 01260-084232/2018-10 709 25

maria fernanda de saua pinheiro


maria fernanda de saua pinheiro

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b9-90511fb22549

indicada mediante requerimento dirigido a diretoria que, frente a procedência da solicitação, deverá submetê-la à Assembléia Geral, convocada especialmente para este fim, para deliberação fundamentada, assegurado o amplo direito de defesa do associado em questão.

V - DOS ORGÃOS E DE SEU FUNCIONAMENTO

Art. 10 - São órgãos da ARCLAM:

- a) Assembléia Geral ;
- b) Diretoria Executiva;
- c) Conselho Fiscal
- d) Conselho Comunitário

cces
Engenheiro Leite Brasil Sampaio da Lucena
- Substituto -

Art. 11 - A Assembléia Geral, órgão máximo de deliberação da ARCLAM, será composta por seus associados, e ocorrerá ordinariamente a cada ano, sempre no primeiro trimestre, para avaliação dos trabalhos desenvolvidos, prestação de contas do exercício anterior pela Diretoria Executiva, discussão e aprovação de planos, projetos e assuntos gerais. Deverá ordinariamente, ocorrer a cada 04 (quatro) anos para eleição da Diretoria, do Conselho Fiscal e do Conselho Comunitário e extraordinariamente poderá ser convocada para destituição dos dirigentes e alteração estatutária.

§ 1º - A AG poderá ser convocada extraordinariamente pela maioria da diretoria, por um terço dos conselheiros ou, no mínimo, um quinto dos associados, para discussão e decisão relativa a assuntos de interesse geral.

§ 2º - A convocação deverá ser feita com antecedência mínima de oito dias, através de edital ou comunicado afixado na sede da ARCLAM e estúdio, bem como na sede das entidades que compõem o Conselho Comunitário e com divulgação através de pelo menos quatro chamadas diárias durante a programação da emissora, devendo conter data, hora, local e pauta da reunião.

§ 3º - A AG deliberará em primeira convocação somente com metade mais um dos associados aptos a votar e, em segunda convocação, trinta minutos após com qualquer número de associados aptos a votar.

§ 4º - A AG convocada para fins eleitorais, alienação de bens imóveis ou móveis ou extinção da entidade, deverá ser convocada com trinta dias de antecedência e, deliberará conforme este estatuto, mediante voto dos associados em dia com suas obrigações sociais filiados a pelo menos seis meses, respeitadas as disposições dispostas no paragrafo anterior.

§ 5º - A participação do associado em qualquer Assembléia Geral somente será por sua presença pessoal.

Art. 12 - A Diretoria da ARCLAM, órgão executivo e administrativo, será composta por um Diretor Presidente, um Diretor Administrativo, Diretor Financeiro e um Diretor de Comunicações e Operações, eleitos em Assembléia Geral para um mandato de 04 (quatro) anos, sendo permitida uma recondução, após a qual será vedada a permanência dos mesmos dirigentes, ainda que em cargos diversos.

Art. 13 - A Diretoria será eleita em Assembléia Geral com votação dentre os associados quites com suas obrigações estatutárias.

Parágrafo Único - Somente poderá fazer parte da Diretoria os brasileiros(as) natos ou naturalizados mais 10 (dez) anos e maiores de 18 (dezoito) anos ou emancipados, cujas residências sejam adas em Brejo Santo (CE) e na área de execução do serviço da radiodifusão e ainda, tais

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc57f0e4bbd0-9051fb22549510342322018510123106>

5861dc57f0e4bbd0-9051fb22549510342322018510123106



- Engenheira Leila Brasil Sampaio de Lucena
- Substituta -

Signature

- maior ganho de Soma Primitiva

4bcb-b6b0-90511fb22549

- 5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-905111111111

5861dc5f-7f0

- 

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-710e-46cb-b66a-905111fb22549> SFL 01260034232/2008 - 00000007

a direito em detrimento dos interesses da Associação de Radiodifusão Comunitária da Lagoa do Mato, atribuir e delegar tarefas especiais aos demais membros de Diretoria, bem como executar as tarefas que lhe forem atribuídas.

Art. 19 - Compete ao Diretor Administrativo:

- a) Auxiliar o Diretor Presidente na parte administrativa, zelando pelo expediente da Diretoria mantendo-o sob sua guarda;
- b) Secretariar as reuniões da Diretoria redigindo as atas respectivas;
- c) Manter em ordem e prazos os arquivos e tarefas da secretaria, quaisquer informação ou correspondência.
- d) Organizar os trabalhos da secretaria, atender a correspondência da Associação, atualizando o quadro de associados;
- e) Comunicar regularmente ao Diretor Presidente a frequência dos membros da Diretoria para que se faça cumprir as disposições estatutárias sobre a matéria, bem como executar as tarefas que lhe forem atribuídas.

Art. 20 - Compete ao Diretor Financeiro:

- a) Arrecadar e depositar a receita em conta bancária em nome da Associação de Radiodifusão Comunitária da Lagoa do Mato e efetuar os pagamentos dentro das normas e regulamentos estabelecidos;
- b) Manter em ordem e sob sua guarda a escrituração da Tesouraria;
- c) Preparar balancetes mensais e o balanço geral anual da Associação para ser submetido a apreciação da Diretoria.

Parágrafo único - O exercício fiscal anual da entidade compreenderá o período de 01 de janeiro a 31 de Dezembro.

Art. 21 - Compete ao Diretor Comunicações e Operações:

- a) Implementar e supervisionar todos os aspectos concernentes a execução do serviço de Radiodifusão Comunitária, relativamente aos seus aspectos legais, técnicos e qualitativos;
- b) Captar os recursos advindos de patrocínio sob forma de apoio cultural, bem como supervisionar e ter sob sua guarda todo o patrimônio considerado no âmbito das operações relativas ao serviço de radiodifusão;
- c) Promover a integração da comunidade com o serviço prestado.

Art. 22 - O Conselho Fiscal é o órgão fiscalizador, composto de 2 (dois) representantes, Presidente e Secretário respectivamente, eleitos em Assembléia Geral em votação dentre os associados contribuintes quites com suas obrigações estatutárias.

Art. 23 - Compete ao Conselho Fiscal:

- a) Zelar pela fiel observância deste Estatuto, das resoluções da Diretoria e de regimentos interno da Associação. Examinar e dar parecer sobre o relatório anual da Diretoria e balanço do exercício fiscal aos quais dará aprovação ou rejeição no prazo máximo de trinta (30) dias;
- b) Examinar e dar parecer sobre o relatório e balanço a serem apresentados no final do seu mandato para ser aprovado ou não pela Assembléia Geral;
- c) Solicitar a Diretoria as informações que julgar necessária.

Art. 24 - Será de quatro (4) anos o mandato dos conselheiros fiscais, coincidente com o da Diretoria, permitida uma recondução.

25 - O Conselho Comunitário, eleito em Assembléia Geral para mandato igual ao da Diretoria, composto por, no mínimo, três pessoas representantes de entidades com sede na comunidade

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861d05571fe586b0900931fb22549> SEI 01250.034232/2018-10 169.93

emissão do requerimento de outorga de radiodifusão (07/0091)

Associação dos Santos Itebs

5861d05571fe586b0900931fb22549

local ou que prestem e/ou prestaram serviços para referida comunidade, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente instituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade.

Parágrafo único - O Conselho Comunitário cumprirá as atribuições definidas pela legislação vigente sobre o serviço de radiodifusão comunitária, devendo periodicamente elaborar relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação.

VI - DAS ELEIÇÕES

Art. 26 - A eleição da Diretoria, Conselho Fiscal e Conselho Comunitário serão feitos em Assembléia Geral convocada para este fim.

Art. 27 - As eleições serão realizadas na primeira quinzena de Dezembro do ano eleitoral e a posse dos eleitos até a primeira quinzena de janeiro do ano seguinte.

Art. 28 - As chapas para a diretoria estarão aptas, se entregues até três dias antes da Assembléia Geral de eleição, por requerimento a Comissão eleitoral, acompanhada de nominata completa e pelo devido expresse consentimento de seus membros bem como do referendado de, no mínimo, um décimo de associados aptos a votar.

§1º - É vedada a participação de associados em mais de uma chapa, bem como o voto cumulativo ou por procuração.

§2º - A diretoria será formada pela chapa que alcançar a maioria dos votos válidos.

§3º - A eleição do Conselho Fiscal e Conselho Comunitário far-se-á mediante o sistema majoritário, considerado os membros individualmente. Sendo que em relação ao Conselho Fiscal o 1º e 2º colocados assumirão respectivamente os cargos de Presidente e Secretário do Conselho Fiscal.

VII - DA PROGRAMAÇÃO

Art. 29 - A programação da emissora, deverá respeitar todos os princípios e normas dispostas na legislação vigente no território nacional sobre radiodifusão comunitária.

Parágrafo único - Será vedada a transferência da outorga e a formação de redes, excetuadas as situações de guerra, calamidade pública, epidemias e as transmissões obrigatórias dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, definidas em leis. Também será vedada a cessão ou arrendamento da emissora do Serviço de Radiodifusão Comunitária ou de horários de sua programação.

VIII - DA RECEITA E DO PATRIMÔNIO

Art. 30 - O Patrimônio e Receita da ARCLAM será composto pelas contribuições sociais definidas pela Assembléia Geral, pelas doações, auxílios e subvenções, pelos bens móveis ou imóveis, pelas rendas e juros de depósitos bancários e aplicação financeira, pelos saldos de exercícios financeiros anteriores transferidos para a conta patrimonial, por valores advindos de suas atividades comunitárias, bem como por aqueles decorrentes do patrocínio sob forma de apoio cultural.

Parágrafo Único - Toda receita ou despesa deverá ser aprovada pela diretoria.

Art. 31 - A receita da Associação de Radiodifusão Comunitária da Lagoa do Mato será utilizada, única e exclusivamente, para a consecução de suas finalidades institucionais e não será admitida a remuneração de seus dirigentes pelo exercício de suas funções, bem como a distribuição de lucros (ras), dividendos, vantagens ou bonificações a qualquer dos seus associados ou dirigentes.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f7f0e4bcb-b6b0-90511fb22549> SCL 01250/2024/2025/2026/2027/2028/2029/2030/2031/2032/2033/2034/2035/2036/2037/2038/2039/2040/2041/2042/2043/2044/2045/2046/2047/2048/2049/2050/2051/2052/2053/2054/2055/2056/2057/2058/2059/2060/2061/2062/2063/2064/2065/2066/2067/2068/2069/2070/2071/2072/2073/2074/2075/2076/2077/2078/2079/2080/2081/2082/2083/2084/2085/2086/2087/2088/2089/2090/2091/2092/2093/2094/2095/2096/2097/2098/2099/2100/2101/2102/2103/2104/2105/2106/2107/2108/2109/2110/2111/2112/2113/2114/2115/2116/2117/2118/2119/2120/2121/2122/2123/2124/2125/2126/2127/2128/2129/2130/2131/2132/2133/2134/2135/2136/2137/2138/2139/2140/2141/2142/2143/2144/2145/2146/2147/2148/2149/2150/2151/2152/2153/2154/2155/2156/2157/2158/2159/2160/2161/2162/2163/2164/2165/2166/2167/2168/2169/2170/2171/2172/2173/2174/2175/2176/2177/2178/2179/2180/2181/2182/2183/2184/2185/2186/2187/2188/2189/2190/2191/2192/2193/2194/2195/2196/2197/2198/2199/2200/2201/2202/2203/2204/2205/2206/2207/2208/2209/2210/2211/2212/2213/2214/2215/2216/2217/2218/2219/2220/2221/2222/2223/2224/2225/2226/2227/2228/2229/2230/2231/2232/2233/2234/2235/2236/2237/2238/2239/2240/2241/2242/2243/2244/2245/2246/2247/2248/2249/2250/2251/2252/2253/2254/2255/2256/2257/2258/2259/2260/2261/2262/2263/2264/2265/2266/2267/2268/2269/2270/2271/2272/2273/2274/2275/2276/2277/2278/2279/2280/2281/2282/2283/2284/2285/2286/2287/2288/2289/2290/2291/2292/2293/2294/2295/2296/2297/2298/2299/2300/2301/2302/2303/2304/2305/2306/2307/2308/2309/2310/2311/2312/2313/2314/2315/2316/2317/2318/2319/2320/2321/2322/2323/2324/2325/2326/2327/2328/2329/2330/2331/2332/2333/2334/2335/2336/2337/2338/2339/2340/2341/2342/2343/2344/2345/2346/2347/2348/2349/2350/2351/2352/2353/2354/2355/2356/2357/2358/2359/2360/2361/2362/2363/2364/2365/2366/2367/2368/2369/2370/2371/2372/2373/2374/2375/2376/2377/2378/2379/2380/2381/2382/2383/2384/2385/2386/2387/2388/2389/2390/2391/2392/2393/2394/2395/2396/2397/2398/2399/2400/2401/2402/2403/2404/2405/2406/2407/2408/2409/2410/2411/2412/2413/2414/2415/2416/2417/2418/2419/2420/2421/2422/2423/2424/2425/2426/2427/2428/2429/2430/2431/2432/2433/2434/2435/2436/2437/2438/2439/2440/2441/2442/2443/2444/2445/2446/2447/2448/2449/2450/2451/2452/2453/2454/2455/2456/2457/2458/2459/2460/2461/2462/2463/2464/2465/2466/2467/2468/2469/2470/2471/2472/2473/2474/2475/2476/2477/2478/2479/2480/2481/2482/2483/2484/2485/2486/2487/2488/2489/2490/2491/2492/2493/2494/2495/2496/2497/2498/2499/2500/2501/2502/2503/2504/2505/2506/2507/2508/2509/2510/2511/2512/2513/2514/2515/2516/2517/2518/2519/2520/2521/2522/2523/2524/2525/2526/2527/2528/2529/2530/2531/2532/2533/2534/2535/2536/2537/2538/2539/2540/2541/2542/2543/2544/2545/2546/2547/2548/2549/2550/2551/2552/2553/2554/2555/2556/2557/2558/2559/2560/2561/2562/2563/2564/2565/2566/2567/2568/2569/2570/2571/2572/2573/2574/2575/2576/2577/2578/2579/2580/2581/2582/2583/2584/2585/2586/2587/2588/2589/2590/2591/2592/2593/2594/2595/2596/2597/2598/2599/2600/2601/2602/2603/2604/2605/2606/2607/2608/2609/2610/2611/2612/2613/2614/2615/2616/2617/2618/2619/2620/2621/2622/2623/2624/2625/2626/2627/2628/2629/2630/2631/2632/2633/2634/2635/2636/2637/2638/2639/2640/2641/2642/2643/2644/2645/2646/2647/2648/2649/2650/2651/2652/2653/2654/2655/2656/2657/2658/2659/2660/2661/2662/2663/2664/2665/2666/2667/2668/2669/2670/2671/2672/2673/2674/2675/2676/2677/2678/2679/2680/2681/2682/2683/2684/2685/2686/2687/2688/2689/2690/2691/2692/2693/2694/2695/2696/2697/2698/2699/2700/2701/2702/2703/2704/2705/2706/2707/2708/2709/2710/2711/2712/2713/2714/2715/2716/2717/2718/2719/2720/2721/2722/2723/2724/2725/2726/2727/2728/2729/2730/2731/2732/2733/2734/2735/2736/2737/2738/2739/2740/2741/2742/2743/2744/2745/2746/2747/2748/2749/2750/2751/2752/2753/2754/2755/2756/2757/2758/2759/2760/2761/2762/2763/2764/2765/2766/2767/2768/2769/2770/2771/2772/2773/2774/2775/2776/2777/2778/2779/2780/2781/2782/2783/2784/2785/2786/2787/2788/2789/2790/2791/2792/2793/2794/2795/2796/2797/2798/2799/2800/2801/2802/2803/2804/2805/2806/2807/2808/2809/2810/2811/2812/2813/2814/2815/2816/2817/2818/2819/2820/2821/2822/2823/2824/2825/2826/2827/2828/2829/2830/2831/2832/2833/2834/2835/2836/2837/2838/2839/2840/2841/2842/2843/2844/2845/2846/2847/2848/2849/2850/2851/2852/2853/2854/2855/2856/2857/2858/2859/2860/2861/2862/2863/2864/2865/2866/2867/2868/2869/2870/2871/2872/2873/2874/2875/2876/2877/2878/2879/2880/2881/2882/2883/2884/2885/2886/2887/2888/2889/2890/2891/2892/2893/2894/2895/2896/2897/2898/2899/2900/2901/2902/2903/2904/2905/2906/2907/2908/2909/2910/2911/2912/2913/2914/2915/2916/2917/2918/2919/2920/2921/2922/2923/2924/2925/2926/2927/2928/2929/2930/2931/2932/2933/2934/2935/2936/2937/2938/2939/2940/2941/2942/2943/2944/2945/2946/2947/2948/2949/2950/2951/2952/2953/2954/2955/2956/2957/2958/2959/2960/2961/2962/2963/2964/2965/2966/2967/2968/2969/2970/2971/2972/2973/2974/2975/2976/2977/2978/2979/2980/2981/2982/2983/2984/2985/2986/2987/2988/2989/2990/2991/2992/2993/2994/2995/2996/2997/2998/2999/3000/3001/3002/3003/3004/3005/3006/3007/3008/3009/3010/3011/3012/3013/3014/3015/3016/3017/3018/3019/3020/3021/3022/3023/3024/3025/3026/3027/3028/3029/3030/3031/3032/3033/3034/3035/3036/3037/3038/3039/3040/3041/3042/3043/3044/3045/3046/3047/3048/3049/3050/3051/3052/3053/3054/3055/3056/3057/3058/3059/3060/3061/3062/3063/3064/3065/3066/3067/3068/3069/3070/3071/3072/3073/3074/3075/3076/3077/3078/3079/3080/3081/3082/3083/3084/3085/3086/3087/3088/3089/3090/3091/3092/3093/3094/3095/3096/3097/3098/3099/3100/3101/3102/3103/3104/3105/3106/3107/3108/3109/3110/3111/3112/3113/3114/3115/3116/3117/3118/3119/3120/3121/3122/3123/3124/3125/3126/3127/3128/3129/3130/3131/3132/3133/3134/3135/3136/3137/3138/3139/3140/3141/3142/3143/3144/3145/3146/3147/3148/3149/3150/3151/3152/3153/3154/3155/3156/3157/3158/3159/3160/3161/3162/3163/3164/3165/3166/3167/3168/3169/3170/3171/3172/3173/3174/3175/3176/3177/3178/3179/3180/3181/3182/3183/3184/3185/3186/3187/3188/3189/3190/3191/3192/3193/3194/3195/3196/3197/3198/3199/3200/3201/3202/3203/3204/3205/3206/3207/3208/3209/3210/3211/3212/3213/3214/3215/3216/3217/3218/3219/3220/3221/3222/3223/3224/3225/3226/3227/3228/3229/3230/3231/3232/3233/3234/3235/3236/3237/3238/3239/3240/3241/3242/3243/3244/3245/3246/3247/3248/3249/3250/3251/3252/3253/3254/3255/3256/3257/3258/3259/3260/3261/3262/3263/3264/3265/3266/3267/3268/3269/3270/3271/3272/3273/3274/3275/3276/3277/3278/3279/3280/3281/3282/3283/3284/3285/3286/3287/3288/3289/3290/3291/3292/3293/3294/3295/3296/3297/3298/3299/3300/3301/3302/3303/3304/3305/3306/3307/3308/3309/3310/3311/3312/3313/3314/3315/3316/3317/3318/3319/3320/3321/3322/3323/3324/3325/3326/3327/3328/3329/3330/3331/3332/3333/3334/3335/3336/3337/3338/3339/3340/3341/3342/3343/3344/3345/3346/3347/3348/3349/3350/3351/3352/3353/3354/3355/3356/3357/3358/3359/3360/3361/3362/3363/3364/3365/3366/3367/3368/3369/3370/3371/3372/3373/3374/3375/3376/3377/3378/3379/3380/3381/3382/3383/3384/3385/3386/3387/3388/3389/3390/3391/3392/3393/3394/3395/3396/3397/3398/3399/3400/3401/3402/3403/3404/3405/3406/3407/3408/3409/3410/3411/3412/3413/3414/3415/3416/3417/3418/3419/3420/3421/3422/3423/3424/3425/3426/3427/3428/3429/3430/3431/3432/3433/3434/3435/3436/3437/3438/3439/3440/3441/3442/3443/3444/3445/3446/3447/3448/3449/3450/3451/3452/3453/3454/3455/3456/3457/3458/3459/3460/3461/3462/3463/3464/3465/3466/3467/3468/3469/3470/3471/3472/3473/3474/3475/3476/3477/3478/3479/3480/3481/3482/3483/3484/3485/3486/3487/3488/3489/3490/3491/3492/3493/3494/3495/3496/3497/3498/3499/3500/3501/3502/3503/3504/3505/3506/3507/3508/3509/3510/3511/3512/3513/3514/3515/3516/3517/3518/3519/3520/3521/3522/3523/3524/3525/3526/3527/3528/3529/3530/3531/3532/3533/3534/3535/3536/3537/3538/3539/3540/3541/3542/3543/3544/3545/3546/3547/3548/3549/3550/3551/3552/3553/3554/3555/3556/3557/3558/3559/3560/3561/3562/3563/3564/3565/3566/3567/3568/3569/3570/3571/3572/3573/3574/3575/3576/3577/3578/3579/3580/3581/3582/3583/3584/3585/3586/3587/3588/3589/3590/3591/3592/3593/3594/3595/3596/3597/3598/3599/3600/3601/3602/3603/3604/3605/3606/3607/3608/3609/3610/3611/3612/3613/3614/3615/3616/3617/3618/3619/3620/3621/3622/3623/3624/3625/3626/3627/3628/3629/3630/3631/3632/3633/3634/3635/3636/3637/3638/3639/3640/3641/3642/3643/3644/3645/3646/3647/3648/3649/3650/3651/3652/3653/3654/3655/3656/3657/3658/3659/3660/3661/3662/3663/3664/3665/3666/3667/3668/3669/3670/3671/3672/3673/3674/3675/3676/3677/3678/3679/3680/3681/3682/3683/3684/3685/3686/3687/3688/3689/3690/3691/3692/3693/3694/3695/3696/3697/3698/3699/3700/3701/3702/3703/3704/3705/3706/3707/3708/3709/3710/3711/3712/3713/3714/3715/3716/3717/3718/3719/3720/3721/3722/3723/3724/3725/3726/3727/3728/3729/3730/3731/3732/3733/3734/3735/3736/3737/3738/3739/3740/3741/3742/3743/3744/3745/3746/3747/3748/3749/3750/3751/3752/3753/3754/3755/3756/3757/3758/3759/3760/3761/3762/3763/3764/3765/3766/3767/3768/3769/3770/3771/3772/3773/3774/3775/3776/3777/3778/3779/3780/3781/3782/3783/3784/3785/3786/3787/3788/3789/3790/3791/3792/3793/3794/3795/3796/3797/3798/3799/3800/3801/3802/3803/3804/3805/3806/3807/3808/3809/3810/3811/3812/3813/3814/3815/3816/3817/3818/3819/3820/3821/3822/3823/3824/3825/3826/3827/3828/3829/3830/3831/3832/3833/3834/3835/3836/3837/3838/3839/3840/3841/3842/3843/3844/3845/3846/3847/3848/3849/3850/3851/3852/3853/3854/3855/3856/3857/3858/3859/3860/3861/3862/3863/3864/3865/3866/3867/3868/3869/3870/3871/3872/3873/3874/3875/3876/3877/3878/3879/3880/3881/3882/3883/3884/3885/3886/3887/3888/3889/3890/3891/3892/3893/3894/3895/3896/3897/3898/3899/3900/3901/3902/3903/3904/3905/3906/3907/3908/3909/3910/3911/3912/3913/3914/3915/3916/3917/3918/3919/3920/3921/3922/3923/3924/3925/3926/3927/3928/3929/3930/3931/3932/3933/3934/3935/3936/3937/3938/3939/3940/3941/3942/3943/3944/3945/3946/3947/3948/3949/3950/3951/3952/3953/3954/3955/3956/3957/3958/3959/3960/3961/3962/3963/3964/3965/3966/3967/3968/3969/3970/3971/3972/3973/3974/3975/3976/3977/3978/3979/3980/3981/3982/3983/3984/3985/3986/3987/3988/3989/3990/3991/3992/3993/3994/3995/3996/3997/3998/3999/4000/4001/4002/4003/4004/4005/4006/4007/4008/4009/4010/4011/4012/4013/4014/4015/4016/4017/4018/4019/4020/4021/4022/4023/4024/4025/4026/4027/4028/4029/4030/4031/4032/4033/4034/4035/4036/4037/4038/4039/4040/4041/4042/4043/4044/4045/4046/4047/4048/4049/4050/4051/4052/4053/4054/4055/4056/4057/4058/4059/4060/4061/4062/4063/4064/4065/4066/4067/4068/4069/4070/4071/4072/4073/4074/4075/4076/4077/4078/4079/4080/4081/4082/4083/4084/4085/4086/4087/4088/4089/4090/4091/4092/4093/4094/4095/4096/4097/4098/4099/4100/4101/4102/4103/4104/4105/4106/4107/4108/4109/4110/4111/4112/4113/4114/4115/4116/4117/4118/4119/4120/4121/4122/4123/4124/4125/4126/4127/4128/4129/4130/4131/4132/4133/4134/4135/4136/4137/4138/4139/4140/4141/4142/4143/4144/4145/4146/4147/4148/4149/4150/4151/4152/4153/4154/4155/4156/4157/4158/4159/4160/4161/4162/4163/4164/4165/4166/4167/4168/4169/4170/4171/4172/4173/4174/4175/4176/4177/4178/4179/4180/4181/4182/4183/4184/4185/4186/4187/4188/4189/4190/4191/4192/4193/4194/4195/4196/4197/4198/4199/4200/4201/4202/420

IX - DA REFORMA DO ESTATUTO E DA DISSOLUÇÃO

Art. 32 - Este estatuto poderá ser reformado, no todo ou em parte, por deliberação de 2/3 (dois terços) dos associados presentes à Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim.

Art. 33 - A dissolução da ARCLAM ocorrerá segundo decisão de Assembléia Geral, e o remanescente de seu patrimônio líquido, será destinado a entidade de fins não econômicos congênere, definida na Assembléia.

Art. 34 - A Entidade somente poderá ser dissolvida por Assembléia Geral convocada especial e extraordinariamente para tal fim.

X - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 35 - Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela diretoria, com recurso a Assembléia Geral, pelo associado que se achar prejudicado.

Art. 36 - O presente estatuto foi aprovado na Assembléia Geral de 22 de maio de 2018 e entra em vigor na data de sua inscrição no registro de pessoas jurídicas, averbando-se a este registro todas as alterações por que passar.

Brejo Santo (CE), 22 de maio de 2018.

Pedro Ferreira da Silva

Pedro Ferreira da Silva
Diretor Presidente

Cícera dos Santos

Cícera dos Santos
Diretora Administrativo

João José de Sousa

João José de Sousa
Diretor Financeiro

Maria Edilane Ricarte dos Santos Teles

Maria Edilane Ricarte dos Santos Teles
Diretora de Comunicações e Operações

Evandro Ferreira dos Santos

Evandro Ferreira dos Santos
Presidente do Conselho Fiscal

Maria Zeneide Gonçalves Pinheiro

Maria Zeneide Gonçalves Pinheiro
Secretária do Conselho Fiscal

Pedro Ferreira de Sousa

Pedro Ferreira de Sousa
Membro do Conselho Comunitário

Leilson Rocha Gomes

Leilson Rocha Gomes
Membro do Conselho Comunitário

Engenheiro
Engenheiro Leite Brasil Sampaio de Lucena
- Substituto -

05.455.266/0001-42
CARTÓRIO MATIAS
Pça Dionísio Rocha de Lucena, 162
Centro - CEP 63.260-000
Brejo Santo - CE

RECONHECIMENTO DE FIRMA

Reconheço a(s) Firma(s) de *Pedro Ferreira da Silva e João José de Sousa*

Por Semelhancas

Brejo Santo, 22 de maio de 2018

Maria Brasil Sampaio - 2ª Tabelião Pública
Engracia Leite Brasil Sampaio de Lucena - Subst.
Cristina Williams de Melo - Escrevente
Damasio Euda de Almeida Riquiera - Escrevente
Margarida de Almeida Siqueira - Escrevente

02

RECONHECIMENTO DE FIRMA

Nº CJ 368410 MTAD

02

RECONHECIMENTO DE FIRMA

Nº CJ 368409 TQXG



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://pjeleg.autenticidadeassinatura.camara-leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 60

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

Maria Gonçalves de Sousa Pinheiro

Maria Gonçalves de Sousa Pinheiro
Membro do Conselho Comunitário

Andressa Nunes Macedo

Andressa Nunes Macedo
OAB/CE 33.539

Engrácia Leite Brasil Sampaio de Lucena
- Substituta -

CERTIDÃO

CERTIFICO que o presente **ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA DO MATO - ARCLAM**, supra e retro, foi REGISTRADA no Livro A-11, de Registro de Pessoas Jurídicas, deste Cartório do 2º Ofício, às folhas 321/329 sob o registro número 473, protocolado no Livro A-02, às folhas 136 sob o número de ordem 19.576 e foram feitas as devidas e necessárias anotações. "O certificado é verdade". Dou fé. Eu, Engrácia Leite Brasil Sampaio de Lucena, Engrácia Leite Brasil Sampaio de Lucena, Oficiala, a digitei, subscrevo, dato e assino.////

Brejo Santo(CE), 04 de junho de 2018.

Engrácia Leite Brasil Sampaio de Lucena
ENGRÁCIA LEITE BRASIL SAMPAIO DE LUCENA
SUBSTITUTA do 2º Ofício

Número do Atendimento: 201806040036



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.autenticidadeassinatura.camara-leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Requisição de requerimento de outorga de radiodifusão (3079691) SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 61

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA	
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 30.635.962/0001-88 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 04/06/2018
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DA LAGOA DO MATO			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ARCLAM			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO VL LAGOA DO MATO		NÚMERO 40	COMPLEMENTO
CEP 63.260-000	BAIRRO/DISTRITO ZONA RURAL	MUNICÍPIO BREJO SANTO	UF CE
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (88) 8112-5042	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 04/06/2018	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
portal.fazenda.gov.br/pessoajuridica/cnpj/cnpjreva/Cnpjreva_Comprovante.asp
 Situação do requerimento de entrega de radiodifusão (0079691)

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 62



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 63

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

sentação do requerimento de outorga de radiodifusão (5073691)

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 64

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 65

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

Nº DO CLIENTE
3724134-6

Para apagar seu standstill, utilize o nº acima sempre que entrar em contato conosco.

A Tarifa Social de Energia Elétrica foi criada pela Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002

 Companhia Energética do Ceará
 Rua Padre Valdevino, 150
 CEP 60135-040 | Fortaleza - CE
 CNPJ 07047251/0001-70 | CGF 06.106.848-3

enel
CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA GRUPO B | SÉRIE B-4 | Nº 521415129

Rota 32 15043 50 063000 - 4 Data de Emissão 16/04/2018

Nome MARIA DE FATIMA TELES DE SOUSA

 End. Postal ST MUTAMBA 00120
 LAGOA DO MATO - BREJO SANTO - 63260000

Medidor 1141106 Poste 0000 B735

 Classe 04-RURAL 07-IRRIGANTE C/BENEFICIO DE 8,5 HRS. TRIFASICO
 RG/CPF/CNPJ 247352803-91 CGF

Nome do Responsável

DATAS

Mês de Referência	Data de Apresentação	Previsão Próxima Leitura
Abr/2018	16/04/2018	16/05/2018

ÍNDIC. DE QUALIDADE DO FORNECIMENTO

Veja a legenda no verso desta conta.

 Conjunto BREJO SANTO
 Mês Fev/2018
 DICI = 16,68 P
 EUSD 598,42

ICMS

Base de Cálculo (R\$)	Alíquota	Valor do imposto
ISENTO		

ÁREA RESERVADA AO CONTROLE FISCAL

DCC4.3848.35D6.DFF1.E624.00E9.C4E3.90A7

INFORMAÇÕES SOBRE O FATURAMENTO DO CONSUMO

Leit. Atual	Leit. Anterior	Const.	Consumo (kWh)	Cons. Incl.	Cons. Fat.	Tarifa (R\$/kWh)	Valor (R\$)
60368	60291	1,00	577	0,00	577	0,35281	203,57
6642	3147	1,00	4595		4595	0,09526	466,29
16/04/18	15/03/18		32 DIAS		5472		669,86

DESCRIÇÃO

VALOR CONSUMO DO MES	203,57
VALOR CONSUMO IRRIGANTE	466,29

VENCIMENTO 16/05/2018

TOTAL A PAGAR (R\$) 669,86

COMPOSIÇÃO DO VALOR DE CONSUMO

Energia	312,56
Transmissão	21,98
Distribuição	23,42
Encargos Setoriais	73,47
Tributos (ICMS PIS/COFINS)	40,32
TOTAL	669,86

HISTÓRICO DE CONSUMO (últimos 12 meses)

8196	5472	8032	8761	7862	10323	7764	10676	7688	9545	7695	6719	7816
------	------	------	------	------	-------	------	-------	------	------	------	------	------

CONSUMO CONSCIENTE - EMISSÃO DE CO₂ (kg/kWh)

Compense suas emissões pelo consumo de energia elétrica.

Emitido kg (CO ₂)	Compensado kg (CO ₂)	Consciência Ecológica (%CO ₂)
2.365,00	0,00	0

INFORMAÇÕES IMPORTANTES E AVISOS DE VENCIMENTO


Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 66

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

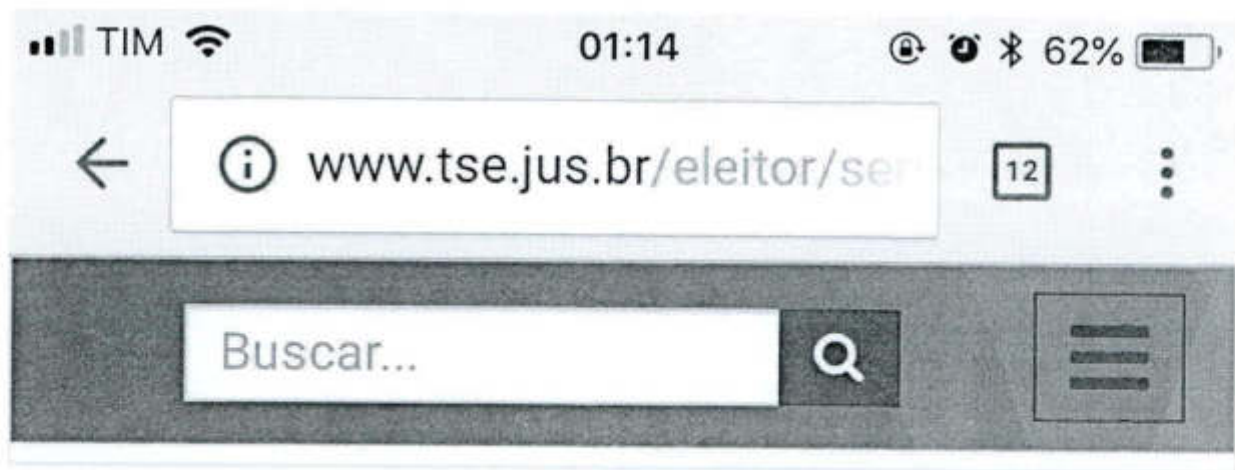


Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 67

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549



IDENTIFICAÇÃO

Inscrição: 042508860701

Eleitor: CICERA DOS SANTOS

DOMICÍLIO ELEITORAL

Eleições Gerais 2018 - 1º Turno (07/10/2018)

Zona: 070 Seção: 0059

Local: CENTRO DE EDUCACAO RURAL JONAS
ALVES DA COSTA

Endereço: SITIO MUQUEM - MUQUEM-SEDE

Município: BREJO SANTO - CE



Autenticar com original.

<http://www.tse.jus.br/eleitor/se>

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549 SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 68

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

3578149-1

Para agilitar seu atendimento, utilize o nº acima sempre que entrar em contato conosco.

Companhia Energética do Ceará
Rua Padre Valdevino, 180
CEP 60135-040 | Fortaleza CE
CNPJ 07042251/0001-70 | CGF 09.105.848-3

enei

CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA GRUPO B | SÉRIE B-4 | N°

519502062

Rota 23 15044 50 292000 - 0

Data de Emissão 03/04/2018

Nome CICERA DOS SANTOS

End. Postal ST LAGOA DO MATO MUQUEM 00068

VILA FELIZ - BREJO SANTO - 63260000

Medidor 23538868

Poste 0000 B40E

Classe 04-RURAL 10-RESIDENCIA RURAL MONOFASICO

RG / CPF / CNPJ 737063963-00

CGF

Nome do Responsável

DATAS

Mês de Referência Abr/2018
Data da Apresentação 03/04/2018
Previsão Próxima Leitura 03/05/2018

INDIC. DE QUALIDADE DO FORNECIMENTO

Veja a legenda no verso desta conta.

Conjunta BREJO SANTO

Mês Fev 2018

EUSD 32,29

ICMS

Base de Cálculo (R\$) Aliquota Valor do Imposto

ISENTO

Apuração Individual

Mensal Trím. Anual Mensal Trím. Anual

DIC 18,44 30,88 41,76 0,25 0,00 0,00

FIC 7,52 15,04 30,09 1,00 0,00 0,00

DMIC 5,58 0,25

ÁREA RESERVADA AO CONTROLE FISCAL

E184.4409.2174.781E.0868.6485.2149.6684

INFORMAÇÕES SOBRE O FATURAMENTO DO CONSUMO

Leit. Atual Leit. Anterior Const. Consumo (kWh) Cons. Incl. Cons. Excl. Tarifa (R\$/kWh) Valor (R\$)

FF 13605 18461 1,00 144 0,00 144 0,00 50,80

03/04/18 05/03/18 23 DIAS 144 50,80

DESCRIÇÃO

VALOR CONSUMO DO MES

BEM ESTAR PLANO FAMILIAR - 0800 600 0560

VALOR (R\$)

50,80

12,26

VENCIMENTO

03/05/2018

TOTAL A PAGAR (R\$)

63,06

COMPOSIÇÃO DO VALOR DE CONSUMO

Energia 22,72
Transmissão 2,37
Distribuição 15,46
Encargos Setoriais 5,57
Tributos (ICMS PIS/COFINS) 3,04
TOTAL 50,80

HISTÓRICO DE CONSUMO (últimos 12 meses)

RES	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Sep	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar
179	144	185	205	185	210	191	144	197	87	206	194	206

CONSUMO CONSCIENTE - EMISSÃO DE CO₂ (kg/kWh)

Compense suas emissões pelo consumo de energia elétrica.

Emitido kg (CO₂)Compensado kg (CO₂)Consciência Ecológica (%CO₂)

62,24

0,00

0

INFORMAÇÕES IMPORTANTES E AVISOS DE VENCIMENTO

PARA COMPROVAR SUA CONTA EM DÉBITO AUTOMÁTICO UTILIZE

SEU NÚMERO DO CLIENTE SEGUIM DO DÍGITO VERIFICADOR "

Chame os vizinhos e amigos e entre no combate ao mosquito transmissor de dengue, zika e chikungunya. Ministério da Saúde, Gov. Federal

A ENEI AGRADECE E PARABENIZA PELA PONTUALIDADE NOS SEUS PAGAMENTOS.

CONSIDERE ESTA CONTA QUITADA SE EFETUANDO O DÉBITO EM CONTA CORRENTE - BCO DO BRASIL S.A. AGENCIA - 0640.

Consta desta fatura R\$ 3,04 referente a PIS e COFINS. Aliquotas: PIS 11,00% e COFINS 4,94% (PIS: 9 Mar. 100 2005 - ANEEL e Lei n. 10.637/02 e 10.833/03)

Para este mês a bandeira será verde, sem custo adicional para os consumidores. Mais informações em www.enei.gov.br

Nº do Cliente: 3578149-1

Referência: Abr/2018

Data de Emissão: 03/04/2018

Total a Pagar (R\$): 63,06

Nº da Nota Fiscal: 519502062

Nº de Controle: 0003578149 00117 39312 15

8384000000-6 63060031000-0 00035781490-8 01173931202-8

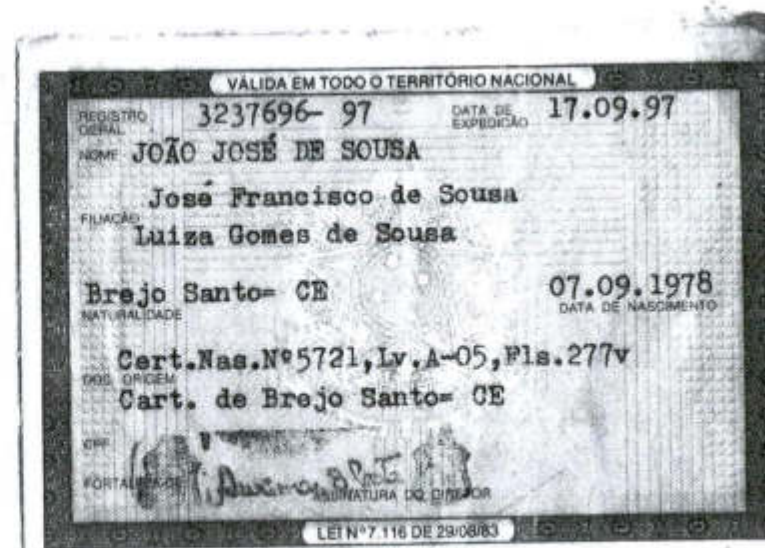


Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 69

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549 SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 71

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
PERÍCIA FORENSE DO ESTADO DO CEARÁ
COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO HUMANA E VEÍCULOS IDENTIFICADAS

PROIBIDO PLASTIFICAR

Polegar Direito

Maria Edilane Ricarte dos Santos Teles

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2016066345-2 DATA DE EMISSÃO 16/03/2016

NOME MARIA EDILANE RICARTE DOS SANTOS TELES
FILIAÇÃO JOSE MACEDO DOS SANTOS
MARCIA EUZA RICARTE DOS SANTOS
NATURALIDADE FATIMA DO SUL - MS

DATA DE NASCIMENTO 26/04/1971

DOC. CRIMINAL CERT. CASAMENTO - CARTÓRIO: SEDE TERMO: 1598 FOLHA: 106V
LIVRO: 8/05 PORTEIRAS - CE
CPF: 545.958.943-68

2 VTA

ASSINATURA DO DETENTOR

LEI Nº 7.116 DE 29.08.83

P.: 55

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA

NOME DO ELEITOR MARIA EDILANE RICARTE DOS SANTOS TELES

DATA DE NASCIMENTO 26/04/1971 1ª REGISTRAÇÃO 0343 4405 0752 ZONA 070 SEÇÃO 0208

MUNICÍPIO / UF BREJO SANTO/CE DATA DE EMISSÃO 09/12/2015

JUIZ ELEITORAL

Assinatura: Maria Edilane Ricarte dos Santos Teles

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

Assinatura: Maria Edilane Ricarte dos Santos Teles

ASSINATURA DO IMPRESSO DIGITAL DO ELEITOR

Nº DO CLIENTE 77546-0

Para efetuar seu atendimento, utilize o nº acima sempre que entrar em contato conosco.

CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA GRUPO B | SÉRIE B-4 | Nº 515197324

Rota 21 15044 50 125200 - 1 Data de Emissão 28/02/2018

Nome FRANCISCO RANGEL TELES DA ROCHA

End. Postal VL LAGOA DO MATO - 01 00330
LAGOA DO MATO - BREJO SANTO - 63260000

Medidor 9919497 Poste 0000 A43E

Classe 04-RURAL 10-RESIDENCIA RURAL MONOFASICA Potência

RG / CPF / CNPJ 448287133-87 CGF

Nome do Responsável

DATAS

Mês de Referência	Data de Apresentação	Próxima Leitura
Mar/2018	28/02/2018	29/03/2018

INDIC. DE QUALIDADE DO FORNECIMENTO

Veja a legenda no verso desta conta.

Conjunta 02-30 S/N/V

Mês Jan 2018 0,90 42,53

DIC 16,50 P

ICMS

Base de Cálculo (R\$)	Alíquota	Valor do Imposto
ISENTO		

ÁREA RESERVADA AO CONTROLE FISCAL

Base de Cálculo (R\$)	Alíquota	Valor do Imposto
ISENTO		

INFORMAÇÕES SOBRE O FATURAMENTO DO CONSUMO

Leit. Atual	Leit. Anterior	Const.	Consumo (kWh)	Const. Ind.	Const. Fat.	Taxa (R\$/kWh)	Valor (R\$)
25609	25415	1,00	194	0,00	194	0,34694	67,

28/02/18 01/01/18 28/01/18 194 67

DESCRIÇÃO

VALOR CONSUMO DO MES 67,

MULTA MORATORIA REF 12/2017 1,

JUROS DO MES 0,

DOACAO APAE - TEL 0800-095-0703 27/36 1,

VENCIMENTO 02/04/2018

TOTAL A PAGAR (R\$) 70,

COMPOSIÇÃO DO VALOR DE CONSUMO

Descrição	Valor (R\$)
Energia	31,94
Transmissão	27,00
Distribuição	2,00
Encargos Setoriais	2,00
Tributos (ICMS PIS-CONFINS)	2,97
TOTAL	67,30

HISTÓRICO DE CONSUMO (últimos 12 meses)

Mês	Consumo (kWh)	Valor (R\$)
200	194	67,30
194	200	67,30
200	270	92,70
199	203	70,00
203	153	52,70
153	204	70,00
204	100	34,69
100	204	70,00
204	192	66,50

CONSUMO CONSCIENTE - EMISSÃO DE CO₂ (kg/kWh)

Compense suas emissões pelo consumo de energia elétrica.

Emitido kg (CO₂) 83,85 Compensado kg (CO₂) 0,00 Compensação Ecológica (%CO₂) 0

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 73 VENCIMENTO

Para mostrar sua conta em débito automático utilize

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

1938307-90 DATA DE EMISSÃO 11-01-1990

EVANDRO FERREIRA DOS SANTOS

Antonio João dos Santos e
Rosa Ferreira dos Santos

Porteiras-CE DATA DE NASCIMENTO 06-02-1972

Cert. Nas. Nº86, Lv. A-01, Fls. 226
Cart. Reg. Civil de Porteiras-CE

LEI Nº 116 DE 29/06/93

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na legislação vigente.

Assinatura: *Evandro Ferreira dos Santos*
EVANDRO FERREIRA DOS SANTOS

S
E
R
V
I
D
O

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
Emitido em : 18/03/95

EVANDRO FERREIRA DOS SANTOS

740497123-34

06/02/72

EVANDRO FERREIRA DOS SANTOS

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

Receita Federal

TÍTULO
0421 8126 0779



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

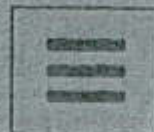


www.tse.jus.br/eleitor/ser

12



Buscar...



IDENTIFICAÇÃO

Inscrição: 042181260779

Eleitor: EVANDRO FERREIRA DOS SANTOS

DOMICÍLIO ELEITORAL

Eleições Gerais 2018 - 1º Turno (07/10/2018)

Zona: 070 Seção: 0044

Local: ESC MUN BARTOLOMEU MADEIRO

Endereço: VILA LAGOA DO MATO - LAGOA DO
MATO-SEDE

Município: BREJO SANTO - CE



Nova consulta

Autenticado eletronicamente, confira com original.

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 75

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

VENCIMENTO	01/06/2018	TOTAL A PAGAR (R\$)	153,60
COMPOSIÇÃO DO VALOR DE CONSUMO		HISTÓRICO DE CONSUMO (últimas 12 meses)	
Energia	60,43	4230	Mai
Transmissão	10,00	494	Jun
Distribuição	10,00	3906	Jul
Emprego Setorial	14,12	3691	Ago
Tributos (ICMS PIS COFINS)	7,70	3927	Sep
TOTAL	128,70	6370	Out
		4174	Nov
		6846	Dez
		4476	Jan
		5092	Fev
		4497	Mar
		3437	Abr
		4453	Mai
CONSUMO CONSCIENTE - EMISSÃO DE CO₂ (kg/kWh)			
Compense suas emissões pelo consumo de energia elétrica.			
Emitido kg (CO ₂)	Compensado kg (CO ₂)	Consciência Ecológica (NCCO) em %	
213,51	0,00	0%	
INFORMAÇÕES IMPORTANTES E AVISOS DE VENCIMENTO			
PARA CADASTRAR SUA CONTA EM DÉBITO AUTOMÁTICO UTILIZE SEU NÚMERO DE CLIENTE SENDO O DÍGITO VERIFICADOR "7".			
Chame os vizinhos e amigos e envie no WhatsApp ao número 0800-0800000 do Denovo, Zika e Chikungunya, Ministério da Saúde, Gov. Federal!			
Consta desta fatura R\$ 7,70 referente a PIS e COFINS-Alíquotas: PIS:1,08% e COFINS:4,94% (Inc. do Reg. do Imp. sobre Prod. Indus. e Serv. - Lei nº 10.307/01 e Regulamento).			
Para este mês a bandeira será Verde, sem custo adicional para os consumidores. Mais informações em www.br-el.com.br			





5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA

NOME DO ELEITOR
MARIA ZENEIDE GONCALVES PINHEIRO

DATA DE NASCIMENTO **05/03/1966** Nº INSCRIÇÃO **0205 3273 0736** D.V. **070** ZONA **0043**

MUNICÍPIO / UF
BREJO SANTO/CE

DATA DE EMISSÃO
03/11/2015

JUIZ ELEITORAL

PRESIDENTE DO TRE/CE



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>



CAIXA ECONOMICA FEDERAL

QUINA: sorteios de segunda-feira a sábado, Ap

153-697523345-8

02/Jun/2018

HORA DE 11:59:19

LOT. 05.05815-0
LOCALIDADE: BREJO SANTO
AG. VINCULADA: 0744

TERM 047836

COMPROVANTE DE PAGAMENTO
COMPANHIA ENERGETICA DO CEARA

VALOR DO PAGAMENTO: 234,56

83810000027 345600310000
000007749503 052439562549

153-697523345-8

1ª VIA

Nº DO CLIENTE

77495-2

Para agilizar seu atendimento, utilize-se acima
sempre que entrar em contato conosco.

A Tarifa Social da Energia Elétrica
foi criada pela Lei nº 10.438
de 26 de abril de 2002

Companhia Energética do Ceará
Rua Padre Valdevino, 150
CEP 60135-040 | Fortaleza-CE
CNPJ 07047251/0001-70 | CGF 06.105.049-3



CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA GRUPO B | SÉRIE B-4 | Nº

Rota 21 15044 50 016000 - 6 Data de Emissão 519217395
Nome FERNANDO AMARO PINHEIRO 29/03/2018
End. Postal VL LAGOA DO MATO - 01 00020
LAGOA DO MATO - BREJO SANTO - 63260000
Medidor 4874900
Classe 01-RESIDENCIAL TRIFASICO
RG / CPF / CNPJ 214774263-53
Nome do Responsável CGF

DATAS

Mês de Referência Data da Apresentação Previsão Próxima Leitura
Abr/2018 28/04/2018 28/04/2018

ÍNDIC. DE QUALIDADE DO FORNECIMENTO

Veja a legenda no verso desta conta.

Conjunta BREJO SANTO
Mês Fev/2018

EUSD 65,26

ICMS

Base de Cálculo (R\$) Alíquota Valor do Imposto
200,84 27,00% 54,22

Padrão de Referência P

	Mensal	Trim.	Anual	Mensal	Trim.	Anual
DIC	10,44	20,88	41,76	0,25	0,00	0,00
FIC	7,52	15,04	30,09	1,00	0,00	0,00
DMIC	5,58			0,25		

ÁREA RESERVADA AO CONTROLE FISCAL

38CB,257B,FA5D,BF78,8EB4,B46E,B5A3,C11F

INFORMAÇÕES SOBRE O FATURAMENTO DO CONSUMO

Leit. Atual	Leit. Anterior	Const.	Consumo (kWh)	Cons. Ind.	Cons. Fat.	Tarifa (R\$/kWh)	Valor (R\$)
16443	16159	1,00	284	0,00	284	4,18721	200,84
29/03/18	26/02/18		29 DIAS		284		200,84

VALOR CONSUMO DO MES
ILUMINACAO PUBLICA MUNICIPAL

VALOR (R\$)
200,84
33,72

VENCIMENTO

10/06/2018

TOTAL A PAGAR (R\$)

234,56

COMPOSIÇÃO DO VALOR DE CONSUMO

Energia	66,80
Transmissão	5,87
Distribuição	45,97
Encargos Setoriais	15,90
Tributos (ICMS PIS/COFINS)	66,30
TOTAL	200,84

HISTÓRICO DE CONSUMO (últimos 12 meses)

Mês	Consumo (kWh)
2018	283
2017	284
2016	333
2015	290
2014	423
2013	279
2012	272
2011	282
2010	197
2009	290
2008	255
2007	292
2006	202

CONSUMO CONSCIENTE - EMISSÃO DE CO₂ (kg/kWh)

Compense suas emissões pelo consumo de energia elétrica.
Emitido kg (CO₂) Compensado kg (CO₂) Consolidação Ecológica (NCO₂)
110,87 0,00 85

INFORMAÇÕES IMPORTANTES E AVISOS DE VENCIMENTO

PARA CADASTRAR SUA CONTA EM DÉBITO AUTOMÁTICO UTILIZE
SEU NÚMERO DO CLIENTE SEGUÍDO DO DÍGITO VERIFICADOR.

Chame os vizinhos e amigos e entre no combate ao mosquito transmissor
de dengue, zika e chikungunya. Ministério da Saúde, Gov. Federal

A ENEL AGRADECE E PARABENIZA PELA PONTUALIDADE NOS SEUS PAGAMENTOS.

NÃO FOI POSSÍVEL COLHER LEITURA POR: FAT MÉDIA-LEIT BIMESTRAL ART 66 RES 414
Consta desta fatura R\$ 12,00 referente a PIS e COFINS. Alíquotas: PIS: 0,74% e COFINS: 3,39%
Lavr. 9 Res. 100-2005 - ANEEL e Lei n. 10.637-02 e 10.638-01

Informamos que a tarifa foi reajustada, em média, em 4,36%, conforme Resolução
Homologatória ANEEL n. 2.383/2018, com vigência de 22/04/2018 a 21/04/19. Estamos em
Bandeira Amarela com custo de 1,00 real a cada 100kWh (quilowatt-hora). Informações: w
wv.aneel.gov.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549 SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 79

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA

NOME DO ELEITOR
PEDRO FERREIRA DE SOUZA

DATA DE NASCIMENTO
06/08/1956

INSCRIÇÃO
0205 3525 0728

SEÇÃO
070 0044

MUNICÍPIO / UF
BREJO SANTO/CE

DATA DE EMISSÃO
07/01/2018

JUIZ ELEITORAL

PARA USO DE IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Receita Federal
Cadastro de Pessoas Físicas

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número
122.585.123-87

Nome
PEDRO FERREIRA DE SOUZA

Nascimento
06/08/1956

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

CÓDIGO DE CONTROLE
7FB3.D8C1.C9B6.E6A7

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na Internet, no endereço
www.receita.fazenda.gov.br

Comprovante emitido pela
Secretaria da Receita Federal do Brasil
às 09:04:21 do dia 16/07/2015 (hora e data de Brasília)
dígito verificador: 00

SECRETARIA DE POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ

1.088.181

Pedro Ferreira de Souza

José Ferreira de Souza

Maria Ferreira de Souza

B. Santo. 06/08/56

12/10/77

SECRETARIA DE POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ

ASSINATURA DO ELEVADO



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 80

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

1021340-6

Para agilizar seu atendimento, utilize o nº acima sempre que entrar em contato conosco.

Companhia Energética do Ceará
Rua Padre Valdevino, 150
CEP 60135-040 | Fortaleza CE
CNPJ 07047251/0001-70 | CGF 06.106.048-3

CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA GRUPO B | SÉRIE B-4 | N°

523298160

Rota 21 15044 50 131200 - 4

Data de Emissão

28/04/2018

Nome DEIVES FIGUEIREDO FERREIRA

End. Postal VL LAGOA DO MATO -01 00305

LAGOA DO MATO - BREJO SANTO - 63260000

Medidor 1626029

Posto

0000 A43E

Classe 01-RESIDENCIAL 01-NORMAL TRIFASICO

RG / CPF / CNPJ 035134173-06

CGF

Nome do Responsável

DATAS

Mês de Referência
Moi/2018
Data da Apresentação
28/04/2018
Previsão Próxima Leitura
30/05/2018

ÍNDICE DE QUALIDADE DO FORNECIMENTO

Veja a legenda no verso desta conta.

Conjunto BREJO SANTO

Mês Mai/2018

EUSD 117,93

ÍNDICES

Base de Cálculo (R\$) 173,54
Alíquota 27,00%
Valor do Imposto 46,85

	Padrão Individual			Apuração Individual		
	Mensal	Trim.	Anual	Mensal	Trim.	Anual
DIC	10,44	20,98	41,76	0,00	1,40	0,00
FIC	7,52	15,04	30,09	0,00	1,00	0,00
DMIC	5,58			0,00		

ÁREA RESERVADA AO CONTROLE FISCAL

CADE.FTBA.96SE.9090.DAGA.3035.6DC4.1569

INFORMAÇÕES SOBRE O ATUAMENTO DO CONSUMO

Leit. Atual	Leit. Anterior	Const.	Consumo (kWh)	Cons. Ind.	Cons. Fat.	Tarifa (R\$/kWh)	Valor (R\$)
FP 19114	18864	1,00	250	0,00	250	0,69416	173,54
28/04/18	29/03/18		30 DIAS		250		173,54

DESCRIPÇÃO VALOR (R\$)

VALOR CONSUMO DO MES

173,54

ILUMINACAO PUBLICA MUNICIPAL

31,04

VENCIMENTO

01/06/2018

TOTAL A PAGAR (R\$)

204,58

COMPOSIÇÃO DO VALOR DE CONSUMO

Energia	65,25
Transmissão	5,27
Distribuição	37,23
Encargos Setoriais	9,98
Tributos (ICMS PIS/COFINS)...	54,01
TOTAL	173,54

HISTÓRICO DE CONSUMO Últimos 12 meses

RED	Ma	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Sep	Out	Nov	Dez	Jan
	294	250	276	524	0	308	261	296	241	282	217
	189										

CONSUMO ORIENTANTE EMISSÃO DE CO₂ (kg/kWh)

Compense suas emissões pelo consumo de energia elétrica.

Emitido kg (CO₂) 97,60Compensado kg (CO₂) 0,00Consciência Ecológica (%CO₂) 0%

100

INFORMAÇÕES IMPORTANTES E AVISOS DE VENCIMENTO

CONTAS EM ATRASO

AVISO DE DÉBITO VENCIDO:

Informamos existir débitos vencidos sem acréscimos legais até esta data, no valor de R\$ 557,58. Seu fornecimento de energia poderá ser suspenso em até 90 dias contados a partir da fatura vencida e não paga.

DÉBITOS ANTERIORES

Mês/Ano	Valor (R\$)
02/2018	116,91
03/2018	441,07

Consta desta fatura R\$ 7,16 referente a PIS e COFINS. Alíquotas: PIS:0,74% e COFINS:3,39% (Lei n.º 100/2000 - ANEEL e Lei n.º 10.637/02 e 10.833/03).
Caro Cliente, constam quitadas as faturas de consumo de energia elétrica desta unidade consumidora vencidas até 31/12/2017, conforme a Lei N. 12.007/2009. Esta declaração substitui quitacoes anteriores.Nº do Cliente: 1021340-6
Data de Emissão: 28/04/2018
Nº da Nota Fiscal: 523298160

Referência: Mai/2018

Total a Pagar (R\$): 204,58

Nº de Controle: 0001021340 00510 39922 63

83850000002-4 04580031000-4 00010213400-6 05103992294-9



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://portal.autenticacao.assinatura.camara-leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 81

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

316.401 2a Via PASEL 23.12.91

JOHNSON ROCHA GOMES

João Belarmino Gomes
Mário Edônia Rocha Gomes
Serraia-PE

05.03.1949

Port. Car. nº 3.332.1.V. B-12. Fls 247

Cart. E. Santo-CE

047.399.592-91

SINATURA DO DETENTOR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

10-I





J. Rocha

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO

JOHNSON ROCHA GOMES

TÍTULO ELEITORAL

IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA

DATA DE NASCIMENTO 05/03/1949

N. INSCRIÇÃO 0067 0888 0795

DATA DE EMISSÃO 07/01/2016

BREJO SANTO/CE

JUIZ ELEITORAL

J. Rocha

PROVIDÊNCIA ELETRÔNICA

CIC

JOHNSON ROCHA GOMES

NASCIMENTO 05.03.49

CONTRIBUIÇÃO 16 645 666 440

ANO DE EMISSÃO 08/01/2016

J. Rocha



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Apresentação do requerimento de outorga de radiodifusão (3079891)

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 82

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

Rota 27 15044 50 060E00 - 2 Data de Emissão 524417839
 Nome ANA LUCIA NOROES GOMES 09/05/2018
 End. Postal ST LAGOA DO MATO 00209
 VILA FELIZ - BREJO SANTO - 63260000
 Medidor 1651957 Poste 0000 0000
 Classe 04-RURAL 01-AGROPECUARIA TRIFASICO
 RG/CPF/CNPJ 195236883-91 CGF
 Nome do Responsável

DADOS			ÍNDIC. DE QUALIDADE DO FORNECIMENTO					
Mês de Referência	Data de Apresentação	Previsão Próxima Leitura	Veja a legenda no verso desta conta.					
Mai/2018	09/05/2018	11/06/2018	BREJO SANTO					
ICMS			Mar/2018					
Base de Cálculo (R\$)	Alíquota	Valor do Imposto	EUSD 52,14					
ISENTO			Apuração Individual					
ÁREA RESERVADA AO CONTROLE FISCAL			Mês					
66FA.857E.1506.6241.4405.1045.8411.851F			Mês					
INFORMAÇÕES SOBRE O FATURAMENTO DO CONSUMO			Mês					
Leit. Atual			Mês					
Leit. Anterior			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					
Consumo (kWh)			Mês					



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 84

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1372553-87. DATA DE EXPEDIÇÃO 01-09-1987

NOME MARIA GONÇALVES DE SOUSA PINHEIRO

FILIAÇÃO Antonio Gonçalves de Sousa e
Francisca Lojolina de Jesus

Brejo Santo-CE. 02-10-1964
NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

DOO ORIGEM Cert. Cas. N.º 641, Lv. B-4, Fls. 22.
Cart. Reg. Civil de Brejo Santo-CE.

CPF: * * * * *

SIGNATURA DO DIRETOR

LEI N.º 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

Maria Gonçalves de Sousa
assinatura ou impressão digital do eleitor

VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
CADERNO DE PESSOAS FÍSICAS

NÚMERO DE INSCRIÇÃO: 399650583-34

NOME COMPLETO
MARIA GONÇALVES DE SOUSA PINHEIRO

NASCIMENTO
02-10-64

ASSINATURA
Maria Gonçalves de Sousa Pinheiro

TERA VALIDADE SOMENTE COM A APRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO DE IDENTIDADE



CERTIFICADO DE REGISTRO CIVIL

NOME: MARIA GONÇALVES DE SOUSA PINHEIRO
DATA DE NASCIMENTO: 01-09-1987
LOCAL DE NASCIMENTO: Brejo Santo - CE.
NOME DO PAI: Antonio Gonçalves de Sousa e Francisca Lejolima de Jesus
DATA DO CASAMENTO: 02-10-1967
LOCAL DO CASAMENTO: Brejo Santo - CE.
CERT. CAS.: N.º 41, IV, P-4, Fls. 22.
CERT. REG. CIVIL do Brejo Santo - CE.

BRASIL, 2 de Outubro de 1983

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

PROTEÇÃO DEBIDA

MARIA GONÇALVES DE SOUZA

Petrópolis

VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

MARTIA GONÇALVES DE SOUSA FIGUEIRO

02-10-64

Marta Gonçalves de Sousa Figueiro



Nº DO CLIENTE

3232565-7

Para agendar seu atendimento, utilize o nº acima sempre que entrar em contato conosco.

Em 1998, quando foi criada a Enel Brasil, foi criada pela Lei nº 10.438 de 28 de abril de 2002

Companhia Energética do Ceará
Rua Padre Valdevino, 150
CEP 60135-040 | Fortaleza - CE
CNPJ 07047251/0001-70 | CGF 06.105.848-3

enel

CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA GRUPO B | SÉRIE B-4 | N°

519972753

Rota 25 15044 02 025900 - 4 Data de Emissão 05/04/2018
Nome MARIA GONCALVES DE SOUSA PINHEIRO
End. Postal RU FELIZ 00158
VILA FELIZ - BREJO SANTO - 63260000
Medidor 2406181 Poste 0000 0000
Classe 04-RURAL 10-RESIDENCIA RURAL MONOFASICO
RG/CPF/CNPJ 399650583-34 CGF
Nome do Responsável

DATAS

Mês de Referência Data de Apresentação Previsão Próxima Leitura
Abr/2018 05/04/2018 07/05/2018

INDIC. DE QUALIDADE DO FORNECIMENTO

Veja a legenda no verso desta conta.

Conjunto BREJO SANTO
Mês Fev/2018 EUSD 23,79

ICMS

Base de Cálculo (R\$) Aliquota Valor do Imposto

(ISENTO)

Período Individual			Apuração Individual		
Mensal	Trim.	Anual	Mensal	Trim.	Anual
DIC 0,44	00,88	41,76	0,25	0,00	0,00
FIC 7,52	5,04	30,89	1,00	0,00	0,00
DMIC 1,58			0,25		

ÁREA RESERVADA AO CONTROLE FISCAL

7891.9361.2048.2417.06AA.A072.0044.C3FC

INFORMAÇÕES SOBRE O FATURAMENTO DO CONSUMO

Leit. Atual	Leit. Anterior	Const.	Consumo (kWh)	Const. Incl.	Const. Excl.	Tarifa (R\$/kWh)	Valor (R\$)
FP 16056	15911	1,00	145	0,00	145	0,35221	51,15
05/04/18	07/03/18		29 Dias		145		51,15

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
VALOR CONSUMO DO MES	51,15
JUROS DO MES	0,45
TIT CAPITAL BOA ACAO BOA SORTE-0800 600 0560	2,99

VENCIMENTO 07/05/2018

TOTAL A PAGAR (R\$)

54,59

COMPOSIÇÃO DO VALOR DE CONSUMO

Energia	23,79
Transmissão	1,00
Distribuição	1,00
Encargos Setoriais	1,00
Tributos (ICMS PIS-COFINS)...	3,07
TOTAL	51,15

HISTÓRICO DE CONSUMO (últimos 12 meses)

135	145	134	151	134	173	139	126	144	147	106	149
FEV	MAR	ABR	MAY	JUN	JUL	AUG	SET	OCT	NOV	DEZ	JAN

CONSUMO CONSCIENTE - EMISSÃO DE CO₂ (kg/kWh)

Compense suas emissões pelo consumo de energia elétrica.

Emitido kg (CO ₂)	Compensado kg (CO ₂)	Consciência Ecológica (%CO ₂)
62,67	0,00	0%

INFORMAÇÕES IMPORTANTES E AVISOS DE VENCIMENTO

CONTAS EM ATRASO

AVISO DE DÉBITO VENCIDO:
Informamos existir débitos vencidos sem acréscimos legais até esta data, no valor de R\$ 55,04. Seu fornecimento de energia poderá ser suspenso em até 30 dias contados a partir da fatura vencida e não paga.

DÉBITOS ANTERIORES

Mês Ant.	Valor
02/2018	55,04

Consta desta fatura R\$ 3,07 referente a PIS e COFINS. Aliquotas: PIS:1,00% e COFINS:4,94%

Para este mês a bandeira será verde, sem custo adicional para os consumidores. Mais informações em www.enel.com.br




Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://appleg-autenticidade-assinatura.camara-leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 87


5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

Gerar a partir de http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru_novosite/gru_simples_parte2.asp

 <p>MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL Guia de Recolhimento da União - GRU</p>	Código de Recolhimento	18822-0
	Número de Referência	
	Competência	
	Vencimento	
Nome do Contribuinte / Recolhedor: ASSOC. DE RADIODIFUSÃO COMU DA LAGOA DO MATO	CNPJ ou CPF do Contribuinte	30.635.962/0001-88
Nome da Unidade Favorecida: COORDENACAO-GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS	UG / Gestão	240101 / 00001
Instruções: As informações inseridas nessa guia são de exclusiva responsabilidade do contribuinte, que deverá, em caso de dúvidas, consultar a Unidade Favorecida dos recursos.	(=) Valor do Principal	100,00
	(-) Desconto/Abatimento	
	(-) Outras deduções	
	(+) Mora / Multa	
GRU SIMPLES Pagamento exclusivo no Banco do Brasil S.A. [STNCFBF3DA8098D24F48EF5CF4EBAF0931E]	(+) Juros / Encargos	
	(+) Outros Acréscimos	
	(=) Valor Total	100,00

85800000001-1 00000254188-2 22042122306-2 35962000188-6



 <p>MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL Guia de Recolhimento da União - GRU</p>	Código de Recolhimento	18822-0
	Número de Referência	
	Competência	
	Vencimento	
Nome do Contribuinte / Recolhedor: ASSOC. DE RADIODIFUSÃO COMU DA LAGOA DO MATO	CNPJ ou CPF do Contribuinte	30.635.962/0001-88
Nome da Unidade Favorecida: COORDENACAO-GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS	UG / Gestão	240101 / 00001
Instruções: As informações inseridas nessa guia são de exclusiva responsabilidade do contribuinte, que deverá, em caso de dúvidas, consultar a Unidade Favorecida dos recursos.	(=) Valor do Principal	100,00
	(-) Desconto/Abatimento	
	(-) Outras deduções	
	(+) Mora / Multa	
GRU SIMPLES Pagamento exclusivo no Banco do Brasil S.A. [STNCFBF3DA8098D24F48EF5CF4EBAF0931E]	(+) Juros / Encargos	
	(+) Outros Acréscimos	
	(=) Valor Total	100,00

85800000001-1 00000254188-2 22042122306-2 35962000188-6



5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549



Assinatura eletronicamente, após conferência com original.

consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru_novosite/gerarHTML.asp

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 88

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
11/06/2018 - AUTOATENDIMENTO - 19.06.45
0640800640 SEGUNDA VIA 0023

COMPROVANTE DE PAGAMENTO

CLIENTE: CAROLINA MARIA F MACEDO

AGENCIA: 0640-8 CONTA: 23.627-6

Convenio GRU-GUIA RECOLHIM. UNIAO

Codigo de Barras 85800000001-1 00000254188-2
22042122306-2 35962000188-6

Data do pagamento 11/06/2018
Valor em Dinheiro 100,00
Valor em Cheque 0,00
Valor Total 100,00

DOCUMENTO: 061101

AUTENTICACAO SISBB: 8.BDF.001.FC6.DF7.0E0



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.br/autenticidade-assinatura-camara-leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 89

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

ANEXO 3
MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA				
Razão Social:	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DO CONDOMÍNIO RURAL DA MUTAMBA			
Endereço:	SÍTIO MUTAMBA, SIN, ZONA RURAL	CNPJ:	04.257.950/0001-01	
Município:	BREJO SANTO	UF:	CE	CEP: 63.260-000
Nome do representante legal:	DAMIÃO SOUSA SANTOS			

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA DO MATO - AECIAM, CNPJ nº 30.635.962/0001-88 (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Damião Sousa Santos

Assinatura do representante legal da entidade apoiadora

BREJO SANTO - CE, 08 DE JUNHO DE 2018

Data, Município e UF

ATENÇÃO:

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada da cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da ata de eleição ou Termo de Posse do Declarante.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara-leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 90



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
04.254.950/0001-01
MATRIZ

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE
SITUAÇÃO CADASTRAL

DATA DE ABERTURA
24/11/2000

NOME EMPRESARIAL

ASSOCIACAO DOS PRODUTORES DO CONDOMINIO RURAL DA MUTAMBA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)

PORTE

DEMAIS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL

94.12-0-99 - Outras atividades associativas profissionais

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS

Não informada

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA

399-9 - Associação Privada

LOGRADOURO

SIT MUTAMBA

NÚMERO

S/N

COMPLEMENTO

CEP

63.260-000

BAIRRO/DISTRITO

ZONA RURAL

MUNICÍPIO

BREJO SANTO

UF

CE

ENDEREÇO ELETRÔNICO

TELEFONE

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL

ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL

03/11/2005

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **05/06/2018** às **13:20:33** (data e hora de Brasília).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

data.fazenda.gov.br/pessoajuridica/cnpj/cnpjreva/Cnpjreva_Comprovante.asp

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 91

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

Ass. Leandro de Lima

Ata da Assembleia Geral Extraordinária
realizada em 20 de Fevereiro de 2007

Aos vinte dias do mês de Fevereiro do ano
de 2007 às 16:00 hs, reuniram-se na preside-
cia do Sr. Francisco Joaquim de Lima, locali-
zado no sítio Mutamba, neste município de
Bom Santo, Estado do Ceará, reuniram-se
do (dez) sócios da Associação dos Produtores
do Condomínio Rural da Mutamba, para a
votação da eleição do Conselho de adminis-
tração e do Conselho Fiscal da citada asso-
ciação. Como não houve disputa aos cargos
que compõem os dois conselhos, foi formada
uma chapa única, sendo a mesma votada
por aclamação, tendo os seguintes resultados:
Para o Conselho de Administração foi votado
para o cargo de coordenador o Sr. Camilo
Sousa Santos; secretário, Edvaldo Laurentino
Miranda; coordenador técnico, Antonio Raimun-
do dos Santos; coordenador de infra-estrutura,
João Raulino de Lima; e coordenador de mercado,
Pedro Ferreira da Silva; Para o Conselho Fiscal
foram eleitos os sócios: Francisco Edmo Lue-
na Lima, Francisco Joaquim de Lima e José
Pereira da Silva, todos titulares; tendo como
suplentes os sócios, Evandro Ferreira dos
Santos, João Pereira de Lima e Clelio Vicente
dos Santos. Os sócios eleitos e suppositivos

Margalida Maria de Souza
Substituta

o Fiscal, terão um mandato de oaldos/auos
compreendendo o período de 2002/07 a 2002/09.
Não havendo nenhum outro assunto a ser dis-
cutido, um quem mais quizesse fazer o uso
da palavra, o coordenador deu por encerrada
a assembleia, e para constar, eu José Pereira
de Lima, secretário, lavrei a presente ata
que depois de lida e quando aprovada se-
rá assinada pelos participantes presentes.

João Pereira Filho	Seu Zozinho
Pedro Ferreira	Pedro Ferreira
Edmundo José Romualdo	Naldo
Seu Edmo Lima Jr A	Edmo
Antonio Biquinho dos Santos	Nendo
Francisco Joaquim de Lima	Chiquinho
Seu Eduardo de Lima	Carilido
Seu Zuzo Santa	Damiano
Guilherme Pereira dos Santos	Juan Jr.
João Pereira de Lima	Seu João
	Euandro

Cartório Paula Pessoa

CERTIDÃO

CERTIFICO que o(a) presente Ata da Assen-
bléia Geral Extraordinária reg,
digo Para eleição do Conselho
foi registrada(s) no livro A-E
Registro de Títulos e Documentos
deste Cartório do 3º OFFÍCIO, as fls. 34, sob o nº
de ordem 828 e protocolado no livro 1 às fls. 138.
nesta data e foram feitas as devidas anotações.

O Certificado e verdade. Dou fé.

Brejo Santo - CE, 26 de 04 de 2004.

Margarida Maria de Souza
- Substituta -



ANEXO 3
MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA				
Razão Social:	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DA DONAS DE CASA DO POUCADO DA LAGOA DO MATO			
Endereço:	SÍTIO LAGOA DO MATO, SIN, ZONA RURAL	CNPJ:	01.170.807/0001-35	
Município:	BREJO SANTO	UF:	CE	CEP: 63.240-000
Nome do representante legal:	MARIA GONÇALVES DE SOUSA PINHEIRO			

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA DO MATO - ARCLAM, CNPJ nº 30.635.962/0001-88 (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Maria Gonçalves de Sousa Pinheiro
Assinatura do representante legal da entidade apoiadora

BREJO SANTO - CE, 08 DE JUNHO DE 2018
Data, Município e UF

ATENÇÃO:

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada da cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da ata de eleição ou Termo de Posse do Declarante.



		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 01.170.807/0001-35 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 30/04/1996
NOME EMPRESARIAL ASSOC COMUN DAS DONAS DE CASA DO POVOADO LAGOA DO MATO			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO SIT LAGOA DO MATO	NÚMERO S/N	COMPLEMENTO	
CEP 63.260-000	BAIRRO/DISTRITO ZONA RURAL	MUNICÍPIO BREJO SANTO	UF CE
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 14/10/2009	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://recepca.fazenda.gov.br/pessoajuridica/cnpj/cnpjreva/Cnpjreva_Comprovante.asp

Sinalização do requerimento de entrega de radiodifusão (507.9091)

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 96

Ata da Assembleia Geral Ordinária da Associação das Donas de Casa do povoado Lagoa do Mato, realizada no dia 22 de Março de 1998.

Por 22 (Vinte e dois) dias do mês de Março do ano de 1998, (Mil novecentos e noventa e oito) às 17:00 (Dezesseis) horas, na residência de Maria Hmilda dos Santos Silva, no povoado Lagoa do Mato, reuniram-se as Donas de casa do citado povoado, para eleger e empossar a nova Diretoria da Associação. A sessão foi aberta e conduzida, pelo Tesoureiro, Eufêmia dos Santos, que chamou a atenção das Donas de casa presentes, para refazer a Diretoria pelo motivo de já haver terminado o mandato, fazendo questões de lembrar, que a presidente havia ido embo e a Tesoureira não tem mais condições de assumir outro mandato, precisava escolher outras pessoas para preencher os cargos, e foi sugerido dois nomes para fechar a lacuna e a lista foi composta da seguinte forma: presidente, Francisca Gonçalves de Souza, Vice presidente, Francisca Maria Furtado dos Santos, Secretária, Francisca Amaro Moreira, 2ª Secretária, Ivany Gomes da Silva, Tesoureira, Maria Edilene Damasceno, 2ª Tesoureira, Maria do Socorro Beirão da Silva, Conselho Fiscal, Maria Da Dones Barros de Araujo, Maria Gonçalves de Souza, Benkeino e Maria de Lourdes Souza. A ordem da composição, foi posta em votação, sendo feita por unanimidade da parte das 20 (Vinte) Donas de Casa presente, obtendo-se 20 (Vinte) Votos. Diante do resultado alcançado, a coordena Dona da Sessão, as declarou eleitas e empossadas. Para administrar a Associação, por um período de 1 (um) ano a contar da presente data. Em seguida encerramos a sessão da qual consta foi

firmado a presente ata que depois de lida e ac.
ta conformem, será assinada pelo Diretor e pela
Dona da Casa presentes. Lagoa do Mato 22 de março de
1958

Presidente Francisca Gonçalves de Sousa

V. Presidente Francisco Antônio Furtado dos Santos

Secr.ária Francisca Amaro Moura.

2ª Secretária Juani Gomes da Silva

Tesoureira M^a Edilene Damasceno

2ª Tesoureira Maria do Socorro Leonardo da Sil

+ Maria das Dores Barros de Araújo

+ Maria Gonçalves de Sousa pinheiro.

+ Maria de Lourdes Sousa

+ Maria Lúcia das Santos Mariano

+ Edilene dos Santos

+ Almira dos Santos.

+ Maria de Fátima da Silva

+ Marieta de Souza - Santa

+ Rosineide Ferreira de Oliveira

+ Maria Ferreira da Silva

+ Francisco Pinheiro Gonçalves

+ Eulálio Maria da Silva

+ J. N. Amílcar Leandro

+ F^{co} Antônio Furtado dos Santos

+ M^a Leonilde de Sousa

+ Francisca Alves do Nascimento

+ " Vilmar Alves

+ Josefa Jêr Ferreira

5861dc5f7f0e4bcb-b6b0-90511fb22549



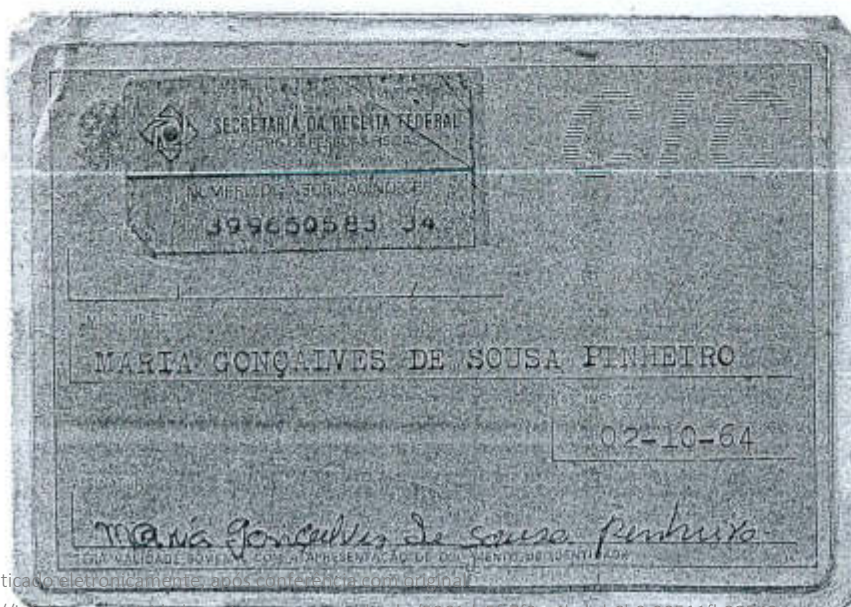
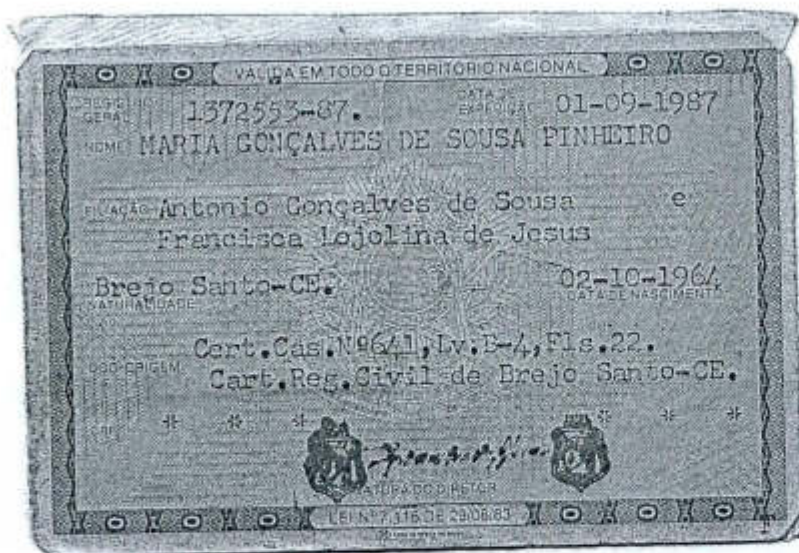


Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 99

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549



Nº DO CLIENTE
3232565-7
Para garantir seu atendimento, utilize o nº acima sempre que entrar em contato conosco.

Enel
Companhia Energética do Ceará
Rua Padre Veldeiro, 150
CEP 60135-040 | Fortaleza CE
CNPJ 07047251/0001-70 | CGF 08.105.848-3

CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA GRUPO B - SÉRIE B-1 N° 50992753
Rota 25 15044 02 025900 - 4
Data de Emissão 05/04/2018
Nome MARIA GONCALVES DE SOUSA PINHEIRO
End. Postal RU FELIZ 00158
VILA FELIZ - BREJO SANTO - 63260000
Medidor 2406181
Posto 0000 0000
Classe 04-RURAL 10-RESIDENCIA RURAL MONOFASICO
RG / CPF / CNPJ 399650583-34
CGF
Nome do Responsável

DADOS			ÍNDICE DE QUALIDADE DO FORNECIMENTO		
Mês de Referência	Data de Apresentação	Previsão Próxima Leitura	Veja a legenda no verso desta conta.		
Abr/2018	05/04/2018	07/05/2018	Conjunta	BREJO SANTO	
ICMS			Mês	Fev/2018	EUSD 23,79
Base de Cálculo (R\$)			Apuração Individual		
Alíquota			Monat	Trim.	Anual
Valor do Imposto			Monat	Trim.	Anual
DIC			Monat	Trim.	Anual
FIC			Monat	Trim.	Anual
DMIC			Monat	Trim.	Anual

INFORMAÇÕES SOBRE O FATURAMENTO DO CONSUMO							
Leit. Atual	Leit. Anterior	Const.	Consumo (kWh)	Cons. Incl.	Cons. Excl.	Tarifa (R\$/kWh)	Valor (R\$)
FP 16056	15911	1,00	145	0,00	145	0,35201	51,15
05/04/18	07/03/18		29 Dias		145		51,15

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
VALOR CONSUMO DO MES	51,15
JUROS DO MES	0,45
TIT CAPITAL BOA ACAO BOA SORTE-0300 600 0560	2,99

VENCIMENTO 07/05/2018
TOTAL A PAGAR (R\$) 54,59

COMPOSIÇÃO DO VALOR DE CONSUMO		HISTÓRICO DE CONSUMO (últimos 12 meses)											
Energia	23,80	135	145	134	151	134	173	139	126	144	147	106	149
Transmissão	15,20												
Distribuição	16,21												
Encargos Setoriais	5,61												
Tributos (ICMS PIS-COFINS)...	3,07												
TOTAL	51,15												

CONSUMO CONSCIENTE E EMISSÃO DE CO ₂ (kg/kWh)		
Compense suas emissões pelo consumo de energia elétrica.		
Emitido kg (CO ₂)	Compensado kg (CO ₂)	Consistência Ecológica (%CO ₂)
62,67	0,00	0

INFORMAÇÕES IMPORTANTES E AVISOS DE VENCIMENTO

CONTAS EM ATRASO

AVISO DE DÉBITO VENCIDO:
Informamos existir débitos vencidos sem acréscimos legais até esta data, no valor de R\$ 55,04. Seu fornecimento de energia poderá ser suspenso em até 30 dias contados a partir da fatura vencida e não paga.

DÉBITOS ANTERIORES

Mes/Ano	Val. R\$
02/2018	55,04

Consta desta fatura R\$ 3,07 referente a PIS e COFINS. Alíquotas: PIS: 1,08% e COFINS: 4,94% (Port. 9 Rev. 100-20-05 e ANEEL e taxa n. 10-607-02 e 10-603-001)

Para este mês a bandeira será verde, sem custo adicional para os consumidores. Mais informações em www.aneel.gov.br



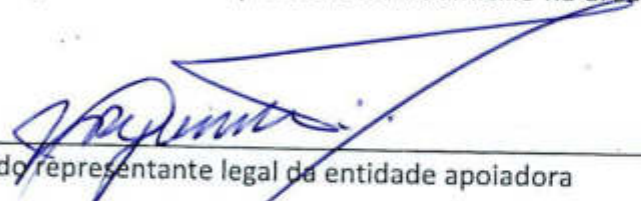
5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

ANEXO 3
MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA				
Razão Social:	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DO SÍTIO LAGOA DO MATO I			
Endereço:	SÍTIO LAGOA DO MATO I, S/N, ZONA RURAL	CNPJ:	17.753.972/0001-50	
Município:	BREJO SANTO	UF:	CE	CEP: 63.260-000
Nome do representante legal:	JOHNSON ZOLHA GOMES			

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA DO MATO - ARCLAM, CNPJ nº 30.635.962/0001-88 (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.


Assinatura do representante legal da entidade apoiadora

BREJO SANTO - CE, 08 DE JUNHO DE 2018
Data, Município e UF

ATENÇÃO:

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada da cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da ata de eleição ou Termo de Posse do Declarante.



ATA DE UMA ASSEMBLÉIA GERAL DE FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA LAGOA DO MATO I

AOS VINTE E TRÊS (23) DIAS DE JUNHO DE 2012, ASNOVE (09h00min) HORAS EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO, NA CASA DO SR. JOÃO DE SOUSA, ONDE FOI REALIZADA UMA ASSEMBLÉIA GERAL, PARA DISCUTIR A FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS DO SÍTIO LAGOA DO MATO I, PARA ESCOLHA DA DIRETORIA E APROVAÇÃO DO ESTATUTO DA MESMA, CONFORME EDITAL DE CONVOCAÇÃO, ONDE CONSTA O SEGUINTE TEOR: PELO PRESENTE DE CONVOCAÇÃO, FAÇO SABER A TODOS OS INTERESSADOS, QUE NO DIA VINTE E TRÊS DE JUNHO DE 2012 ÀS OITO HORAS EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO, COM 50% DAS FAMILIAS E OU TRABALHADORES DA COMUNIDADE DE LAGOA DO MATO I, UMA HORA DEPOIS, COMO NÚMERO DE PRESENTE SUFICIENTE, FOI DELIBERADO A SEGUINTE ORDEM DO DIA: A) FUNDAÇÃO DA MESMA B) APROVAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL E C) ESCOLHA E POSSE DA DIRETORIA. TODAS AS VOTAÇÕES SERÃO TOMADAS POR ACLAMAÇÃO. BREJO SANTO CE, 23 DE JUNHO DE 2012. JOÃO BATISTA DE FRANÇA SALES TÉCNICO DO ESCRITÓRIO LOCAL DA EMATERCE DEBREJO SANTO CE. A SESSÃO FOI PRESIDIDA POR JOÃO BATISTA DE FRANÇA SALES E PARA SECRETÁRIO FOI NOMEADO FRANCISCO DA SILVA SANTANA PARA SECRETARIAR A REFERIDA ASSEMBLÉIA. EM SEGUIDA, FOI VERIFICADO QUE O NÚMERO DE PRODUTORES PRESENTES ERA SUFICIENTE PARA A REALIZAÇÃO DA MESMA. NA QUAL COMPARECEUAS SEGUINTESS PESSOAS: JONHSON ROCHA GOMES, PEDRO GOMES DE SOUSA, LEANDRO GOMES DE SOUSA, ANTONIO CASÉ DA SILVA, RONALDO CASÉ DA SILVA, CICERO CAROLINO, FRANCISCO DA SILVA SANTANA, ANTONIO TELES SOBRINHO, DOGIVAL DA PENHA GONÇALVES, FRANCISCO CASÉ DA SILVA, VALÔNIO FILGUEIRA SANTANA, MARIA HELENA FERREIRA, ANTONIO FERREIRA NETO, GILMAR PEREIRA, FRANCISCO DE OLIVEIRA FERREIRA, GERALDO MIGUEL DE OLIVEIRA, RAIMUNDO CASÉ, MARIA LIA CAROLINO, ANTONIO FERREIRA FILHO, VERÔNICA PEREIRA SAMPAIO, FRANCISCO ALAN SANTANA LEITE, ÉRICA NICODEMOS, DANIELA FEITOSA PINHEIRO, GERALDO VIEIRA FURTADO, JOSÉ MACÊDO DOS SANTOS E CICERO SEBASTIÃO PINTO. DANDO SEQUÊNCIA AOS TRABALHOS DA ASSEMBLÉIA GERAL, FORAM DISCUTIDOS OS INTENS "A", "B" E "C" DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO: LETRA "A" FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA LAGOA DO MATO I, LETRA "B" APROVAÇÃO DO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO, E LETRA "C" ESCOLHA E POSSE DA DIRETORIA, COM A SEGUINTE COMPOSIÇÃO: PRESIDENTE: JONHSON ROCHA GOMES, VICE PRATESIDENTE: ANTONIO CASÉ DA SILVA, SECRETÁRIO: FRANCISCO DA SILVA SANTANA, TESOUREIRO: LEANDRO GOMES DE SOUSA, E PARA O CONSELHO FISCAL, FORAM ESCOLHIDOS: ANTONIO FERREIRA NETO, GILMAR PEREIRA E ANTONIO FERREIRA DA SILVA. TODOS OS ASSUNTOS APRESENTADOS E DISCUTIDOS PELA ASSEMBLÉIA, FORAM SUBMETIDOS À VOTAÇÃO,


Bel. Francisco Lezanta de Souza Feitosa
OR. MDA. CIVIL. PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS
E DOCUMENTOS - 1º OFÍCIO DE NOTAS





OS QUAIS FORAM APROVADOS POR ACLAMAÇÃO UNÂNIME. NÃO HAVENDO MAIS NADA A TRATAR, FOI ENCERRADA A SESSÃO, DA QUAL FOI LAVRADO Á PRESENTE ATA, POR MIM. FRANCISCO DA SILVA SANTANA, QUE LIDA E SE APROVADA, SERÁ ASSINADA POR QUEM DE DIREITO. SÍTIO LAGOA DO MATO I, EM BREJO SANTO-CE 23 DE JUNHO DE 2012.

ESTÁ CONFORME LIVRO DE ATA.

PRESIDENTE: _____

JONHSON ROCHA GOMES

CPF: 043.399.593-91 RG: 316401-CE

SECRETÁRIO: _____

FRANCISCO DA SILVA SANTANA

CPF: 458.694.133-20 RG: 207750890-CE

TESOUREIRO: _____

LEANDRO GOMES DE SOUSA

CPF: 950.897.723-04 RG: 200209808726-CE

CARTÓRIO N. FEITOSA
1º OFÍCIO - CEARA
BREJO SANTO - CE

João Carlos Almeida da Rocha
Advogado - OAB-CE 8.194
C.P.F. 069.011.313-72
Brejo Santo - CE.
CERTIDÃO
CERTIFICO que o(a) presente **ATA**

foi registrado(a) no Livro **A-1**
em **28/02/13**, sob
esta Cartório do 1º OFÍCIO, às fls. **123**, sob
o nº de ordem **108**, nesta data e foram fei-
das as devidas anotações.
O Certificado é verídico. Dou fé.
Brejo Santo - Ce. **28** de **02** de **13**

Francisco Bezerra da Souza
Bel. Francisco Bezerra da Souza FEITOSA
OF. REG. CIVIL PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS
E DOCUMENTOS - 1º OFÍCIO DE NOTAS

PROTOCOLADO

Em **28/02/13** às

fls. **103** do **VA-4**

com nº **4486** Dou fé.

Cartório N. Feitosa
- 1º OFÍCIO -
BREJO SANTO - CE.

Francisco Bezerra da Souza
Bel. Francisco Bezerra da Souza FEITOSA
OF. REG. CIVIL PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS
E DOCUMENTOS - 1º OFÍCIO DE NOTAS



Valido para autenticação



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549> SEI 01250 034232/2018-10 / pg. 104

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 17.753.972/0001-50 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
		DATA DE ABERTURA 28/02/2013	
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DOS PRODUTORES RURAIS DO SÍTIO LAGOA DO MATO I			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ASSOCIACAO DOS PRODUTORES RURAIS DO SÍTIO LAGOA DO MATO			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO SIT LAGOA DO MATO I		NÚMERO S/N	COMPLEMENTO
CEP 63.260-000	BAIRRO/DISTRITO ZONA RURAL	MUNICÍPIO BREJO SANTO	UF CE
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (88) 3531-0064 / (88) 3531-0031	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 28/02/2013	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.





**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Procuradoria Geral do Estado**

**Certidão Negativa de Débitos Estaduais
Nº 201604334155**

Emitida para os efeitos da Instrução Normativa Nº 13 de 02/03/2001

IDENTIFICAÇÃO DO(A) REQUERENTE
Inscrição Estadual: *****
CNPJ / CPF: 17.753.972/0001-50
RAZÃO SOCIAL: *****

Ressalvado o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para fins de direito, que revendo os registros do Cadastro de Inadimplentes da Fazenda Pública Estadual - CADINE, verificou-se nada existir em nome do(a) requerente acima identificado(a) até a presente data e horário, e, para constar, foi emitida esta certidão.

**EMITIDA VIA INTERNET EM 04/08/16 ÀS 11:25:52
VÁLIDA ATÉ 03/10/2016**

A autenticidade deste documento deverá ser comprovada via Internet, no endereço
www.sefaz.ce.gov.br

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://portal-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549> SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 106

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

316.401 24 Via DATA DE EMISSÃO 23.12.91

JOHNSON ROCHA GOMES

João Belarmino Gomes
Maria Odézia Rocha Gomes
Serrita-PE

05.03.1949
DATA DE NASCIMENTO

Cart. Cam. nº 3.332.LV.B-12.Fls. 247

Cart. B. Santo-CE

04.399.592-91

ASSINATURA DO DETENTOR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

10-1





Requente

IDENTIFICAÇÃO

JOHNSON ROCHA GOMES

TÍTULO ELEITORAL

IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA

DATA DE NASCIMENTO 05/03/1949

NÚMERO 0067 0888 0795

DATA DE EMISSÃO 07/01/2016

070 0211

BREJO SANTO/CE

JUIZ ELEITORAL

pro

JOHNSON ROCHA GOMES

IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA

DATA DE NASCIMENTO 05.03.49

NÚMERO 0067 0888 0795

070 0211

BREJO SANTO/CE

JUIZ ELEITORAL

pro



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura-camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

ANEXO 4
MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA

QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR					
Nome Completo:	ANDRÉ JOSE DE SOUSA				
Endereço:	VL LAGOA DO MATO 9999				
Município:	BREJO SANTO	UF:	CE	CEP:	63260-000
RG:	990104433893	Órgão Emissor:	SSP	CPF:	002.486.613-02

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA DO MATO CNPJ nº 30.635.962/0001-88 (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

X André José de Sousa
Assinatura do(a) apoiador(a)

BREJO SANTO - CE, 08/06/2018
Data, Município e UF

ATENÇÃO:

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.





5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

5002815-4
Para apagar seu atendimento, utilize o nº acima
sempre que entrar em contato conosco.

tor criado pela Lei nº 10.438
de 26 de abril de 2002
Companhia Energética do Ceará
Rua Padre Valdevino, 150
CEP 60135-040 / Fortaleza CE
CNPJ 07.043.251/0001-70 | CGF 06.105.848-3

enel

CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA GRUPO B | SÉRIE B-4 | N°

523298074

Rota **21 15044 50 031650 - 2** Data de Emissão **28/04/2018**
Nome **ANDRE JOSE DE SOUSA**
End. Postal **VL LAGOA DO MATO 01 09999**
LAGOA DO MATO - BREJO SANTO - 63260000
Medidor **2536756** Poste **0000 0000**
Classe **01-RESIDENCIAL 07-BX. RENDA MONOFASICO**
RG / CPF / CNPJ **002486613-02** CGF
Nome do Responsável

DATAS

Mês de Referência Data da Apresentação Previsão Próxima Leitura
Mai/2018 28/04/2018 30/05/2018

ICMS

Base de Cálculo (R\$) Aliquota Valor do Imposto
ISENTO

ÁREA RESERVADA AO CONTROLE FISCAL

7151.6018.C902.F69C.0041.1489.11EC.6970

INFORMAÇÕES SOBRE O FATURAMENTO DO CONSUMO

Leit. Atual	Leit. Anterior	Const.	Consumo (kWh)	Cons. Ind.	Cons. Fat.	Tarifa (R\$/kWh)	Valor (R\$)
FP 5559	5432	1,00	127	0,00	30 78 27	0,19991 0,29111 0,43667	5,09 28,37 11,80
28/04/18	29/03/18		30 DIAS		127		37,26

DESCRIÇÃO

VALOR CONSUMO DO MES 37,26
MULTA MORATORIA REF 02/2018 0,60
JUROS DO MES 0,02
ILUMINACAO PUBLICA MUNICIPAL 15,52
PIS-COFINS COMPLEMENTAR-TARIFA BAIXA RENDA 1,00

VENCIMENTO 01/06/2018

TOTAL A PAGAR (R\$) 54,40

COMPOSIÇÃO DO VALOR DE CONSUMO

Energia 19,54
Transmissão 2,26
Distribuição 11,10
Encargos Setoriais 2,90
Tributos (ICMS PIS/COFINS) ... 2,50
TOTAL 38,26

HISTÓRICO DE CONSUMO (últimos 12 meses)

115	127	112	122	111	121	113	150	109	97	109	102	107
115	127	112	122	111	121	113	150	109	97	109	102	107

CONSUMO CONSCIENTE - EMISSÃO DE CO₂ (kg/kWh)

Compense suas emissões pelo consumo de energia elétrica.

Emitido kg (CO₂) Compensado kg (CO₂)

49,58 0,00

Consciência Ecológica (%CO₂)

0 100

INFORMAÇÕES IMPORTANTES E AVISOS DE VENCIMENTO

PARA CADASTRAR SUA CONTA EM DÉBITO AUTOMÁTICO UTILIZE

SEU NÚMERO DO CLIENTE SEGUINDO O DÍGITO VERIFICADOR.

Chame os vizinhos e amigos e entre no combate ao mosquito transmissor de dengue, zika e chikungunya. Ministério da saúde. Gov. Federal

Consta desta fatura R\$ 2,50 referente a PIS e COFINS. Aliquotas: PIS: 0,74% e COFINS: 3,39%
Art. 9, Res. 100-2005 - ANEEL e Lei n. 10.637/02 e 10.833/03

Informamos que a tarifa foi reajustada, em média, em 4,96%, conforme Resolução Normativa ANEEL n. 2.083/2018, com vigência de 22/04/2018 a 21/04/19. Estamos em Bendeira Amarela com custo de 1,00 real a cada 100kWh (watt-hora). Informações: w
www.aneel.gov.br

Nº do Cliente: 5002815-4 Referência: Mai/2018
Data de Emissão: 28/04/2018 Total a Pagar (R\$): 54,40
Nº da Nota Fiscal: 523298074 Nº de Controle: 0005002815 00070 39702 51

8384000000-6 54400031000-3 00050028150-5 00703970260-7



Autenticado eletronicamente pelo sistema de controle de qualidade

https://portal-autenticacao.fortaleza.ce.gov.br/validar/5002815-4/280418/523298074/544000310003000500281505007039702607 01250.034232/2018-10 / pg. 110

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

ANEXO 4
MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA

QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR					
Nome Completo:	MARIA DE FATIMA TELES DE SOUSA				
Endereço:	SITIO MUTAMBA, 120 - LAGOA DO MATO				
Município:	BREJO SANTO	UF:	CE	CEP:	63260-000
RG:	81156084	Órgão Emissor:	SSP - CE	CPF:	247.352.803-91

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA DO MATO, CNPJ nº 30.635.962/0001-88 (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

x Maria de Fatima Teles de Sousa
Assinatura do(a) apoiador(a)

BREJO SANTO - CE 08/06/2018
Data, Município e UF

ATENÇÃO:

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACÃO

NOME
MARIA DE FÁTIMA TELES DE SOUSA

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF
B1156084 SSP CE

CPF
247.352.803-91 DATA NASCIMENTO
09/05/1968

FILIAÇÃO
ANTÔNIO TELES SOBRINHO
MARIA SOCORRO ROCHA
TELES

PERMISSÃO ☐ ACC ☐ CATIA ☐ AB

VF REGISTRO
01751332731

VALIDADE
10/02/2021

TP HABILITACÃO
08/04/2001

OBSERVAÇÕES
SEM OBSERVAÇÃO

Assinatura de Fátima Teles de Sousa

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
JUAZEIRO DO NORTE, CE

DATA EMISSÃO
10/02/2017

88514076021
CE158104048

ASSINATURA DO EMISSOR

CEARA

1468103699

PROIBIDO PLASTIFICAR

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

1468103699

DF ACAL AP

BA CES GO

MG PR PB PA

PE RJ RN RS RR SC SE SP TO



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Emissão do requerimento de entrega de radiômetro (30/9891) SLE 01250.034232/2018-10 / pg. 112

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

Nº DO CLIENTE
3724134-6
Para regular seu atendimento, utilize o nº acima sempre que entrar em contato conosco.

A Tarifa Social de Energia Elétrica foi criada pela Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002

Companhia Energética do Ceará
Rua Padre Valdevino, 160
CEP 60135-040 | Fortaleza CE
CNPJ 07.047.251/0001-70 | CGF 06.105.848-3

enel

CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA GRUPO B | SÉRIE B-4 | Nº 521415129

Rota 32 15043 50 063000 - 4 Data de Emissão 16/04/2018

Nome MARIA DE FATIMA TELES DE SOUSA

End. Postal ST MUTAMBA 00120
LAGOA DO MATO - BREJO SANTO - 63260000

Medidor 1141106

Posto 0000 8735

Classe 04-RURAL 07-IRRIGANTE C/BENEFICIO DE 8,5 HRS. TRIFASICO

RG / CPF / CNPJ 247352803-91

CGF

Nome do Responsável

DATAS

Mês de Referência	Data de Apresentação	Previsão Próxima Leitura
Abr/2018	16/04/2018	16/05/2018

ÍNDICE DE QUALIDADE DO FORNECIMENTO

Veja a legenda no verso desta conta.

Conjunto BREJO SANTO
Fev/2018 EUSD 590,42

ICMS

Base de Cálculo (R\$)	Alíquota	Valor do imposto
ISENTO		

ÁREA RESERVADA AO CONTROLE FISCAL

DCC4.3640.35D6.DFF1.E524.06E9.C4E3.9DA7

INFORMAÇÕES SOBRE O FATURAMENTO DO CONSUMO

Leit. Atual	Leit. Anterior	Const.	Consumo (kWh)	Cons. Incl.	Cons. Fat.	Tarifa (R\$/kWh)	Valor (R\$)
60368	60391	1,00	577	0,00	577	8,35281	203,57
6642	3747	1,00	4895		4895	9,09526	466,29
16/04/18	15/03/18		32 DIAS		5472		669,86

DESCRIÇÃO

VALOR CONSUMO DO MES 203,57
VALOR CONSUMO IRRIGANTE 466,29

VENCIMENTO 16/05/2018

TOTAL A PAGAR (R\$) 669,86

COMPOSIÇÃO DO VALOR DE CONSUMO

Energia	312,56
Transmissão	31,59
Distribuição	21,42
Encargos Setoriais	73,47
Tributos (ICMS PIS/COFINS)...	40,32
TOTAL	669,86

HISTÓRICO DE CONSUMO (últimos 12 meses)

8196	5472	8032	8761	7862	10323	7764	10676	7688	9545	7695	6719	7616
------	------	------	------	------	-------	------	-------	------	------	------	------	------

RED Abr Mar Fev Jan Dez Nov Out Set Ago Jul Jun Ma

CONSUMO CONSCIENTE - EMISSÃO DE CO₂ (kg/kWh)

Compense suas emissões pelo consumo de energia elétrica.

Emitido kg (CO₂) 2.365,00

Compensado kg (CO₂) 0,00

Capacidade Ecológica (%CO₂)

0 100

INFORMAÇÕES IMPORTANTES E AVISOS DE VENCIMENTO



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.autenticidade-assinatura-camara-leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 113

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

ANEXO 4
MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA

QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR					
Nome Completo:	MARIA VALZENIR SAMPAIO FIGUEIREDO FERREIRA				
Endereço:	VL LAGOA DO MATO, 305				
Município:	BREJO SANTO	UF:	CE	CNP:	63260-000
RG:	2001005014181	Órgão Emissor:	SSP - CE	CNP:	123.268.363-91 63260-000

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA DO MATO, CNPJ nº 30.635.962/0001-88 (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Maria Valzenir Sampaio Figueiredo Ferreira
Assinatura do(a) apoiador(a)

BREJO SANTO - CE - 08/06/2018
Data, Município e UF

ATENÇÃO:

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.





 **Ministério da Fazenda**
Receita Federal

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO CPF

Número
123.268.363-91

Nome
MARIA VALZENIR SAMPAIO FIGUEIREDO
FERREIRA

Nascimento
08/02/1959



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 115

• 5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.autenticidade-assinatura.camara-leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA GRUPO B | SÉRIE B-4 | N° 523298160

Rota 21 15044 50 131200 - 4 Data de Emissão 28/04/2018

Nome DEIVES FIGUEIREDO FERREIRA

End. Postal VL LAGOA DO MATO -01 00305
LAGOA DO MATO - BREJO SANTO - 63260000

Medidor 1626029 Poste 0000 A43E

Classe 01-RESIDENCIAL 01-NORMAL TRIFASICO

RG / CPF / CNPJ 035134173-06 CGF

Nome do Responsável

DATAS			ÍNDICE DE QUALIDADE DO FORNECIMENTO	
Mês de Referência	Data da Apresentação	Previsão Próxima Leitura	Veja a legenda no verso desta conta.	
Mai/2018	28/04/2018	30/05/2018	Conjunto BREJO SANTO	
			Mês Mai/2018	EUSD 117,93

ICMS			Padrão Individual			Apuração Individual		
Base de Cálculo (R\$)	Alíquota	Valor do Imposto	Mensal	Trim.	Anual	Mensal	Trim.	Anual
173,54	27,00%	46,85	DIC 10,44	20,88	41,76	0,00	1,40	0,00
ÁREA RESERVADA AO CONTROLE FISCAL			FIC 7,52	15,04	30,09	0,00	1,00	0,00
CAGEF: FIC: 965E.9090.D46A.0C35.EDC4.1569			DMIC 5,58			0,00		

INFORMAÇÕES SOBRE O FATURAMENTO DO CONSUMO								
Leit. Atual	Leit. Anterior	Const.	Consumo (kWh)	Cons. Ind.	Cons. Fix.	Tarifa (R\$/kWh)	Valor (R\$)	
FP 19114	18864	1,00	250	0,00	200	0,69416	173,54	
28/04/18	29/03/18		30,0145		250		173,54	
DESCRIÇÃO							VALOR (R\$)	
VALOR CONSUMO DO MES							173,54	
ILUMINACAO PUBLICA MUNICIPAL							31,04	

VENCIMENTO 01/06/2018 **TOTAL A PAGAR (R\$)** 204,58

COMPOSIÇÃO DO VALOR DE CONSUMO

Energia	65,35
Transmissão	37,23
Distribuição	37,23
Encargos Setoriais	9,98
Tributos (ICMS PIS-COFINS)...	54,01
TOTAL	173,54

HISTÓRICO DE CONSUMO (últimos 12 meses)

204	250	276	524	0	308	261	296	241	282	217	395	189
FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AUG	SET	OCT	NOV	DEZ	JAN	FEB

CONSUMO CONSCIENTE- EMISSÃO DE CO₂ (kg/kWh)

Compense suas emissões pelo consumo de energia elétrica.

Emitido kg (CO ₂)	Compensado kg (CO ₂)	Conscientização Ecológica (%CO ₂)
97,60	0,00	0%

INFORMAÇÕES IMPORTANTES E AVISOS DE VENCIMENTO

CONTAS EM ATRASO

AVISO DE DÉBITO VENCIDO:

Informamos existir débitos vencidos sem acréscimos legais até esta data, no valor de R\$ 557,98. Seu fornecimento de energia poderá ser suspenso em até 90 dias contados a partir da fatura vencida e não paga.

DEBITOS ANTERIORES	Max/Ann	Valor R\$
02/2018		116,91
03/2018		441,07

Consta desta fatura R\$ 7,16 referente a PIS e COFINS. Alíquotas: PIS:0,74% e COFINS:3,39% (Art. 3, Par. 1º da Lei nº 10.637/02 e Lei nº 10.638/03).

Caro Cliente, constam quitadas as faturas de consumo de energia elétrica desta unidade com emitidos vencidos até 31/12/2017, conforme a Lei N. 12.007/2009. Esta declaração substitui quitações anteriores.

Nº do Cliente: 1021340-6 Referência: Mai/2018

Data de Emissão: 28/04/2018 Total a Pagar (R\$): 204,58

Nº da Nota Fiscal: 523298160 Nº de Controle: 0001021340 00510 39922 63

83850000002-4 04580031000-4 00010213400-6 05103992294-9



ANEXO 4
MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA

QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR					
Nome Completo:	MARINA FERREIRA				
Endereço:	SITIO LAGOA DO MATO, 259				
Município:	BREJO SANTO	UF:	CE	CEP:	63260-000
RG:	3474406/2000	Órgão Emissor:	SSP - CE	CPF:	266.571.983-53

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da ASSOCIAÇÃO DE RÁDIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA DO MATO, CNPJ nº 30.635.962/0001-88 (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

* Marina Ferreira

Assinatura do(a) apoiador(a)

BREJO SANTO - CE, 08/06/2018

Data, Município e UF

ATENÇÃO:

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.





5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

Nº DO CLIENTE
4831174-0

Para solicitar seu abastecimento, utilize o nº acima
sempre que entrar em contato conosco.

A Tarifa Social de Energia Elétrica
foi criada pela Lei nº 10.438
de 26 de abril de 2002

Companhia Energética do Ceará
Rua Padre Valdevino, 160
CEP 60136-040 | Fortaleza CE
CNPJ 07047251/0001-70 | CGF 08.105.848-3

enel

CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA GRUPO B | SÉRIE B-4 | Nº 496342566

Rota 27 15044 50 041000 - 0 Data de emissão 11/10/2017

Nome MARINA FERREIRA

End. Postal ST LAGOA DO MATO 00259

VILA FELIZ - BREJO SANTO - 63260000

Medidor 7103606

Posto 0000 0000

Classe 04-RURAL TRIFASICO

Fator de Potência

RG/CPF/CNPJ 266571983-53

CGF

Nome do Responsável

DATAS

Mês de Referência	Data de Apresentação	Previsão Próxima Latura
Out/2017	11/11/2017	11/11/2017

ÍNDICE DE QUALIDADE DO FORNECIMENTO

Veja a legenda no verso desta conta.

Conjunto BREV SPNU
Mês Ago/2017 EUSD 29,38
DICRI = 0,00 p

ICMS

Base de Cálculo (R\$)	Alíquota	Valor do Imposto
ISENTO		

Pedágio Individual

Mensal	Trim.	Anual	Mensal	Trim.	Anual
10,44	20,88	41,76	0,00	0,00	0,00
7,59	15,19	30,39	0,00	0,00	0,00
5,58			0,00		

ÁREA RESERVADA AO CONTROLE FISCAL

6425.8858.6695.C043.0260.9003.104F.612D

INFORMAÇÕES SOBRE O FATURAMENTO DO CONSUMO

Leit. Atual	Leit. Anterior	Const.	Consumo (kWh)	Const. Incl.	Const. Excl.	Tarifa (R\$/kWh)	Valor (R\$)
2155	1965	1,00	190	0,00	190	0,37607	71,45
11/10/17	12/09/17		29 DIAS		190		71,45

DESCRIÇÃO

VALOR CONSUMO DO MÊS

71,45

MULTA MORATORIA REF 07/2017

1,24

DOACAO FUNDACAO TERRA (85) 3296 - 3600

5,00

ADICIONAL BANDEIRA VERMELHA MÊS (R\$ 5,14)

VENCIMENTO

TOTAL A PAGAR (R\$)

COMPOSIÇÃO DO VALOR DE CONSUMO

Energia	33,71
Transmissão	3,37
Distribuição	24,55
Encargos Setoriais	1,32
Tributos (ICMS PIS/COFINS)...	3,56
TOTAL	71,45

HISTÓRICO DE CONSUMO (últimos 12 meses)

190	190	227	186	175	184	188	187	164	187	199	189	204
RED	Out	Set	Ago	Jul	Jun	Ma	Abr	Mar	Fev	Jan	Dez	Nov

CONSUMO CONSCIENTE - EMISSÃO DE CO₂ (kg/kWh)

Compare suas emissões pelo consumo de energia elétrica.

Emitido kg (CO₂)
82,12

Compensado kg (CO₂)
0,00

Consciência Ecológica (%CO₂)

0 100

INFORMAÇÕES IMPORTANTES E AVISOS DE VENCIMENTO

CONTAS EM ATRASO

Previsão Aviso

NOTIFICAÇÃO DE SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

Prezado Cliente, constata(m) em nossos controles contábeis em atraso. Devido o detalhamento do Débito. O não pagamento da dívida implica na possibilidade de suspensão do fornecimento de energia em 15 dias após a entrada desta, conforme previsto na RES. ANEL 414/10, Arts. 172 c/c 173, bem como o envio das informações aos ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO E CARTÓRIO DE PROTESTO. Caso já tenha efetuado o pagamento, favor desconsiderar o aviso.

NO FOI POSSÍVEL COLHER LEITURA POR: FAT. MEDIA-LEIT. BIMESTRAL ART. 86 RES. 414

DÉBITOS ANTERIORES

Mês/Ano Valor R\$

09/2017 93,34

Total 93,34



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://portal-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 120

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

ANEXO 4
MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA

QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR					
Nome Completo:	BRUNA ISABELLA FERREIRA CAZÉ				
Endereço:	SÍTIO LAGOA DO MATO, 259				
Município:	BREJO SANTO	UF:	CE	CEP:	63260-000
RG:	2003029140485	Órgão Emissor:	SSP-CE	CPF:	026.941.083-00

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA DO MATO, CNPJ nº 30.635.962/0001-88 (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Bruna Isabella Ferreira Cazé
 Assinatura do(a) apoiador(a)

BREJO SANTO - CE 08/06/2018
 Data, Município e UF

ATENÇÃO:

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Emissão do requerimento de outorga de radiodifusão (3079891) SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 121

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

VALE EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

2003029140485 31/10/2003
BRUNA ISABELLA FERREIRA CAZE

FRANCISCO CAZE DA SILVA E MARIN
A FERREIRA

BREJO SANTO-CE 21/2/1988
CERT. NASC. 22230 L A/19 F
204 BREJO SANTO/CE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Bruna Isabella Ferreira Caze

CARTEIRA DE IDENTIDADE



Esta Conforme o Original, com-
feri autentico de acordo com o
Art 7º, V Lei 8.935/94.
Feio 09/04/13

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

026.941.083-00

BRUNA ISABELLA FERREIRA CAZE

21/02/1988



Conforme o Original, com-
feri autentico de acordo com o
Art 7º, V Lei 8.935/94.
Feio 09/04/13

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

Bruna Isabella Ferreira Caze

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA JUSTIÇA ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR
BRUNA ISABELLA FERREIRA CAZE

DATA DE NASCIMENTO 21/02/1988 NÚMERO DO TÍTULO 058997280787 ZONA 70 SEÇÃO 209

MUNICÍPIO/UF BREJO SANTO/CE DATA DE EMISSÃO 18/03/2004

Luís Savio de Azevedo Brinjal

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA JUSTIÇA ELEITORAL



09 04 13

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://portal-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549 SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 122

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

Nº DO CLIENTE
4831174-0

Para efetuar seu atendimento, utilize o nº acima
sempre que entrar em contato conosco.

A Tarifa Social de Energia Elétrica
foi criada pela Lei nº 10.438
de 26 de abril de 2002

Companhia Energética da Ceará
Rua Padre Valdevino, 150
CEP 60136-040 | Fortaleza CE
CNPJ 07.047.251/0001-70 | CGF 06.106.848-3

enel

CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA GRUPO B | SÉRIE B-4 | Nº 496342566

Rota 27 15044 50 041000 - 0 Data de Emissão 11/10/2017

Nome MARINA FERREIRA

End. Postal ST LAGOA DO MATO 00259

VILA FELIZ - BREJO SANTO - 63260000

Medidor 7103606

Posto 0000 0000

Classe 04-RURAL TRIFASICO

Fator de Potência

RG/CPF/CNPJ 266571983-53

CGF

Nome do Responsável

DATAS

Mês de Referência	Data da Apresentação	Previsão Próxima Leitura
Out/2017	11/11/2017	11/11/2017

ÍNDICE DE QUALIDADE DO FORNECIMENTO

Veja a legenda no verso desta conta.

Conjunto BREJO SANTO
Mês Ago 2017 EUSD 29,30
DICRI = 0,00 P

ICMS

Base de Cálculo (R\$)	Alíquota	Valor do Imposto
ISENTO		

	Pedrão Individual			Apuração Individual		
	Mensal	Trim.	Anual	Mensal	Trim.	Anual
DIC	10,44	20,88	41,76	0,00	0,00	0,00
FIC	7,59	15,19	30,39	0,00	0,00	0,00
DMIC	5,50			0,00		

ÁREA RESERVADA AO CONTROLE FISCAL

642B.685B.6695.C3A3.826B.9DD3.1D9F.612D

INFORMAÇÕES SOBRE O FATURAMENTO DO CONSUMO

Leit. Atual	Leit. Anterior	Const.	Consumo (kWh)	Const. Ind.	Const. Fat.	Tarifa (R\$/kWh)	Valor (R\$)
2155	1965	1,00	190	0,00	190	0,37607	71,45
11/10/17	12/03/17		29 DIAS		190		71,45

DESCRIÇÃO

VALOR CONSUMO DO MES 71,45

MULTA MORATORIA REF 07/2017 1,24

DOACAO FUNDACAO TERRA (85) 3296 - 3600 5,00

ADICIONAL BANDEIRA VERMELHA MES (R\$ 5,14)

VENCIMENTO	20/11/2017	TOTAL A PAGAR (R\$)	77,69
COMPOSIÇÃO DO VALOR DE CONSUMO		HISTÓRICO DE CONSUMO (últimos 12 meses)	
Energia	33,71	190	190
Transmissão	3,27	227	186
Distribuição	22,89	175	184
Encargos Setoriais	7,92	188	187
Tributos (ICMS PIS/COFINS)...	3,56	164	187
TOTAL	71,45	199	189
		204	

CONSUMO CONSCIENTE - EMISSÃO DE CO₂ (kg/kWh)

Compense suas emissões pelo consumo de energia elétrica.

Emitido kg (CO ₂)	Compensado kg (CO ₂)	Consciência Ecológica (%CO ₂)
82,12	0,00	0

INFORMAÇÕES IMPORTANTES E AVISOS DE VENCIMENTO

CONTAS EM ATRASO

Prévio Aviso

NOTIFICAÇÃO DE SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA
Prezado Cliente, constam em nossos controles contábeis em atraso.
Devido o detalhamento do Débito, o não pagamento da dívida implica
na possibilidade de suspensão do fornecimento de energia em 15 dias
após a emissão desta, conforme previsto na Res. ANEL 414/10, Arts.
172 e 173, bem como o envio das informações aos ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO
AO CRÉDITO E CARTÓRIO DE PROTESTO. Caso já tenha efetuado o pagamento,
favor desconsiderar o aviso.

PARA O POSSÍVEL COLHER LEITURA POR: FMT MEDIA-LEIT BIMESTRAL ART 86 RES 414

DÉBITOS ANTERIORES	
Mes/Ano	Valor R\$
09/2017	93,34
Total	93,34



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://portal-autenticidade-assinatura.cemara.jus.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 123

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

ANEXO 4
MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA

QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR					
Nome Completo:	MARIA GONÇALVES PINHEIRO				
Endereço:	VILA LAGOA DO MATO, 20				
Município:	BREJO SANTO	UF:	CE	CEP:	63260-000
RG:	1261389	Órgão Emissor:	SSP-CE	CPF:	325.673.673-49

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA DO MATO, CNPJ nº 30.635.962/0001-88 (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

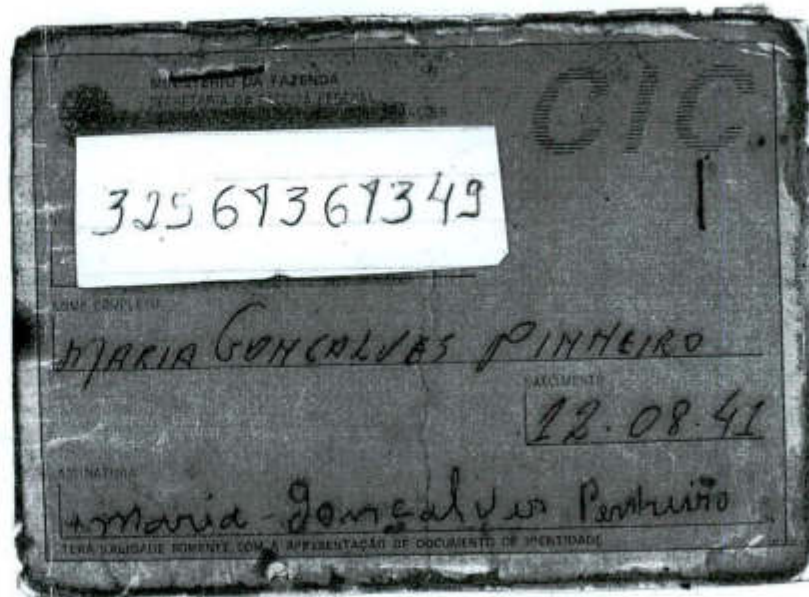
Maria Gonçalves Pinheiro
Assinatura do(a) apoiador(a)

BREJO SANTO - CE 08/06/2018
Data, Município e UF

ATENÇÃO:

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.





Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Nº DO CLIENTE

77495-2

Para agilizar seu atendimento, utilize o nº acima sempre que entrar em contato conosco.

A Tarifa Social de Energia Elétrica foi criada pela Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002

Companhia Energética do Ceará
Rua Padre Valdevino, 150
CEP 60135-040 | Fortaleza CE
CNPJ 07047251/0001-70 | CGF 08.106.848-3

enel

CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA GRUPO B | SÉRIE B-4 | N° 515197233

Rota 21 15044 50 016000 - 6 Data de Emissão 28/02/2018

Nome FERNANDO AMARO PINHEIRO

End. Postal VL LAGOA DO MATO -01 00020

LAGOA DO MATO - BREJO SANTO - 63260000

Medidor 4874900

Posto 0000 A43E

Classe 01-RESIDENCIAL 01-NORMAL TRIFASICO Fator de Potência

RG / CPF / CNPJ 214774263-53

CGF

Nome do Responsável

DATAS

Mês de Referência Mar/2018
Data da Apresentação 28/02/2018
Previsão Próxima Leitura 29/03/2018

ÍNDIC. DE QUALIDADE DO FORNECIMENTO

Veja a legenda no verso desta conta.

Conjunto Mês Jan/2018 EUSD 95,20

DICI = 0,00 P

ICMS

Base de Cálculo (R\$) 230,03
Alíquota 27,00%
Valor do Imposto 62,10

	Padrão Individual			Apuração Individual		
	Mensal	Trím.	Anual	Mensal	Trím.	Anual
DIC	10,44	28,88	41,71	0,00	0,00	0,00
FIC	7,52	15,04	30,08	0,00	0,00	0,00
DMIC	5,58			0,00		

ÁREA RESERVADA AO CONTROLE FISCAL

CBIC: 0540.E234.EF77.2484.0040.3676.8068

INFORMAÇÕES SOBRE O FATURAMENTO DO CONSUMO

Leit. Atual	Leit. Anterior	Const.	Consumo (kWh)	Cons. Incl.	Cons. Fat.	Tarifa (R\$/kWh)	Valor (R\$)
FP 16159	15826	1,00	333	0,00	333	R\$ 0,69081	230,03
28/02/18	31/01/18		28 DIAS		333		230,03

DESCRIÇÃO

VALOR CONSUMO DO MÊS

VALOR (R\$)

ILUMINACAO PUBLICA MUNICIPAL

230,03
37,93

VENCIMENTO

10/05/2018

TOTAL A PAGAR (R\$)

267,96

COMPOSIÇÃO DO VALOR DE CONSUMO

Transmissão	18,33
Distribuição	53,15
Encargos Setoriais	18,41
Tributos (ICMS PIS/COFINS)...	72,28
TOTAL	230,03

HISTÓRICO DE CONSUMO (últimos 12 meses)

244	333	200	423	279	272	282	197	290	255	292	202	294
FEV	MAR	ABR	MAY	JUN	JUL	AUG	SET	OCT	NOV	DEZ	JAN	FEB

CONSUMO CONSCIENTE - EMISSÃO DE CO₂ (kg/kWh)

Compense suas emissões pelo consumo de energia elétrica.

Emitido kg CO₂ 145,92Compensado kg CO₂ 0,00Consciência Ecológica (%CO₂)

0 100

INFORMAÇÕES IMPORTANTES E AVISOS DE VENCIMENTO

Para visualizar sua conta em desktop utilize

seu número do cliente seguido do dígito verificador.

Cuide-se e proteja-se: evite o uso de drogas, álcool e tabaco, e evite a transmissão de doenças, zika e chikungunya. Ministério da Saúde, Gov. Federal

A ENEL AGRADECE E PARABENIZA PELA PONTUALIDADE NOS SEUS PAGAMENTOS.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg.autenticidade-assinatura-camara-leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

Emissão do requerimento de entrega de radiodifusão (307989) SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 126

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

ANEXO 4
MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA

QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR					
Nome Completo:	FERNANDO AMARO PINHEIRO				
Endereço:	VILA LAGOA DO MATO, 20				
Município:	BREJO SANTO	UF:	CE	CEP:	63260-000
RG:	101429	Órgão Emissor:		CPF:	214.724.263-53

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA DO MATO, CNPJ nº 30.635.962/0001-88 (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Fernando Amaro Pinheiro

Assinatura do(a) apoiador(a)

BREJO SANTO - CE 08/06/2018

Data, Município e UF

ATENÇÃO:

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.





Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

SEÇÃO DE IDENTIFICAÇÃO

Nome: *Fernando Amaro Pinheiro*

Data do nascimento: *15-3-1936*

Naturalidade: *Brejo Santo*

Nacionalidade: *Brasileira*

NOTAS CROMÁTICAS

Outros: *Cabelos*

Marcas, cicatrizes, etc.)

de 195 de 195

POI. E SEG. PÚBLICA

NO da 101479

ide. Adade

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÕES

CIC

214774283-53

INDICAÇÃO DE CONTRIBUINTE

NOME DO CONTRIBUINTE

FERNANDO AMARO PINHEIRO

VÁLIDO ATÉ 180 DIAS A CONTAR DA DATA DO CARIMBO DO AGENTE RECEPTOR

NASCIMENTO

15.03.36

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

Fernando Amaro Pinheiro

SEJA VALIDADO SOMENTE COM A APRESENTAÇÃO DA CARTERA DE IDENTIDADE

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

ESTE CARTÃO É O DOCUMENTO COMPROVATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF E DE USO OBRIGATÓRIO NOS CASOS LEGALMENTE DETERMINADOS.

PARA QUALQUER ORIENTAÇÃO DE NATUREZA TRIBUTÁRIA, PROCURE A UNIDADE LOCAL DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL.

CARIMBO DO AGENTE RECEPTOR

33020/1349

01 / 06 / 89

A.R.F. - BREJO SANTO

APROVADO PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA DO SRº 135/80

CIEF - 0.504

Nº DO CLIENTE
77495-2

Para facilitar seu atendimento, utilize o nº acima sempre que entrar em contato conosco.

A Tarifa Social da Energia Elétrica foi criada pela Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002

 Companhia Energética do Ceará
 Rua Padre Valdevino, 150
 CEP 60135-040 | Fortaleza CE
 CNPJ 07.047.261/0001-70 | CGF 06.105.848-3

enel
CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA GRUPO B | SÉRIE B-4 | N° 515197233

Rota 21 15044 50 016000 - 6 Data de Emissão 28/02/2018

Nome FERNANDO AMARO PINHEIRO

End. Postal VL LAGOA DO MATO - 01 00020

LAGOA DO MATO - BREJO SANTO - 63260000

Medidor 4874900

Poste 00X0 A43E

Classe 01-RESIDENCIAL 01-NORMAL TRIFASICO Fator de Potência

RG / CPF / CNPJ 214774263-53

CGF

Nome do Responsável

DATAS

 Mês de Referência Mar/2018
 Data da Apresentação 28/02/2018
 Previsão Próxima Leitura 29/03/2018

ÍNDIC. DE QUALIDADE DO FORNECIMENTO

Veja a legenda no verso desta conta.

Conjunto Jan/2018 EUSD 95,20

Mês DICRI = 0,00 P

ICMS

 Base de Cálculo (R\$) 230,03
 Alíquota 27,00%
 Valor do Imposto 62,10

Padrão Individual			Apuração Individual		
Mensal	Trim.	Anual	Mensal	Trim.	Anual
DIC 10,44	28,88	41,76	0,00	0,00	0,00
FIC 7,52	15,04	30,08	0,00	0,00	0,00
DMIC 5,58			0,00		

ÁREA RESERVADA AO CONTROLE FISCAL

CBIC 06AD.E234.EF77.2454.0040.3676.806B

INFORMAÇÕES SOBRE O FATURAMENTO DO CONSUMO

Leit. Atual	Leit. Anterior	Const.	Consumo (kWh)	Cons. Ind.	Cons. Fel.	Tarifa (R\$/kWh)	Valor (R\$)
FP 16159	15826	1,00	333	0,00	333	0,67081	230,03
28/02/18	31/01/18		28 DIAS		333		230,03

DESCRIÇÃO

VALOR CONSUMO DO MES

VALOR (R\$)

ILUMINACAO PUBLICA MUNICIPAL

 230,03
37,93

VENCIMENTO

10/05/2018

TOTAL A PAGAR (R\$)

267,96

COMPOSIÇÃO DO VALOR DE CONSUMO

Transmissão	78,33
Distribuição	53,19
Encargos Setoriais	19,41
Tributos (ICMS PIS/COFINS)	72,28
TOTAL	230,03

HISTÓRICO DE CONSUMO (últimos 12 meses)

284	333	290	423	279	272	282	197	290	255	292	294
Mar	Apr	Maio	Jun	Jul	Ago	Sep	Out	Nov	Dez	Jan	Fev

CONSUMO CONSCIENTE - EMISSÃO DE CO₂ (kg/kWh)

Compare suas emissões pelo consumo de energia elétrica.

 Emissão em CO₂ 145,92

 Compensado em kg (CO₂) 0,00

 Consciência Ecológica (%CO₂)

0 100

INFORMAÇÕES IMPORTANTES E AVISOS DE VENCIMENTO

PARA CONSULTAR SUA CONTA EM DEBITO AUTOMÁTICO UTILIZE

SEU NÚMERO DO CLIENTE SEGUINDO DO DÍGITO VERIFICADOR.

Cuidado com vizinhos e amigos e entre no aplicativo ou no site do Ministério da Saúde. Gov. Federal]

- ENEL AGRADECE E PARABENIZA PELA PONTUALIDADE NOS SEUS PAGAMENTOS.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.br/autenticacao-assinatura-camara-leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 129

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

ANEXO 4
MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA

QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR					
Nome Completo:	Selma FORTUZA da SILVA				
Endereço:	Ditio Lagoa do Mato				
Município:	Brejo Santo	UF:	CE	CEP:	63260-000
RG:	2007820960-3	Órgão Emissor:	SSP CE	CPF:	918 807 853 -15

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA DO MATO, CNPJ nº 30.635.962/0001-88 (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Selma Fortuza da Silva

Assinatura do(a) apoiador(a)

06.06.18, Brejo Santo - Ceará

Data, Município e UF

ATENÇÃO:

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Emissão do requerimento de outorga de radiodifusão (307989) SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 130

ANEXO 4
MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA

QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR					
Nome Completo:	LETICIA RICARTE TELES				
Endereço:	VILA LABOA DO MATO, 330				
Município:	BREJO SANTO	UF:	CE	CEP:	63260-000
RG:	2008108598-7	Órgão Emissor:	SSPDE-CE	CPF:	061.128.593-27

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA VILA DO MATO, CNPJ nº 30.635.962/0001-88 (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

* Leticia Ricarte Teles
Assinatura do(a) apoiador(a)

BREJO SANTO - CE 08/06/2018
Data, Município e UF

ATENÇÃO:

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.




MINISTÉRIO DA FAZENDA
Receita Federal
Cadastro de Pessoas Físicas


COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número
061.128.593-27

Nome
LETICIA RICARTE TELES

Nascimento
06/10/1998

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 ESTADO DO CEARÁ
 SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
 PERÍCIA FORENSE DO ESTADO DO CEARÁ
 COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO HUMANA E PERÍCIAS BIOMÉTRICAS


 Polegar Direito



Leticia Ricarte Teles
 ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

CÓDIGO DE CONTROLE
532C.B97C.6C4C.5D00

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na Internet, no endereço

www.receita.fazenda.gov.br

Comprovante emitido pela
 Secretaria da Receita Federal do Brasil

às 09:10:33 do dia 04/07/2014 (hora e data de Brasília)
 dígito verificador: 00

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
 REGISTRO 2008108598 - 7
 DATA DE EXPEDIÇÃO 08/02/2012

NOME LETICIA RICARTE TELES
 FILIAÇÃO FRANCISCO RANGEL TELES DA ROCHA
 MARIA EDILANE RICARTE DOS SANTOS TELES

NATURALIDADE GUARULHOS - SP
 DATA DE NASCIMENTO 06/10/1998

DOC. ORGEM CERT. NASCIMENTO - CARTÓRIO: SEDE TERMO: 416.613 FOLHA: 254-F
 LIVRO: A739 GUARULHOS - SP
 CPF: 061.128.593-27

ASSINATURA DO DIRETOR
 LEI Nº 7.116 DE 29/08/03
 P.: 55



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Nº DO CLIENTE

77546-0

Para agilizar seu atendimento, utilize o nº acima sempre que entrar em contato conosco.

A Tarifa Social de Energia Elétrica foi criada pela Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002

Companhia Energética do Ceará
Rua Padre Valdevino, 150
CEP 60135-040 | Fortaleza CE
CNPJ 07047261/0001-70 | CGF 08.105.846-3

enel

CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA GRUPO B | SÉRIE B-4 | N

Rota 21 15044 50 125200 - 1 Data de Emissão 523298155
Nome FRANCISCO RANGEL TELES DA ROCHA 28/04/2018
End. Postal VL LAGOA DO MATO -01 00330
LAGOA DO MATO - BREJO SANTO - 63260000
Medidor 9919497 Poste 0000 A43E
Classe 04-RURAL 10-RESIDENCIA RURAL MONOFASICO
RG / CPF / CNPJ 448287133-87 CGF
Nome do Responsável

DATAS

Mês de Referência 28/04/2018
Data de Apresentação 28/04/2018
Previsão Próxima Litura 30/05/2018

INDIC. DE QUALIDADE DO FORNECIMENTO

Veja a legenda no verso desta conta.

Conjunto BREJO SANTO
Mês Mar/2018

EUSD 30,56

ICMS

Base de Cálculo (R\$) Alíquota Valor do Imposto
ISENTO

Padrão Individual P			Apuração Individual		
Mensal	Trim.	Anual	Mensal	Trim.	Anual
10,44	28,98	41,76	0,00	3,34	0,00
7,52	15,04	30,09	0,00	3,00	0,00
5,58			0,00		

ÁREA RESERVADA AO CONTROLE FISCAL

7620.6700.1F22.36EC.761A.6320.04E9.03E6

INFORMAÇÕES SOBRE O FATURAMENTO DO CONSUMO

Leit. Atual	Leit. Anterior	Const.	Consumo (kWh)	Cons. Ind.	Cons. Fat.	Tarifa (R\$/kWh)	Valor (R\$)
FP 25965	25809	1,00	156	0,00	156	0,34905	54,45
28/04/18	29/03/18		30 DIAS		156		54,45

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
VALOR CONSUMO DO MES	54,45
MULTA MORATORIA REF 02/2018	1,38
CORRECAO MONETARIA DO MES	0,44
JUROS DO MES	0,92
DOACAO APAE - TEL 0800-095-0703	1,00
DOACAO FUNDACAO TERRA (85) 3296 - 3600 1/1	10,00

VENCIMENTO 01/06/2018

TOTAL A PAGAR (R\$) 68,19

COMPOSIÇÃO DO VALOR DE CONSUMO

Energia	28,55
Transmissão	3,84
Distribuição	16,65
Encargos Setoriais	4,56
Tributos (ICMS PIS/COFINS)	2,24
TOTAL	54,45

HISTÓRICO DE CONSUMO (Últimos 12 meses)

197	156	200	194	200	199	200	203	153	204	190	204
RED	Ma	J	Mar	Fev	Jan	Dez	Nov	Out	Set	Ago	Jul

RED Ma J Mar Fev Jan Dez Nov Out Set Ago Jul Jun



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.autenticidade-assinatura-camara-leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 134

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

ANEXO 4
MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA

QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR					
Nome Completo:	FRANCISCO RANGEL TELES DA ROCHA				
Endereço:	VILA LAGOA DO MATO, 330				
Município:	BREJO SANTO	UF:	CE	CEP:	63260-000
RG:	35785603-X	Órgão Emissor:	SSP-SP	CPF:	448.287.133-87

Eu, acima qualificado(a), venho, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA DO MATO, CNPJ nº 30.635.926/0001-88 (razão social e CNPJ da entidade que está recebendo o apoio), que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

Francisco Rangel Teles da Rocha
Assinatura do(a) apoiador(a)

BREJO SANTO - CE 08/06/2018
Data, Município e UF

ATENÇÃO:

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá estar acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador.





Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.autenticidade-assinatura.camara-leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549 SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 136

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

Nº DO CLIENTE

77546-0

Para apagar seu endividamento, utilize o nº acima sempre que entrar em contato conosco.

A Tarifa Social da Energia Elétrica foi criada pela Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002

Companhia Energética do Ceará
Rua Pedro Valdevino, 150
CEP 60135-040 | Fortaleza CE
CNPJ 07047261/0001-70 | CGF 08.105.846-3

enel

CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA GRUPO B | SÉRIE B-4 | Nº

Rota 21 15044 50 125200 - 1 Data de Emissão 523298155
Nome FRANCISCO RANGEL TELES DA ROCHA 28/04/2018
End. Postal VL LAGOA DO MATO -01 00330
LAGOA DO MATO - BREJO SANTO - 63260000
Medidor 9919497 Poste 0000 A43E
Classe 04-RURAL 10-RESIDENCIA RURAL MONOFASICO
RG / CPF / CNPJ 448287133-87 CGF
Nome do Responsável

DATAS

Mês de Referência Data de Apresentação Previsão Próxima Leitura
Mai/2018 28/04/2018 30/05/2018

ÍNDIC. DE QUALIDADE DO FORNECIMENTO

Veja a legenda no verso desta conta.

Conjunto BREJO SANTO
Mês Mar/2018

EUSD 30,56

ICMS

Base de Cálculo (R\$) Alíquota Valor do Imposto
ISENTO

Padrão de Consumo	Apuração Individual		
	Mensal	Trim.	Anual
DIC	10,44	20,88	41,76
FIC	7,52	15,04	30,09
DMIC	5,58		

ÁREA RESERVADA AO CONTROLE FISCAL

7620.6700.1F22.36EC.761A.6320.D4E9.0356

INFORMAÇÕES SOBRE O FATURAMENTO DO CONSUMO

Leit. Atual	Leit. Anterior	Const.	Consumo (kWh)	Cons. Incl.	Cons. Fat.	Tarifa (R\$/kWh)	Valor (R\$)
FP 25965	25809	1,00	156	0,00	156	0,34908	54,45
28/04/18	28/03/18		30 DIAS		156		54,45

DESCRIÇÃO

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
VALOR CONSUMO DO MES	54,45
MULTA MORATORIA REF 02/2018	1,38
CORRECAO MONETARIA DO MES	0,44
JUROS DO MES	0,92
DOACAO APAE - TEL 0800-095-0703	1,00
DOACAO FUNDACAO TERRA (85) 3296 - 3600 1/1	10,00

VENCIMENTO

01/06/2018

TOTAL A PAGAR (R\$)

68,19

COMPOSIÇÃO DO VALOR DE CONSUMO

Energia	20,55
Transmissão	3,04
Distribuição	15,06
Encargos Setoriais	4,36
Tributos (ICMS PIS/COFINS)	2,24
TOTAL	54,45

HISTÓRICO DE CONSUMO (últimos 12 meses)

197	156	200	194	200	270	199	200	203	153	204	190	204
FEV	MAI	ABR	MAR	FEV	JAN	DEZ	NOV	OCT	SET	AUG	JUL	JUN



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549> SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 137

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

Destinatário:

Secretaria de Radiodifusão do Ministério da Ciência, Tecnologia,
Inovações e Comunicações

End: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B, sala 300

Cep: 70.044-900 Brasília-DF



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Representação do requerimento de outorga de radiodifusão (3079891)

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 138

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

Rem: Associação de Radiodifusão Comunitária da
End: La Lagoa do Mato 01, 0040, Zona Rural
Cep: 260-000 Brejo Santo - Ce

(ETIQUETA OU CARIMBO MP)



01250.034232/2018-10

Ofício nº 001/2018

12 de dezembro de 2018

Ilma. Sra.

Coordenadora de Radiodifusão Comunitária

VILMA DE FÁTIMA ALVARENGA FANIS

Ministério das Comunicações

Brasília/DF

Assunto: Resposta ao Ofício nº 33513/2018/SEI-MCTIC

REF: Processo nº 01250.034232/2018-10

A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA DO MATO - ARCLAM, inscrita com o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 30.635.962/0001-88, com sede na Vila Lagoa do Mato, 01- 00040, Zona Rural de Brejo Santo (CE), com CEP: 63.260-000, neste ato representado por seu Diretor Presidente estatutariamente eleito, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, apresentar informações e documentos solicitados através da Nota Técnica nº 18961/2018/SEI-MCTIC, que trata de pendências encontradas nos autos do processo em epigrafe, o que faz da forma a seguir delineada:

Da Tempestividade

Inicialmente cumpre-nos destacar, que conforme previsto no art. 24 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, é conferido o prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Técnica, para a Entidade apresentar resposta, bem como documentos solicitados, sob pena de inabilitação.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadefassinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Ofício 001 (371476)

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 1

DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO

Em 20/12/18 às 14:00 horas

Assinatura: *Pencucio*

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

In caso, temos que a referida Associação tomou conhecimento acerca dos termos da Nota Técnica nº 18961/2018/SEI-MCTIC na data de 19 de outubro de 2018, momento a partir do qual começa a decorrer o prazo de 60 (sessenta) dias para manifestação que tem por termo final o dia 17 de dezembro do corrente ano. Consoante extrai-se do comprovante de rastreamento dos Correios em anexo.

Desta feita, pugnamos pelo recebimento da presente manifestação, tendo em vista ser a mesma tempestiva.

Síntese da Nota Técnica nº 18961/2018/SEI-MCTIC

Destaca-se que a Nota Técnica nº 18961/2018/SEI-MCTIC referente ao Processo nº 01250.034232/2018-10, que encontra-se na fase de habilitação, apontou pendências quanto ao Requerimento de Outorga apresentado, bem como quanto a emissão de certidão negativa cível, criminal e eleitoral relativa a Sra. Cícera dos Santos, Diretora Administrativa da Associação de Radiodifusão Comunitária da Lagoa do Mato – ARCLAM.

De forma conclusiva a referida Nota Técnica indica que para que seja sanada as pendências apresentadas, a Entidade deverá encaminhar novo Requerimento de Outorga, conforme o modelo em anexo (3289271) contendo todas as declarações nele elencadas, bem como apresentar certidão cível, criminal e eleitoral, expedida pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região (2ª Instância) em nome da Sra. Cícera dos Santos.

Das Informações e Documentos



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

01250.034232/2018-10

SEI 01250.034232/2018-70 / pg. 2

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

Considerando as exigências estabelecidas na referida Nota Técnica, e objetivando sanar as pendências constatadas, encaminhamos em anexo a documentação abaixo elencada:

- a) Requerimento de Outorga em conformidade com a disposição do art. 22, inciso I da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, devidamente assinada por todos os seus dirigentes;
- b) Certidão negativa cível, criminal e eleitoral, expedida pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, dando conta que não consta naquele órgão judicial colegiado nenhuma Ação Criminal ou Cível de Improbidade Administrativa, atestando, assim, que a Sra. Cícera dos Santos possui bons antecedentes.

Ademais, destacamos que a certidão do TRF da 5ª Região encaminhada com a Nota Técnica, apresenta a existência em seu sistema de três processos em nome da Sra. Cícera dos Santos no âmbito daquele tribunal. Contudo, esclarece-se, que dos processos identificados dois são de natureza cível (2001.05.00.018520-1 e 99.05.21753-3) e um de natureza previdenciária (0016932-33.2011.4.05.8300), todos arquivados e baixados, nos quais tiveram a Sra. Cícera dos Santos como autora dos feitos, não constituindo, desta feita, causa de impeditiva de participação da direção da Entidade, eis que somente é vedado a participação daqueles que tenham sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de **natureza penal** ou em qualquer dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64/1990, situação diversa da Sra. Cícera dos Santos, que como destacado alhures possui bons antecedentes e uma vida pregressa irreprochável.



Assim, diante do exposto, e uma vez apresentada a documentação solicitada, requeremos, de logo, que Vossa Senhoria se digne em dar prosseguimento ao referido processo de outorga, uma vez que satisfeita as condições estabelecidas em edital.

Sem mais para o momento, aproveitamos o ensejo para renovarmos os elevados votos de estima e distinta consideração, ao passo que, colocamo-nos a disposição para maiores esclarecimentos.

Nestes termos, pede deferimento,



Pedro Ferreira da Silva

Diretor Presidente da ARCLAM



JU083389042BR

O horário apresentado no histórico do objeto não indica quando a situação ocorreu, mas sim quando os dados foram recebidos pelo sistema, exceto no caso do SEDEX 10 e do SEDEX Hoje, em que ele representa o horário real da entrega.



Objeto entregue ao destinatário
19/10/2018 09:57 BREJO SANTO / CE

19/10/2018 09:57 BREJO SANTO / CE	Objeto entregue ao destinatário
15/10/2018 11:36 BREJO SANTO / CE	Objeto aguardando retirada no endereço indicado Para retirá-lo, é preciso informar o código do objeto. R TIBURTINO INACIO - - 44 SAO FRANCISCO BREJO SANTO / CE
05/09/2018 14:43 Brasília / DF	Objeto postado



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://www2.correios.com.br/sistemas/rastreamento/newprint.cfm>

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

010001 (0714776)

SEI 01250.070470-70 / pg. 5

ANEXO 2
REQUERIMENTO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE					
Razão Social:	ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA DO MATO				
Nome Fantasia:	ARCLAM	CNPJ:	30.635.962/0001-88		
Endereço de Sede:	VILA LAGOA DO MATO, 01- 0040, ZONA RURAL				
Município:	BREJO SANTO	UF:	CE	CEP:	63.260-00
Nome do representante legal:	PEDRO FERREIRA DA SILVA				
Endereço eletrônico (e-mail):	FERREIRADASILVAPEDRO61@GMAIL.COM				

Endereço de Correspondência:	VILA LAGOA DO MATO, 01- 0040, ZONA RURAL				
Município:	BREJO SANTO	UF:	CE	CEP:	63.260-000

LOCALIZAÇÃO PROPOSTA PARA INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE					
Endereço:	VILA LAGOA DO MATO, 01- 0040, ZONA RURAL				
Município:	BREJO SANTO	UF:	CE	CEP:	63.260-000
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):	Latitude:	7° (N/S)	31'	52" S	
	Longitude:	39 ° W	0'	10" O	

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações,

A entidade acima qualificada, através de seus dirigentes, abaixo identificados, requer inscrição no Edital de Seleção Pública nº 94/2018, publicado no Diário Oficial da União de 13/04/2018, relativo à outorga para execução do **SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA** no Município e UF acima descritos.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para habilitação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

- I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V - a pessoa jurídica autoriza o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira;
- VI - a pessoa jurídica está ciente do disposto no edital, dos seus anexos e das demais informações pertinentes;
- VII - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
- VIII - a pessoa jurídica não é executante de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura, bem como não tem como



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadefassinatura.com.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549> - 70 / pg. 6

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados.

IX - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

X - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

XI - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

XII - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora; e

XIII - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou em qualquer dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Cientes de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Outorga.

Nome do dirigente:	PEDRO FERREIRA DA SILVA				
Cargo:	DIRETOR PRESIDENTE			Tit. Eleitor:	020532840795
RG:	421505-82	Órgão Emissor:	SSP/CE	CPF:	325.650.893-68
Endereço:	SÍTIO MUTAMBA, 120, ZONA RURAL				
Município:	BREJO SANTO	UF:	CE	CEP:	63.260-000
Assinatura:	<i>Pedro Ferreira da Silva</i>				

Nome do dirigente:	CICERA DOS SANTOS				
Cargo:	DIRETORA ADMINISTRATIVA			Tit. Eleitor:	042508860701
RG:	2777282-94	Órgão Emissor:	SSP/CE	CPF:	737.063.963-00
Endereço:	SÍTIO LAGOA DO MATO, MUQUEM, 68, ZONA RURAL				
Município:	BREJO SANTO	UF:	CE	CEP:	63.260-000
Assinatura:	<i>Cícera dos Santos</i>				

Nome do dirigente:	JOÃO JOSÉ DE SOUSA				
Cargo:	DIRETOR FINANCEIRO			Tit. Eleitor:	043572680752
RG:	3237696-97	Órgão Emissor:	SSP/CE	CPF:	012.310.283-94
Endereço:	VILA UNIÃO, 632, ZONA RURAL				
Município:	BREJO SANTO	UF:	CE	CEP:	63.260-000
Assinatura:	<i>João José de Sousa</i>				

Nome do dirigente:	MARIA EDILANE RICARTE DOS SANTOS TELES				
Cargo:	DIRETORA DE COMUNICAÇÕES E OPERAÇÕES			Tit. Eleitor:	034344050752
RG:	2016066345-2	Órgão Emissor:	SSP/CE	CPF:	545.958.943-68



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadefirmas.com.br/legbr/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549-70/pg.7>

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

Endereço:	VILA LAGOA DO MATO 01, 00330, ZONA RURAL			
Município:	BREJO SANTO	UF:	CE	CEP: 63.260-000
Assinatura:	<i>Maria Edilane Ricarte dos Santos Reis</i>			

Nome do dirigente:				
Cargo:			Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:	CPF:	
Endereço:				
Município:		UF:	CEP:	
Assinatura:				

Nome do dirigente:				
Cargo:			Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:	CPF:	
Endereço:				
Município:		UF:	CEP:	
Assinatura:				

Nome do dirigente:				
Cargo:			Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:	CPF:	
Endereço:				
Município:		UF:	CEP:	
Assinatura:				

Nome do dirigente:				
Cargo:			Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:	CPF:	
Endereço:				
Município:		UF:	CEP:	
Assinatura:				

ATENÇÃO:

- Os documentos necessários para habilitação são aqueles previstos no art. 22 da Portaria nº 4.334, de 2015.
- Os documentos necessários para instrução são aqueles previstos no art. 39 da Portaria nº 4.334, de 2015.
- Será aceito requerimento diferente deste modelo, desde que contenha todas as informações essenciais e declarações constantes deste requerimento padrão.
- Não será admitido pedido de prorrogação de prazo para inscrição na seleção pública.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadefirmas.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549> - 70 / pg. 8

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
SECRETARIA JUDICIÁRIA

CERTIDÃO NEGATIVA CRIMINAL

389726/2018

O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, na forma da lei, etc.

CERTIFICA que, consultando os sistemas processuais desta Corte, **NÃO CONSTA** nenhuma **AÇÃO** de natureza **CRIMINAL** contra **CICERA DOS SANTOS**, CPF/CNPJ N° 737.063.963-00 . Dada e passada nesta cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, aos 10 (dez) dias do mês de Dezembro de 2018 (dois mil e dezoito) às 15:53:31.

Critérios da pesquisa: por nome, por nome e CPF/CNPJ ou por CPF/CNPJ

Observações:

- a) A informação do n.º do CPF/CNPJ acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário.
- b) A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no site do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, endereço (www.trf5.jus.br/), por meio do código de validação abaixo.
- c) Esta certidão tem validade em todo o Território Nacional.
- d) A presente certidão tem uma validade de 90 (noventa) dias apartir da data de emissão.

CÓDIGO DE VALIDAÇÃO:
8-2159-1121-8



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadefassinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Ofício 001 (3714776)

SEI 01250-070470/2018-70 / pg. 9

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
SECRETARIA JUDICIÁRIA

CERTIDÃO NEGATIVA PARA FINS ELEITORAIS

27115/2018

O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, na forma da lei, etc.

CERTIFICA que, consultando os sistemas de Processo Judicial Eletrônico e Processo Judicial Físico de 2º grau, **NÃO CONSTA** nenhuma **AÇÃO** de natureza CRIMINAL ou CÍVEL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA contra **CICERA DOS SANTOS**, CPF/CNPJ N° 737.063.963-00. Dada e passada nesta cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, aos 10 (dez) dias do mês de Dezembro de 2018 (dois mil e dezoito) às 15:54:07.

Crerios da pesquisa: por nome, por nome e CPF/CNPJ ou por CPF/CNPJ

Observações:

- a) A informação do n.º do CPF/CNPJ acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário.
- b) A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no site do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, endereço (www.trf5.jus.br/), por meio do código de validação abaixo, por 90 dias após a data de emissão.
- c) Esta certidão tem validade em todo o Território Nacional.

CÓDIGO DE VALIDAÇÃO:

8-1159-1122-4



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549> / pg. 10

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
SECRETARIA JUDICIÁRIA
PODER JUDICIÁRIO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, na forma da lei, etc.

CERTIFICA, atendendo à solicitação de parte interessada e excluindo os processos por ventura em segredo de justiça, que em consulta ao seu acervo desde 1990 até a presente data **CONSTAM** nos sistemas de Processo Judicial Eletrônico e Processo Judicial Físico de 2º grau, feitos em nome de **CICERA DOS SANTOS**, CPF/CNPJ Nº **737.063.963-00**, com os seguintes dados processuais:

Nº do Processo:	Classe	Órgão Julgador	Dt.Distribuição	Relator	Polo Ativo	Polo Passivo	Critério Pesquisa
2001.05.00.018520-1	AGREXT169751-CE	PRESIDENCIA	09/05/2001	DESEMBARGADOR A FEDERAL PRESIDENTE	CEF CAIXA ECONOMICA FEDERAL	CICERA DOS SANTOS	CICERA DOS SANTOS
99.05.21753-3	AC169751-CE	SEGUNDA TURMA	04/05/1999	DESEMBARGADOR FEDERAL PETRUCIO FERREIRA	CEF CAIXA ECONOMICA FEDERAL	CICERA DOS SANTOS	CICERA DOS SANTOS
0016932-33.2011.4.05.8300	AC535155-PE	PRIMEIRA TURMA	01/02/2012	DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO CAVALCANTI	CICERA DOS SANTOS	INSS INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL	CICERA DOS SANTOS

Dada e passada nesta cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, aos 22 (vinte e dois) dias do mês de Agosto de 2018 (dois mil e dezoito) às 10:37:50.

Critérios da pesquisa: por nome, por nome e CPF/CNPJ ou por CPF/CNPJ
Observações:

- A informação do n.º do CPF/CNPJ acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário.
- A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no site do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, endereço (www.trf5.jus.br/), por meio do código de validação abaixo.
- Não foram consultados processos sigilosos.
- Foram consultados processos em tramitação e baixados.
- Esta certidão tem validade em todo o Território Nacional.

CÓDIGO DE VALIDAÇÃO:

8-3137-8747-3

Página 1 de 1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadecassinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549> - 70 / pg. 11

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549



Poder Judiciário
Tribunal Regional Federal da 5ª Região

PROCESSO Nº 0018520-95.2001.4.05.0000

(2001.05.00.018520-1)

AGRAVO DE INSTRUMENTO DE DECISÃO DENEGATÓRIA EM REC
EXTRAORDINÁRIO (AGREXT169751-CE)

AUTUADO EM 09/05/2001

ORGÃO: Presidência

PROC. ORIGINÁRIO Nº: 9905217533 - TRF da 5ª Região - CE

VARA: 2ª Vara de Fortaleza

FASE ATUAL : **05/05/2003 12:26** Remessa Externa
COMPLEMENTO :
ÚLTIMA LOCALIZAÇÃO : Seção Judiciária do Ceará

AGRTE : **CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**
Advogado/Procurador : **MARIA DOS PRAZERES DE OLIVEIRA(e outros) - PE010447**
AGRDO : **CICERA DOS SANTOS**
Advogado/Procurador : **MARCELINO OLIVEIRA SANTOS(e outros) - CE008483**
RELATOR : **DESEMBARGADOR(A) FEDERAL PRESIDENTE**

NÃO EXISTEM PETIÇÕES AGUARDANDO JUNTADA

• **Em 05/05/2003 12:26**

Remetidos os Autos (Baixa Definitiva) Para .

• **Em 05/05/2003 12:26**

Remetidos os Autos (Baixa Definitiva) Para . [Guia 2003.113827]

• **Em 05/05/2003 00:00**

Juntada de Petição
CEF (TRF5)

• **Em 04/05/2003 13:33**

Recebidos os autos de .

• **Em 02/09/2002 08:57**

Remetidos os Autos (Sobrestamento) Para JF/CE

• **Em 26/08/2002 12:25**

Remessa .
de: {10}-SEC.REC.EXT.ESP.e ORD para: {2}-SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL [Guia:73929] [Guia: 2002.073929]
(CSS)

• **Em 26/08/2002 08:35**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[5.jus.br/cp/cp.do](https://jus.br/cp/cp.do)

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

CPRO 001 (07/14/18) - SEI 01256-070476/2018-70 / pg. 12

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

Recebidos os autos de .

• **Em 01/02/2002 14:34**

Remessa .

de: (10)-SEC.REC.EXT.ESP.e ORD para: (5)-SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA [Guia:43501] [Guia: 2002.043501] (SIM)

• **Em 25/01/2002 16:19**

Processo em lote

60 - SOBRESTADO (MFP)

• **Em 24/08/2001 09:59**

Processo em lote

37 - SOBRESTADO COM RES ADMITIDO (MFP)

• **Em 01/08/2001 14:51**

Despacho publicado no DJU - II .

EM 25.07.2001 (MED)

• **Em 03/07/2001 16:19**

Intimação Mandando Agrdo Responder ao Recurso

EXP.841/2001 (LFL)

• **Em 22/06/2001 11:20**

Agravo de Instrumento

AGRAVO DE INSTRUMENTO. NO RE EM: 30.10.2000 (MFP)

• **Em 14/05/2001 17:50**

Recebidos os autos de .

• **Em 10/05/2001 17:40**

Remessa .

de: (13)-DISTRIBUICAO para: (10)-SEC.REC.EXT.ESP.e ORD [Guia:16078] [Guia: 2001.016078] (MAE)

• **Em 09/05/2001 16:35**

Processo Deu Origem ao

2001.05.00.018520-1 AGEX 169751-CE (TRF5)

• **Em 09/05/2001 16:35**

Processo Originado de

99.05.21753-3 AC 169751-CE (TRF5)

• **Em 09/05/2001 16:34**

Distribuição por Sorteio Automatico

(TRF5)

• **Em 20/10/2000 10:16**

Despacho publicado no DJU - II .

EM 18102000 (MED)

• **Em 28/09/2000 09:36**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[5.jus.br/cp/cp.do](https://jus.br/cp/cp.do)

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Ofício 001 (3714170) - SEI 01230.070476/2018-70 / pg. 13

Despacho do Desembargador(a) Federal Presidente (SREEO) - Remetido à Imprensa
DECISAO (SREEO). EXP.827/2000 (LFL)

• **Em 17/07/2000 17:31**

Concluso para decisão a(o) . para / por Secretaria Processante

• **Em 17/07/2000 17:29**

Contra-Razões Não Apresentada(s)
EM 14/07/2000 (MLS)

• **Em 09/05/2000 00:00**

Despacho publicado no DJU - II .
EM 03.05.00 (CMN)

• **Em 04/04/2000 18:29**

Despacho Mandando Rcdto Apres. Contra-razões
EXP 272/2000 (MAF)

• **Em 28/03/2000 10:00**

Remetidos os Autos (Secretaria Processante) Para SREE

• **Em 28/03/2000 09:32**

Petição Juntado (a)
(TRF5)

• **Em 28/03/2000 00:01**

Juntada de Petição
CEF (TRF5)

• **Em 28/03/2000 00:00**

Juntada de Petição
CEF (TRF5)

• **Em 29/10/1999 18:20**

Acórdão Publicado no DJ da União
SECAO II, PAGS.876/912, EM 29.10.99 (JOA)

• **Em 28/09/1999 05:35**

Acórdão Remetido à Imprensa para publicação
REM.PREV.:25.10.99. PUBLIC.PREV.:29.10.99 (JOA)

• **Em 28/09/1999 05:12**

Acórdão .
C/ INFORMACAO ANTERIOR INCORRETA (JOA)

• **Em 22/09/1999 12:47**

Acórdão Remetido à Imprensa para publicação
REM.PREV.:25.09.99. PUBLIC.PREV.:29.09.99 (JOA)

• **Em 13/09/1999 16:07**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[5.jus.br/cp/cp.do](https://jus.br/cp/cp.do)

<https://infoleg-autenticidadedassinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Ofício 001 (3714470)

SEI 01230-070476/2018-70 / pg. 14

- Em 13/09/1999 15:49

- Em 22/06/1999 15:57

- Em 16/06/1999 09:21

• Em 15/06/1999 15:12

• Em 15/06/1999 14:37

• Em 15/06/1999 00:00

• Em 02/06/1999 13:44

• Em 21/05/1999 11:59

- Em 17/05/1999 15:20

- Em 10/05/1999 14:11

• Em 04/05/1999 17:44



5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549



Poder Judiciário
Tribunal Regional Federal da 5ª Região

PROCESSO Nº 0021753-71.1999.4.05.0000

(99.05.21753-3)

APELAÇÃO CÍVEL (AC169751-CE)

AUTUADO EM 04/05/1999

ORGÃO: Segunda Turma

PROC. ORIGINÁRIO Nº: 00284471119964058100 - Justiça Federal - CE

VARA: 2ª Vara Federal do Ceará

FASE ATUAL : **05/05/2003 12:26** Remessa Externa
COMPLEMENTO : Justiça Gratuita / Isenção de Custas (def./pedido)
ÚLTIMA LOCALIZAÇÃO : Seção Judiciária do Ceará

APTE : **CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**

Advogado/Procurador : **FRANCISCO DAS CHAGAS ANTUNES MARQUES(e outros) - CE005667**

APDO : **CICERA DOS SANTOS**

Advogado/Procurador : **JOSE ERIVALDO OLIVEIRA DOS SANTOS(e outros) - CE006964**

RELATOR : **DESEMBARGADOR FEDERAL PETRUCIO FERREIRA**

246/200000100813: AGEX (Entrada em: **30/10/2000 00:00**) (Juntada em: **05/05/2003 00:00**) CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

246/199900080703: RESP (Entrada em: **17/11/1999 00:00**) (Juntada em: **28/03/2000 00:00**) CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

246/199900080721: REX (Entrada em: **17/11/1999 00:00**) (Juntada em: **28/03/2000 00:01**) CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

246/199900030158: AGR (Entrada em: **31/05/1999 00:00**) (Juntada em: **15/06/1999 00:00**) CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

• **Em 05/05/2003 12:26**

Remetidos os Autos (Baixa Definitiva) Para . [Guia 2003.113827]

• **Em 05/05/2003 12:26**

Remetidos os Autos (Baixa Definitiva) Para .

• **Em 05/05/2003 00:00**

Juntada de Petição
CEF (TRF5)

• **Em 04/05/2003 13:33**

Recebidos os autos de .

• **Em 02/09/2002 08:57**

Remetidos os Autos (Sobrestamento) Para JF/CE

• **Em 26/08/2002 12:25**

Remessa .



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[5.jus.br/cp/cp.do](https://jus.br/cp/cp.do)

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

000001 (07/14/18) - SLEP 0250:070470/2018-70 / pg. 16

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

de: (10)-SEC.REC.EXT.ESP.e ORD para: (2)-SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL [Guia:73929] [Guia: 2002.073929] (CSS)

• **Em 26/08/2002 08:35**

Recebidos os autos de .

• **Em 01/02/2002 14:34**

Remessa .

de: (10)-SEC.REC.EXT.ESP.e ORD para: (5)-SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA [Gula:43501] [Gula: 2002.043501] (SIM)

• **Em 25/01/2002 16:19**

Processo em lote

60 - SOBRESTADO (MFP)

• **Em 24/08/2001 09:59**

Processo em lote

37 - SOBRESTADO COM RES ADMITIDO (MFP)

• **Em 01/08/2001 14:51**

Despacho publicado no DJU - II .

EM 25.07.2001 (MED)

• **Em 03/07/2001 16:19**

Intimação Mandando Agrdo Responder ao Recurso

EXP.841/2001 (LFL)

• **Em 22/06/2001 11:20**

Agravo de Instrumento

AGRAVO DE INSTRUMENTO, NO RE EM: 30.10.2000 (MFP)

• **Em 14/05/2001 17:50**

Recebidos os autos de .

• **Em 10/05/2001 17:40**

Remessa .

de: (13)-DISTRIBUICAO para: (10)-SEC.REC.EXT.ESP.e ORD [Guia:16078] [Guia: 2001.016078] (MAE)

• **Em 09/05/2001 16:35**

Processo Deu Origem ao

2001.05.00.018520-1 AGEX 169751-CE (TRF5)

• **Em 09/05/2001 16:35**

Processo Originado de

99.05.21753-3 AC 169751-CE (TRF5)

• **Em 09/05/2001 16:34**

Distribuição por Sorteio Automatico

(TRF5)

• **Em 20/10/2000 10:16**

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

5.jus.br/cp/cp.do

https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

Ofício 001 (3714170) SEI 01230.070476/2018-70 / pg. 17

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

Despacho publicado no DJU - II .
EM 18102000 (MED)

• **Em 28/09/2000 09:36**

Despacho do Desembargador(a) Federal Presidente (SREEO) - Remetido à Imprensa
DECISAO (SREEO). EXP.827/2000 (LFL)

• **Em 17/07/2000 17:31**

Concluso para decisão a(o) . para / por Secretaria Processante

• **Em 17/07/2000 17:29**

Contra-Razões Não Apresentada(s)
EM 14/07/2000 (MLS)

• **Em 09/05/2000 00:00**

Despacho publicado no DJU - II .
EM 03.05.00 (CMN)

• **Em 04/04/2000 18:29**

Despacho Mandando Rcdo Apres. Contra-razões
EXP 272/2000 (MAF)

• **Em 28/03/2000 10:00**

Remetidos os Autos (Secretaria Processante) Para SREE

• **Em 28/03/2000 09:32**

Petição Juntado (a)
(TRF5)

• **Em 28/03/2000 00:01**

Juntada de Petição
CEF (TRF5)

• **Em 28/03/2000 00:00**

Juntada de Petição
CEF (TRF5)

• **Em 29/10/1999 18:20**

Acórdão Publicado no DJ da União
SECAO II, PAGS.876/912, EM 29.10.99 (JOA)

• **Em 28/09/1999 05:35**

Acórdão Remetido à Imprensa para publicação
REM.PREV.:25.10.99. PUBLIC.PREV.:29.10.99 (JOA)

• **Em 28/09/1999 05:12**

Acórdão .
C/ INFORMACAO ANTERIOR INCORRETA (JOA)

• **Em 22/09/1999 12:47**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

5.jus.br/cp/cp.do

https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549 / pg. 18

Acórdão Remetido à Imprensa para publicação
REM.PREV.:25.09.99. PUBLIC.PREV.:29.09.99 (JOA)

• **Em 13/09/1999 16:07**

Acórdão Assinado - Preparo Publicação
NA2A. TURMA EM 13.09.99 (JOA)

• **Em 13/09/1999 15:49**

Remetidos os Autos (Publicação de Acórdão) Para Divisão da 2ª Turma

• **Em 22/06/1999 15:57**

Julgamento - .

[Sessão: 22/06/1999 00:00] (HAW) Apreciando o agravo regimental interposto contra o r. despacho de fls., a Turma, a unanimidade, conheceu e negou provimento ao agravo, nos termos do voto do relator. Participaram do julgamento os Exmos. Srs. Juizes Araken Mariz e Napoleao Nunes Maia Filho. Ausente justificadamente o Exmo. Sr. Juiz Lazaro Guimaraes.

• **Em 16/06/1999 09:21**

Recebidos os autos de Divisão da 2ª Turma

• **Em 15/06/1999 15:12**

Remessa ao Gabinete ao Desembargador(a) Federal Relator(a)
(ARG)

• **Em 15/06/1999 14:37**

Petição Juntado (a)
(TRF5)

• **Em 15/06/1999 00:00**

Juntada de Petição
CEF (TRF5)

• **Em 02/06/1999 13:44**

Despacho publicado no DJU - II .
EM 26.05.99 (EXP.: 21.05.99) (ARG)

• **Em 21/05/1999 11:59**

Aguardando Publicação de Despacho
EM 21.05.99(EXP.:21.05.99) (ARG)

• **Em 17/05/1999 15:20**

Recebidos os autos de Gabinete

• **Em 10/05/1999 14:11**

Recebidos os autos de Seção de Distribuição

• **Em 04/05/1999 17:44**

Distribuição por Sorteio Automatico
(TRF5)





Poder Judiciário
Tribunal Regional Federal da 5ª Região

PROCESSO Nº 0016932-33.2011.4.05.8300

APELAÇÃO CÍVEL (AC535155-PE)

AUTUADO EM 24/01/2012

ORGÃO: Primeira Turma

PROC. ORIGINÁRIO Nº: 00169323320114058300 - Justiça Federal - PE

VARA: 9ª Vara Federal de Pernambuco

ASSUNTO: Salário-Maternidade (Art. 71/73) - Benefícios em Espécie - Previdenciário

FASE ATUAL	: 07/05/2012 19:18 Remessa Externa
COMPLEMENTO	: Justiça Gratuita / Isenção de Custas (def./pedido)
ÚLTIMA LOCALIZAÇÃO	: Juízo Federal da 9ª Vara - Recife/PE

APTE : CICERA DOS SANTOS(e outros)

Advogada/Procurador : MARIA EVANE DE AQUINO MOURA ARRUDA LIMA - PE017620

APDO : INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Representante : PROCURADORIA REPRESENTANTE DA ENTIDADE

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO CAVALCANTI

NÃO EXISTEM PETIÇÕES AGUARDANDO JUNTADA

• Em 07/05/2012 19:18

Remetidos os Autos (Baixa Definitiva) Para Juízo Federal da 9ª Vara - Recife/PE [Guia 2012.007735]

• Em 10/04/2012 09:14

Recebidos os autos de PROCURADORIA REGIONAL FEDERAL - 5ª REGIAO

• Em 30/03/2012 14:09

Autos entregues em carga a(o) PROCURADORIA REGIONAL FEDERAL - 5ª REGIAO para Ciência da Decisão [Guia: 2012.005365] (M683)

• Em 09/03/2012 17:43

Publicado Acórdão em 12/03/2012 00:00expediente ACO/2012.000032[Inteiro Teor]

• Em 09/03/2012 17:42

Disponibilização no Diário da Justiça Eletrônico de Acórdão expediente ACO/2012.000032 em 09/03/2012 17:10

• Em 09/03/2012 15:13

Remessa para disponibilização no Diário Eletrônico Publicação expediente ACO/2012.000032 () (M683)

• Em 08/03/2012 13:13Aguardando Publicação
LISTA 140-FC PRF EXP. 2012.32 (M683)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

https://infleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549 / pg. 20

- **Em 06/03/2012 16:52**

Recebidos os autos de Gabinete Desembargador Federal Francisco Cavalcanti [Guia: 2012.000219]

- **Em 01/03/2012 18:45**

Acórdão Desembargador(a) Federal Relator(a)

[Publicado em 12/03/2012 00:00] [Guia: 2012.000219] (M1052) EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO DISSOCIADA DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA RECORRIDA. PRESSUPOSTO DE ADMISSIBILIDADE. NAO CONHECIMENTO.1. Carece de pressuposto de admissibilidade recursal a apelação que traz razões completamente dissociadas da fundamentação da sentença recorrida (art. 514, II, do CPC).2. No caso dos autos, o MM. Juiz a quo extinguiu o processo sem resolução do mérito, com fulcro no art. 267, VI do Código de Processo Civil, por entender que "a competência para conhecer da questão não é das Varas Federais comuns desta Seção Judiciária, mas sim dos Juizados Especiais Federais, tendo em vista que a pretensão econômica das autoras não supera 60 (sessenta) salários mínimos, consideradas individualmente".3. Em suas razões recursais, todavia, as apelantes argumentam apenas sobre a desnecessidade do pedido administrativo perante o INSS e reiteram os termos da inicial, com exatas mesmas palavras, quanto à legalidade do pedido do salário maternidade e à responsabilidade civil do INSS.4. Apelação não conhecida.ACÓRDÃOVistos e relatados os presentes autos, DECIDE a Primeira Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, por unanimidade, não conhecer da apelação, nos termos do relatório e voto anexos, que passam a integrar o presente julgamento.Recife, 01 de março de 2012. (Data do julgamento)JUIZ FRANCISCO CAVALCANTIRelator

- **Em 01/03/2012 09:00**

Julgamento - Sessão Ordinária

[Sessão: 01/03/2012 09:00] (M827) A Turna, por unanimidade, não conheceu da apelação, nos termos do voto do relator. Participaram do julgamento os Exmos. Srs.: DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA LUCENA, DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO CAVALCANTI e DESEMBARGADOR FEDERAL MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT.

- **Em 15/02/2012 22:01**

Publicado Pauta de Julgamento em 16/02/2012 00:00expediente PAUTA/2012.000006

- **Em 15/02/2012 22:00**

Disponibilização no Diário da Justiça Eletrônico de Pauta de Julgamento expediente PAUTA/2012.000006 em 15/02/2012 18:00

- **Em 15/02/2012 15:13**

Remessa para disponibilização no Diário Eletrônico Publicação expediente PAUTA/2012.000006 {} (M827)

- **Em 14/02/2012 18:54**

Incluído em Pauta para [Sessão: 01/03/2012 09:00:00] Local: 1101 - 1ª Turma

- **Em 03/02/2012 14:00**

Recebidos os autos de Distribuição [Guia: 2012.000774]

- **Em 01/02/2012 16:43**

Concluso para decisão a(o) Desembargador(a) Federal Relator(a) para / por Secretaria Processante [Guia 2012.000774]

- **Em 01/02/2012 16:42**

Distribuição por Sorteio Automatico (M473)





Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

www.tse.jus.br/eleitor/se

12



Buscar...



IDENTIFICAÇÃO

Inscrição: 042508860701

Eleitor: CICERA DOS SANTOS

DOMICÍLIO ELEITORAL

Eleições Gerais 2018 - 1º Turno (07/10/2018)

Zona: 070 Seção: 0059

Local: CENTRO DE EDUCACAO RURAL JONAS
ALVES DA COSTA

Endereço: SITIO MUQUEM - MUQUEM-SEDE

Município: BREJO SANTO - CE



3578149-1

Para obter seu atendimento, utilize o nº acima sempre que entrar em contato conosco.

Companhia Energética do Brasil
Rua Padre Vitorino, 180
CEP 60135-040 | Fortaleza, CE
CNPJ 02042251/0001-70 | CGF 04.103.848-3

CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA GRUPO B | SÉRIE B-4 | Nº

519502062

Rota 23 15044 50 292000 - 0

Data de Emissão

03/04/2018

Nome

CICERA DOS SANTOS

End. Postal

ST LAGOA DO MATO MUQUEM 00063

VILA FELIZ - BREJO SANTO - 63260000

Medidor

23538868

Posto

0000 B40E

Classe

04-RURAL 10-RESIDENCIA RURAL MONOFASICO

RG/CPF/CNPJ

737063963-00

CGF

Nome do Responsável

DATAS

Mês de Referência

Data de Apresentação

Provisão Próxima Leitura

Abr/2018 03/04/2018 03/05/2018

ÍNDIC. DE QUALIDADE DO FORNECIMENTO

Veja a legenda no verso desta conta.

Conjunto BREJO SANTO

Mês

Fev 2018

EUSO 32,29

ICMS

Base de Cálculo (R\$)

Alíquota

Valor do Imposto

ISENTO

ÁREA RESERVADA AO CONTROLE FISCAL

E164.4439.2174.781E.1668.5485.2149.6604

INFORMAÇÕES SOBRE O FATURAMENTO DO CONSUMO

Leit. Atual	Leit. Anterior	Const.	Consumo (kWh)	Cons. Ind.	Cons. Fac.	Tarifa (R\$/kWh)	Valor (R\$)
FP 13605	13461	1,00	144	0,00	144	0,35281	50,80
03/04/18	05/03/18		29 DIAS		144		50,80

VALOR CONSUMO DO MES

BEM ESTAR PLANO FAMILIAR - 0800 600 0560

VALOR (R\$)

50,80

12,26

03/05/2018

63,06

COMPOSIÇÃO DO VALOR DE CONSUMO

Energia	50,80
Perda	0,00
Distribuição	0,00
Encargos Setoriais	0,00
Tributos (ICMS PIS-COFINS)	0,00
TOTAL	50,80

HISTÓRICO DE CONSUMO (últimos 12 meses)

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Sep	Out	Nov	Dez
179	144	185	205	185	210	191	144	197	87	206	194

CONSUMO CONSCIENTE - EMISSÃO DE CO₂ (kg/kWh)

Compense suas emissões pelo consumo de energia elétrica.

Emissão kg (CO₂)

62,24

Compensado kg (CO₂)

0,00

Consciência Ecológica (NCO₂)

0,00

PARA CANCELAR SUA CONTA EM DÉBITO AUTOMÁTICO UTILIZE

SEU NÚMERO DE CLIENTE SEGUINTE NA DIÁRIA VERIFICAR

Chame os vizinhos e amigos e entre no combate ao mosquito transmissor

da dengue, zika e chikungunya. Ministério da Saúde, Gov. Federal

E ENEL AGRADECE E PARABORIZA PELA PONTUALIDADE NOS SEUS PAGAMENTOS.

CONSULTAR ESTA CONTA QUITADA SE EFETUOU O DÉBITO EM CONTA CORRENTE -

BOM DO BRASIL S.A. AGÊNCIA - 0640.

Consta desta fatura R\$ 3,04 referente a PIS e COFINS. Alíquotas: PIS:1,00% e COFINS:4,94%

(Lei n.º 10.637/02 e Lei n.º 10.638/02)

Para este mês a bandeira será verde, sem custo adicional para os consumidores. Mais

info-mcops em www.enel.com.br

Nº do Cliente: 3578149-1

Referência: Abr/2018

Data de Emissão: 03/04/2018

Total a Pagar (R\$): 63,06

Nº da Nota Fiscal: 519502062

Nº do Controle: 0003578149 00117 39312 15

8384000000-6 63060031000-0 00035781490-3 01173931202-8



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90514fb22549 / pg. 24

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90514fb22549

MINISTÉRIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO
DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE
FISCALIZAÇÃO
COORDENAÇÃO GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, 3.º ANDAR
BRASILIA/DF

70044-900



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Ofício 001 (3714176)

SEI 01250.076476/2018-70 / pg. 25

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

(ETIQUETA OU CARIMBO MP)

REM.
ASSOCIAÇÃO DE RADIOFUSÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA DO MATO
VILA LAGOA DO MATO, 01 - 0040 - ZONA RURAL
BREJO SANTO/CE

63260-000



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Ofício 001 (3714176)

SEI 01250.076476/2018-70 / pg. 26

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

SF742421079BR

O horário apresentado no histórico do objeto não indica quando a situação ocorreu, mas sim quando os dados foram recebidos pelo sistema, exceto no caso do SEDEX 10 e do SEDEX Hoje, em que ele representa o horário real da entrega.

**Objeto entregue ao destinatário**

Objeto entregue ao destinatário
20/12/2018 14:01 BRASILIA / DF

20/12/2018 14:01 BRASILIA / DF	Objeto entregue ao destinatário
20/12/2018 12:14 BRASILIA / DF	Objeto saiu para entrega ao destinatário
20/12/2018 09:18 BRASILIA / DF	Objeto encaminhado de Unidade de Tratamento em BRASILIA / DF para Unidade de Distribuição em BRASILIA / DF
19/12/2018 14:27 SALVADOR / BA	Objeto encaminhado de Unidade de Tratamento em SALVADOR / BA para Unidade de Tratamento em BRASILIA / DF
17/12/2018 10:10 BREJO SANTO / CE	Objeto encaminhado de Agência dos Correios em BREJO SANTO / CE para Unidade de Tratamento em SALVADOR / BA
14/12/2018 11:44 BREJO SANTO / CE	Objeto postado após o horário limite da unidade Objeto sujeito a encaminhamento no próximo dia útil



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

correios.com.br/sistemas/rastreamento/newprint.cfm

Rastreamento de Objetos Único 001-02150-034232/2018-10 / pg. 1

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

correios.com.br/sistemas/rastreamento/newprint.cfm

https://www2.correios.com.br/sistemas/rastreamento/newprint.cfm?chave=5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

Rastreamento de Objetos Único 001-SEI 5714170 (5718792)

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 2

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 30.635.962/0001-88 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 04/06/2018
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DA LAGOA DO MATO			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ARCLAM			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO VL LAGOA DO MATO	NÚMERO 40	COMPLEMENTO	
CEP 63.260-000	BAIRRO/DISTRITO ZONA RURAL	MUNICÍPIO BREJO SANTO	UF CE
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (88) 8112-5042	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 04/06/2018	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **21/12/2018** às **15:36:30** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

reita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/CNPJ/cnpjreva/Cnpjreva_Solicitacao.asp

<https://infoleg.br/legis/atividade-economica-camara-legisl/5801095-01pb-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Anexo CNPJ atividade econômica (3719183)

SEI 01250:034232/2018-10 / pg. 3



CNPJ: **30.635.962/0001-88**

Entidade não cadastrada nesta agência.

Emitida às 15:45:09 do dia 21/12/2018 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta.](#)



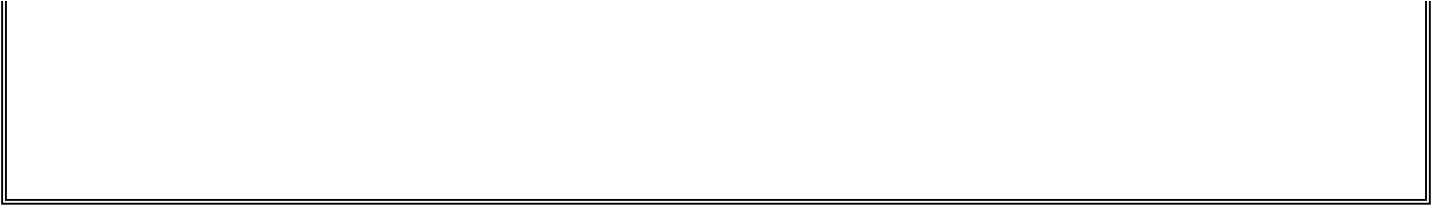
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://net/boleto/NadaConsta/certidao.asp>

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

ANATEL (3719214)

SEI 01250.004252/2018-10 / pg. 4



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://net/boleto/NadaConsta/certidao.asp>

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Anexo Afater (3719214)

SEI 01250.004252/2018-10 / pg. 5

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

SERAD/CGRC

Ofício nº 50657/2018/SEI-MCTIC, 16/01/2019

01250.034232/2018-10

PEDRO FERREIRA DA SILVA

ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA
LAGOA DO MATO

Vila Lagoa do Mato, 01 - 00040, Zona Rural

63260-000 Brejo Santo / CE

PAIS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVIE

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE☐ EMS☐ SEGURO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RECEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRAISON

CARIMBO DE ENTREGA

NOME DO TITULAR DO RECEBIMENTO / NOM / PRÉNOM DU RECEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / NÚMERO D'IDENTIFICATIONRÚBRICA E MTD DO EMPREGADOR
SIGNATURE DE L'EMPLOYEUR

EN

A DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

7534

FOLHAS / FE

114 x 152 mm



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.autenticidadeassinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Documento (AR) Of 50657 (000726) / SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 6

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549



AVISO DE
RECEBIMENTO

AR

AVIS CN07

(CORREIO DE ENTREGA IMEDIATA DO RECEBIMENTO)

JT 79383153 2 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE OF POSTING

21 MAR 2019

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU OF POST

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

1	2	3
h	h	h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME DO BENEFICIÁRIO SOCIAL DO REMETENTE / NOM DU BÉNÉFICIAIRE SOCIAL DE L'ÉMETTEUR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADDRESS

CIDADE / LOCALITE

Serviço Público Federal
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
Secretaria de Radiodifusão
Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC
Espanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 307, Anexo Oeste
70.044-900 Brasília - DF

BRASIL
BRÉSIL

ENDERECO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DA LAGOA DO MATO
CNPJ: 30.635.962/0001-88

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 14:54:21 do dia 14/08/2018 <hora e data de Brasília>.
Válida até 10/02/2019.

Código de controle da certidão: **E2C9.8BF0.2011.0244**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Annexo PGFN validade 10.02.2019 (3719217)

SEI 01250:034232/2018-10 / pg. 8



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DA LAGOA DO MATO
(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 30.635.962/0001-88

Certidão nº: 164985303/2018

Expedição: 21/12/2018, às 15:42:13

Validade: 18/06/2019 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DA LAGOA DO MATO (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **30.635.962/0001-88**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Anexo CNDT (3710228)

CEL 01250.094252/2018-10 / pg. 9

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processos de Outorga da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **01250.034232/2018-10.**

Assunto: **Consulta ao sistema de fiscalização RADAR da Agência Nacional de Telecomunicações.**

Após análise do processo nº 01250.034232/2018-10, de interesse da **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA DO MATO**, na localidade de Brejo Santo/CE, informo que, de acordo com o sistema de fiscalização RADAR, até esta data, **não existe**, nessa localidade, registro de fiscalização por operação clandestina em que conste razão social, nome fantasia, endereço, coordenadas geográficas, nome/CPF/RG dos dirigentes ou CNPJ da entidade supracitada.



Documento assinado eletronicamente por **Alice Lorena de Barros Santos, Técnico de Nível Superior**, em 21/12/2018, às 16:02 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3719230** e o código CRC **B8214EBF**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.034232/2018-10

SEI nº 3719230



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://mfoleg-autenticidade-assinatura.camara-legis/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Despacho COREO_MCOM_RADCOM 3719230

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 10

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processos de Outorga da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **01250.034232/2018-10.**

Entidade: **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA DO MATO.**

Assunto: **Pesquisa aos sítios das Justiças Federal e Estadual.**

1. Informo que, após consultas aos sítios eletrônicos do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de Brejo Santo/CE, e do Tribunal de Justiça do Estado de Ceará, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas que inviabilizem o deferimento do pedido de outorga.
2. Encaminhem-se os autos para a fase de instrução.



Documento assinado eletronicamente por **Alice Lorena de Barros Santos, Técnico de Nível Superior**, em 21/12/2018, às 16:02 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3719241** e o código CRC **7A101690**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.034232/2018-10

SEI nº 3719241



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://mfoleg-autenticidade-assinatura.camara-legis/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Despacho COREO_MCOM_HADCOM 3719241

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 11

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

ANEXO 6

FORMULÁRIO DE DADOS DE FUNCIONAMENTO DA ESTAÇÃO – RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA

MINISTÉRIO CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA - RADCOM

1 – ASSINALE A SOLICITAÇÃO DE INTERESSE:

☐ Solicitação de análise de documentação necessária à fase de instrução – Processo de Outorga

☐ Solicitação de alteração de características anteriormente aprovadas – Processo de Pós-Outorga

☐ Solicitação de alteração de características anteriormente aprovadas – Processo de Pós-Outorga

2 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

RAZÃO SOCIALRAZÃO SOCIAL (CONTINUAÇÃO)CNPJ

3 – LOCALIZAÇÃO DA SEDE DA ENTIDADE

LOGRADOUROBAIRROCIDADECEPCIDADE (CONTINUAÇÃO)UF

COORDENADAS GEOGRÁFICAS (Especifique o hemisfério da

Latitude: **N** - Norte ou **S** - Sul)

		-		-	,					o		'		"				o		'		"	w
--	--	---	--	---	---	--	--	--	--	---	--	---	--	---	--	--	--	---	--	---	--	---	---

4 – LOCALIZAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE / TRANSMISSOR

LOGRADOUROBAIRROCIDADE

CEP

CIDADE (CONTINUACÃO)UF

COORDENADAS GEOGRÁFICAS (Especifique o hemisfério da

Latitude: **N** - Norte ou **S** - Sul)

[illegible]

5 – LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO

LOGRADOUROBAIRROCIDADE

CEP



CIDADE (CONTINUAÇÃO)
Latitude: **N** - Norte ou **S** - Sul)

UF

COORDENADAS GEOGRÁFICAS (Especifique o hemisfério da

[illegible]

6 – TRANSMISSOR

FABRICANTE

[illegible]

MODELO
HOMOLOGAÇÃO/CERTIFICAÇÃO

POTÊNCIA

№

[illegible]

7 – ANTENA/TORRE

FABRICANTE DA ANTENA

INDICANTE D'ATTIVITÀ		VALORI	
1	2	3	4
5	6	7	8
9	10	11	12
13	14	15	16
17	18	19	20
21	22	23	24
25	26	27	28
29	30	31	32
33	34	35	36
37	38	39	40
41	42	43	44
45	46	47	48
49	50	51	52
53	54	55	56
57	58	59	60
61	62	63	64
65	66	67	68
69	70	71	72
73	74	75	76
77	78	79	80
81	82	83	84
85	86	87	88
89	90	91	92
93	94	95	96
97	98	99	100

MODELO
POLARIZAÇÃO

																				V	C	E	H
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	---	---	---	---

TIPO

GANHO max (Gt)
ALTITUDE DO LOCAL

ALTURA EM RELAÇÃO AO SOLO

ALTURA DA TORRE

					dBd			,	m			,	m						,	m
--	--	--	--	--	-----	--	--	---	---	--	--	---	---	--	--	--	--	--	---	---

8 – LINHA DE TRANSMISSÃO

FABRICANTE

MODELO

[illegible]

COMPRIMENTO (L)
EFICIÊNCIA DA LINHA (η)

ATENUAÇÃO EM 100 m (AL)

PERDAS NA LINHA (PL)

				,	m			,		dB			,		dB			,			
--	--	--	--	---	---	--	--	---	--	----	--	--	---	--	----	--	--	---	--	--	--

$$\text{Perdas na linha (PL)} = \frac{L \times AL}{100}$$

$$\text{Eficiência da linha } (\eta) = 10^{\frac{-PL}{10}}$$

9 – POTÊNCIA EFETIVA IRRADIADA (ERP)

$$\text{ERP(dBk)} = 10 \log (\text{Pt. Ght. Gvt} \cdot \eta) = 10 \log (\quad \times \quad \times \quad) = \quad \text{dBk}$$

P_t = Potência do transmissor, em kW.

Ght = Ganho da antena, no plano horizontal, em vezes.

Gvt = Ganho da antena, no plano vertical, em vezes

$$\eta = \text{Eficiência da linha de transmissão.}$$

*OBS: A potência efetiva irradiada (ERP) por emissora de RadCom deverá ser igual ou inferior a 25 watts.

10 – INTENSIDADE DE CAMPO (E) NO LIMITE DA ÁREA DE COBERTURA RESTRITA

$$E(\text{dBu}) = 107 + \text{ERP}(\text{dBk}) - 20 \log d(\text{km}) = 107 + \underline{\hspace{2cm}} - 20 \log \underline{\hspace{2cm}} = \underline{\hspace{2cm}} \text{ dBu}$$



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bb0-b6b0-90511fb22549>

*OBS: O máximo valor de intensidade de campo que a estação poderá ter a uma distância de 1 km da antena, com base nessa equação, deverá ser 91 dBu.

NÃO	SIM	DECLARAÇÃO
		A cota do terreno (solo) no local de instalação do sistema irradiante não é superior a 30 (trinta) metros, com relação à cota de qualquer ponto do terreno no raio de um quilômetro em torno do local do sistema irradiante.
		<u>Caso a condição acima não seja atendida</u> , declara-se que os valores de intensidade de campo máximo sobre a área de cobertura restrita são garantidos, conforme estudo específico encaminhado em anexo .
		A emissora obedece aos parâmetros indicados na Portaria nº. 256/GC5, de 13 de maio de 2011, do Ministério da Defesa - Comando da Aeronáutica, correspondente aos gabaritos de zona de proteção aos aeródromos.
		O contorno de 91 dBu da emissora não fica situado a mais de um quilômetro de distância da antena transmissora em nenhuma direção.
		A estação transmissora atende ao disposto em regulamentação da ANATEL sobre limitação à exposição a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos na faixa de radiofrequências entre 9 kHz e 300 GHz, não submetendo a população a campos eletromagnéticos de radiofrequências com valores superiores aos estabelecidos.

DIA DA SEMANA	HORÁRIO DE INÍCIO	HORÁRIO DE TÉRMINO
Domingo		
Segunda-feira		
Terça-feira		
Quarta-feira		
Quinta-feira		
Sexta-feira		
Sábado		

--

NOME COMPLETO																								
REG.CREA					ENDEREÇO																			
ENDEREÇO (CONTINUAÇÃO)										BAIRRO														

[illegible]

_____ - _____

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	-----

		/		/			
--	--	---	--	---	--	--	--

Age Group	Male (%)	Female (%)
18-24	50	50
25-34	50	50
35-44	50	50
45-54	50	50
55-64	50	50
65-74	50	50
75-84	50	50
85+	50	50

		/			/			
--	--	---	--	--	---	--	--	--

Endereço de Correspondência:					
Município:		UF:		CEP:	

- Este Formulário deve necessariamente contar com as assinaturas do representante legal da entidade e de profissional habilitado para a execução de projeto técnico de radiodifusão e estar acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, juntamente com comprovante de pagamento.



<https://infoleg.autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processos de Outorga da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 28133/2018/SEI-MCTIC

Processo nº: **01250.034232/2018-10.**

Assunto: **ENTIDADE SEM CONCORRENTES - RESULTADO DEFINITIVO DA FASE DE HABILITAÇÃO - CONVOCAÇÃO PARA A FASE DE INSTRUÇÃO.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de requerimento de autorização da **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA DO MATO**, para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Brejo Santo/CE**.

ANÁLISE

2. Conforme arts. 26 e 27 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União de (DOU) de 21/9/2015, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018, a fase de habilitação é finalizada com um resultado prévio, que abre prazo recursal, sucedido por um resultado definitivo, que convoca as entidades habilitadas para a fase de seleção.

3. No entanto, quando a entidade interessada não tem concorrentes, faz-se **desnecessária** a publicação de resultado prévio da fase de habilitação, pois isso importaria na abertura de prazo recursal que não será utilizado, ante a inexistência de legitimados para a interposição do recurso. Igualmente, é dispensável a fase de seleção, por força do que dispõe o art. 28, parágrafo único da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.

4. Assim, quando a entidade inscrita na Seleção Pública não tiver concorrentes, como é o caso deste Processo, será publicado o resultado **definitivo** da fase de habilitação em conjunto com a convocação da entidade interessada para apresentação dos documentos da fase de instrução.

5. Por conseguinte, declara-se que a Entidade indicada no item 1 desta Nota Técnica está **habilitada**.

6. Tendo em vista a alteração da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, introduzida pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018, de acordo com a nova redação dos artigos 38 e seguintes, convoca-se a entidade para a apresentação dos documentos:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Nota Técnica 28133 (3419362)

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 16

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

O não atendimento, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, de qualquer das solicitações listadas abaixo, caracteriza hipótese de **indeferimento**.

	Dispositivo	Descrição	Análise
	Art. 39, inciso II	Formulário de Dados de Funcionamento da Estação.	<p>A entidade deverá apresentar o Formulário de Dados de Funcionamento da Estação, conforme modelo em anexo (3719255).</p> <p>Observação 1: o Formulário de Dados de Funcionamento da Estação (Anexo 6 da Portaria) deve vir acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, devendo ambos os documentos ser apresentados com as assinaturas de profissional habilitado para a execução de projeto técnico de radiodifusão e do representante legal da entidade, juntamente com a comprovação de pagamento da ART (art. 39, § 2º da Portaria).</p> <p>Observação 2: o Formulário de Dados de Funcionamento da Estação, de responsabilidade exclusiva da entidade interessada, deverá obedecer às características especificadas no Capítulo IV da Portaria nº Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC e contar com as declarações constantes no item 11 do Anexo 6 da mesma Portaria (art. 39, § 3º).</p> <p>Observação 3: É necessário que a entidade apresente, juntamente com o formulário de dados de funcionamento da estação, documento informando os seguintes itens: Nome do Dirigente, Cargo, Endereço e Coordenadas Geográficas da residência.</p>
			<p>Em análise do estatuto social da entidade observou-se que existe(m) certa(s) contrariedade(s) com o que determina o art. 40 da Portaria, conforme o que se expõe abaixo:</p> <p>a. O estatuto social especifica que</p>



Portaria nº

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Nota Técnica 20155 (3719362)

SEI 01250-034232/2018-10 / pg. 17

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018

Art. 22, inciso II c/c art. 40

Cópia do estatuto social adequado à Portaria.

a composição do Conselho Comunitário será de 3 representantes de entidades legalmente constituídas, em desacordo com art. 40, inciso V da Portaria, que exige no mínimo 5 (cinco) representantes.

Em razão disso, é necessário que o estatuto social seja alterado para se adequar ao que determina a mencionada Portaria.

Observação 1: a Entidade poderá requerer do interessado o preenchimento de formulário próprio, para fins de registro cadastral, desde que isso não constitua restrição ao ingresso do associado.

Observação 2: o estatuto social deverá estar registrado no **Livro A** do Cartório de Pessoas Jurídicas, onde se registram os atos constitutivos das pessoas jurídicas, conforme arts. 114 e 116 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

Art. 39, inciso III

CNPJ válido e atual.

Em consulta ao sítio da Receita Federal do Brasil, (3719183), verificou-se que consta como atividade econômica principal "atividades de rádio", o que é incorreto, uma vez que essa é restrita às rádios comerciais. A Entidade é uma **associação comunitária**, obtendo ou não a outorga. . Por essa razão, solicita-se que a Radiodifusora regularize a situação cadastral.

Art. 39, inciso V

Prova de regularidade da Entidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Após consulta ao sítio da Caixa Econômica Federal, verificou-se a impossibilidade de emissão de comprovação de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Por essa razão, solicita-se que a Radiodifusora regularize a situação e encaminhe a certidão negativa dos débitos.

Art. 39, inciso VI

Certidão conjunta negativa de débitos da entidade relativa aos tributos federais e à dívida ativa da

Após consulta ao endereço eletrônico da Receita Federal, verificou-se a impossibilidade de renovação da Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, que tem vencimento em 10.02.2019 (3719217). Por essa razão, solicita-se que a



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Nota Técnica 26/15 (34-15362)

SEI 01250-034232/2018-10 / pg. 18

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

		União, expedida pela Receita Federal.	Radiodifusora regularize a situação e assim a mantenha, uma vez que em todas as fases do processo será verificada a regularidade.
--	--	--	---

7. O estatuto social deve conter expressamente as disposições do artigo 40 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, a saber:

Art. 40. O estatuto social da entidade deverá estar de acordo com o Código Civil e conter as seguintes disposições:

I - indicação da finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão;

II - garantia de ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica, vedado o condicionamento do ingresso à aprovação pela diretoria ou à indicação por outro associado;

III - garantia do direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas;

IV - garantia às pessoas físicas do direito de votarem e serem votadas para os cargos de direção, e às pessoas jurídicas do direito de votarem para os cargos diretivos; e

V - especificação do órgão administrativo da entidade e do Conselho Comunitário, bem como o modo de funcionamento, notadamente no que concerne:

a) aos cargos que compõem a estrutura administrativa, bem como as suas respectivas atribuições;

b) ao tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, sendo admitida uma recondução, após a qual será vedada a permanência dos mesmos dirigentes, ainda que em cargos diversos.

8. Devem ser observadas as disposições do art. 114 Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, a saber:

Art. 114. A entidade autorizada deverá instituir um Conselho Comunitário, composto por representantes de, no mínimo, cinco entidades legalmente constituídas.

§ 1º Poderão indicar representantes para compor o Conselho Comunitário, dentre outras, entidades de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, excluída a própria executora do serviço e a Administração Pública direta e indireta.

9. Importante ressaltar que os pedidos de prorrogação de prazo somente poderão ser deferidos quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta.

CONCLUSÃO

10. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária **notifica** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes.

11. A Entidade deverá apresentar resposta no **prazo de 30 (trinta) dias**, do a partir da data de recebimento desta Nota Técnica, **sob pena de**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Nota Técnica 20135 (3419362)

SEI 01250-034232/2018-10 / pg. 19

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

indeferimento, nos termos do art. 43, inciso I da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.

12. Em caso de dúvida sobre como cumprir esta solicitação, será possível obter os esclarecimentos pelo e-mail: duvidasradcom@mctic.gov.br.

13. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Alice Lorena de Barros Santos, Técnico de Nível Superior**, em 21/12/2018, às 16:22 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 16/01/2019, às 13:41 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3719382** e o código CRC **C6844554**.

Minutas e Anexos

Anexo 6 3719255

CNPJ 3719183

PGFN 3719217

Referência: Processo nº 01250.034232/2018-10

SEI nº 3719382



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Nota Técnica 20135 (3719382)

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 20

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

Município/UF: BREJO SANTO/CE **INSTRUÇÃO**

Processo nº: 01250.034232/2018-10

CNPJ: 30.635.962/0001-88

Número de concorrentes: 0

Nome da entidade: ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA DO MATO

Nº do edital/ano: **94/2018 publicado no DOU em 13/04/2018**

Prazo de inscrição: 16/04/2018 a 14/06/2018

1. Data de postagem/SEI: 12/06/2018 (3288751)

2. Tempestividade: (X) SIM () NÃO

3. Requerimento de Outorga: fl. 1/3 (3079891)

3.1 Novo requerimento adequado à Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC: fl. 6/8 (3714176)ok

4. Estatuto Social: fl. 9/17 (3079891) Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO

5. Ata de constituição: 4/8 (3079891) Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO

6. Ata de eleição: fl. 4/8 (3079891) para o período de 22/05/2018 a 22/05/2022

6.1. Ata de eleição registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO

7. Comprovantes de maioria e nacionalidade/CPF: fl. 19/29 (3079891)

7.1 Diretoria:

MEMBRO - Cargo/Nome	PARTIDO	TÍTULO/ NASCIMENTO	CPF	VÍNCULOS
Presidente - PEDRO FERREIRA DA SILVA - f. 19/22 (3079891)	Não	0205.3284.0795 08/08/1962	325.650.893-68	Não
Dir. Financeiro - JOÃO JOSÉ DE SOUSA - f. 26/28 (3079891)	Não	0435.7268.0752 07/09/1978	012.310.283-94	Não
Dir. de Comunicações e Operações - MARIA EDILANE RICARTE DOS SANTOS TELES - fl 29 (3079891)	Não	0343.4405.0752 26/04/1971	545.958.943-68	Não
Dir. Administ. - CICERA DOS SANTOS - f.24/25 (3079891)	Não	0425.0886.0701 18//06/1975	737.063.963-00	Não

8. Manifestações em apoio: fl. 46/93 (3079891)

9. Vínculo: () SIM (X) NÃO

10. Comprovante de pagamento da taxa de cadastramento: fl. 44/45 (3079891)

11. Pesquisa Anatel e Radar: (3289251) e Despacho 3289252

12. .Certidões Justiça Federal dos dirigentes: 3289256; 3289259; 3289263 e 3289269.

12.1 Comprovantes: CNPJ: (3263114); PGFN: (3263085); CNDT: (3263100)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Checklist RADCOM (3416432)

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 21

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

OBSERVAÇÕES: Deve apresentar: novo Anexo 2, somente com os dirigentes. Constan processos em face de CICERA DOS SANTOS, apresentar certidão de objeto e pé.

21/12/2018: NT 18961/2018 recebida em 19/10/2018, resposta em 14/12/2018: exigências cumpridas. Para instrução.

PARA INSTRUÇÃO, somente após resultado final da fase de habilitação:

1. Estatuto social:

1.1 Adequações à Portaria:

- a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: 2º
- b) Garantia de ingresso gratuito, como associado: 6º, §1º
- c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: 7º, b
- d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: 7º, b
- e) Órgão administrativo e cargos: 12
- f) Atribuições do Órgão administrativo: 15, 18 a 21
- g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: 12-mandato de 4 anos e uma recondução
- h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: 25- 3 representantes

1.2 Adequação ao Código Civil:

- a) Denominação, fins e sede: 1º
- b) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: 5º, 6º, 7º, g, 9º
- c) Direitos dos associados: 7º
- d) Deveres dos associados: 8º
- e) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa: 6º, §3º
- f) Fontes de recursos para sua manutenção: 30, 31
- g) Modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos: 11
- h) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: 32 a 34
- i) Forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas: 11
- j) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral e quórum para as deliberações relativas a esses assuntos: 11, §4º
- k) Critérios de eleição dos administradores: 26 a 28
- l) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados: 11, §1º
- m) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio: 33

2. Certidões:

- 2.1 CNPJ: (3719183) 'atividades de rádio'
- 2.2 Certidões FGTS: ausente
- 2.3 Certidões PGFN: (3719217) válida até 10.02.2019
- 2.4 Certidões CNDT: (3719226)
- 2.5 Justiças Federais dos dirigentes: (3719241)

3. Pesquisa Anatel (3719214) e Radar: (3719230)

- 4. Anexo 6/ART: fl. ()

OBSERVAÇÕES:

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549





MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Bloco R - Esplanada dos Ministérios,
CEP 70044-900 - Bairro Zona Cívico-Administrativa
Brasília - DF, (61) 2027-6000

Ofício nº 50657/2018/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

PEDRO FERREIRA DA SILVA

Representante Legal da **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA**

LAGOA DO MATO, (CNPJ nº 30.635.962/0001-88)

Vila Lagoa do Mato, 01 - 00040, Zona Rural

63260-000 - BREJO SANTO - CE

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 01250.034232/2018-10.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 28133/2018/SEI-MCTIC**, desta Secretaria, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo definido na referida Nota Técnica, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena de **indeferimento** do processo.
3. Cabe ressaltar que, na comunicação da resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério. Solicitamos ainda que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.
4. Informamos ainda que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/textogeral/processo_eletronico.html
5. Por fim, indica-se que a existência de qualquer dúvida sobre este processo poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (e-mail) para duvidasradcom@mctic.gov.br.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 16/01/2019, às 13:41 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3719496** e o código CRC **6BA4E5FC**.



Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 50657/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 01250.034232/2018-10 - Nº SEI: 3719496

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549> / pg. 23

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

Ofício nº 001/2019

10 de março de 2019

Ilma. Sra.

Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária

VILMA DE FÁTIMA ALVARENGA FANIS

Ministério das Comunicações

Brasília/DF

Assunto: Resposta ao Ofício nº 50657/2018/SEI-MCTIC**REF: Processo nº 01250.034232/2018-10**

A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA DO MATO - ARCLAM, inscrita com o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 30.635.962/0001-88, com sede na Vila Lagoa do Mato, 01- 00040, Zona Rural de Brejo Santo (CE), com CEP: 63.260-000, neste ato representado por seu Diretor Presidente estatutariamente eleito, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, apresentar informações e documentos solicitados através da Nota Técnica nº 28133/2018/SEI-MCTIC, que trata de pendências encontradas nos autos do processo em epigrafe, o que faz da forma a seguir delineada:

Da Tempestividade

Inicialmente cumpre-nos destacar, que conforme previsto no art. 41 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, é conferido o prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Técnica, para a Entidade apresentar resposta, bem como documentos solicitados, sob pena de indeferimento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.planaltoleg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO

Em 18/03/19 às 14:00 horas

Assinatura: [Assinatura]

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

In caso, temos que a referida Associação tomou conhecimento acerca dos termos da Nota Técnica nº 28133/2018/SEI-MCTIC na data de 11 de fevereiro de 2019, começando a decorrer o prazo de 30 (trinta) dias para manifestação a partir do dia 12, eis que de acordo com art. 51 da Portaria supramencionada, no cômputo do prazo exclui-se da contagem o dia do começo e inclui-se o do vencimento. Assim, o termo final para apresentação da manifestação é o dia 13 de março de 2019. Consoante extrai-se do comprovante de rastreamento dos Correios em anexo.

Desta feita, pugnamos pelo recebimento da presente manifestação, tendo em vista ser a mesma tempestiva.

Síntese da Nota Técnica nº 28133/2018/SEI-MCTIC

Destaca-se que a Nota Técnica nº 28133/2018/SEI-MCTIC referente ao Processo nº 01250.034232/2018-10, que se encontra na fase de instrução, declarou a Associação como habilitada no processo de outorga, solicitando a apresentação de documentos com o objetivo dar início a fase de instrução.

De forma conclusiva a referida Nota Técnica indica que para que seja dado prosseguimento ao regular andamento do processo, se faz necessário que a Entidade proceda com o encaminhamento do Formulário de Dados de Funcionamento da Estação (Anexo 6 da Portaria) acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART; Cópia do Estatuto Social adequado à Portaria; CNPJ válido e atual; Prova de regularidade da Entidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS; bem como da Certidão conjunta negativa de débitos relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal.



Das Informações e Documentos

Considerando as exigências estabelecidas na referida Nota Técnica, e objetivando sanar as pendências constatadas, encaminhamos em anexo a documentação abaixo elencada:

- a) Formulário de Dados de Funcionamento da Estação (Anexo 6 da Portaria) acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, ambos devidamente assinados pelo profissional habilitado para a execução técnico de radiodifusão e do representante legal da Entidade;
- b) Cópia do Estatuto Social com adequação de seus termos à Portaria, devidamente registrado no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas;
- c) CNPJ válido e atual, com a correção quanto a atividade principal desenvolvida pela Associação;
- d) Certidão de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), e;
- e) Certidão Negativa de Débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União.

Assim, diante do exposto, e uma vez apresentada a documentação solicitada, requeremos, de logo, que Vossa Senhoria se digne em dar prosseguimento ao referido processo de outorga, uma vez que satisfeita as condições estabelecidas em edital.

Sem mais para o momento, aproveitamos o ensejo para renovarmos os elevados votos de estima e distinta consideração, ao passo que, colocamo-nos a disposição para maiores esclarecimentos.

Nestes termos, pede deferimento,


Pedro Ferreira da Silva

Diretor Presidente da ARCLAM



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Circulo 1/2019 (398933)

SEI 01250-012455/2019-15 / pg. 3

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Ciclo 7/2019 (396933)

CEP-01250-012455/2019-15 / pg. 4

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

enel

INFORMAÇÕES SOBRE O FATURAMENTO DO CONSUMO							
Leit. Atual	Leit. Anterior	Const.	Consumo (kWh)	Clas. Pac.	Const. Pac.	Tarifa (R\$/kWh)	Valor (R\$)
77 6910	52931	1,00	377	0,00	377	0,35261	203,47
77 6842	3147	1,00	4293		4293	0,35261	466,29
16/04/16	15/03/16		32 Dias		5472		669,96
DESCRIÇÃO							VALOR (R\$)
VALOR CONSUMO DO MES							203,57
VALOR CONSUMO IRRIGANTE							466,29

PENDEMENTO		16/05/2018	DATA DE EMISSÃO	669,86
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR DE CONSUMO		HISTÓRICO DE CONSUMO (Unidade: kg/mês)		
Energia	512,56	8196	5472	8032
Transmissão	41,93	8761	7862	10323
Distribuição	214,98	10676	7688	9545
Encargos Setoriais	10,47	7695	6719	
Tributos (IDB PIS/COFINS)...	48,32			
TOTAL	669,86			
CONSUMO CONSCIENTE - EMISSÃO DE CO₂ (kg/kWh)				
Compense suas emissões pelo consumo de energia elétrica.				
Emissão kg (CO ₂)	Compensado kg (CO ₂)	Certificação Ecológica (NCCO)		
2.365,80	0,00			
INFORMAÇÕES ADICIONAIS:				



JT793831532BR

O horário apresentado no histórico do objeto não indica quando a situação ocorreu, mas sim quando os dados foram recebidos pelo sistema, exceto no caso do SEDEX 10 e do SEDEX Hoje, em que ele representa o horário real da entrega.



Objeto entregue ao destinatário
11/02/2019 08:10 BREJO SANTO / CE

11/02/2019 08:10 BREJO SANTO / CE	Objeto entregue ao destinatário
01/02/2019 11:50 BREJO SANTO / CE	Objeto aguardando retirada no endereço indicado Para retirá-lo, é preciso informar o código do objeto. RUA TIBURTINO INACIO - - 44 SAO FRANCISCO BREJO SANTO / CE
21/01/2019 20:13 BRASILIA / DF	Objeto postado após o horário limite da unidade Objeto sujeito a encaminhamento no próximo dia útil
21/01/2019 20:11 BRASILIA / DF	Favor desconsiderar a informação anterior
21/01/2019 19:58 BRASILIA / DF	Objeto postado
21/01/2019 19:30 BRASILIA / DF	Favor desconsiderar a informação anterior
21/01/2019 19:27 BRASILIA / DF	Objeto postado
21/01/2019 19:12 BRASILIA / DF	Favor desconsiderar a informação anterior
21/01/2019 16:49 BRASILIA / DF	Objeto postado



Autenticidade do documento após conferência com original.

<https://www2.correios.com.br/sistemas/rastreamento/newprint.cfm>

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

01/03/2019 (398933)

SE101250.012455/2019-15 / pg. 6

ANEXO 6
FORMULÁRIO DE DADOS DE FUNCIONAMENTO DA ESTAÇÃO – RÁDIODIFUSÃO
COMUNITÁRIA

MINISTÉRIO CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO COMUNITÁRIA - RADCOM

1 – ASSINALE A SOLICITAÇÃO DE INTERESSE:

☒ Solicitação de análise de documentação necessária à fase de instrução – Processo de Outorga

☐ Solicitação de alteração de características anteriormente aprovadas – Processo de Pós-Outorga

2 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

RAZÃO SOCIAL

A S S O C I A Ç ã O D E R Á D I O D I F U S ã O C O M U N I T

RAZÃO SOCIAL (CONTINUAÇÃO)

L A G O A D O M A T O

CNPJ

3 0 6 3 5 9 6 2 / 0 0 0 1 - 8 8

3 – LOCALIZAÇÃO DA SEDE DA ENTIDADE

LOGRADOURO

V I L A L A G O A D O M A T O 0 1 - 0 0 0 4 0

BAIRRO

Z O N A R U R A L

CIDADE

B R E J O S A N T O

CEP

6 3 2 6 0 - 0 0 0

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

C E

COORDENADAS GEOGRÁFICAS (Especifique o hemisfério da Latitude: **N** - Norte ou **S** - Sul)

0 7 ° 3 1 ' 5 2 " N 3 9 ° 0 0 ' 1 0 " W

4 – LOCALIZAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE / TRANSMISSOR

LOGRADOURO

V I L A L A G O A D O M A T O 0 1 - 0 0 0 4 0

BAIRRO

Z . R U R A L

CIDADE

B R E J O S A N T O

CEP

6 3 2 6 0 - 0 0 0

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

C E

COORDENADAS GEOGRÁFICAS (Especifique o hemisfério da Latitude: **N** - Norte ou **S** - Sul)

0 7 ° 3 1 ' 5 2 " N 3 9 ° 0 0 ' 1 0 " W

5 – LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO

LOGRADOURO

V I L A L A G O A D O M A T O 0 1 - 0 0 0 4 0

BAIRRO

Z . R U R A L

CIDADE

B R E J O S A N T O

CEP

6 3 2 6 0 - 0 0 0



CIDADE (CONTINUAÇÃO) UF COORDENADAS GEOGRÁFICAS (Especifique o hemisfério da Latitude: **N** - Norte ou **S** - Sul)

CE 07° 31' 52" N 39° 00' 10" W

6 - TRANSMISSOR

FABRICANTE

J W S A T I N D C O M E Q P T O E L E T R R A D I O D I F

MODELO

S T R 2 5 W B

POTÊNCIA

25,0 W

Nº HOMOLOGAÇÃO/CERTIFICAÇÃO

4907-15-0580

7 - ANTENA/TORRE

FABRICANTE DA ANTENA

J W S A T I N D C O M E Q P T O E L E T R R A D I O D I F

MODELO

P L A N O T E R R A 1 / 4 V X C E H

TIPO

P L A N O T E R R A

GANHO max (Gt)

0,0 dBd

ALTURA EM RELAÇÃO AO SOLO

30,0 m

ALTURA DA TORRE

30,0 m

ALTITUDE DO LOCAL

405,0 m

8 - LINHA DE TRANSMISSÃO

FABRICANTE

R A D I O F R E Q U E N C Y S Y S T E M R G C 2 1 3

MODELO

COMPRIMENTO (L)

32,0 m

ATENUAÇÃO EM 100 m (AL)

6,3 dB

PERDAS NA LINHA (PL)

2,02 dB

EFICIÊNCIA DA LINHA (η)

0,628

$$\text{Perdas na linha (PL)} = \frac{L \times AL}{100}$$

$$\text{Eficiência da linha (η)} = 10^{\frac{-PL}{10}}$$

9 - POTÊNCIA EFETIVA IRRADIADA (ERP)

$$\text{ERP(dBk)} = 10 \log (P_t \cdot G_{ht} \cdot G_{vt} \cdot \eta) = 10 \log (0,025 \times 1 \times 1 \times 0,628) = -18,0366 \text{ dBk}$$

Pt = Potência do transmissor, em kW.

Ght = Ganho da antena, no plano horizontal, em vezes.

Gvt = Ganho da antena, no plano vertical, em vezes

η = Eficiência da linha de transmissão.

*OBS: A potência efetiva irradiada (ERP) por emissora de RadCom deverá ser igual ou inferior a 25 watts.

10 - INTENSIDADE DE CAMPO (E) NO LIMITE DA ÁREA DE COBERTURA RESTRITA

$$E(\text{dBu}) = 107 + \text{ERP(dBk)} - 20 \log d(\text{km}) = 107 + -18,0366 - 20 \log 1 = 88,96 \text{ dBu}$$

ERP(dBk) = potência efetiva irradiada, em dBk.

d(km) = distância da antena transmissora ao limite da área de cobertura restrita.

*OBS: O máximo valor de intensidade de campo que a estação poderá ter a uma distância de 1 km da antena, com base nessa equação, deverá ser 91 dBu.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticadadeassinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

01/01/2019 (336933)

01/01/2019 01:24:55/2019-15 / pg. 8

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

11 – DECLARAÇÕES REFERENTES AO PROJETO DE INSTALAÇÃO DA EMISSORA

NÃO	SIM	DECLARAÇÃO
	X	A cota do terreno (solo) no local de instalação do sistema irradiante não é superior a 30 (trinta) metros, com relação à cota de qualquer ponto do terreno no raio de um quilômetro em torno do local do sistema irradiante.
		<u>Caso a condição acima não seja atendida</u> , declara-se que os valores de intensidade de campo máximo sobre a área de cobertura restrita são garantidos, conforme estudo específico encaminhado em anexo.
	X	A emissora obedece aos parâmetros indicados na Portaria nº. 256/GC5, de 13 de maio de 2011, do Ministério da Defesa - Comando da Aeronáutica, correspondente aos gabaritos de zona de proteção aos aeródromos.
	X	O contorno de 91 dBU da emissora não fica situado a mais de um quilômetro de distância da antena transmissora em nenhuma direção.
	X	A estação transmissora atende ao disposto em regulamentação da ANATEL sobre limitação à exposição a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos na faixa de radiofrequências entre 9 kHz e 300 GHz, não submetendo a população a campos eletromagnéticos de radiofrequências com valores superiores aos estabelecidos.

12 – HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA EMISSORA

DIA DA SEMANA	HORÁRIO DE INÍCIO	HORÁRIO DE TÉRMINO
Domingo	6:00	22:00
Segunda-feira	6:00	22:00
Terça-feira	6:00	22:00
Quarta-feira	6:00	22:00
Quinta-feira	6:00	22:00
Sexta-feira	6:00	22:00
Sábado	6:00	22:00

13 - OUTRAS INFORMAÇÕES DE INTERESSE

14 – DADOS DO(A) ENGENHEIRO(A) PROJETISTA

NOME COMPLETO

F R A N C I S C O T A L E S S O U S A B E Z E R R A

REG.CREA

1 0 2 2 1 6 0

ENDEREÇO

R U A C O R O N E L N I C O D E M O S N 2 0 8

ENDEREÇO (CONTINUAÇÃO)

BAIRRO

S A O F R A N C I S C O

CIDADE

B R E J O S A N T O

UF

C E

CEP

6 3 2 6 0 - 0 0 0

TELEFONE

8 8 9 9 9 6 5 1 2 2 0

FAX



E-MAIL

T A L E S _ S O U S A @ Y A H O O . C O M . B R

LOCAL

B R E J O S A N T O - C E

DATA

1 1 / 0 3 / 2 0 1 9

ASSINATURA

Francisco Tales Jesus Bezerra Tales

15 - DADOS DO(A) REPRESENTANTE LEGAL DA ENTIDADE

NOME COMPLETO

P E D R O F E R R E I R A D A S I L V A

LOCAL

B R E J O S A N T O - C E

DATA

1 1 / 0 3 / 2 0 1 9

ASSINATURA

Pedro Ferreira da Silva

Pedro

Endereço de Correspondência:	VILA LAGOA DO MATO, 01-00040, ZONA RURAL			
Município:	BREJO SANTO	UF:	CE	CEP: 63.260-000

ATENÇÃO:

- Este Formulário deve necessariamente contar com as assinaturas do representante legal da entidade e de profissional habilitado para a execução de projeto técnico de radiodifusão e estar acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, juntamente com comprovante de pagamento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Ofício 1/2019 (3986555)

SEI 01250.012455/2019-15 / pg. 10

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-CE

ART OBRA / SERVIÇO
Nº CE20190457496

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará

INICIAL

1. Responsável Técnico

FRANCISCO TALES SOUSA BEZERRA

Título profissional: **ENGENHEIRO ELETRICISTA - ELETROTECNICA**

RNP: 1613247222

Registro: 45086CE

Empresa contratada: **FT SOUSA BEZERRA SOLUÇÕES**

Registro: 0010378596-CE

2. Contratante

Contratante: **ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DA LAGOA DO MATO**
VILA LAGOA DO MATO

CPF/CNPJ: 30.635.962/0001-88

Nº: 01-00040

Complemento:

Bairro: **ZONA RURAL**

Cidade: **BREJO SANTO**

UF: **CE**

CEP: 63260000

País: **Brasil**

Telefone: (88) 9811-5504

Email: **ferreiradasilvapedro61@gmail.com**

Contrato: **Não especificado**

Celebrado em: **09/03/2019**

Valor: **R\$ 1.500,00**

Tipo de contratante: **PESSOA JURIDICA DE DIREITO PRIVADO**

Ação Institucional: **NENHUMA - NÃO OPTANTE**

3. Dados da Obra/Serviço

Proprietário: **ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DA LAGOA DO MATO**
VILA LAGOA DO MATO

CPF/CNPJ: 30.635.962/0001-88

Nº: 01-00040

Complemento:

Bairro: **ZONA RURAL**

Cidade: **BREJO SANTO**

UF: **CE**

CEP: 63260000

Telefone: (88) 9811-5504

Email: **ferreiradasilvapedro61@gmail.com**

Coordenadas Geográficas: **Latitude: 07°31'52.00"S Longitude: 39°00'10.00"W**

Data de Início: **09/03/2019**

Previsão de término: **10/03/2019**

Finalidade: **Outro**

4. Atividade Técnica

21 - ELABORAÇÃO

Quantidade

Unidade

5 - PROJETO > RESOLUÇÃO 1025 -> OBRAS E SERVIÇOS - ELÉTRICA -> SISTEMAS DE
COMUNICAÇÃO E TELECOMUNICAÇÕES -> TELECOMUNICAÇÃO -> #1996 - VIA RADIO

1,00

un

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Elaboração de Projeto Técnico incluindo preenchimento de Formulário de Dados de Funcionamento de Estação para Radiodifusão Comunitária, referente à emissora de FM Comunitária a ser concedida à contratante nesta localidade.

6. Declarações

- Declaro que estou cumprindo as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto n. 5296/2004.

7. Entidade de Classe

NENHUMA - NÃO OPTANTE

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Brejo Santo, **12** de **março** de **2019**

Local

data

Francisco Tales Sousa Bezerra
FRANCISCO TALES SOUSA BEZERRA - CPF: 967.779.843-91
Pedro Ferreira da Silva
ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DA LAGOA DO MATO -
CNPJ: 30.635.962/0001-88

9. Informações

* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.

* Somente é considerada válida a ART quando estiver cadastrada no CREA, quitada, possuir as assinaturas originais do profissional e contratante.

10. Valor

Valor da ART: **R\$ 85,96**

Registrada em: **11/03/2019**

Valor pago: **R\$ 85,96**

Nosso Número: **8213131860**

Francisco Tales Sousa Bezerra
Engenheiro Eletricista
CREA-PB 1022160
RNP 161324722-2

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <https://crea-ce.sitac.com.br/publico/>, com a chave: w6A2w
 Impresso em: 12/03/2019 às 08:49:45 por: , ip: 177.37.237.229



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

www.crea-ce.org.br

talconosco@crea-ce.org.br

Tel: (85) 3453-5800

Fax: (85) 3453-5804



CREA-CE
 Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará



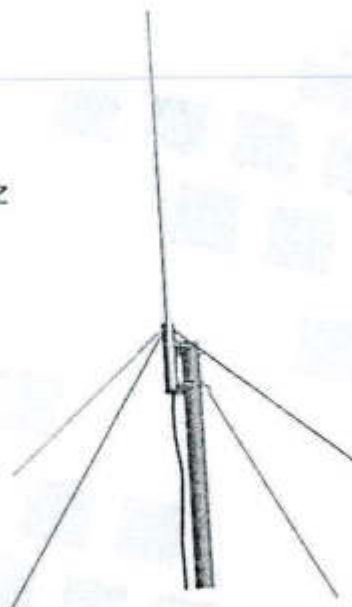
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deputados.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549> / pg. 11

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

TELENICK

ANTENA FM

87,5 - 107,9MHz



PLANO TERRA 1/4

TELENICK

POLARIZAÇÃO VERTICAL - OMNIDIRECIONAL - 0dBd DE GANHO

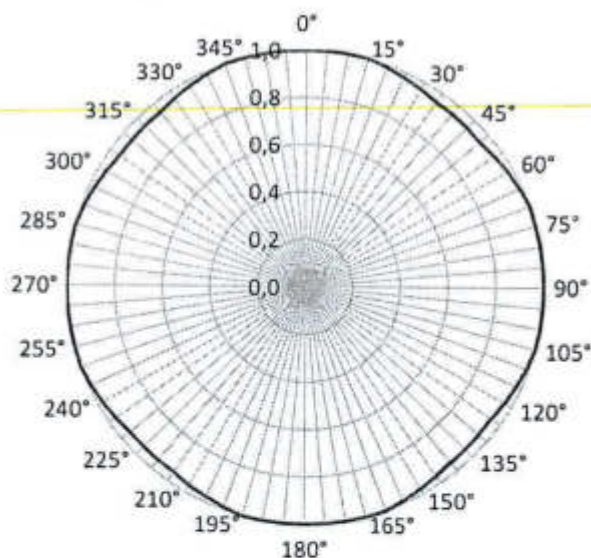
CARACTERÍSTICAS ELÉTRICAS:

- ✓ Ganho: 0dBd
- ✓ Polarização: Vertical
- ✓ Potência Máxima: 300 Watts RMS
- ✓ Impedância: 50 Ohms
- ✓ Frequência de Operação: 87,5 à 107,9MHz
- ✓ Largura de Banda: 600 KHz @ VSWR: 1,1:1
- ✓ Ângulo de 1/2 Potência de azimute de irradiação (E/Emax > 80%): 360°
- ✓ Ângulo de 1/2 Potência de Elevação (E/Emax > 80%): 160°

CARACTERÍSTICAS MECÂNICAS:

- ✓ Conector: N / UHF Fêmea
- ✓ Tamanho Máximo:
 - Haste Central: 900 mm
 - Hastes Laterais: 700 mm
- ✓ Tamanho Mínimo:
 - Haste Central: 700 mm
 - Hastes Laterais: 700 mm
- ✓ Peso: 2,0Kg
- ✓ Resistência a ventos de 120 Km/h

Diagrama azimute de irradiação:



Características sujeita a mudanças sem aviso prévio.

Canal de Atendimento:
35 3471-2810
telenick@telenick.com.br

Rua Rodolfo Gusarino Adami, 35 - Família Andrade
Santa Rita do Sapucaí - MG - CEP 37540-000
Tels: +55(35)3471-2810 / +55(35)3471-7946 /
+55(35)3471-6443

www.telenick.com.br

Produto Nacional
Desenvolvido e Fabricado no Brasil

TELENICK



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Onix 1/2019 (396635)

SL 01236.012439/2019-15 / pg. 12

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES.

Certificado de Homologação
(Intransferível)

Nº 4907-15-0580

Validade: Indeterminada

Emissão: 24/02/2016

Fabricante:

JWSAT-IND.COM.EQ.ELETR. E RADIODIFUSÃO LTDA EPP
RUA RODOLFO GUERINO ADAMI 35 FAMÍLIA ANDRADE
37540000 SANTA RITA DO SAPUCAI MG

Este documento homologa, nos termos do Regulamento para Certificação e Homologação de Produtos para Telecomunicações, aprovado pela Resolução Anatel nº 242, de 30 de novembro de 2000, o Certificado de Conformidade nº 15CTCP0471/00, emitido pelo OCD - CTCP - Centro Tecnológico de Certificação e Pesquisa. Esta homologação é expedida em nome do fabricante aqui identificado e é válida somente para o produto a seguir discriminado, cuja utilização deve observar as condições estabelecidas na regulamentação do(s) serviço(s) ou aplicação(ões) a que se destina.

Tipo:

Transmissor de Radiodifusão Comunitária - Categoria II

Modelo(s):

STR 25WB

Serviço/Aplicação:

Serviço de Radiodifusão Comunitária

Características técnicas básicas:

Faixa de Frequências Tx (MHz)	Potência Máxima de Saída (W)	Designação de Emissões
87,8 a 108,0	25,0	180KF3EGN
87,8 a 108,0	25,0	256KF8EHF
87,8 a 108,0	25,0	300KF8EHF
87,4 a 87,8	25,0	180KF3EGN
87,4 a 87,8	25,0	256KF8EHF

Observações:

Este certificado substitui o de mesmo número 1/02/2016.

Na sua utilização o produto deve estar ajustado na(s) potência(s) e frequência(s) autorizadas pelo órgão técnico competente.

Constitui obrigação do fabricante do produto no Brasil providenciar a identificação do produto homologado, nos termos do art. 39 do Regulamento anexo à Resolução Anatel nº 242, em todas as unidades comercializadas, antes de sua efetiva distribuição ao mercado, assim como observar e manter as características técnicas que fundamentaram a certificação original.

As informações constantes deste certificado de homologação podem ser confirmadas no SGCH - Sistema de Gestão de Certificação e Homologação, disponível no portal da Anatel. (www.anatel.gov.br).

Marcos de Souza Oliveira
Gerente de Certificação e Numeração



as.anatel.gov.br/sgch/HistoricoCertificado/Homologacao.asp?NumRFGCT=597515&idHistoricoCert=10141976

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deputados.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549> / pg. 13

25/02/2016

Certificado de Homologação



ias.anatel.gov.br/sgch/HistoricoCertificado/Homologacao.asp?NumRFGCT=597515&idHHistoricoCert=10141976

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Ofício 1/2019 (3986355)

SL 01250.012459/2019-15 / pg. 14

RADIO FREQUENCY SYSTEMS



Especificação Técnica	Código:	Data: 05/11
	401.041	Rev.: L
Descrição do produto:		
RGC-213 CELULAR 50 ohms		

SAP 16822111 PT ABC 401041

Aplicação

Sistemas de radiocomunicação, sistemas auxiliares de radiofusão, telefonia rural, teleinformática e instalações militares.

Especificado segundo as normas: Resolução N.º 382 da ANATEL.

Construção

Condutor interno:	Cobre nu, Ø 2,55 mm
Isolamento:	PE expando, Ø 7,25 mm
Condutor externo:	1ª blindagem: Fita de poliéster aluminizada
	2ª blindagem: Trança de cobre estanhado Ø 7,75 mm
Capa :	PE, Ø 10,15 mm

Características Elétricas (conforme IEC 46A (Sc) 166)

Resistência ôhmica do condutor interno:	≤ 3,5 Ω/km
Resistência ôhmica do condutor externo:	≤ 11,0 Ω/km
Resistência de isolamento:	> 5000 MΩ.km
Tensão de RF:	≤ 0,5 kV r.m.s.
Teste de tensão:	1 kV (CA // 1 min.)
Capacitância nominal:	82 pF/m
Velocidade de propagação relativa:	82 %
Impedância característica:	50 ± 2 Ω
Perda de retorno até 2500 MHZ:	≥ 20 dB

Frequência (MHz)	0,5	1	5	10	20	30	50	88	100	108	150	174	200	300	400	450	500
Atenuação* (dB/100m)	0,5	0,7	1,5	1,6	2,0	2,3	2,9	3,8	4,1	4,3	5,2	5,6	6,1	7,6	8,9	9,5	10
Frequência (MHz)	512	600	700	800	824	894	900	925	960	1000	1250	1500	1700	1800	2000	2400	
Atenuação* (dB/100m)	10,2	11,2	12,2	13,2	13,4	13,9	14,0	14,3	14,6	14,9	16,9	18,8	20,2	20,9	22,3	25,2	

⁽¹⁾ Especificado a 20°C.

⁽²⁾ Especificado a 40°C.

Características Mecânicas

Raio mínimo de Curvatura:	50 mm para um dobramento
	205 mm para dobramentos seguidos
Temperatura ambiente:	máx. 80°C
Peso:	126 g/m

Acondicionamento

Fornecimento em rolos, carretéis ou bobinas.

Sujeito a alterações sem prévio aviso

RFS Brasil
Rua Marcelino Pinto Teixeira, 220
06816 - 900 Embu São Paulo (Brasil)

Tel.: + 55-11 4785-2433
Fax: + 55-11 4785-6100
www.rfsworld.com



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deputados/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

Orçamento 1/2019 (3966555)

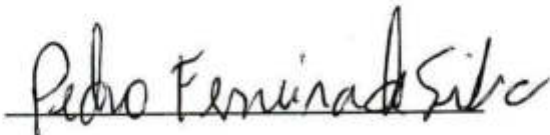
SEI 01250-012459/2019-15 / pg. 15

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA PARA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA DO MATO - ARCLAM.

Aos sete de março de dois mil e dezenove, na sede da associação, inscrita no CNPJ sob o nº 30.635.962/0001-88, situada na Vila Lagoa do Mato, 01-00040, Zona Rural, Brejo Santo (CE), reuniram-se os associados abaixo assinados, que fica fazendo parte integrante da presente ata para todos os fins de direito, com o objetivo de deliberar acerca de alteração do estatuto da associação, na forma proposta do edital de convocação amplamente divulgado nos termos das disposições contidas no art.11, § 2º do estatuto vigente. Assumiu a presidência da Assembleia o Sr. Pedro Ferreira da Silva, que convidou a Sra. Joana Darc Ferreira Lino para secretariar a reunião, ficando assim constituída a mesa. Dando início aos trabalhos, o Presidente submeteu aos presentes a proposta de alteração do estatuto da associação, solicitando a Sra. Secretária que procedesse à leitura do projeto de reforma do estatuto, artigo por artigo. Assim feito, logo em seguida, as cláusulas foram colocadas em votação, tendo sido aprovadas de forma unânime pelos associados presente todas as alterações propostas para o estatuto (conforme segue em anexo). Nada mais havendo a tratar, o presidente da ARCLAM, Sr. Pedro Ferreira da Silva, deu por encerrada a assembleia e, para constar, eu, Joana Darc Ferreira Lino, secretária nomeada da referida assembleia, lavrei a presente ata.

Brejo Santo (CE), 07 de março de 2019.



Pedro Ferreira da Silva

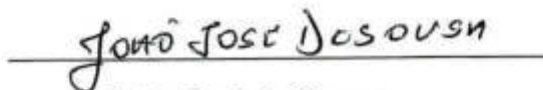
Diretor Presidente da ARCLAM


Joana Darc Ferreira Lino
Secretário nomeado



Cícera dos Santos

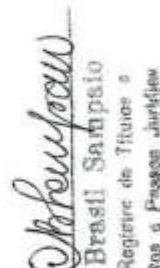
Diretora Administrativo



João José de Sousa

Diretor Financeiro

05.455.266/0001-42
CARTÓRIO MATIAS
Pça Dionísio Rocha de Lucena, 162
Centro - CEP 63.260-000
Brejo Santo - CE


Maria Brasil Sampaio
Of. do Registro de Títulos e Documentos e Passos Jurídicos



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deputados.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549> / pg. 16

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

Maria Edilane Ricarte dos Santos Teles

Maria Edilane Ricarte dos Santos Teles

Diretora de Comunicações e Operações

Evandro Ferreira dos Santos

Evandro Ferreira dos Santos

Presidente do Conselho Fiscal

Maria Zeneide Gonçalves Pinheiro

Maria Zeneide Gonçalves Pinheiro

Secretária do Conselho Fiscal

Pedro Ferreira de Sousa

Pedro Ferreira de Sousa

Membro do Conselho Comunitário

Johnson Rocha Gomes

Johnson Rocha Gomes

Membro do Conselho Comunitário

Maria Gonçalves de Sousa Pinheiro

Maria Gonçalves de Sousa Pinheiro

Membro do Conselho Comunitário



Obtemperado
Maria Brasil Sampaio
Of. do Registro de Imóveis e
Documentos e Pessoa Jurídica

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA PARA ALTERAÇÃO
DO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA
DA LAGOA DO MATO - ARCLAM.

05.455.266/0001-42
CARTÓRIO MATIAS
Pça Dionísio Rocha de Lucena, 162
Centro - CEP 63.260-000
Brejo Santo - CE



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Onix 1/2019 (396635)

SEI 01250-012459/2019-15 / pg. 17

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

Joana Marc Ferreira Lima 326891523/04

NOME

CPF

Francisca Allys Gonçalves Ribeiro 195328653-49

NOME

CPF

Olívia Angela Brinzel de S. Gonçalves 943196503-87

NOME

CPF

Silma Ferreira da Silva 958.807853-15

NOME

CPF

Elisabete Feliciano de Sousa 427.491.903-04

NOME

CPF

Cidre Gonçalves da Silva 739150333-94

NOME

CPF

João Manoel do Nascimento 016.342.653-86

NOME

CPF

Maria Carla Figueiredo Silva 041.512.913-66

NOME

CPF

Maria Auxiliadora F. Silva 346.610.183-20

05.455.266/0001-42

CARTÓRIO MATIAS

Pça Dionísio Rocha de Lucena, 162

Centro - CEP 63.260-000

Brejo Santo - CE

Obsequioso
Maria Brasil Sampaio
Of. do Registro de Títulos e
Documentos e Pessoas Jurídicas

AUTENTICAÇÃO
Assinatura apresentada com cópia registrada por ser
uma reprodução fiel e original que me foi apresentado
o qual conferi (Art. 7º V Lei 8.337/04)

08/03/2019
Obsequioso



5861dc5f-7f0e4bcb-b6b0-90511fb22549



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e4bcb-b6b0-90511fb22549-15 / pg. 18

NOME

CPF

Maria Sampaio da Silva

728 435 003 - 20

NOME

CPF

Maria Genivaldo de Siqueira

399.650.583.34

NOME

CPF

Maria do Carmo V. de Almeida

823998.053.91

NOME

CPF

João José de Sousa

NOME

CPF

Maria Edilene Ricarte dos Santos Teles

NOME

CPF

Dr. Fernando Augusto

NOME

122-585-123-87

CPF

Liliana dos Santos

NOME

737.063.963.00

CPF

Graciano Fernandes da Silva

NOME

740.497.123.348

CPF

Obsequio
Maria Brasil Sampaio
Dt. do Registro de Títulos e
Documentos e Prazos Jurídicos



ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA PARA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA DO MATO - ARCLAM.

05.455.266/0001-42
CARTÓRIO MATIAS
Pça Dionísio Rocha de Lucena, 162
Centro - CEP 63.260-000
Brejo Santo - CE



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deputados.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

01/01/2019 (396655)

01/01/2019 (396655)

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA DO MATO - ARCLAM

ALTERAÇÃO DO ESTATUTO

Após posto em votação e aprovado por unanimidade, respeitada as condições previstas no regramento interno, o Estatuto Social da Entidade passa ter a redação alterada dos seguintes artigos, que passam doravante a integrar o Estatuto primevo, mantendo-se as demais clausulas incólumes.

II - DOS ASSOCIADOS

Art. 6º. (...)

§1º - É assegurado o ingresso gratuito, como associado, de todo e qualquer cidadão domiciliado na área de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitário. Também é assegurado o ingresso gratuito, como associadas, de pessoas jurídicas, sediadas na área de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, vedado o condicionamento do ingresso à aprovação pela diretoria ou à indicação por outro associado, nos termos do disposto no inciso II do art. 40 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.

III - DOS DIREITOS E DEVERES DOS ASSOCIADOS

Art. 7. (...)

c) Os associados, pessoas jurídicas, por intermédio de seus representantes legais, terão direito de escolher, mediante voto, os integrantes dos órgãos diretivos;

V - DOS ÓRGÃOS E DE SEU FUNCIONAMENTO

Art. 25 - O Conselho Comunitário, eleito em Assembleia Geral para mandato igual ao da Diretoria, será composto por, no mínimo, 05 (cinco) representantes de entidades com sede na comunidade local ou que prestem e/ou prestaram

05.455.266/0001-42

CARTÓRIO MATIAS

Pça Dionísio Rocha de Lucena, 162

Centro - CEP 63.260-000

Brejo Santo - CE



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Ofício 1/2019 (396635)

SEI 01250.012459/2019-15 / pg. 20



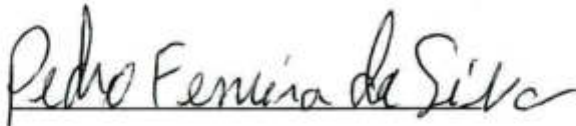
03
Maria Brasil Simpatie
Dir. do Registro de Títulos e
Documentos e Pessoa Jurídica

AUTENTICAÇÃO
Autenticado eletronicamente após conferência com original.
A reprodução desta cópia reprográfica por ser
reprodução de cópia original que não foi apresentado,
e que contém (Art. 7º V Lei 8.935/94)
a São-CE 08 de 03 de 2019
Maria Brasil Simpatie - 2ª Tabelia Pública
Ciberto Wilson de Melo - Substituta
Maria Villany de Almeida - Juizera - Escrevente

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549


serviços para referida comunidade, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente instituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade.

Brejo Santo (CE), 07 de março de 2019.



Pedro Ferreira da Silva

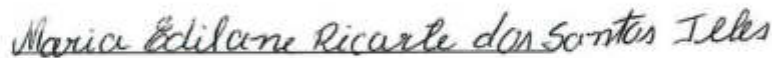
Diretor Presidente da ARCLAM



Cícera dos Santos

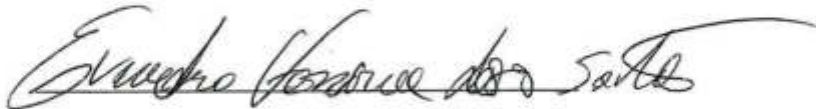
Diretora Administrativo





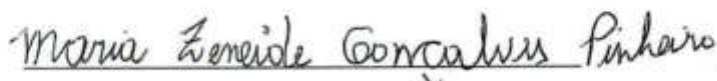
Maria Edilane Ricarte dos Santos Teles

Diretora de Comunicações e Operações



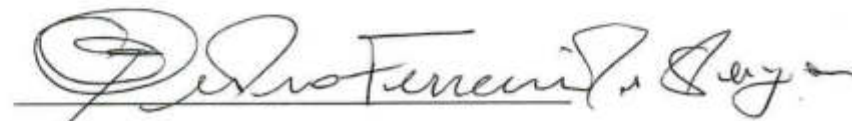
Evandro Ferreira dos Santos

Presidente do Conselho Fiscal



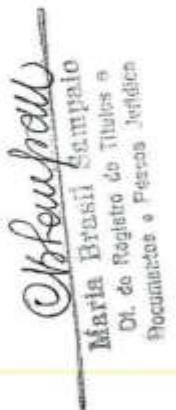
Maria Zeneide Gonçalves Pinheiro

Secretária do Conselho Fiscal



Pedro Ferreira de Sousa

Membro do Conselho Comunitário


Maria Brasil Sampaio
Dt. de Registro de Títulos e
Documentos e Pessoa Jurídica

PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA DO MATO - ARCLAM

05.455.266/0001-42
CARTÓRIO MATIAS
Pça Dionísio Rocha de Lucena, 162
Centro - CEP 63.260-000
Brejo Santo - CE



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Orço 1/2019 (3986355)

SEI 01250-012439/2019-15 / pg. 21

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549


Johnson Rocha Gomes

Membro do Conselho Comunitário

Maria Gonçalves de S. Pinheiro

Maria Gonçalves de Sousa Pinheiro

Membro do Conselho Comunitário

João José de Sousa

João José de Sousa

Diretor Financeiro



Joana Maria Ferreira Lima

NOME

326891523/04

CPF

Francisca Nilda Gonçalves Pereira

NOME

195328653-49

CPF

Olisangela Brinzel de S. Gonçalves 943 496 503-83

NOME

CPF

Selma Ferreira da Silva 938-807 853-15

NOME

CPF

[Assinatura]
Maria Brasi Sampaio
Of. do Registro de Títulos e Documentos e Pessoa Jurídica

PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA DO MATO - ARCLAM

05.455.266/0001-42
CARTÓRIO MATIAS
Pça Dionísio Rocha de Lucena, 162
Centro - CEP 63.260-000
Brejo Santo - CE



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549
Ofício 1/2019 (3986355) 32101230.012459/2019-15 / pg. 22

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

NOME

CPF

NOME

CPF

NOME

CPF

NOME

CPF

NOME

CPF

NOME

CPF

NOME

CPF

NOME

CPF

NOME

CPF

05.455.266/000

CARTÓRIO MATIAS

Pça Dionísio Rocha de Lucena, 162

Centro - CEP 63.260-000

Brejo Santo - CE



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-40cb-b6b0-90511fb22549>

cidade-assinatura.camara.eg.br/58

7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549
SEI 01250.012455/2019-15 / pg. 23

Cherwell
Marie Brasil Sampaio
Of. do Registro de Títulos e
Documentos e Pastas Jurídicas

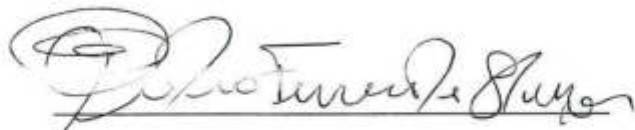
[illegible]

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

Maria Edilene Ricarte dos Santos Teles 545.958.943-68

NOME

CPF


NOME

122-585123-87

CPF

Elaine dos Santos

NOME

737.063.963-00

CPF


NOME

740.497.123-34

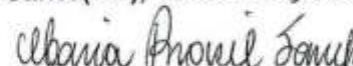
CPF

PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA DO MATO - ARCLAM

CERTIDÃO

CERTIFICO que o presente ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA para Alteração do Estatuto da Associação de Radiodifusão Comunitária da Lagoa do Mato - ARCLAM e seu Anexo - Primeira Alteração do Estatuto Social da Associação de Radiodifusão Comunitária da Lagoa do Mato - ARCLAM, supra e retro, foi AVERBABADA no Livro A-12, de Registro de Pessoas Jurídicas, deste Cartório do 2º Ofício, às folhas 97/101, sob o número AV.01/473, protocolado no Livro A-02, às folhas 146v, sob o número de ordem 20.676 e foram feitas as devidas e necessárias anotações, inclusive a margem do Registro 473 do Livro A-11, folhas 329, "O certificado é verdade". Dou fé. Eu, Albana Brasil Sampaio Maria Brasil Sampaio, Oficiala do Registro de Pessoas Jurídicas, a digitei, subscrevo, dato e assino.

Brejo Santo(CE), 08 de março de 2019.


MARIA BRASIL SAMPAIO
Titular do 2º Ofício

Número do Atendimento: 20190308000035



05.455.266/0001-42
CARTÓRIO MATIAS
Pça Dionísio Rocha de Lucena, 162
Centro - CEP 63.260-000
Brejo Santo - CE

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

Aos 22 dias do mês de maio de 2018, reuniram-se os abaixo assinados, doravante designados associados fundadores, na Vila Lagoa do Mato, 01 00040, Zona Rural, nesta cidade de Brejo Santo, Estado do Ceará, com a finalidade de fundar uma associação, sem fins lucrativos, que tem por objetivo executar os serviços de radiodifusão comunitária, e, se denominará Associação de Radiodifusão Comunitária da Lagoa do Mato - ARCLAM. Iniciada a reunião, foi escolhido para presidi-la o Sra. Maria Ilse Gonçalves Pinheiro. Para secretariá-la foi indicada a Sra. Joana Darc Ferreira Lino. Logo a seguir, a Sra. presidente solicitou a Sra. secretária que procedesse à leitura do projeto de estatuto, artigo por artigo. Concluída a leitura, foi o mesmo submetido à discussão e posterior votação. Ouvidos os presentes, o estatuto foi, então, aprovado por unanimidade. Dando-se prosseguimento aos trabalhos, e após sugestão de nomes para comporem os órgãos diretivos, procedeu-se à eleição e posse da Diretoria, do Conselho Fiscal e do Conselho Comunitário que terão mandato de 04 (quatro) anos, com duração até 22 de maio de 2022 e que ficaram assim constituídos: a) A diretoria executiva ficou assim definida: Diretor Presidente: Pedro Ferreira da Silva; Diretor Administrativo: Cícera dos Santos; Diretor Financeiro: João José de Sousa; Diretor de Comunicações e Operações: Maria Edilane Ricarte dos Santos Teles; b) O Conselho Fiscal: Presidente Evandro Ferreira dos Santos; Secretário: Maria Zeneide Gonçalves Pinheiro; c) O Conselho Comunitário: 1º Representante: Pedro Ferreira de Sousa (Representante da Associação dos Pequenos Agricultores do Sítio Lagoa dos Ferreiras); 2º Representante: Johnson Rocha Gomes

21
62
5861985



5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

(Representante da Associação dos Produtores Rurais do Sítio Lagoa do Mato I); 3º Representante: Maria Gonçalves de Sousa Pinheiro (Representante da Associação Comunitária das Donas de Casa do Povoado da Lagoa do Mato). Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente declarou encerrada a reunião e eu, secretária, lavrei a presente ata, que será assinada por todos os presentes, que serão considerados associados fundadores.

Brejo Santo (CE), 22 de maio de 2018.

(Nomes, assinaturas e individualização dos presentes, que serão considerados associados fundadores.)

João José de Sousa 012.310.283-94
NOME CPF

[Assinatura] 043.394.593-91
NOME CPF

F. Maria Fereite Gonçalves Pinheiro 277.388.093-53
NOME CPF

F. Maria Ilse Gonçalves Pinheiro 194868633-34
NOME CPF

x Joana Marc Ferreira Lino 326891523/04
NOME CPF

Maria Edilane Ricarte dos Santos 545.958.943-68
NOME CPF

Pedro Ferreira de Souza 121.545-123-87
NOME CPF

x Maria Gonçalves de Sousa Pinheiro 399.650.583-34
NOME CPF

Pedro Ferreira de Souza 325.650.893-68
NOME CPF

[Assinatura]
Engenheira Leda Brasil Sampaio de Lucena
Substituta



NOME

CPF

Elaine dos Santos 737.063.963-00
NOME CPF

Gracilo Henrique da Silva 740.497.123-34
NOME CPF

* José Manuel do Nascimento 016.342.653-86
NOME CPF

* Edicarmela Brinzel de S. Gonçalves 943.196.503-87
NOME CPF

* Selma Ferreira da Silva 918.807.853-15
NOME CPF

* Elisabete Telesmino de Sousa 427.491.903-04
NOME CPF

* Maria Auxiliadora Ferreira Silva 346.610.183-20
NOME CPF

* Elaine Gonçalves de Sousa 739.150.333-91
NOME CPF

, Maria Carla Figueiredo Silva 041.538.913-66
NOME CPF

F Maria Glória Ferreira de Araújo 993.042.641-20
NOME CPF

* Francisca Rilda Gonçalves Ribeiro 195.328.653-49
NOME CPF

* Maria Tarcão da Silva 728.435.003-20
NOME CPF

F Ivanilda Gonçalves de Sousa 740.962.493-00
NOME CPF

F Maria Aparecida Moreira da Silva 042.854.113-50
NOME CPF

Tica

cc 588
Fragata Lata Brasil Sempao da Lucena
Substituta



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deputados.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Orçamento 2019 (396655)

SEI 01250-012453/2019-15 / pg. 27

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

x Maria do Carmo Vicente Diniz 823948.053.91.
NOME CPF

F. manipulação de Santa Mariana
João Mariano
NOME

813302513-34
CPF

Eng. Lúcia Beatriz Sampaio de Lucena
- Substituta -

NOME

CPF

NOME

CPF

NOME

CPF

NOME

CPF

NOME

CPF

NOME

CPF

NOME

CPF

NOME

CPF

NOME

CPF

NOME

CPF

NOME

CPF

NOME

CPF

NOME

CPF

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549



CERTIDÃO

CERTIFICO que o presente ATA DE FUNDAÇÃO, APROVAÇÃO DE ESTATUTO, ELEIÇÃO E POPSSSE DA DIRETORIA E DO CONSELHO FISCAL DA ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA DO MATO - ARCLAM, supra e retro, foi REGISTRADA no Livro A-11, de Registro de Pessoas Jurídicas, deste Cartório do 2º Ofício, às folhas 319/320 sob o registro número 472, protocolado no Livro A-02, às folhas 136 sob o número de ordem 19.575 e foram feitas as devidas e necessárias anotações. "O certificado é verdade". Dou fé. Eu, Engrácia Leite Brasil Sampaio de Lucena, Engrácia Leite Brasil Sampaio de Lucena, Oficiala, a digitei, subscrevo, dato e assino.////

Brejo Santo(CE), 04 de junho de 2018.

Engrácia Leite Brasil Sampaio de Lucena
ENGRÁCIA LEITE BRASIL SAMPAIO DE LUCENA
SUBSTITUTA do 2º Ofício

Número do Atendimento: 201806040036



Engrácia Leite Brasil Sampaio de Lucena
- Substituta -

05.455.266/0001-42
CARTÓRIO MATIAS
Pça Dionísio Rocha de Lucena, 162
Centro - CEP 63.260-000
Brejo Santo - CE



ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA DO MATO

ESTATUTO SOCIAL

I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS

Art.1º - A ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA DO MATO, doravante denominada ARCLAM, é uma associação civil, de direito privado, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, de caráter cultural e social, de gestão comunitária, composta por número ilimitado de associados e constituída pela união de moradores e representantes de entidades da comunidade atendida, para fins não econômicos, do Município de Brejo Santo (CE), Estado do Ceará, com sede na Vila Lagoa do Mato, 01 00040, Zona Rural, nesta cidade de Brejo Santo, Estado do Ceará, com CEP: 63.260-000.

Parágrafo Único - A ARCLAM reger-se-á pelas disposições deste estatuto e pelas leis vigentes no território nacional.

Art.2º - A ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA DO MATO tem por finalidade e objetivo EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, bem como:

I - beneficiar a comunidade com vistas a :

- Executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária de acordo com a legislação vigente;
- Dar oportunidade a difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- Oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- Prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- Contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
- Permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.
- Fomentar, por todas as suas instâncias e meios, a democratização da comunicação;
- Estimular o desenvolvimento dos serviços de radiodifusão pautado pelas noções de participação da sociedade e de preservação do interesse público.

II - respeitar e atender aos seguintes princípios:

- Preferência das finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;
- Promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;
- Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;
- Não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicção político-ideológico-partidário e condição social nas relações comunitárias;
- Garantir o exercício da mais ampla democracia em todos os seus organismos e instâncias, assegurando a liberdade de expressão aos representantes das entidades associadas, buscando sempre a unidade na ação;
- Orientar sua ação por princípios éticos e de igualdade, participação, representação da pluralidade e solidariedade;



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://mfoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0063610c5f-7f0e4bcb2bb0-90511f522549-9-15/pg_30

01/2019 (3900335)

SEI 01230-012455/2019-15 / pg. 30

Handwritten signature: R. C. dos Santos

Handwritten text: Eng. Laís Lima Santana

maria genivalva de Sousa pontes

Handwritten text: Santos Teles 90511f522549-9-15

g) Defender a solidariedade entre os povos, o ambiente natural, a biodiversidade e os recursos naturais não renováveis, os direitos humanos, as liberdades individuais e coletivas e a justiça social.

§1º É vedado o proselitismo de qualquer natureza, assim como qualquer discriminação política, filosófica, racial, religiosa, sexual, de gênero ou de qualquer natureza na admissão dos associados;

§2º Será obrigatória a pluralidade de opiniões e versão, de forma simultânea em matérias polêmicas, na programação opinativa e informativa, divulgando, sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados;

§3º Qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo apenas observar o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à direção responsável pela ARCLAM.

Art. 3º - Os dirigentes e associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Entidade, ressalvados os casos em que os dirigentes responderão por comprovada culpa no desempenho de suas funções.

Art.4º- A ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA DO MATO não tomará parte em manifestações de caráter político partidário nem cederá qualquer de suas dependência para tais fins.

II - DOS ASSOCIADOS

Art. 5º - O quadro de associados é ilimitado podendo integrá-lo pessoas Físicas e Jurídicas, aquelas independente de cor, raça, sexo ou opção sexual, condição social ou financeira, concepção filosófica ou religiosa, orientação política ou qualquer outra condição, desde que concorde com o disposto neste estatuto e seja domiciliado na forma estabelecida no Art. 6º.

Art. 6º - A ARCLAM será composta pelas seguintes categorias de associados:

I - Associados Fundadores - formada por todos aqueles que assinaram a ata de fundação;

II - Associados Contribuintes ou Efetivos - aqueles que fizerem parte da Entidade, obrigando-se ao que rege o presente Estatuto e que contribuem com donativos, com o fim de auxiliar na manutenção e nas despesas contraídas, pela Entidade, para a realização de seus objetivos.

III - Associados Doadores Pessoas Jurídicas - entidades sem fins lucrativos sediadas na área de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária;

IV - Associados Voluntários Pessoas Físicas: todos aqueles que doam seu tempo na forma de trabalho e não contribuem financeiramente.

§1º - É assegurado o ingresso gratuito, como associado, de todo e qualquer cidadão domiciliado na área de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária. Também é assegurado o ingresso gratuito, como associadas, de pessoas jurídicas sem fins lucrativos, sediadas na área de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

§2º - As contribuições dos Associados serão reguladas em Assembléia Geral.

§3º - A exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa e de recurso, nos termos previstos neste estatuto. São passíveis de punição temporária ou de exclusão definitiva do quadro social, havendo justa causa, os associados que infringirem este Estatuto, desde que sua transgressão seja indicada mediante

submetê-la à Assembléia Geral, convocada especialmente para este fim, para deliberação fundamentada, assegurando o direito de ampla defesa do associado em questão.

III – DOS DIREITOS E DEVERES DOS ASSOCIADOS

Art. 7º - São direitos dos associados:

- Frequentar quaisquer dependências da entidade obedecidos aos seus regimentos;
- Ter acesso a qualquer documento oficial da Entidade, inclusive a cadastro de funcionários e participantes simpatizantes com o projeto, mediante solicitação por escrito à diretoria, resguardando-se as informações de caráter pessoal.
- Participar de Assembléias Gerais, votar e ser votado para todos os cargos que compõem os órgãos administrativos e deliberativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes;
- Os associados, pessoas jurídicas sem fins lucrativos, sediadas na área de execução do serviço, por intermédio de seus representantes legais, terão o direito de escolher, mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes;
- Representar a Associação de Radiodifusão Comunitária da Lagoa do Mato em assuntos de seu interesse quando devidamente credenciados;
- Participar dos trabalhos das reuniões, palestras, conferências e encontros organizados pela Entidade;
- Apresentar sugestões que estejam de acordo com os objetivos da entidade;
- Qualquer associado poderá se desligar da Associação de Radiodifusão Comunitária da Lagoa do Mato mediante comunicado por escrito à Diretoria.

Art. 8º - São deveres dos associados em qualquer tempo:

- Cumprir todas as obrigações estatutárias regulamentares e regimentares, cumprir as obrigações decorrentes de decisões dos órgãos administrativos;
- Satisfazer nas épocas fixadas aos encargos e contribuições Associação de Radiodifusão Comunitária da Lagoa do Mato, zelar pelo patrimônio e pelo bom conceito da Associação;
- Comparecer nas Assembléias Gerais;
- Participar e colaborar, sempre que possível, das atividades culturais promovidas pela Entidade e ajudar na divulgação das mesmas.

Parágrafo Único - Os dirigentes e associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Entidade, ressalvados os casos em que os dirigentes responderão por comprovada culpa no desempenho de suas funções.

IV – DAS PENALIDADES

Art. 9º - Os associados que infringirem as disposições deste Estatuto do Regimento Interno e de Regulamentos existentes serão passíveis de:

- Advertência: da penalidade de advertência não caberá recurso;
- Suspensão: os associados enquanto suspensos não poderão exercer o direito de voto;
- Eliminação: as penalidades previstas neste Artigo assegurando o direito de defesa prévia do associado serão impostas pela Diretoria que as comunicará por escrito, submetendo-a em ato contínuo à Assembléia Geral convocada especialmente para este fim, para ratificação ou reforma da decisão.

Parágrafo único - São passíveis de punição temporária ou de exclusão definitiva do quadro social, sem justa causa, os associados que infringirem este estatuto, desde que sua transgressão seja

Engenheiro Leila Brasil Sampaio de Lucena
- Substituta -

58610c5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

indicada mediante requerimento dirigido a diretoria que, frente a procedência da solicitação, deverá submetê-la à Assembléia Geral, convocada especialmente para este fim, para deliberação fundamentada, assegurado o amplo direito de defesa do associado em questão.

V - DOS ORGÃOS E DE SEU FUNCIONAMENTO

Art. 10 - São órgãos da ARCLAM:

- a) Assembléia Geral ;
- b) Diretoria Executiva;
- c) Conselho Fiscal
- d) Conselho Comunitário

ceexes
Engenheiro Leila Brasil Sampaio da Lucena
- Substituta -

Art. 11 - A Assembléia Geral, órgão máximo de deliberação da ARCLAM, será composta por seus associados, e ocorrerá ordinariamente a cada ano, sempre no primeiro trimestre, para avaliação dos trabalhos desenvolvidos, prestação de contas do exercício anterior pela Diretoria Executiva, discussão e aprovação de planos, projetos e assuntos gerais. Deverá ordinariamente, ocorrer a cada 04 (quatro) anos para eleição da Diretoria, do Conselho Fiscal e do Conselho Comunitário e extraordinariamente poderá ser convocada para destituição dos dirigentes e alteração estatutária.

§ 1º - A AG poderá ser convocada extraordinariamente pela maioria da diretoria, por um terço dos conselheiros ou, no mínimo, um quinto dos associados, para discussão e decisão relativa a assuntos de interesse geral.

§ 2º - A convocação deverá ser feita com antecedência mínima de oito dias, através de edital ou comunicado afixado na sede da ARCLAM e estúdio, bem como na sede das entidades que compõem o Conselho Comunitário e com divulgação através de pelo menos quatro chamadas diárias durante a programação da emissora, devendo conter data, hora, local e pauta da reunião.

§ 3º - A AG deliberará em primeira convocação somente com metade mais um dos associados aptos a votar e, em segunda convocação, trinta minutos após com qualquer número de associados aptos a votar.

§ 4º - A AG convocada para fins eleitorais, alienação de bens imóveis ou móveis ou extinção da entidade, deverá ser convocada com trinta dias de antecedência e, deliberará conforme este estatuto, mediante voto dos associados em dia com suas obrigações sociais filiados a pelo menos seis meses, respeitadas as disposições dispostas no paragrafo anterior.

§ 5º - A participação do associado em qualquer Assembléia Geral somente será por sua presença pessoal.

Art. 12 - A Diretoria da ARCLAM, órgão executivo e administrativo, será composta por um Diretor Presidente, um Diretor Administrativo, Diretor Financeiro e um Diretor de Comunicações e Operações, eleitos em Assembléia Geral para um mandato de 04 (quatro) anos, sendo permitida uma recondução, após a qual será vedada a permanência dos mesmos dirigentes, ainda que em cargos diversos.

Art. 13 - A Diretoria será eleita em Assembléia Geral com votação dentre os associados quites com suas obrigações estatutárias.

Parágrafo Único - Somente poderá fazer parte da Diretoria os brasileiros(as) natos ou naturalizados mais 10 (dez) anos e maiores de 18 (dezoito) anos ou emancipados, cujas residências sejam em Brejo Santo (CE) e na área de execução do serviço de radiodifusão e ainda, tais

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deputados.br/58610037-7f0e-4bcb-b9b0-90511fb22549-15/pg.33

58610037f0e4bcb-b9b0-90511fb22549
Brejo Santo, 11 de maio de 2019
Diretor Presidente
Leila Brasil Sampaio da Lucena

nome completo do associado
inscrição

dirigentes não poderão estar no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou função da qual decorra foro especial.

Art. 14 – Aos membros do órgão de direção, individualmente considerados, é vedado:

- a) Exercer cargo ou função de confiança de direção de partido político a nível municipal, estadual, distrital ou federal;
- b) Exercer cargo de Ministro de Estado, Secretário de Estado ou Secretário Municipal, independente da denominação;
- c) Exercer mandato eletivo no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo, nas esferas federal, estadual ou municipal;
- d) For suplente de cargo eletivo no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo, nas esferas federal, estadual ou municipal;
- e) For dirigente de outra entidade detentora de outorga de serviços de radiodifusão;
- f) Exercer cargo de dignidade eclesiástica ou de sacerdócio; ou
- g) Exercer cargo de administração ou gerência de entidade religiosa.

Art. 15 - São atribuições da Diretoria:

- a) Administrar e superintender os trabalhos e o patrimônio da entidade.
- b) Convocar as reuniões e Assembléias Gerais;
- c) Representar a ARCLAMem atos públicos ou internos.
- d) Executar as atividades necessárias a obtenção das finalidades e objetivos da Associação previsto este Estatuto;
- e) Propor emendas ao Estatuto e a dissolução ou extinção da entidade quando for o caso;
- f) Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto, suas próprias decisões e as do Conselho Fiscal e da Assembléia Geral, zelando pelo bom nome, pelo patrimônio e ordem da entidade.
- g) Apresentar relatório anual a Assembléia Geral, acerca do Balanço Patrimonial e o Relatório de Atividades;
- h) Prestar as contas ao final de cada exercício financeiro.
- i) Desenvolver e promover o intercâmbio com a comunidade e entidades afins
- j) Criar e instalar serviços e Departamentos para a realização e desenvolvimentos das finalidades da entidade;
- k) Alienar, decidir sobre aquisição e constituir ônus sobre bens móveis e imóveis mediante autorização da Assembléia Geral;
- l) Aprovar a contratação ou demissão de funcionários ou programadores.

Luciana
Engenheira Leila Brasil Sampaio de Lucena
- Substituta -

Art. 16 - A Diretoria reunir-se com a maioria simples de seus membros deliberando pelo voto da metade mais um dos presentes em reunião na forma seguinte:

- a) Ordinariamente uma vez a cada seis (6) meses.
 - b) Extraordinariamente, sempre que a maioria simples de seus membros o julgarem necessário.
- Perderá o mandato o membro que faltar a duas (2) reuniões consecutivas ou três (3) alternadas sem justificativa aceita pela Diretoria ou quando o membro perder a condição de associado.

Art. 17 - Por falta de cumprimento de suas obrigações estatutárias poderão ser destituídos a Diretoria mediante proposta a Assembléia Geral.

Art. 18 – Compete ao Diretor Presidente (Representante Legal):

- a) Presidir as reuniões da Diretoria e a sessão pública promovidas pela Associação, instalar Assembléias Gerais bem como representar a entidade em solenidades para as quais for convidado;
- b) Convocar as reuniões da Diretoria ou do Conselho Fiscal sempre que necessário;
- c) Convocar as Assembléias Gerais que a Diretoria decidir realizar;
- d) Nomear comissões de caráter transitórios ou delegados para representar Associação em congressos ou solenidades;

Apresentar a associação ativa e passivamente, judicial ou extrajudicial, assinar contratos e atos, não podendo sem autorização da Assembléia Geral dispor do patrimônio social, renunciar



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deputados.br/5861631470e4bcb066b090511fb22549> 34

Luciana
Engenheira Leila Brasil Sampaio de Lucena
- Substituta -
5861631470e4bcb066b090511fb22549

a direito em detrimento dos interesses da Associação de Radiodifusão Comunitária da Lagoa do Mato, atribuir e delegar tarefas especiais aos demais membros de Diretoria, bem como executar as tarefas que lhe forem atribuídas.

Art. 19 - Compete ao Diretor Administrativo:

- a) Auxiliar o Diretor Presidente na parte administrativa, zelando pelo expediente da Diretoria mantendo-o sob sua guarda;
- b) Secretariar as reuniões da Diretoria redigindo as atas respectivas;
- c) Manter em ordem e prazos os arquivos e tarefas da secretaria, quaisquer informação ou correspondência.
- d) Organizar os trabalhos da secretaria, atender a correspondência da Associação, atualizando o quadro de associados;
- e) Comunicar regularmente ao Diretor Presidente a frequência dos membros da Diretoria para que se faça cumprir as disposições estatutárias sobre a matéria, bem como executar as tarefas que lhe forem atribuídas.

Art. 20 - Compete ao Diretor Financeiro:

- a) Arrecadar e depositar a receita em conta bancária em nome da Associação de Radiodifusão Comunitária da Lagoa do Mato e efetuar os pagamentos dentro das normas e regulamentos estabelecidos;
- b) Manter em ordem e sob sua guarda a escrituração da Tesouraria;
- c) Preparar balancetes mensais e o balanço geral anual da Associação para ser submetido a apreciação da Diretoria.

Parágrafo único - O exercício fiscal anual da entidade compreenderá o período de 01 de janeiro a 31 de Dezembro.

Art. 21 - Compete ao Diretor Comunicações e Operações:

- a) Implementar e supervisionar todos os aspectos concernentes a execução do serviço de Radiodifusão Comunitária, relativamente aos seus aspectos legais, técnicos e qualitativos;
- b) Captar os recursos advindos de patrocínio sob forma de apoio cultural, bem como supervisionar e ter sob sua guarda todo o patrimônio considerado no âmbito das operações relativas ao serviço de radiodifusão;
- c) Promover a integração da comunidade com o serviço prestado.

Art. 22 - O Conselho Fiscal é o órgão fiscalizador, composto de 2 (dois) representantes, Presidente e Secretário respectivamente, eleitos em Assembléia Geral em votação dentre os associados contribuintes quites com suas obrigações estatutárias.

Art. 23 - Compete ao Conselho Fiscal:

- a) Zelar pela fiel observância deste Estatuto, das resoluções da Diretoria e de regimentos interno da Associação. Examinar e dar parecer sobre o relatório anual da Diretoria e balanço do exercício fiscal aos quais dará aprovação ou rejeição no prazo máximo de trinta (30) dias;
- b) Examinar e dar parecer sobre o relatório e balanço a serem apresentados no final do seu mandato para ser aprovado ou não pela Assembléia Geral;
- c) Solicitar a Diretoria as informações que julgar necessária.

Art. 24 - Será de quatro (4) anos o mandato dos conselheiros fiscais, coincidente com o da Diretoria, permitida uma recondução.

Art. 25 - O Conselho Comunitário, eleito em Assembléia Geral para mandato igual ao da Diretoria, composto por, no mínimo, três pessoas representantes de entidades com sede na comunidade

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deg.br/58616654-7f0e-4b0b-b6b0-90511fb22549> pg. 35



58616654-7f0e-4b0b-b6b0-90511fb22549
Edilaine Bisente dos Santos Sales

ma vice presidente de servico comunitario

local ou que prestem e/ou prestaram serviços para referida comunidade, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente instituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade.

Parágrafo único - O Conselho Comunitário cumprirá as atribuições definidas pela legislação vigente sobre o serviço de radiodifusão comunitária, devendo periodicamente elaborar relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação.

VI - DAS ELEIÇÕES

Art. 26 - A eleição da Diretoria, Conselho Fiscal e Conselho Comunitário serão feitos em Assembléia Geral convocada para este fim.

Art. 27 - As eleições serão realizadas na primeira quinzena de Dezembro do ano eleitoral e a posse dos eleitos até a primeira quinzena de janeiro do ano seguinte.

Art. 28 - As chapas para a diretoria estarão aptas, se entregues até três dias antes da Assembléia Geral de eleição, por requerimento a Comissão eleitoral, acompanhada de nominata completa e pelo devido expresse consentimento de seus membros bem como do referendun de, no mínimo, um décimo de associados aptos a votar.

§1º - É vedada a participação de associados em mais de uma chapa, bem como o voto cumulativo ou por procuração.

§2º - A diretoria será formada pela chapa que alcançar a maioria dos votos válidos.

§3º - A eleição do Conselho Fiscal e Conselho Comunitário far-se-á mediante o sistema majoritário, considerado os membros individualmente. Sendo que em relação ao Conselho Fiscal o 1º e 2º colocados assumirão respectivamente os cargos de Presidente e Secretário do Conselho Fiscal.

VII - DA PROGRAMAÇÃO

Art. 29 - A programação da emissora, deverá respeitar todos os princípios e normas dispostas na legislação vigente no território nacional sobre radiodifusão comunitária.

Parágrafo único - Será vedada a transferência da outorga e a formação de redes, excetuadas as situações de guerra, calamidade pública, epidemias e as transmissões obrigatórias dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, definidas em leis. Também será vedada a cessão ou arrendamento da emissora do Serviço de Radiodifusão Comunitária ou de horários de sua programação.

VIII - DA RECEITA E DO PATRIMÔNIO

Art. 30 - O Patrimônio e Receita da ARCLAM será composto pelas contribuições sociais definidas pela Assembléia Geral, pelas doações, auxílios e subvenções, pelos bens móveis ou imóveis, pelas rendas e juros de depósitos bancários e aplicação financeira, pelos saldos de exercícios financeiros anteriores transferidos para a conta patrimonial, por valores advindos de suas atividades comunitárias, bem como por aqueles decorrentes do patrocínio sob forma de apoio cultural.

Parágrafo Único - Toda receita ou despesa deverá ser aprovada pela diretoria.

Art. 31 - A receita da Associação de Radiodifusão Comunitária da Lagoa do Mato será utilizada, única e exclusivamente, para a consecução de suas finalidades institucionais e não será admitida a geração de seus dirigentes pelo exercício de suas funções, bem como a distribuição de lucros (as), dividendos, vantagens ou bonificações a qualquer dos seus associados ou dirigentes.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.de.gov.br/5861dc5f-7f32-40cb-b6b0-9051dfb22549-15 / pg. 56



5861dc5f-7f32-40cb-b6b0-9051dfb22549
Peticione dos Santos Teles

IX - DA REFORMA DO ESTATUTO E DA DISSOLUÇÃO

Art. 32 - Este estatuto poderá ser reformado, no todo ou em parte, por deliberação de 2/3 (dois terços) dos associados presentes à Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim.

Art. 33 - A dissolução da ARCLAM ocorrerá segundo decisão de Assembléia Geral, e o remanescente de seu patrimônio líquido, será destinado a entidade de fins não econômicos congênere, definida na Assembléia.

Art. 34 - A Entidade somente poderá ser dissolvida por Assembléia Geral convocada especial e extraordinariamente para tal fim.

X - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 35 - Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela diretoria, com recurso a Assembléia Geral, pelo associado que se achar prejudicado.

Art. 36 - O presente estatuto foi aprovado na Assembléia Geral de 22 de maio de 2018 e entra em vigor na data de sua inscrição no registro de pessoas jurídicas, averbando-se a este registro todas as alterações por que passar.

Brejo Santo (CE), 22 de maio de 2018.

Pedro Ferreira da Silva

Pedro Ferreira da Silva
Diretor Presidente

Cícera dos Santos

Cícera dos Santos
Diretora Administrativo

João José de Sousa

João José de Sousa
Diretor Financeiro

Maria Edilane Ricarte dos Santos Teles

Maria Edilane Ricarte dos Santos Teles
Diretora de Comunicações e Operações

Evandro Ferreira dos Santos

Evandro Ferreira dos Santos
Presidente do Conselho Fiscal

Maria Zeneide Gonçalves Pinheiro

Maria Zeneide Gonçalves Pinheiro
Secretária do Conselho Fiscal

Pedro Ferreira de Sousa

Pedro Ferreira de Sousa
Membro do Conselho Comunitário

Johny Rocha Gomes

Johny Rocha Gomes
Membro do Conselho Comunitário

Engracia Leite Brasil Sampaio de Lucena
- Substituta -

RECONHECIMENTO DE FIRMA
Reconheço a(s) Firma(s) de...
Pedro Ferreira da Silva
João José de Sousa
Por Semelhanças
de 04 de 06 de 2018
Brejo Santo, ...
Maria Brasil Sampaio - 2ª Tabelião Pública
Engracia Leite Brasil Sampaio de Lucena - Escrivã
Cícero Wilson de Melo - Escrivão
Damiãna Erida de Almeida Siqueira - Escrivã
Maria Willany de Almeida Siqueira - Escrivã



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Onix 1/2019 (396635)

SLI 01256.012457/2019-15 / pg. 37

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

Maria Gonçalves de Sousa Pinheiro

Maria Gonçalves de Sousa Pinheiro
Membro do Conselho Comunitário

Andressa Nunes Macedo
Andressa Nunes Macedo
OAB/CE 33.539

Engrácia Leite Brasil Sampaio de Lucena
Engrácia Leite Brasil Sampaio de Lucena
- Substituta -

05.455.266/0001-42
CARTÓRIO MATIAS
Pça Dionísio Rocha de Lucena, 162
Centro - CEP 63.260-000
Brejo Santo - CE

CERTIDÃO

CERTIFICO que o presente ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA DO MATO - ARCLAM, supra e retro, foi REGISTRADA no Livro A-11, de Registro de Pessoas Jurídicas, deste Cartório do 2º Ofício, às folhas 321/329 sob o registro número 473, protocolado no Livro A-02, às folhas 136 sob o número de ordem 19.576 e foram feitas as devidas e necessárias anotações. "O certificado é verdade". Dou fé. Eu, Engrácia Leite Brasil Sampaio de Lucena, Engrácia Leite Brasil Sampaio de Lucena, Oficiala, a digitei, subscrevo, dato e assino.////

Brejo Santo(CE), 04 de junho de 2018.

Engrácia Leite Brasil Sampaio de Lucena
ENGRÁCIA LEITE BRASIL SAMPAIO DE LUCENA
SUBSTITUTA do 2º Ofício

Número do Atendimento: 201806040036



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deputados.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Ofício 1/2019 (336633)

SEI 01250-012433/2019-15 / pg. 38

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
30.635.962/0001-88
 MATRIZ

**COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
 CADASTRAL**

DATA DE ABERTURA
04/06/2018

NOME EMPRESARIAL

ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DA LAGOA DO MATO

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)

ARCLAM

PORTE

DEMAIS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL

94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS

Não informada

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA

399-9 - Associação Privada

LOGRADOURO

VL LAGOA DO MATO

NÚMERO

40

COMPLEMENTO

CEP

63.260-000

BAIRRO/DISTRITO

ZONA RURAL

MUNICÍPIO

BREJO SANTO

UF

CE

ENDEREÇO ELETRÔNICO

TELEFONE

(88) 8112-5042

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL

ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL

04/06/2018

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

ceta.fazenda.gov.br/pessoajuridica/cnpj/cnpjreva/Cnpjreva-Comprovante.asp

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Ono 1/2019 (3986355)

SEI 01250.012459/2019-15 / pg. 39



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 30635962/0001-88
Razão Social: ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITARIA DA LAGOA DO MATO
Nome Fantasia: ARCLAM
Endereço: VL G LAGOA DO MATO 40 / ZONA RURAL / BREJO SANTO / CE / 63260-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 27/02/2019 a 28/03/2019

Certificação Número: 2019022705403843173648

Informação obtida em 10/03/2019, às 19:26:51.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Ciclo 1/2019 (358033)

SEI 01250.012455/2019-15 / pg. 40

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DA LAGOA DO MATO
CNPJ: 30.635.962/0001-88

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 19:15:38 do dia 10/03/2019 <hora e data de Brasília>.

Válida até 06/09/2019.

Código de controle da certidão: **A221.587A.0A74.28E2**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DA LAGOA DO MATO
(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 30.635.962/0001-88

Certidão nº: 168873192/2019

Expedição: 10/03/2019, às 19:20:21

Validade: 05/09/2019 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DA LAGOA DO MATO (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº 30.635.962/0001-88, NÃO CONSTA do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



Cópias e sugestões: cont@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Outro 1/2019 (3986355)

SEI 01230-012433/2019-15 / pg. 42

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

PARA:

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE RÁDIO DIFUSÃO
COORDENAÇÃO GERAL DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA - CGRC
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R - SALA 307 - ANEXO OESTE
CEP: 70.044 - 900
BRASILIA - DF



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549> (3980535)

SEI 01250.012455/2019-15 / pg. 43

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

PEDRO FERREIRA DA SILVA
VILA LAGOA DO MATO - 01-00040
BREJO SANTO - CEARA' - ZONA RURAL
CEP: 63.260 - 00 0

ETIQUETA OU CARIMBO MP





Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 94
Número do Processo: 012500342322018

5/17/19 10:00 AM

Página 1 de 10

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
0.00	CE	BREJO SANTO	01250.034232/2018	94	07S3152	39W0010	EXINST	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DA LAGOA DO MATO
0.07	CE	BREJO SANTO	53000.064139/2010	30	07S3153	39W0012	ARQDE F	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA CARIRI ORIENTAL
0.07	CE	BREJO SANTO	53000.076627/2013	67	07S3153	39W0012	ARQDE F	ABAF ASSOCIACAO BREJOSANTENSE DE APOIO A FAMILIA
0.07	CE	BREJO SANTO	53000.076630/2013	67	07S3153	39W0012	ARQDE F	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA CARIRI ORIENTAL
0.07	CE	BREJO SANTO	53000.062023/2010	30	07S3153	39W0012	ARQDE F	FUNDACAO DE EDUCACAO, ARTE E CULTURA DE BREJO SANTO
4.35	CE	BREJO SANTO	53650.000848/1999	5	07S2944	38W5911	LDE	ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DA COMUNIDADE DE BREJO SANTO
4.35	CE	BREJO SANTO	53900.002998/2014	5	07S2944	38W5911	RAUT	ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DA COMUNIDADE DE BREJO SANTO
4.49	CE	BREJO SANTO	53650.000847/1999	0	07S2937	38W5916	RAQ	ASSOCIACAO COM PADRE PEDRO DA COMUNIDADE DE BREJO SANTO
4.54	CE	BREJO SANTO	53650.000939/1999	5	07S2940	38W5905	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA RADIO BREJO EDUCATIVA - FM
5.55	CE	BREJO SANTO	53000.050349/2010	30	07S2905	39W0117	ARQDE F	ASSOCIACAO DE APOIO AO ESPORTE E A CULTURA DE BREJO SAN
5.56	CE	BREJO SANTO	53650.000702/1999	5	07S2905	38W5902	ARQDE F	ABAF ASSOCIACAO BREJOSANTENSE DE APOIO A FAMILIA
5.63	CE	BREJO SANTO	53000.009760/2010	30	07S2904	39W0121	ARQDE F	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA EM DEFESA DA CHAPADO DO ARARIPE
---	CE	BREJO SANTO	01250.034231/2018	94	07S2814	38W5609	EXIHAB	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DO SAO SEBASTIAO



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Relatório de Processos Vizinhos (4207214)

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 1

RadCom - Relatório de Vizinhos2

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549



Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 94
Número do Processo: 012500342322018

5/17/19 10:00 AM

Página 2 de 10

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
10.01	CE	BREJO SANTO	01250.033698/2018	94	07S2811	38W5611	EXIHAB	ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS MORADORES DA VILA SAO SEBASTIAO - ACMVSS
10.05	CE	BREJO SANTO	53000.074696/2013	67	07S2810	38W5610	EXT	ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS MORADORES DA VILA SAO SEBASTIAO - ACMVSS
12.59	CE	PORTEIRAS	53650.000766/1999	5	07S3201	39W0701	ARQDE F	SCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO PORTEIRAS
12.81	CE	BREJO SANTO	53900.024759/2016	0	07S2600	39W0351	RAQ	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA CARIRI ORIENTAL
12.90	CE	PORTEIRAS	53900.038991/2015	5	07S3210	39W0711	ARQPO T	ASSOCIACAO DE ASSISTENCIA AO IDOSO E COMUNIDADE DE PORTEIRAS - AAICP
12.90	CE	PORTEIRAS	53900.003595/2014	5	07S3210	39W0711	RENDE F	ASSOCIACAO DE ASSISTENCIA AO IDOSO E COMUNIDADE DE PORTEIRAS - AAICP
12.90	CE	PORTEIRAS	53650.000906/1999	5	07S3210	39W0711	LDE	ASSOCIACAO DE ASSISTENCIA AO IDOSO E COMUNIDADE DE PORTEIRAS - AAICP
17.02	CE	JATI	53900.048786/2015	4	07S4103	39W0005	RAUT	ASSOCIACAO COMUNITARIA SENHORA SANTANA DA COMUNIDADE DE
17.24	CE	JATI	53900.002460/2016	4	07S4110	39W0027	ARQPO T	ASSOCIACAO COMUNITARIA SENHORA SANTANA DA COMUNIDADE DE
17.24	CE	JATI	53650.002484/1998	4	07S4110	39W0027	LDE	ASSOCIACAO COMUNITARIA SENHORA SANTANA DA COMUNIDADE DE
17.71	CE	JATI	53650.000983/1999	0	07S4125	39W0031	RAQ	FUNDACAO BENEFICENTE MANOEL DE FIGUEIREDO
19.29	CE	MISSÃO VELHA	53650.000802/2002	16	07S2454	39W0758	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA FELIX ITALIANO
	CE	ABAIARA	53650.002145/1998	4	07S2144	39W0259	DECRE N	ASSOCIACAO DE ASSISTENCIA AO MENOR CARENTE DE ABAIARA CE



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Relatório de Processos Vizinhos (4207214)

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 2

RadCom - Relatório de Vizinhos2

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549



Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 94
Número do Processo: 012500342322018

5/17/19 10:00 AM

Página 3 de 10

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
19.48	CE	ABAIARA	53900.009126/2015	4	07S2144	39W0259	ARQPO T	ASSOCIACAO DE ASSISTENCIA AO MENOR CARENTE DE ABAIARA CE
19.61	CE	ABAIARA	01250.072124/2018	0	07S2138	39W0253	ARQCD I	FUNDACAO DORALICE PEREIRA DE MORAIS
19.64	CE	MISSÃO VELHA	53000.059942/2013	16	07S2437	39W0758	ARQPO S	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE JAMACARU
19.70	CE	MISSÃO VELHA	53900.017335/2015	16	07S2424	39W0748	RENDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE JAMACARU
19.90	CE	MISSÃO VELHA	53900.021191/2015	16	07S2418	39W0751	ARQPO T	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE JAMACARU
19.90	CE	MISSÃO VELHA	53000.048663/2012	16	07S2418	39W0751	ARQPO T	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE JAMACARU
19.90	CE	MISSÃO VELHA	53650.000161/2001	16	07S2418	39W0751	LDE	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE JAMACARU
19.98	CE	ABAIARA	53000.031927/2012	0	07S2125	39W0251	RAUT	ASSOCIACAO DE ASSISTENCIA AO MENOR CARENTE DE ABAIARA CE
20.05	CE	ABAIARA	53650.000296/2001	0	07S2114	39W0211	RAQ	ASSOCIAÇÃO COMUNIDADE UNIDA DOS SIT. BREJINHO P. D ÁGUA
25.28	CE	MILAGRES	53650.000843/1999	0	07S1835	38W5706	RAQ	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE MILAGRES
25.82	CE	MILAGRES	53650.000210/2002	15	07S1800	38W5856	LDD	ASSOCIACAO COMUNITARIA JAIME HENRIQUE EUGENIO
25.82	CE	MILAGRES	53900.038805/2015	15	07S1800	38W5856	EXIREN	ASSOCIACAO COMUNITARIA JAIME HENRIQUE EUGENIO
---	CE	MILAGRES	53000.007324/2014	4	07S1821	38W5647	EXIREN	FUNDACAO PRO-DESENVOLVIMENTO DO CARIRI JULIA L DE LUNA



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Relatório de Processos Vizinhos (4207214)

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 3

RadCom - Relatório de Vizinhos2

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549



Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 94
Número do Processo: 012500342322018

5/17/19 10:00 AM

Página 4 de 10

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
25.83	CE	MILAGRES	53650.000743/1999	4	07S1821	38W5647	LDE	FUNDACAO PRO-DESENVOLVIMENTO DO CARIRI JULIA L DE LUNA
25.85	CE	MILAGRES	53650.002203/1998	4	07S1820	38W5648	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA JAIME HENRIQUE EUGENIO
25.88	CE	QUIXADÁ	53000.012832/2014	0	07S2836	38W4629	RAQ	ASSOCIACAO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL DO DISTRITO DE JUATAMA - ASDEJ
26.19	CE	MAURITI	53000.030063/2011	0	07S2823	38W4622	ARQCD I	ASSOCIACAO COMUNITARIA LUIS INACIO LULA DA SILVA-ASCOL
26.91	CE	MAURITI	53000.073557/2013	67	07S2803	38W4603	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE PALESTINA DO CARIRI
29.12	CE	MAURITI	53100.000429/2004	19	07S2358	38W4629	LDE	ASSOCIACAO COMUNITARIA ANTONIO NEZINHO DE SOUZA - ACANS - PARA O DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DE MAURITI
29.60	CE	MAURITI	53000.002447/2004	0	07S2303	38W4645	ARQCD I	ASSOCIACAO DOS PEQUENOS AGRICULTORES DO SITIO QUEIMADAS
29.60	CE	MAURITI	53000.014564/2004	0	07S2303	38W4645	RAQ	ASSOCIACAO COMUNITARIA ANTONIO NEZINHO DE SOUZA - ACANS - PARA O DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DE MAURITI
29.65	CE	MAURITI	53650.000701/1999	5	07S2300	38W4645	ARQDE F	ASSOCIACAO DOS PEQUENOS AGRICULTORES DO SITIO QUEIMADAS
30.68	CE	MAURITI	53650.001446/1999	5	07S2300	38W4605	ARQDE F	INSTITUTO PESTALOZZI DE MAURITI
30.74	CE	MAURITI	53650.000557/1999	5	07S2301	38W4602	ARQDE F	ASSOCIACAO CULTURAL E ARTISTICA BURITI GRANDE
30.80	CE	MISSÃO VELHA	53650.001008/2001	16	07S1930	39W1121	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE CANTA GALO
	CE	MISSÃO VELHA	53000.012565/2004	19	07S1930	39W1121	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE CANTA GALO



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Relatório de Processos Vizinhos (4207214)

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 4

RadCom - Relatório de Vizinhos2

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549



Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 94
Número do Processo: 012500342322018

5/17/19 10:00 AM

Página 5 de 10

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
31.48	CE	JARDIM	53650.002075/1998	4	07S3409	39W1708	LDE	ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURA E CIDADANIA DE JARDIM
31.48	CE	JARDIM	53900.017291/2015	4	07S3409	39W1708	RENDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURA E CIDADANIA DE JARDIM
31.50	CE	JARDIM	53650.002645/1998	5	07S3408	39W1709	ARQDE F	FUNDACAO MADRE ANA COUTO
31.64	PE	CEDRO	53103.000198/1999	0	07S4304	39W1309	RAQ	ASSOCIACAO DE APOIO AO ESPORTE E A CULTURA DE CEDRO/PE
32.78	CE	PENAFORTE	53650.000554/1999	5	07S4907	39W0404	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE PENAFORTE
33.04	CE	CEDRO	53000.051474/2005	20	07S4304	39W1409	LDE	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE CEDRO PERNAMBUCO
33.04	CE	CEDRO	01250.010765/2019	20	07S4304	39W1409	EXIPOS	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE CEDRO PERNAMBUCO
33.25	PE	CEDRO	53000.020981/2005	20	07S4312	39W1411	ARQDE F	ASSOCIACAO CULTURAL DO CEDRO PE
33.25	PE	CEDRO	53000.062634/2005	20	07S4312	39W1411	ARQDE F	ASSOCIACAO ESTADUAL DE EDUCACAO
34.20	CE	MISSÃO VELHA	53000.012557/2004	19	07S1456	39W0732	ARQDE F	SOCIEDADE DE ASSISTENCIA AO IDOSO MARIA LUZANIRA RIBEIRO DANTAS
34.21	CE	PENAFORTE	53650.000700/1999	5	07S4954	39W0406	LDE	ASSOCIACAO FRANCISCO DE ASSIS DANTAS
34.21	CE	PENAFORTE	53900.049701/2015	5	07S4954	39W0406	RAUT	ASSOCIACAO FRANCISCO DE ASSIS DANTAS
	CE	MISSÃO VELHA	53650.002835/1998	0	07S1502	39W0802	RAQ	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SANTA MARIA DE CIMA



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Relatório de Processos Vizinhos (4207214)

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 5

RadCom - Relatório de Vizinhos2

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549



Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 94
Número do Processo: 012500342322018

5/17/19 10:00 AM

Página 6 de 10

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
34.55	CE	CEDRO	53000.045329/2005	0	07S4359	39W1427	RAQ	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE CEDRO PERNAMBUCO
35.07	CE	MISSÃO VELHA	53000.048743/2012	4	07S1459	39W0846	ARQPO T	ASSOCIACAO COMUNITARIA ANA ROBERTO
35.63	CE	MISSÃO VELHA	53650.000771/1999	4	07S1414	39W0752	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA BAIXA DO TINGUIZEIRO- ACBT
35.68	CE	MISSÃO VELHA	53000.031939/2012	0	07S1435	39W0842	RENDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA ANA ROBERTO
35.87	CE	MISSÃO VELHA	53650.002486/1998	4	07S1409	39W0800	LDE	ASSOCIACAO COMUNITARIA ANA ROBERTO
38.96	CE	BARBALHA	53650.001514/1999	0	07S1802	39W1607	ARQCD I	SOCIEDADE DE APOIO A FAMILIA
40.41	CE	BARBALHA	53000.043502/2007	0	07S1646	39W1601	ARQCD I	INSTITUTO ANTONIA ROQUE SANTOS DA SILVA
40.64	CE	BARBALHA	53000.049284/2010	0	07S1835	39W1745	ARQCD I	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE BARBALHA - ACOB
40.64	CE	BARBALHA	53000.067945/2013	65	07S1835	39W1745	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE BARBALHA - ACOB
40.75	CE	BARBALHA	53000.066973/2013	65	07S1832	39W1747	ARQDE F	FUNDACAO DE CULTURA ARTE POPULAR DO CARIRI
40.80	CE	BARBALHA	53900.016791/2016	96	07S1829	39W1747	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA SAN KARLO
41.28	CE	BARBALHA	53650.002080/1998	0	07S1840	39W1815	RAQ	ASSOCIAÇÃO INST. MISSIONARIA HOSP. MATERN. SAO VICENTE DE PAULA
	CE	BARBALHA	53650.002485/1998	0	07S1840	39W1815	ARQCD I	FUNDAÇÃO JOSE NEWTON CORREA



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Relatório de Processos Vizinhos (4207214)

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 6

RadCom - Relatório de Vizinhos2

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549



Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 94
Número do Processo: 012500342322018

5/17/19 10:00 AM

Página 7 de 10

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
41.28	CE	BARBALHA	53650.001819/1998	4	07S1840	39W1815	ARQDE F	FUNDACAO OTILIA CORREIA SARAIVA
41.39	CE	BARBALHA	53900.024555/2016	96	07S1825	39W1808	ARQDE F	GABINETE DE LEITURA DE BARBALHA
41.83	CE	BARBALHA	53900.025592/2016	16	07S2243	39W2058	ARQPO T	ASSOCIACAO CIVIL PARA O DESENVOLVIMENTO DA BARBALHA - ACDB
41.83	CE	BARBALHA	53650.000199/2001	16	07S2243	39W2058	LDD	ASSOCIACAO CIVIL PARA O DESENVOLVIMENTO DA BARBALHA - ACDB
41.85	CE	BARBALHA	01250.004802/2019	16	07S2242	39W2058	POT	ASSOCIACAO CIVIL PARA O DESENVOLVIMENTO DA BARBALHA - ACDB
41.92	CE	BARBALHA	53000.067886/2013	65	07S1838	39W1839	ARQDE F	ICEC INSTITUTO CRAJUBAR DE EDUCACAO E CULTURA
42.73	CE	BARBALHA	53900.016399/2015	16	07S2210	39W2115	RAUT	ASSOCIACAO CIVIL PARA O DESENVOLVIMENTO DA BARBALHA - ACDB
42.80	CE	BARBALHA	53000.068061/2013	65	07S1825	39W1905	ARQDE F	ASSOCIACAO DO PROJETO INFOARTE
43.01	CE	BARBALHA	53650.001017/2000	0	07S2210	39W2125	RAQ	FUNDACAO DE CULTURA ARTE POPULAR DO CARIRI
43.16	CE	MAURITI	53000.076189/2013	67	07S2014	38W3950	ARQDE F	ASSOCIACAO CULTURAL DO DISTRITO SAO MIGUEL - ASCOSAM
43.84	PE	VERDEJANTE	53900.044267/2015	12	07S5526	38W5813	EXIREN	ASSOCIACAO DE RADIO COMUNITARIA E CULTURAL DE VERDEJANTE - PE
43.84	PE	VERDEJANTE	53103.000511/2000	12	07S5526	38W5813	LDE	ASSOCIACAO DE RADIO COMUNITARIA E CULTURAL DE VERDEJANTE - PE
43.84	CE	BARBALHA	53650.000850/1999	0	07S1609	39W1901	ARQCD I	ASSOCIAÇÃO EVANGELICA DO CARIRI



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Relatório de Processos Vizinhos (4207214)

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 7

RadCom - Relatório de Vizinhos2

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549



Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 94
Número do Processo: 012500342322018

5/17/19 10:00 AM

Página 8 de 10

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
45.35	CE	JUAZEIRO DO NORTE	53000.002712/2002	16	07S1315	39W1610	LDE	ASSOCIACAO DE AMIGOS DO BAIRRO SANTA TEREZA
45.35	CE	JUAZEIRO DO NORTE	53900.016742/2015	16	07S1315	39W1610	RAUT	ASSOCIACAO DE AMIGOS DO BAIRRO SANTA TEREZA
45.35	CE	JUAZEIRO DO NORTE	53900.030027/2016	16	07S1315	39W1610	ARQPO T	ASSOCIACAO DE AMIGOS DO BAIRRO SANTA TEREZA
45.58	PE	SÃO JOSÉ DO BELMONTE	53900.034340/2015	4	07S5140	38W4528	EXIREN	ASSOCIACAO CULTURAL RADIO COMUNITARIA - ACRC
45.58	PE	SÃO JOSÉ DO BELMONTE	53103.000835/1998	4	07S5140	38W4528	LDE	ASSOCIACAO CULTURAL RADIO COMUNITARIA - ACRC
45.86	CE	BARRO	53000.025864/2011	32	07S1106	38W4637	ARQDE F	ASSOCIACAO EM PROL DO DESENVOLVIMENTO DE BARRO
46.67	CE	JUAZEIRO DO NORTE	53650.000017/2001	9	07S1400	39W1803	ARQDE F	ASSOCIACAO CULTURAL LUIZ ALEXANDRE
47.28	CE	AURORA	53650.000857/2000	0	07S0582	39W0034	RAQ	ASSOCIAÇÃO PRÓ-MELHORAMENTO DE INGAZEIRA
47.50	CE	JUAZEIRO DO NORTE	01250.048701/2018	0	07S1448	39W1926	ARQCD I	PROJETO DE REABILITACAO CANAA DO CARIRI
47.80	CE	JUAZEIRO DO NORTE	53650.002074/1998	16	07S1309	39W1803	ARQDE F	ASSOCIACAO EVANGELICA BENEFICENTE DE JUAZEIRO DO NORTE-CE - AEBJ
47.97	CE	JUAZEIRO DO NORTE	53650.001087/1999	16	07S1403	39W1905	ARQDE F	MOVIMENTO DE REINTEGRACAO DAS PESSOAS ATINGIDAS PELA HANSENIASE
48.00	CE	JUAZEIRO DO NORTE	53650.002836/1998	9	07S1306	39W1809	ARQDE F	FUNDACAO 15 DE AGOSTO
	CE	JUAZEIRO DO NORTE	53650.002613/1998	16	07S1513	39W2010	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS RADIALISTAS DO CARIRI



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Relatório de Processos Vizinhos (4207214)

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 8

RadCom - Relatório de Vizinhos2

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549



Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 94
Número do Processo: 012500342322018

5/17/19 10:00 AM

Página 9 de 10

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
48.07	CE	JUAZEIRO DO NORTE	53650.001021/1999	9	07S1248	39W1753	ARQDE F	ASSOCIACAO DAS MULHERES DE JUAZEIRO DO NORTE
48.30	CE	AURORA	53000.006744/2003	19	07S0549	39W0021	ARQDE F	FUNDACAO ARTUR MONTEIRO
48.71	CE	BARBALHA	53650.000616/2001	14	07S2019	39W2358	ARQDE F	FUNDACAO SOS CHAPADA DO ARARIPE
48.92	CE	JUAZEIRO DO NORTE	53000.064819/2006	0	07S1302	39W1848	ARQCD I	ASSOCIACAO DE VOLUNTARIOS DE CONSCIENTIZACAO E MOBILIZACAO NO BAIRRO ROMEIRAO E ADJACENCIAS
48.92	CE	JUAZEIRO DO NORTE	53650.001822/1998	4	07S1302	39W1848	ARQDE F	FUNDACAO JOSE GERALDO DA CRUZ
49.15	CE	JUAZEIRO DO NORTE	53650.000778/1999	4	07S1312	39W1909	ARQDE F	ASSOCIACAO BENEFICIENTE DO BAIRRO SANTA TEREZA
49.22	CE	JUAZEIRO DO NORTE	53000.012413/2005	0	07S1300	39W1900	RAQ	ASSOCIACAO DA IGREJA PENTECOSTAL BETEL
49.24	CE	JUAZEIRO DO NORTE	53650.001927/2002	0	07S1315	39W1916	ARQCD I	ASSOCIACAO DE PAIS E COMUNITARIOS DA ESC 1 E 2 G POLIV
49.40	CE	JUAZEIRO DO NORTE	53000.030063/2003	0	07S1247	39W1855	RAQ	INSTITUTO MUNDO DA LUA DE ARTE E CULTURA - IMLAC
49.40	CE	JUAZEIRO DO NORTE	53650.000677/1999	4	07S1247	39W1855	ARQDE F	FUNDACAO EDUCACIONAL E SOCIAL ANTONIO CACHATE
49.40	CE	JUAZEIRO DO NORTE	53650.000162/2002	16	07S1247	39W1855	ARQDE F	FUNDACAO MAGNO BACELLAR
49.99	PB	SANTA INÊS	53730.000064/1999	4	07S3739	38W3336	ARQDE F	ASSOCIACAO DOS PRODUTORES RURAIS DA COMUNIDADE DA NAFRICA
	PB	SANTA INÊS	53730.000608/1998	4	07S3739	38W3336	PAN	ASSOCIACAO DOS PRODUTORES RURAIS DA COMUNIDADE DA NAFRICA



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Relatório de Processos Vizinhos (4207214)

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 9

RadCom - Relatório de Vizinhos2

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549



Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviço de Radiodifusão
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão
ROTEIRO DE ANÁLISE DE INSTALAÇÃO DA ESTAÇÃO DE RADCOM

Identificação do Processo

Número: 01250.034232/2018 Localidade / UF: BREJO SANTO/CE
Entidade: ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DA LAGOA DO MATO
Aviso: 94 Canal: 0
Endereço Sistema Irradiante: LAGOA DO MATO Nº 40 - B. ZONA RURAL BREJO SANTO - CE
Endereço Estúdio: LAGOA DO MATO Nº 40 - B. ZONA RURAL BREJO SANTO - CE
Endereço Sede: LAGOA DO MATO Nº 40 - B. ZONA RURAL BREJO SANTO - CE

Processo

1. Entregou documentação tempestivamente?

Sim

2. Dados do Transmissor

a. Fabricante :	JWSAT-IND.COM.EQ.ELETR. E	b. Modelo :	STR 25WB		
c. Categoria :	2H	d. Certificado:	4907150580	e. Potência (W) :	25

3. Dados do Transmissor Reserva

a. Fabricante :		b. Modelo :			
c. Categoria :		d. Certificado:		e. Potência (W) :	

4. Dados da Antena

a. Fabricante:	JWSAT-IND.COM.EQ.ELETR. E	b. Modelo :	PT 0 dB		
c. Altura:	30,0	d. Ganho Máximo:	0	5. Intensidade de campo(dBu) : 88.97	

6. Conclusão Geral (Parecer Técnico)

Processo tecnicamente instruído em segunda fase. Encaminhe-se para realização de Revisão Final.

Luis Felipe Souza da Silva



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

RADCOM

Página 1 de 1

<https://infoleg.autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

roteiro de análise de instalação da Estação de RadCom (426/206) SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 11

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Coordenação de Processos de Rádio Comunitária
Divisão de Processos de Rádio Comunitária

OFÍCIO Nº 43608/2019/DIPRC/COPRC/CGRC/DECEF/SERAD/MCTIC

Brasília, 11 de novembro de 2019.

Ao(À) Senhor(a)

PEDRO FERREIRA DA SILVA

Representante Legal da **ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA DO MATO**, (CNPJ nº 30.635.962/0001-88)
Lagoa do Mato, nº 40, Zona Rural

63.260-000 - BREJO SANTO - CE

Assunto: **Encaminhamento de ofício devolvido pelos Correios.**

Referência: **Processo nº 01250.034232/2018-10.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar o Ofício nº 29654/2019/SEI-MCTIC, devolvido pelos correios pelo seguinte motivo: não identificado.

2. Dessa forma, solicitamos que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.

3. Informamos ainda que já está disponível o CADSEI, sistema desenvolvido pelo MiniCom que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações:
http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/textogeral/processo_eletronico.html
ou duvidasradcom@mctic.gov.br.

4. Por fim, caso a resposta ocorra via postal, o **endereço para correspondência** é: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar. CEP: 70044-900 / Brasília-DF.

Atenciosamente,

Minutas e Anexos:

Ofício : 29654 - evento sei - 4562531



Minuta : 15062 evento sei - 4561289

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Ofício 43608 (4562531)

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 12

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549



Documento assinado eletronicamente por **Yroa Robledo Ferreira**,
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária, em 03/12/2019, às
08:34 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do
[Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador
4837908 e o código CRC **C396936C**.

Referência: Processo nº 01250.034232/2018-10

SEI nº 4837908

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Circulo 43666 (4837908)

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 13

 AVISO DE RECEBIMENTO		AO REMETENTE AR 7 JAN 2020 AC BREJC SANTO VISTO	DATA DE POSTAGEM 09/12/2019
DESTINATÁRIO PEDRO FERREIRA DA SILVA LAGOA DO MATO, 40 ZONA RURAL 63260-000 BREJO SANTO CE		UNIDADE DE POSTAGEM AGF VIA POSTAL	CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA
REMETENTE MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E ESPANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R - SERAD/SERCO, BRASÍLIA - DF 70044-900		 BO071316799BR	
TENTATIVAS DE ENTREGA 1ª <u> / / </u> <u> : </u> 2ª <u> / / </u> <u> : </u> 3ª <u> / / </u> <u> : </u>		DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO) 1 - PR: 01250.034232/2018-10 - OF: 43608, 29854; 1 - NOTA TÉCNICA: 15062/2019; 1 - CERTIDÃO NEGATIVA RELATIVA A DÉBITOS DA UNIÃO;	
MOTIVO DE DEVOLUÇÃO [1] MUDOU-SE [2] ENDEREÇO INSUFICIENTE [3] NÃO EXISTE NÚMERO [4] DESCONHECIDO [5] RECUSADO		RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO 	
ASSINATURA DO RECEBEDOR NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR		DATA DE ENTREGA Nº DOC. DE IDENTIDADE	

REMETENTE:

ENDEREÇO:

Serviço Público Federal
 Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
 Secretaria de Radiodifusão
 Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC
 Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 307, Anexo Oeste
 70.044-900 - Brasília - DF



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br>

Aviso de Recebimento (AR) OFI_ 43608 / 2019 (DEVOLVIDO) (5048838)

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 14

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL



NF.:
Pedido:



Contrato: 9912443202
CARTA COMERCIAL
CONTRATO - 12556

24
18-12

Volume: 1/1
Peso(g): 00030

BO071316799BR



AR

Recebedor: _____
Assinatura: _____ Documento: _____

DESTINATÁRIO



PEDRO FERREIRA DA SILVA
LAGOA DO MATO, 40
ZONA RURAL
63260-000 BREJO SANTO/CE



Obs: PROCESSO: 01250.034232/2018-10
SERAD/SERCO

Remetente:

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E...
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R -

70044-900 BRASÍLIA/DF

AO REMETENTE

60



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/>

DESPACHO

Processo nº: **01250.034232/2018-10.**

Assunto: **Processo tecnicamente instruído.**

1. Informo que o processo nº 01250.034232/2018-10, de interesse da **Associação de Radiodifusão Comunitária da Lagoa do Mato**, entidade pleiteante de autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Brejo Santo / CE**, encontra-se tecnicamente instruído em 2ª fase, conforme Relatório de Vizinhos (4207214) e Roteiro de Análise de Instalação da Estação RadCom (4207236).

2. Encaminhe-se para realização de Revisão Final.



Documento assinado eletronicamente por **Luis Felipe Souza da Silva, Engenheiro**, em 17/05/2019, às 09:48 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4207255** e o código CRC **EF6E00BB**.

Minutas e Anexos

Relação de Processos Vizinhos (4207214)

Roteiro de Análise de Instalação da Estação de RadCom (4207236)

Referência: Processo nº 01250.034232/2018-10

SEI nº 4207255



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://mctic.gov.br/autenticidade-assinatura-camara-legis/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Despacho COREO_MCOM_RADCOM_4207255

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 16

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

OA004407599BR

O horário apresentado no histórico do objeto não indica quando a situação ocorreu, mas sim quando os dados foram recebidos pelo sistema, exceto no caso do SEDEX 10 e do SEDEX Hoje, em que ele representa o horário real da entrega.



Objeto entregue ao destinatário
18/03/2019 13:28 BRASILIA / DF

18/03/2019 13:28 BRASILIA / DF	Objeto entregue ao destinatário
18/03/2019 11:18 BRASILIA / DF	Objeto saiu para entrega ao destinatário
16/03/2019 11:36 BRASILIA / DF	A entrega não pode ser efetuada - Empresa sem expediente A entrega deverá ocorrer no próximo dia útil
16/03/2019 11:35 BRASILIA / DF	A entrega não pode ser efetuada - Empresa sem expediente A entrega deverá ocorrer no próximo dia útil
16/03/2019 11:28 BRASILIA / DF	Objeto saiu para entrega ao destinatário
16/03/2019 07:02 BRASILIA / DF	Objeto encaminhado de Unidade de Tratamento em BRASILIA / DF para Unidade de Distribuição em BRASILIA / DF
15/03/2019 18:53 SALVADOR / BA	Objeto encaminhado de Unidade de Tratamento em SALVADOR / BA para Unidade de Tratamento em BRASILIA / DF
13/03/2019 10:03 BREJO SANTO / CE	Objeto encaminhado de Agência dos Correios em BREJO SANTO / CE para Unidade de Tratamento em SALVADOR / BA
12/03/2019 12:04 BREJO SANTO / CE	Objeto postado após o horário limite da unidade Objeto sujeito a encaminhamento no próximo dia útil



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

correios.com.br/sistemas/rastreamento/newprint.cfm

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

rastreamento de Objetos Sedex OA004407599BR (4561004)

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 17



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

correios.com.br/sistemas/rastreamento/newprint.cfm

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

Rastreamento de Objetos Sedex CA004407555BR (4561004)

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 18



<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc51-710e-40cb-b6b0-90511fb22549>



BOM DIA
Alice Lorena de Barros Santos
Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

BOLETO »» **Nada Consta** | internet | teia | menu | ajuda



CNPJ: **30.635.962/0001-88**

Entidade não cadastrada nesta agência.

Emitida às 10:00:32 do dia 23/08/2019 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta.](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

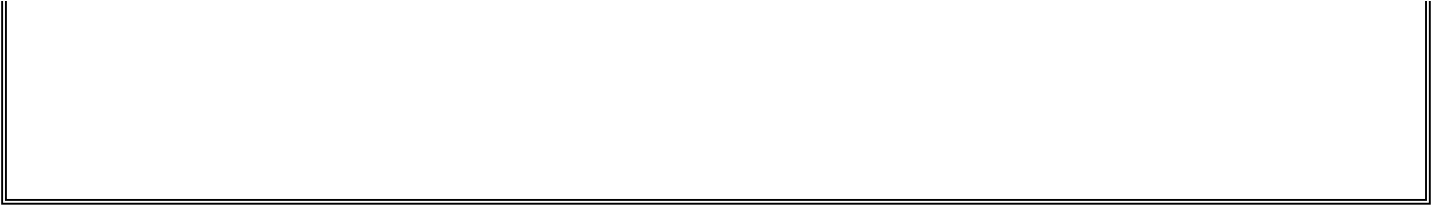
[boleto/NadaConsta/certidao.asp](#)

<https://infoleg-autenticadadocassinatura.camara.gov.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Anexo Anatel (4361252)

SEI 01250.004292/2018-10 / pg. 20

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DA LAGOA DO MATO
CNPJ: 30.635.962/0001-88

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 19:15:38 do dia 10/03/2019 <hora e data de Brasília>.
Válida até 06/09/2019.

Código de controle da certidão: **A221.587A.0A74.28E2**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Anexo I - CFN 06.09.2019 (4561111)

SEI 01250-094232/2018-10 / pg. 22



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DA LAGOA DO MATO
(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 30.635.962/0001-88

Certidão nº: 180994619/2019

Expedição: 23/08/2019, às 09:26:44

Validade: 18/02/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DA LAGOA DO MATO (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **30.635.962/0001-88**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



Dúvidas e sugestões: cn dt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Anexo CNDT (436 F15)

SEI 01230-094232/2018-10 / pg. 23

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 30.635.962/0001-88

Razão Social: ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DA LAGOA DO MATO

Endereço: VL G LAGOA DO MATO 40 / ZONA RURAL / BREJO SANTO / CE / 63260-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 19/08/2019 a 17/09/2019

Certificação Número: 2019081904495654868500

Informação obtida em 23/08/2019 09:27:31

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf

<https://mforeg-autenticacao-assinatura-caixa/assinatura-caixa/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Anexo 1 FGTS (456 P120)

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 24

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Serviço de Análise de Renovação e Outorga de Rádio Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 15062/2019/SEI-MCTIC

Processo nº: **01250.034232/2018-10.**

Assunto: **ENTIDADE SEM CONCORRENTES - EXIGÊNCIAS NA FASE DE INSTRUÇÃO**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de requerimento de autorização da **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA DO MATO** para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Brejo Santo/CE, em razão do Edital nº 94/2018, publicado no Diário Oficial da União de 13/04/2018.

ANÁLISE

2. Conforme Nota Técnica nº 28133/2018/SEI-MCTIC (3719382) encaminhada por meio do Ofício nº 50657/2018/SEI-MCTIC, recebida em 11/02/2019, conforme Aviso de Recebimento AR 3887261, a Entidade foi notificada sobre exigências a serem cumpridas, tendo apresentado resposta em 12/03/2019. através do protocolo nº 01250.012455/2019-15.

3. Tendo em vista a alteração da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, introduzida pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018, de acordo com a nova redação dos artigos 38 e seguintes, convoca-se a entidade para a complementação dos documentos:

O não atendimento, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, de qualquer das solicitações listadas abaixo, caracteriza hipótese de **indeferimento**.

	Dispositivo	Descrição	Análise
Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018	Art. 22, inciso II c/c art. 40	Cópia do estatuto social adequado à Portaria.	Deverá ser apresentado o estatuto social <u>consolidado, com todas as alterações, em documento único</u> , e devidamente registrado no Livro A do Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.
	Art. 39, inciso VI	Certidão conjunta negativa de débitos da entidade relativa aos tributos federais e à dívida ativa	Após consulta ao endereço eletrônico da Receita Federal, verificou-se a impossibilidade de renovação da Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, que vencerá em 06/09/2019 (4561111). Por essa razão, solicita-



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

23/08/2019		União, expedida pela Receita Federal.	se que a Radiodifusora regularize a situação e encaminhe a certidão negativa dos débitos.
------------	--	--	---

4. Importante ressaltar que os pedidos de prorrogação de prazo somente poderão ser deferidos quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta.

5. Salienta-se que esta solicitação será a **ÚLTIMA** que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará à Entidade. Dessa maneira, a ausência de resposta, a resposta com apenas parcela dos documentos ou mesmo com documentos desconformes com o que foi solicitado levará, inevitavelmente, ao **indeferimento do pedido de outorga**, na forma do que determina o art. 41, § 1º c/c art. 43, inciso I da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018.

CONCLUSÃO

6. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária **notifica** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes.

7. A Entidade deverá apresentar resposta no **prazo de 30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento ou da ciência desta Nota Técnica, **sob pena de indeferimento**, nos termos do art. 43, inciso I da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.

8. Em caso de dúvida sobre como cumprir esta solicitação, será possível obter os esclarecimentos pelo e-mail: duvidasradcom@mctic.gov.br.

9. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Alice Lorena de Barros Santos, Técnico de Nível Superior**, em 23/08/2019, às 12:44 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Yroa Robledo Ferreira, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 12/09/2019, às 17:13 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4561289** e o código CRC **5C4906E9**.

Minutas e Anexos

PGFN 4561111

Referência: Processo nº 01250.034232/2018-10

SEI nº 4561289



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Município/UF: BREJO SANTO/CE **INSTRUÇÃO 2**

Processo nº: 01250.034232/2018-10

CNPJ: 30.635.962/0001-88

Número de concorrentes: 0

Nome da entidade: ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA DO MATO

Nº do edital/ano: **94/2018 publicado no DOU em 13/04/2018**

Prazo de inscrição: 16/04/2018 a 14/06/2018

1. Data de postagem/SEI: 12/06/2018 (3288751)

2. Tempestividade: (X) SIM () NÃO

3. Requerimento de Outorga: fl. 1/3 (3079891)

3.1 Novo requerimento adequado à Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC: fl. 6/8 (3714176)ok

4. Estatuto Social: fl. 9/17 (3079891) Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO

5. Ata de constituição: 4/8 (3079891) Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO

6. Ata de eleição: fl. 4/8 (3079891) para o período de 22/05/2018 a 22/05/2022

6.1. Ata de eleição registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO

7. Comprovantes de maioria e nacionalidade/CPF: fl. 19/29 (3079891)

7.1 Diretoria:

MEMBRO - Cargo/Nome	PARTIDO	TÍTULO/ NASCIMENTO	CPF	VÍNCULOS
Presidente - PEDRO FERREIRA DA SILVA - f. 19/22 (3079891)	Não	0205.3284.0795 08/08/1962	325.650.893-68	Não
Dir. Financeiro - JOÃO JOSÉ DE SOUSA - f. 26/28 (3079891)	Não	0435.7268.0752 07/09/1978	012.310.283-94	Não
Dir. de Comunicações e Operações - MARIA EDILANE RICARTE DOS SANTOS TELES - fl. 29 (3079891)	Não	0343.4405.0752 26/04/1971	545.958.943-68	Não
Dir. Administ. - CICERA DOS SANTOS - f.24/25 (3079891)	Não	0425.0886.0701 18/06/1975	737.063.963-00	Não

8. Manifestações em apoio: fl. 46/93 (3079891)

9. Vínculo: () SIM (X) NÃO

10. Comprovante de pagamento da taxa de cadastramento: fl. 44/45 (3079891)

11. Pesquisa Anatel e Radar: (3289251) e Despacho 3289252

12. .Certidões Justiça Federal dos dirigentes: 3289256; 3289259; 3289263 e 3289269.

12.1 Comprovantes: CNPJ: (3263114); PGFN: (3263085); CNDT: (3263100)

OBSERVAÇÕES: Deve apresentar: novo Anexo 2, somente com os dirigentes. Consta processos em face de CICERA DOS SANTOS, apresentar certidão de objeto e pé.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Checklist RadCom (436/277)

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 28

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

21/12/2018: NT 18961/2018 recebida em 19/10/2018, resposta em 14/12/2018: exigências cumpridas. Para instrução.

PARA INSTRUÇÃO, somente após resultado final da fase de habilitação:

1. Estatuto social:

1.1 Adequações à Portaria:

- a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: 2º
- b) Garantia de ingresso gratuito, como associado: 6º, §1º
- c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: 7º, b
- d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: 7º, b
- e) Órgão administrativo e cargos: 12
- f) Atribuições do Órgão administrativo: 15, 18 a 21
- g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: 12-mandato de 4 anos e uma recondução
- h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: 25-

1.2 Adequação ao Código Civil:

- a) Denominação, fins e sede: 1º
- b) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: 5º, 6º, 7º, g, 9º
- c) Direitos dos associados: 7º
- d) Deveres dos associados: 8º
- e) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa: 6º, §3º
- f) Fontes de recursos para sua manutenção: 30, 31
- g) Modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos: 11
- h) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: 32 a 34
- i) Forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas: 11
- j) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral e quórum para as deliberações relativas a esses assuntos: 11, §4º
- k) Critérios de eleição dos administradores: 26 a 28
- l) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados: 11, §1º
- m) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio: 33

2. Certidões:

- 2.1 CNPJ: (4561104)
- 2.2 Certidões FGTS: (4561120)
- 2.3 Certidões PGFN: (4561111) válida até 06/09/2019
- 2.4 Certidões CNDT: (4561115)
- 2.5 Justiças Federais dos dirigentes: (3719241)

3. Pesquisa Anatel (3719214) e Radar: (3719230)

- 4. Anexo 6/ART: fl. F. 7/15 (3980535)

OBSERVAÇÕES: 23/08/2019: NT 28133/2018 recebida em 11/02/2019, resposta em 12/03/2019: anexo6/ART ok. CNPJ, FGTS ok. PGFN não é possível renovar. Estatuto: apresentar o estatuto consolidado, com todas as alterações. Renovadas pesquisas de vínculos, TSE, TRF5 e TJCE ok.





MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Coordenação de Processos de Rádio Comunitária

Divisão de Processos de Rádio Comunitária

Serviço de Análise de Renovação e Outorga de Rádio Comunitária

OFÍCIO Nº 29654/2019/SECOM/DIPRC/COPRC/CGRC/DECEF/SERAD/MCTIC

Brasília, 23 de agosto de 2019.

Ao(À) Senhor(a)

PEDRO FERREIRA DA SILVA

Representante Legal da **ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA DO MATO**, (CNPJ nº 30.635.962/0001-88)

Vila Lagoa do Mato, 01 - 00040, Zona Rural

63260-000 - BREJO SANTO - CE

Assunto: Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 01250.034232/2018-10.

Senhor(a) Representante Legal

1. Encaminho cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 15062/2019/SEI-MCTIC**, desta Secretaria, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo definido na referida Nota Técnica, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena de **indeferimento** do processo.
3. Cabe ressaltar que, na comunicação da resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério. Solicitamos ainda que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.
4. Informamos ainda que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/textogeral/processo_eletronico.html
5. Para o envio por via postal, deve ser encaminhado para: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar, CEP 70044-900 - Brasília - DF.
6. Por fim, indica-se que a existência de qualquer dúvida sobre este processo poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (e-mail) para duvidasradcom@mctic.gov.br.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Yroa Robledo Ferreira**,
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária, em 12/09/2019, às
17:13 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do
Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Ofício 29654 (4502531)

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 30

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4562531** e o código CRC **01D5A900**.

Referência: Processo nº 01250.034232/2018-10

SEI nº 4562531

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

 AVISO DE RECEBIMENTO AR		DATA DE POSTAGEM 17/09/2019
DESTINATÁRIO PEDRO FERREIRA DA SILVA VILA LAGOA DO MATO, 1.00040 ZONA RURAL 53260-000 BREJO SANTO CE		UNIDADE DE POSTAGEM AGF VIA POSTAL
REMETENTE MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E ESPANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R - SERAD/SERCO, BRASÍLIA - DF 70044-900		CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA
 B1891146693BR		
DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO) <small>1 - PROC. 01250.034232/2018-10, DF 29654, 1 - NOTA TEC. 15062, 1 - CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS</small>		
TENTATIVAS DE ENTREGA 1ª <u> / / </u> <u> : </u> 2ª <u> / / </u> <u> : </u> 3ª <u> / / </u> <u> : </u>	MOTIVO DE DEVOLUÇÃO (1) MUDOU-SE (6) NÃO PROCURADO (2) ENDEREÇO INSUFICIENTE (7) AUSENTE (3) NÃO EXISTE NÚMERO (8) FALECIDO (4) DESCONHECIDO (9) OUTROS (5) RECUSADO	RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO
ASSINATURA DO RECEBEDOR NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR		DATA DE ENTREGA Nº DOC. DE IDENTIDADE

REMETENTE:

ENDEREÇO:

Serviço Público Federal
 Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
 Secretaria de Regulação
 Coordenação Geral de Regulação Conunitária - CGRC
 Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 604, 501, Anexo Oeste
 70.044-900 - Brasília - DF



Autenticado eletronicamente, após conferência com original:

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861d4c5f7f0e4bcb-b6b0-90511fb22549>

Aviso de Recebimento (AR) OFI_29654 (DEVOLVIDO) (4827299)

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 32

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL




PRE-POSTAGEM

NF.:
Pedido: Contrato: 9912443202
CARTA COMERCIAL
CONTRATO - 12556

Volume: 1/1
Peso(g): 00030

BI891146693BR

 AR

Recebido: _____
Assinatura: _____ Documento: _____

DESTINATÁRIO

 **Correios**

PEDRO FERREIRA DA SILVA
VILA LAGOA DO MATO, 1 - 00040
ZONA RURAL
63260-000 BREJO SANTO/CE

 Obs: PROCESSO: 01250.034232/2018-10
SERAD-CGRC

Remetente:
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E...
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R -
70044-900 BRASÍLIA/DF



48
2-10



Ilmo. Sr.

Coordenador Geral de Radiodifusão Comunitária

YROA ROBLEDO FERREIRA

Ministério das Comunicações

Brasília/DF

Assunto: Resposta ao Ofício nº 43608/2019/DIPRC/COPRC/CGRC/DECEF/SERAD/MECTIC e Ofício nº 29654/2019/SEI-MCTIC

REF: Processo nº 01250.034232/2018-10

A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA DO MATO - ARCLAM, inscrita com o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 30.635.962/0001-88, com sede na Vila Lagoa do Mato, 01- 00040, Zona Rural de Brejo Santo (CE), com CEP: 63.260-000, neste ato representado por seu Diretor Presidente estatutariamente eleito, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, apresentar informações e documentos solicitados através da Nota Técnica nº 15062/2019/SEI-MCTIC, que trata de pendências encontradas nos autos do processo em epigrafe, o que faz da forma a seguir delineada:

Considerações Iniciais

Inicialmente cumpre-nos destacar, que a Associação somente tomou conhecimento dos ofícios nº 43608/2019/DIPRC/COPRC/CGRC/DECEF/SERAD/MCTIC e 29654/2019/SEI-MCTIC que foram indevidamente devolvidos pelos

Pedro Ferreira da Silva



Correios, após o pedido de vistas aos autos do processo administrativo de outorga nº 01250.034232/2018-10, solicitação subscrita com número de protocolo 01250002057/2020-16, cujo acesso a íntegra do processo fora franqueado dos dias 17/01 a 22/01 do corrente ano, muito embora a Associação permaneça com o mesmo endereço cadastrado junto a este órgão, assim como o endereço eletrônico para comunicação, qual seja, (ferreiradasilvapedro61@gmail.com).

Destaca-se, que ao analisar o espelho do rastreamento das referidas comunicações encaminhadas via Correios (anexo), percebe-se que a Empresa Pública em nenhum momento realizou a tentativa de entrega dos documentos remetidos por este órgão, nem ao mesmo comunicou a Associação sobre a necessidade de retirada da sobredita documentação, mantendo indevidamente a comunicação em sua sede e após um lapso temporal devolvendo ao órgão remetente.

Dessa forma, não se mostra razoável se exigir da Associação o conhecimento de tais documentos, eis que não tinha ciência de sua existência, bem como não poderia precisar o momento em as referidas comunicações estavam sob a posse dos Correios para retirada, não sendo plausível exigir que a Associação mantivesse vigília junto aos Correios aguardando a chegada de notificação e/ou comunicação.

Ademais, as comunicações anteriores eram acompanhadas pelo Sistema de Pesquisa Pública que possibilitava acompanhar o andamento do processo de outorga, inclusive quando da expedição de ofícios e notas técnicas com acompanhamento pelo código de rastreamento.

Contudo, referido sistema permaneceu indisponível ao longo do exercício de 2019, o que dificultou o acompanhamento do processo pela

Pedro Ferreira da Silva



Associação, já que o Sistema de Consulta de Andamento Processual – SCP, única ferramenta até então disponível para consulta pela Entidade, informa apenas os departamentos pelos quais o processo tramitou, não permitindo o conhecimento da expedição de comunicações destinadas a Entidade.

Desta feita, percebe-se que o não recebido das sobreditas comunicações não decorrem de negligência ou omissão da Associação, mas sim, de fatos alheios a sua vontade, quer seja pela indisponibilidade de acesso ao sistema de consulta a permitir o acompanhamento do processo, pela ineficiência dos Correios em realizar a entrega das comunicações ou pela ausência de comunicação pelo endereço eletrônico cadastrado junto a este órgão.

Assim, diante do exposto, e considerando que do efetivo conhecimento das notificações e sua resposta, dia 20 e 24/01/2020 respectivamente, não decorreu o prazo estipulado para resposta de 30 (trinta) dias, razão pela qual pugnamos pelo recebimento da presente manifestação.

Por fim, informamos que a Entidade realizou o cadastro no Candsei, passando doravante as comunicações e respostas a serem realizadas por meio digital, bem como aproveitamos o ensejo para reiterar o compromisso na Entidade no prosseguimento do processo de outorga.

Síntese da Nota Técnica nº 15062/2019/SEI-MCTIC

Destaca-se que a Nota Técnica nº 15062/2019/SEI-MCTIC referente ao Processo nº 01250.034232/2018-10, que encontra-se na fase de instrução, apontou a necessidade de complementação de documentação referente ao Requerimento de Outorga apresentado.

Pedro Fernando da Silva



De forma conclusiva a referida Nota Técnica indica que para que seja sanada as pendências apresentadas, a Entidade deverá encaminhar o Estatuto Social consolidado, com todas as alterações, em documento único, e devidamente registrado no Livro A do Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, bem como apresentar Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, eis que a que consta nos autos tinha como data de vencimento o dia 06/09/2019.

Das Informações e Documentos

Considerando as exigências estabelecidas na referida Nota Técnica, e objetivando sanar as pendências constatadas, encaminhamos em anexo a documentação abaixo elencada:

- a) Estatuto Social consolidado, com todas as alterações, em documento único, e devidamente registrado no Livro A do Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;
- b) Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, com data de emissão de 22/01/2020 e validade 20/07/2020, possuindo os mesmos efeitos da Certidão Negativa, consoante asseverado pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) no sítio eletrônico da Fazenda Nacional (<http://www.fazenda.gov.br/carta-de-servicos/lista-de-servicos/procuradoria-geral-da-fazenda-nacional-pgfn/certidao-de-regularidade-fiscal>).

Ademais, destacamos que o Estatuto Social e sua alteração já constam no referido processo, consoante pode-se verificar da página 9 a 17 dos autos, bem como da resposta da Nota Técnica nº 28133/2018/SEI-

Pedro F. Miranda Silva



MCTIC, protocolo nº01250.012455/2019-15, onde fora enviado a adequação do Estatuto as solicitações previstas na referida nota técnica.

Outrossim, quando do momento da lavratura da Nota Técnica nº 15062/2019/SEI-MCTIC, documento assinado dia 13/08/2019 às 12:44 à certidão negativa constante dos autos às fls. 180, estava dentro do prazo de validade que somente expirava em 06/09/2019.

Dessa forma, fica evidenciado que a Entidade satisfaz mesmo antes da apresentação dos documentos que ora se encaminha as condições exigidas no Edital para o prosseguimento do processo de outorga.

Assim, diante do exposto, e uma vez apresentada a documentação solicitada pela Nota Técnica nº 15062/2019/SEI-MCTIC, requeremos, de logo, que Vossa Senhoria se digne em dar prosseguimento ao referido processo de outorga, uma vez que satisfeita as condições estabelecidas em edital.

Sem mais para o momento, aproveitamos o ensejo para renovarmos os elevados votos de estima e distinta consideração, ao passo que, colocamo-nos a disposição para maiores esclarecimentos.

Nestes termos, pede deferimento.



Pedro Ferreira da Silva
Diretor Presidente da ARCLAM



ATA DE FUNDAÇÃO, APROVAÇÃO DE ESTATUTO, ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA E DO CONSELHO FISCAL DA ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA DO MATO - ARCLAM.

Aos 22 dias do mês de maio de 2018, reuniram-se os abaixo assinados, doravante designados associados fundadores, na Vila Lagoa do Mato, 01 00040, Zona Rural, nesta cidade de Brejo Santo, Estado do Ceará, com a finalidade de fundar uma associação, sem fins lucrativos, que tem por objetivo executar os serviços de radiodifusão comunitária, e, se denominará Associação de Radiodifusão Comunitária da Lagoa do Mato - ARCLAM. Iniciada a reunião, foi escolhido para presidi-la o Sra. Maria Ilse Gonçalves Pinheiro. Para secretariá-la foi indicada a Sra. Joana Darc Ferreira Lino. Logo a seguir, a Sra. presidente solicitou a Sra. secretária que procedesse à leitura do projeto de estatuto, artigo por artigo. Concluída a leitura, foi o mesmo submetido à discussão e posterior votação. Ouvidos os presentes, o estatuto foi, então, aprovado por unanimidade. Dando-se prosseguimento aos trabalhos, e após sugestão de nomes para comporem os órgãos diretivos, procedeu-se à eleição e posse da Diretoria, do Conselho Fiscal e do Conselho Comunitário que terão mandato de 04 (quatro) anos, com duração até 22 de maio de 2022 e que ficaram assim constituídos: a) A diretoria executiva ficou assim definida: Diretor Presidente: Pedro Ferreira da Silva; Diretor Administrativo: Cícera dos Santos; Diretor Financeiro: João José de Sousa; Diretor de Comunicações e Operações: Maria Edilane Ricarte dos Santos Teles; b) O Conselho Fiscal: Presidente Evandro Ferreira dos Santos; Secretário: Maria Zeneide Gonçalves Pinheiro; c) O Conselho Comunitário: 1º Representante: Pedro Ferreira de Sousa (Representante da Associação dos Pequenos Agricultores do Sítio Lagoa dos Ferreiras); 2º Representante: Johnson Rocha Gomes

05.455.266/0001-42
CARTÓRIO MATIAS
Pça Dionísio Rocha de Lucena 102
Centro - CEP 63.260-000
Brejo Santo - CE

COPIA
Joana Darc Ferreira Lino
Secretária

Scanned with CamScanner



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549/pg.7>

Scanned with CamScanner

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

(Representante da Associação dos Produtores Rurais do Sítio Lagoa do Mato I); 3º Representante: Maria Gonçalves de Sousa Pinheiro (Representante da Associação Comunitária das Donas de Casa do Povoado da Lagoa do Mato). Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente declarou encerrada a reunião e eu, secretária, lavrei a presente ata, que será assinada por todos os presentes, que serão considerados associados fundadores.

Brejo Santo (CE), 22 de maio de 2018.

(Nomes, assinaturas e individualização dos presentes, que serão considerados associados fundadores.)

<u>João José de Sousa</u> NOME	<u>010.310.283-94</u> CPF
<u>[Assinatura]</u> NOME	<u>043.399.593-91</u> CPF
<u>Maria Emília Gonçalves Pinheiro</u> NOME I	<u>277.388.093-53</u> CPF
<u>Maria Ilse Gonçalves Pinheiro</u> NOME	<u>194868633-34</u> CPF
<u>Maria Marc Ferreira Lima</u> NOME	<u>326891523/04</u> CPF
<u>Maria Edilane Ricarte dos Santos</u> NOME	<u>545.958.943-68</u> CPF
<u>[Assinatura]</u> NOME	<u>121.545.123-87</u> CPF
<u>Maria Gonçalves de Sousa Pinheiro</u> NOME	<u>399.650.583-34</u> CPF
<u>Petro Ferreira de Silva</u> NOME	<u>325.650.893-68</u> CPF

COB
Associação Comunitária das Donas de Casa
Brejo Santo - CE

Scanned with CamScanner



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549/pg.8>

Scanned with CamScanner

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

NOME	CPF
<u>Alceu dos Santos</u> NOME	<u>737.063963-00</u> CPF
<u>Luiz Roberto do Santos</u> NOME	<u>740.493.123-34</u> CPF
<u>Yosi Manuel do Nascimento</u> NOME	<u>016342653-86</u> CPF
<u>Edisonela Botelho de S. Gonçalves</u> NOME	<u>943.196.503-87</u> CPF
<u>Silma Ferreira da Silva</u> NOME	<u>918.807.853-15</u> CPF
<u>Elisabete Felismino de Sousa</u> NOME	<u>427.491.903-04</u> CPF
<u>Maria Auxiliadora Ferreira Silva</u> NOME	<u>346.610.183-20</u> CPF
<u>Cleane Gonçalves da Silva</u> NOME	<u>739.150.833-91</u> CPF
<u>Maria Carla Figueiredo Silva</u> NOME	<u>041.038.913-66</u> CPF
<u>Maria Eliana Ferreira de Araújo</u> NOME	<u>993.042.641-20</u> CPF
<u>Francisca Nelly Gonçalves Pereira</u> NOME	<u>195328653-49</u> CPF
<u>Maria Saneão da Silva</u> NOME	<u>728.483.003-20</u> CPF
<u>Ivanilda Gonçalves de Sousa</u> NOME	<u>740.962.493-00</u> CPF
<u>Maria Aparecida Moreira da Silva</u> NOME	<u>042.854.113-50</u> CPF

cc 5082
Fornecedores
- Escritório

Scanned with CamScanner



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549/pg.5>

Scanned with CamScanner

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

Maria Carmo Vitorino 833978-053.91
NOME CPF

Maria Luiza de Santa Mariana 813302513-34
NOME CPF

ec 122
Espec. de Serv. de J. 122
- Secretaria -

NOME

CPF

NOME

CPF

NOME

CPF

NOME

CPF

NOME

CPF

NOME

CPF

NOME

CPF

NOME

CPF

NOME

CPF

NOME

CPF

NOME

CPF

NOME

CPF

NOME

CPF

Scanned with CamScanner



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Scanned with CamScanner

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

CERTIDÃO

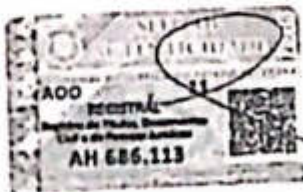
CERTIFICO que o presente ATA DE FUNDAÇÃO, APROVAÇÃO DE ESTATUTO, ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA E DO CONSELHO FISCAL DA ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA DO MATO - ARCLAM, supra e retro, foi REGISTRADA no Livro A-11, de Registro de Pessoas Jurídicas, deste Cartório do 2º Ofício, às folhas 319/320 sob o registro número 472, protocolado no Livro A-02, às folhas 136 sob o número de ordem 19.575 e foram feitas as devidas e necessárias anotações. "O certificado é verdade". Dou fé. Eu, Engrácia Leite Brasil Sampaio de Lucena, Engrácia Leite Brasil Sampaio de Lucena, Oficiala, a digitei, subscrevo, dato e assino////

Brejo Santo(CE), 04 de Junho de 2018.

Engrácia Leite Brasil Sampaio de Lucena
ENGRÁCIA LEITE BRASIL SAMPAIO DE LUCENA
SUBSTITUTA do 2º Ofício

Número do Atendimento: 201806040036

Engrácia Leite Brasil Sampaio de Lucena
- Substituta -



05.455.266/0001-42
CARTÓRIO MATIAS
Pça Dionísio Rocha de Lucena, 182
Centro - CEP 03 260-000
Brejo Santo - CE

Scanned with CamScanner



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadesignatura.camaraleg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Scanned with CamScanner

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

BO071316799BR

O horário apresentado no histórico do objeto não indica quando a situação ocorreu, mas sim quando os dados foram recebidos pelo sistema, exceto no caso do SEDEX 10 e do SEDEX Hoje, em que ele representa o horário real da entrega.



Objeto entregue ao remetente
13/01/2020 13:45 BRASILIA / DF

13/01/2020 13:45 BRASILIA / DF	Objeto entregue ao remetente
13/01/2020 10:49 BRASILIA / DF	Objeto saiu para entrega ao remetente
07/01/2020 13:55 BREJO SANTO / CE	Destinatário não retirou objeto no prazo Objeto será devolvido ao remetente
18/12/2019 14:34 BREJO SANTO / CE	Objeto aguardando retirada no endereço indicado Para retirá-lo, é preciso informar o código do objeto e apresentar documentação que comprove ser o destinatário ou pessoa por ele oficialmente autorizada. RUA TIBURTINO INACIO - - 44 SAO FRANCISCO BREJO SANTO / CE
12/12/2019 11:33 BRASILIA / DF	Objeto postado



BI891146693BR

O horário apresentado no histórico do objeto não indica quando a situação ocorreu, mas sim quando os dados foram recebidos pelo sistema, exceto no caso do SEDEX 10 e do SEDEX Hoje, em que ele representa o horário real da entrega.



Objeto entregue ao remetente
29/10/2019 15:34 BRASILIA / DF

29/10/2019 15:34
BRASILIA / DF

29/10/2019 13:15
BRASILIA / DF

22/10/2019 09:20
BREJO SANTO / CE

02/10/2019 13:37
BREJO SANTO / CE

23/09/2019 14:12
BRASILIA / DF



ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA DO MATO

ESTATUTO SOCIAL

I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS

Art.1º - A ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA DO MATO, doravante denominada ARCLAM, é uma associação civil, de direito privado, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, de caráter cultural e social, de gestão comunitária, composta por número ilimitado de associados e constituída pela união de moradores e representantes de entidades da comunidade atendida, para fins não econômicos, do Município de Brejo Santo (CE), Estado do Ceará, com sede na Vila Lagoa do Mato, 01 00040, Zona Rural, nesta cidade de Brejo Santo, Estado do Ceará, com CEP: 63.260-000.

Parágrafo Único - A ARCLAM rege-se-á pelas disposições deste estatuto e pelas leis vigentes no território nacional.

Art.2º - A ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA DO MATO tem por finalidade e objetivo EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, bem como:

I - beneficiar a comunidade com vistas a :

- Executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária de acordo com a legislação vigente;
- Dar oportunidade a difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- Oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- Prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- Contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
- Permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.
- Fomentar, por todas as suas instâncias e meios, a democratização da comunicação;
- Estimular o desenvolvimento dos serviços de radiodifusão pautado pelas noções de participação da sociedade e de preservação do interesse público.

II - respeitar e atender aos seguintes princípios:

- Preferência das finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;
- Promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;
- Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;
- Não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicção político-ideológico-partidário e condição social nas relações comunitárias;
- Garantir o exercício da mais ampla democracia em todos os seus organismos e instâncias, assegurando a liberdade de expressão aos representantes das entidades associadas, buscando sempre a unidade na ação;
- Orientar sua ação por princípios éticos e de igualdade, participação, representação da pluralidade e solidariedade;

g) Defender a solidariedade entre os povos, o ambiente natural, a biodiversidade e os recursos naturais não renováveis, os direitos humanos, as liberdades individuais e coletivas e a justiça social.

§1º É vedado o proselitismo de qualquer natureza, assim como qualquer discriminação política, filosófica, racial, religiosa, sexual, de gênero ou de qualquer natureza na admissão dos associados;

§2º Será obrigatória a pluralidade de opiniões e versão, de forma simultânea em matérias polêmicas, na programação opinativa e informativa, divulgando, sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados;

§3º Qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo apenas observar o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à direção responsável pela ARCLAM.

Art. 3º - Os dirigentes e associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Entidade, ressalvados os casos em que os dirigentes responderão por comprovada culpa no desempenho de suas funções.

Art. 4º - A ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA DO MATO não tomará parte em manifestações de caráter político partidário nem cederá qualquer de suas dependência para tais fins.

II - DOS ASSOCIADOS

Art. 5º - O quadro de associados é ilimitado podendo integrá-lo pessoas Físicas e Jurídicas, aquelas independente de cor, raça, sexo ou opção sexual, condição social ou financeira, concepção filosófica ou religiosa, orientação política ou qualquer outra condição, desde que concorde com o disposto neste estatuto e seja domiciliado na forma estabelecida no Art. 6º.

Art. 6º - A ARCLAM será composta pelas seguintes categorias de associados:

I - Associados Fundadores - formada por todos aqueles que assinaram a ata de fundação;

II - Associados Contribuintes ou Efetivos - aqueles que fizerem parte da Entidade, obrigando-se ao que rege o presente Estatuto e que contribuem com donativos, com o fim de auxiliar na manutenção e nas despesas contraídas, pela Entidade, para a realização de seus objetivos.

III - Associados Doadores Pessoas Jurídicas - entidades sem fins lucrativos sediadas na área de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária;

IV - Associados Voluntários Pessoas Físicas: todos aqueles que doam seu tempo na forma de trabalho e não contribuem financeiramente.

§1º - É assegurado o ingresso gratuito, como associado, de todo e qualquer cidadão domiciliado na área de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária. Também é assegurado o ingresso gratuito, como associadas, de pessoas jurídicas sem fins lucrativos, sediadas na área de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

§2º - As contribuições dos Associados serão reguladas em Assembléia Geral.

§3º - A exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa e de recurso, nos termos previstos neste estatuto. São passíveis de punição temporária ou de exclusão definitiva do quadro social, havendo justa causa, os associados que infringirem este Estatuto, desde que sua transgressão seja indicada mediante requerimento de associado dirigido a Diretoria que, frente à procedência da solicitação deverá

submetê-la à Assembléia Geral, convocada especialmente para este fim, para deliberação fundamentada, assegurando o direito de ampla defesa do associado em questão.

III - DOS DIREITOS E DEVERES DOS ASSOCIADOS

Art. 7º - São direitos dos associados:

- a) Frequentar quaisquer dependências da entidade obedecidos aos seus regimentos;
- b) Ter acesso a qualquer documento oficial da Entidade, inclusive a cadastro de funcionários e participantes simpatizantes com o projeto, mediante solicitação por escrito à diretoria, resguardando-se as informações de caráter pessoal.
- b) Participar de Assembléias Gerais, votar e ser votado para todos os cargos que compõem os órgãos administrativos e deliberativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes;
- c) Os associados, pessoas jurídicas sem fins lucrativos, sediadas na área de execução do serviço, por intermédio de seus representantes legais, terão o direito de escolher, mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes;
- d) Representar a Associação de Radiodifusão Comunitária da Lagoa do Mato em assuntos de seu interesse quando devidamente credenciados;
- e) Participar dos trabalhos das reuniões, palestras, conferências e encontros organizados pela Entidade;
- f) Apresentar sugestões que estejam de acordo com os objetivos da entidade;
- g) Qualquer associado poderá se desligar da Associação de Radiodifusão Comunitária da Lagoa do Mato mediante comunicado por escrito à Diretoria.

Art. 8º - São deveres dos associados em qualquer tempo:

- a) Cumprir todas as obrigações estatutárias regulamentares e regimentares, cumprir as obrigações decorrentes de decisões dos órgãos administrativos;
- b) Satisfazer nas épocas fixadas aos encargos e contribuições Associação de Radiodifusão Comunitária da Lagoa do Mato, zelar pelo patrimônio e pelo bom conceito da Associação;
- c) Comparecer nas Assembléias Gerais;
- d) Participar e colaborar, sempre que possível, das atividades culturais promovidas pela Entidade e ajudar na divulgação das mesmas.

Parágrafo Único - Os dirigentes e associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Entidade, ressalvados os casos em que os dirigentes responderão por comprovada culpa no desempenho de suas funções.

IV - DAS PENALIDADES

Art. 9º - Os associados que infringirem as disposições deste Estatuto do Regimento Interno e de Regulamentos existentes serão passíveis de:

- a) Advertência: da penalidade de advertência não caberá recurso;
- b) Suspensão: os associados enquanto suspensos não poderão exercer o direito de voto;
- c) Eliminação: as penalidades previstas neste Artigo assegurando o direito de defesa prévia do associado serão impostas pela Diretoria que as comunicará por escrito, submetendo-a em ato contínuo à Assembléia Geral convocada especialmente para este fim, para ratificação ou reforma da decisão.

Parágrafo único - São passíveis de punição temporária ou de exclusão definitiva do quadro social, havendo justa causa, os associados que infringirem este estatuto, desde que sua transgressão seja



indicada mediante requerimento dirigido a diretoria que, frente a procedência da solicitação, deverá submetê-la à Assembleia Geral, convocada especialmente para este fim, para deliberação fundamentada, assegurado o amplo direito de defesa do associado em questão.

V - DOS ORGÃOS E DE SEU FUNCIONAMENTO

Art. 10 - São órgãos da ARCLAM:

- a) Assembleia Geral;
- b) Diretoria Executiva;
- c) Conselho Fiscal
- d) Conselho Comunitário

Art. 11 - A Assembleia Geral, órgão máximo de deliberação da ARCLAM, será composta por seus associados, e ocorrerá ordinariamente a cada ano, sempre no primeiro trimestre, para avaliação dos trabalhos desenvolvidos, prestação de contas do exercício anterior pela Diretoria Executiva, discussão e aprovação de planos, projetos e assuntos gerais. Deverá ordinariamente, ocorrer a cada 04 (quatro) anos para eleição da Diretoria, do Conselho Fiscal e do Conselho Comunitário e extraordinariamente poderá ser convocada para destituição dos dirigentes e alteração estatutária.

§ 1º - A AG poderá ser convocada extraordinariamente pela maioria da diretoria, por um terço dos conselheiros ou, no mínimo, um quinto dos associados, para discussão e decisão relativa a assuntos de interesse geral.

§ 2º - A convocação deverá ser feita com antecedência mínima de oito dias, através de edital ou comunicado afixado na sede da ARCLAM e estúdio, bem como na sede das entidades que compõem o Conselho Comunitário e com divulgação através de pelo menos quatro chamadas diárias durante a programação da emissora, devendo conter data, hora, local e pauta da reunião.

§ 3º - A AG deliberará em primeira convocação somente com metade mais um dos associados aptos a votar e, em segunda convocação, trinta minutos após com qualquer número de associados aptos a votar.

§ 4º - A AG convocada para fins eleitorais, alienação de bens imóveis ou móveis ou extinção da entidade, deverá ser convocada com trinta dias de antecedência e, deliberará conforme este estatuto, mediante voto dos associados em dia com suas obrigações sociais filiados a pelo menos seis meses, respeitadas as disposições dispostas no parágrafo anterior.

§ 5º - A participação do associado em qualquer Assembleia Geral somente será por sua presença pessoal.

Art. 12 - A Diretoria da ARCLAM, órgão executivo e administrativo, será composta por um Diretor Presidente, um Diretor Administrativo, Diretor Financeiro e um Diretor de Comunicações e Operações, eleitos em Assembleia Geral para um mandato de 04 (quatro) anos, sendo permitida uma recondução, após a qual será vedada a permanência dos mesmos dirigentes, ainda que em cargos diversos.

Art. 13 - A Diretoria será eleita em Assembleia Geral com votação dentre os associados quites com suas obrigações estatutárias.

Parágrafo Único - Somente poderá fazer parte da Diretoria os brasileiros(as) natos ou naturalizados há mais 10 (dez) anos e maiores de 18 (dezoito) anos ou emancipados, cujas residências sejam situadas em Brejo Santo (CE) e na área de execução do serviço de radiodifusão e ainda, tais

dirigentes não poderão estar no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou função da qual decorra foro especial.

Art. 14 - Aos membros do órgão de direção, individualmente considerados, é vedado:

- a) Exercer cargo ou função de confiança de direção de partido político a nível municipal, estadual, distrital ou federal;
- b) Exercer cargo de Ministro de Estado, Secretário de Estado ou Secretário Municipal, independente da denominação;
- c) Exercer mandato eletivo no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo, nas esferas federal, estadual ou municipal;
- d) For suplente de cargo eletivo no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo, nas esferas federal, estadual ou municipal;
- e) For dirigente de outra entidade detentora de outorga de serviços de radiodifusão;
- f) Exercer cargo de dignidade eclesiástica ou de sacerdócio; ou
- g) Exercer cargo de administração ou gerência de entidade religiosa.

Art. 15 - São atribuições da Diretoria:

- a) Administrar e superintender os trabalhos e o patrimônio da entidade.
- b) Convocar as reuniões e Assembléias Gerais;
- c) Representar a ARCLAM em atos públicos ou internos.
- d) Executar as atividades necessárias a obtenção das finalidades e objetivos da Associação previsto este Estatuto;
- e) Propor emendas ao Estatuto e a dissolução ou extinção da entidade quando for o caso;
- f) Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto, suas próprias decisões e as do Conselho Fiscal e da Assembléia Geral, zelando pelo bom nome, pelo patrimônio e ordem da entidade.
- g) Apresentar relatório anual a Assembléia Geral, acerca do Balanço Patrimonial e o Relatório de Atividades;
- h) Prestar as contas ao final de cada exercício financeiro.
- i) Desenvolver e promover o intercâmbio com a comunidade e entidades afins
- j) Criar e instalar serviços e Departamentos para a realização e desenvolvimentos das finalidades da entidade;
- k) Alienar, decidir sobre aquisição e constituir ônus sobre bens móveis e imóveis mediante autorização da Assembléia Geral;
- l) Aprovar a contratação ou demissão de funcionários ou programadores.

Art. 16 - A Diretoria reunir-se com a maioria simples de seus membros deliberando pelo voto da metade mais um dos presentes em reunião na forma seguinte:

- a) Ordinariamente uma vez a cada seis (6) meses.
 - b) Extraordinariamente, sempre que a maioria simples de seus membros o julgarem necessário.
- Perderá o mandato o membro que faltar a duas (2) reuniões consecutivas ou três (3) alternadas sem justificativa aceita pela Diretoria ou quando o membro perder a condição de associado.

Art. 17 - Por falta de cumprimento de suas obrigações estatutárias poderão ser destituídos a Diretoria mediante proposta a Assembléia Geral.

Art. 18 - Compete ao Diretor Presidente (Representante Legal):

- a) Presidir as reuniões da Diretoria e a sessão pública promovidas pela Associação, instalar Assembléias Gerais bem como representar a entidade em solenidades para as quais for convidado;
- b) Convocar as reuniões da Diretoria ou do Conselho Fiscal sempre que necessário;
- c) Convocar as Assembléias Gerais que a Diretoria decidir realizar;
- d) Nomear comissões de caráter transitórios ou delegados para representar Associação em congressos ou solenidades;
- e) Representar a associação ativa e passivamente, judicial ou extrajudicial, assinar contratos e convênios, não podendo sem autorização da Assembléia Geral dispor do patrimônio social, renunciar



CESTES
Empresa Ltda Brasil Santos do Litoral
- Substância -

a direito em detrimento dos interesses da Associação de Radiodifusão Comunitária da Lagoa do Mato, atribuir e delegar tarefas especiais aos demais membros de Diretoria, bem como executar as tarefas que lhe forem atribuídas.

Art. 19 - Compete ao Diretor Administrativo:

- a) Auxiliar o Diretor Presidente na parte administrativa, zelando pelo expediente da Diretoria mantendo-o sob sua guarda;
- b) Secretariar as reuniões da Diretoria redigindo as atas respectivas;
- c) Manter em ordem e prazos os arquivos e tarefas da secretaria, quaisquer informações ou correspondência;
- d) Organizar os trabalhos da secretaria, atender a correspondência da Associação, atualizando o quadro de associados;
- e) Comunicar regularmente ao Diretor Presidente a frequência dos membros da Diretoria para que se faça cumprir as disposições estatutárias sobre a matéria, bem como executar as tarefas que lhe forem atribuídas.

Art. 20 - Compete ao Diretor Financeiro:

- a) Arrecadar e depositar a receita em conta bancária em nome da Associação de Radiodifusão Comunitária da Lagoa do Mato e efetuar os pagamentos dentro das normas e regulamentos estabelecidos;
- b) Manter em ordem e sob sua guarda a escrituração da Tesouraria;
- c) Preparar balancetes mensais e o balanço geral anual da Associação para ser submetido a apreciação da Diretoria.

Parágrafo único - O exercício fiscal anual da entidade compreenderá o período de 01 de janeiro a 31 de Dezembro.

Art. 21 - Compete ao Diretor Comunicações e Operações:

- a) Implementar e supervisionar todos os aspectos concernentes a execução do serviço de Radiodifusão Comunitária, relativamente aos seus aspectos legais, técnicos e qualitativos;
- b) Captar os recursos advindos de patrocínio sob forma de apoio cultural, bem como supervisionar e ter sob sua guarda todo o patrimônio considerado no âmbito das operações relativas ao serviço de radiodifusão;
- c) Promover a integração da comunidade com o serviço prestado.

Art. 22 - O Conselho Fiscal é o órgão fiscalizador, composto de 2 (dois) representantes, Presidente e Secretário respectivamente, eleitos em Assembleia Geral em votação dentre os associados contribuintes quites com suas obrigações estatutárias.

Art. 23 - Compete ao Conselho Fiscal:

- a) Zelar pela fiel observância deste Estatuto, das resoluções da Diretoria e de regimentos interno da Associação. Examinar e dar parecer sobre o relatório anual da Diretoria e balanço do exercício fiscal aos quais dará aprovação ou rejeição no prazo máximo de trinta (30) dias;
- b) Examinar e dar parecer sobre o relatório e balanço a serem apresentados no final do seu mandato para ser aprovado ou não pela Assembleia Geral;
- c) Solicitar a Diretoria as informações que julgar necessária.

Art. 24 - Será de quatro (4) anos o mandato dos conselheiros fiscais, coincidente com o da Diretoria, permitida uma recondução.

Art. 25 - O Conselho Comunitário, eleito em Assembleia Geral para mandato igual ao da Diretoria, será composto por, no mínimo, três pessoas representantes de entidades com sede na comunidade



ma rita
fidelidade de serviço prestado

Maria Edilane Ricarte dos Santos Telles

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

local ou que prestem e/ou prestaram serviços para referida comunidade, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente instituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade.

Parágrafo único - O Conselho Comunitário cumprirá as atribuições definidas pela legislação vigente sobre o serviço de radiodifusão comunitária, devendo periodicamente elaborar relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação.

VI - DAS ELEIÇÕES

Art. 26 - A eleição da Diretoria, Conselho Fiscal e Conselho Comunitário serão feitos em Assembléia Geral convocada para este fim.

Art. 27 - As eleições serão realizadas na primeira quinzena de Dezembro do ano eleitoral e a posse dos eleitos até a primeira quinzena de janeiro do ano seguinte.

Art. 28 - As chapas para a diretoria estarão aptas, se entregues até três dias antes da Assembléia Geral de eleição, por requerimento a Comissão eleitoral, acompanhada de nominata completa e pelo devido expresse consentimento de seus membros bem como do referendado de, no mínimo, um décimo de associados aptos a votar.

§1º - É vedada a participação de associados em mais de uma chapa, bem como o voto cumulativo ou por procuração.

§2º - A diretoria será formada pela chapa que alcançar a maioria dos votos válidos.

§3º - A eleição do Conselho Fiscal e Conselho Comunitário far-se-á mediante o sistema majoritário, considerado os membros individualmente. Sendo que em relação ao Conselho Fiscal o 1º e 2º colocados assumirão respectivamente os cargos de Presidente e Secretário do Conselho Fiscal.

VII - DA PROGRAMAÇÃO

Art. 29 - A programação da emissora, deverá respeitar todos os princípios e normas dispostas na legislação vigente no território nacional sobre radiodifusão comunitária.

Parágrafo único - Será vedada a transferência da outorga e a formação de redes, excetuadas as situações de guerra, calamidade pública, epidemias e as transmissões obrigatórias dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, definidas em leis. Também será vedada a cessão ou arrendamento da emissora do Serviço de Radiodifusão Comunitária ou de horários de sua programação.

VIII - DA RECEITA E DO PATRIMÔNIO

Art. 30 - O Patrimônio e Receita da ARCLAM será composto pelas contribuições sociais definidas pela Assembléia Geral, pelas doações, auxílios e subvenções, pelos bens móveis ou imóveis, pelas rendas e juros de depósitos bancários e aplicação financeira, pelos saldos de exercícios financeiros anteriores transferidos para a conta patrimonial, por valores advindos de suas atividades comunitárias, bem como por aqueles decorrentes do patrocínio sob forma de apoio cultural.

Parágrafo Único - Toda receita ou despesa deverá ser aprovada pela diretoria.

Art. 31 - A receita da Associação de Radiodifusão Comunitária da Lagoa do Mato será utilizada, única e exclusivamente, para a consecução de suas finalidades institucionais e não será admitida a remuneração de seus dirigentes pelo exercício de suas funções, bem como a distribuição de lucros (sobras), dividendos, vantagens ou bonificações a qualquer dos seus associados ou dirigentes.



IX - DA REFORMA DO ESTATUTO E DA DISSOLUÇÃO

Art. 32 - Este estatuto poderá ser reformado, no todo ou em parte, por deliberação de 2/3 (dois terços) dos associados presentes à Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim.

Art. 33 - A dissolução da ARCLAM ocorrerá segundo decisão de Assembleia Geral, e o remanescente de seu patrimônio líquido, será destinado a entidade de fins não econômicos congênera, definida na Assembleia.

Art. 34 - A Entidade somente poderá ser dissolvida por Assembleia Geral convocada especial e extraordinariamente para tal fim.

X - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 35 - Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela diretoria, com recurso a Assembleia Geral, pelo associado que se achar prejudicado.

Art. 36 - O presente estatuto foi aprovado na Assembleia Geral de 22 de maio de 2018 e entra em vigor na data de sua inscrição no registro de pessoas jurídicas, averbando-se a este registro todas as alterações por que passar.

Brejo Santo (CE), 22 de maio de 2018.

Pedro Ferreira da Silva

Pedro Ferreira da Silva
Diretor Presidente

Cicera dos Santos

Cicera dos Santos
Diretora Administrativo

João José de Sousa

João José de Sousa
Diretor Financeiro

Maria Edilane Ricarte dos Santos Teles

Maria Edilane Ricarte dos Santos Teles
Diretora de Comunicações e Operações

Evandro Ferreira dos Santos

Evandro Ferreira dos Santos
Presidente do Conselho Fiscal

Maria Zeneide Gonçalves Pinheiro

Maria Zeneide Gonçalves Pinheiro
Secretária do Conselho Fiscal

Pedro Ferreira de Sousa

Pedro Ferreira de Sousa
Membro do Conselho Comunitário

Johnson Rocha Gomes

Johnson Rocha Gomes
Membro do Conselho Comunitário

Engenheira
Engenheira Leite Brasil Sampaio de Lucena
- Substituta -

VALIDO SOMENTE COM O SELLO
AUTENTICIDADE
REGISTRO MATIAS 2º OFICÍO
BREJO SANTO-CE - FONE 3531-4161

RECONHECIMENTO DE FIRMA

Assinatura(s) de *Pedro Ferreira da Silva*
João José de Sousa
Por Semelhança
Brejo Santo, 22 de 06 de 2018

1. Maria Brasil Sampaio - 2ª Tabelão Público
2. Engenheira Leite Brasil Sampaio de Lucena
3. Cicero Wilson de Melo - Escrivão
4. Damiana Euda de Almeida Biqueira - Escrivão
5. Maria Wiliany de Almeida Biqueira - Escrivão



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.gov.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-9051fb22549>

Scanned with CamScanner

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-9051fb22549

maria gonçalves de souza pinheiro
Maria Gonçalves de Sousa Pinheiro
Membro do Conselho Comunitário

Andressa Nunes Macedo
Andressa Nunes Macedo
OAB/CE 33.539

Engrácia Leite Brasil Sampaio de Lucena
- Substituta -

05.455.266/0001-42
CARTÓRIO MATIAS
Pça Dionísio Rocha de Lucena, 162
Centro - CEP 63.260-000
Brejo Santo - CE

CERTIDÃO

CERTIFICO que o presente ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA DO MATO - ARCLAM, supra e retro, foi REGISTRADA no Livro A-11, de Registro de Pessoas Jurídicas, deste Cartório do 2º Ofício, às folhas 321/329 sob o registro número 473, protocolado no Livro A-02, às folhas 136 sob o número de ordem 19.576 e foram feitas as devidas e necessárias anotações. "O certificado é verdade". Dou fé. Eu, Engrácia Leite Brasil Sampaio de Lucena Engrácia Leite Brasil Sampaio de Lucena, Oficiala, a digitei, subscrevo, dato e assino.////

Brejo Santo(CE), 04 de junho de 2018.

Engrácia Leite Brasil Sampaio de Lucena
ENGRÁCIA LEITE BRASIL SAMPAIO DE LUCENA
SUBSTITUTA do 2º Ofício

Número do Atendimento: 201806040036



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.deg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549
Petição (507357) - SEI 01250-003691/2020-43 / pg. 22

Scanned with CamScanner

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA DO MATO - ARCLAM

ALTERAÇÃO DO ESTATUTO

Após posto em votação e aprovado por unanimidade, respeitada as condições previstas no regramento interno, o Estatuto Social da Entidade passa ter a redação alterada dos seguintes artigos, que passam doravante a integrar o Estatuto primevo, mantendo-se as demais clausulas incólumes.

II - DOS ASSOCIADOS

Art. 6º. (...)

§1º - É assegurado o ingresso gratuito, como associado, de todo e qualquer cidadão domiciliado na área de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitário. Também é assegurado o ingresso gratuito, como associadas, de pessoas jurídicas, sediadas na área de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, vedado o condicionamento do ingresso à aprovação pela diretoria ou à indicação por outro associado, nos termos do disposto no inciso II do art. 40 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.

III - DOS DIREITOS E DEVERES DOS ASSOCIADOS

Art. 7. (...)

c) Os associados, pessoas jurídicas, por intermédio de seus representantes legais, terão direito de escolher, mediante voto, os integrantes dos órgãos diretivos;

V - DOS ÓRGÃOS E DE SEU FUNCIONAMENTO

Art. 25 - O Conselho Comunitário, eleito em Assembleia Geral para mandato igual ao da Diretoria, será composto por, no mínimo, 05 (cinco) representantes de entidades com sede na comunidade local ou que prestem e/ou prestaram

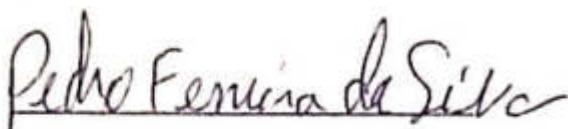
05.455.266/0001-42
CARTÓRIO MATIAS
Pça Dionísio Rocha de Lucena 162
Centro - CEP 63.260-000
Brejo Santo - CE

Ok
Maria Brasil Simpató
Ct. do Pajolero do Fúria 6
Recanto das Palmeiras e Pajolero



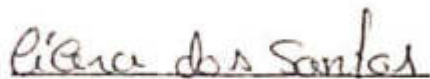
serviços para referida comunidade, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente instituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade.

Brejo Santo (CE), 07 de março de 2019.



Pedro Ferreira da Silva

Diretor Presidente da ARCLAM



Cicera dos Santos

Diretora Administrativo



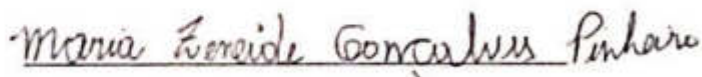
Maria Edilane Ricarte dos Santos Teles

Diretora de Comunicações e Operações



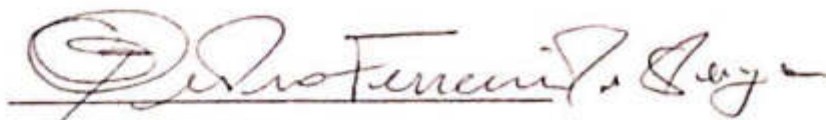
Evandro Ferreira dos Santos

Presidente do Conselho Fiscal



Maria Zeneide Gonçalves Pinheiro

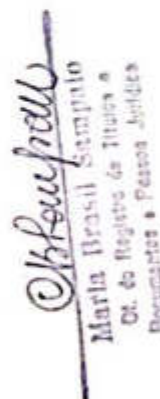
Secretária do Conselho Fiscal



Pedro Ferreira de Sousa

Membro do Conselho Comunitário

PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA DO MATO - ARCLAM


Maria Brasil Sampato
Of. do Registro de Títulos e
Documentos e Pessoa Jurídica

05.455.266/0001-42
CARTÓRIO MATIAS
Pça Dionísio Rocha de Lucena 162
Centro - CEP 63.266-000
Brejo Santo - CE




Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.deg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Scanned with CamScanner

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549


Johnson Rocha Gomes

Membro do Conselho Comunitário

Maria Gonçalves de S. Pinheiro

Maria Gonçalves de Sousa Pinheiro

Membro do Conselho Comunitário

João José de Sousa

João José de Sousa

Diretor Financeiro

Joana Maria Ferreira Lima

NOME

326891523/04

CPF

Francisca Nilda Gonçalves Pinheiro

NOME

195328653-49

CPF

Olívia Angela Brinzel de J. Gonçalves

NOME

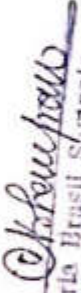
CPF

Selma Ferreira da Silva

NOME

938.807.853-15

CPF


Maria Brasil Stampato
Of. de Registro de Títulos e
Documentos e Patrimônio Jurídico

PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA DO MATO - ARCLAM

05.455.266/0001-42
CARTÓRIO MATIAS
Pça Dionísio Rocha de Lucena, 162
Centro - CEP 63.260-000
Brejo Santo - CE



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Scanned with CamScanner

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

Elisabete Feliciano de Sousa

NOME

427 491 903-04

CPF

Citara Gerarda da Sousa

NOME

789 150 333 - 91

CPF

José Manoel do Nascimento

NOME

016.342.653-86

CPF

Maria Carla Trigueirido Silva

NOME

041.518.913-66

CPF

Maria Auxiliadora F. Silva

NOME

346.610.183-20

CPF

Maria Sônia da Silva

NOME

728 435 003 - 20

CPF

Maria Genivaldo de S. Faria

NOME

399.650.523 - 34

CPF

Maria do Carmo Vicente de Nepes

NOME

82.337.2053.91

CPF

José José de Sousa

NOME

CPF

Ok, seu pai
Maria Iraceli Salgado
Of. de Registro de Imóveis e
Documentos e Processos Judiciais

PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA DO MATO - ARCLAM

05.455.266/0001-42
CARTÓRIO MATIAS
Pça Dionísio Rocha de Lucena, 162
Centro - CEP 63.260-000
Brejo Santo - CE



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549/pg.26

Scanned with CamScanner

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

Maria Edikene Ricarte dos Santos Telles 545.958.943-68

NOME

CPF

Geizotereza da Silva

NOME

122.285.123-87

CPF

Lilene dos Santos

NOME

737.063.963-00

CPF

Guaranda Viana dos Santos

NOME

740.447.123-34

CPF

PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA DO MATO - ARCLAM

CERTIDÃO

CERTIFICO que o presente ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA para Alteração do Estatuto da Associação de Radiodifusão Comunitária da Lagoa do Mato - ARCLAM e seu Anexo - Primeira Alteração do Estatuto Social da Associação de Radiodifusão Comunitária da Lagoa do Mato - ARCLAM, supra e retro, foi AVERBADA no Livro A-12, de Registro de Pessoas Jurídicas, deste Cartório do 2º Ofício, às folhas 97/101, sob o número AV.01/473, protocolado no Livro A-02, às folhas 146v, sob o número de ordem 20 676 e foram feitas as devidas e necessárias anotações, inclusive a margem do Registro 473 do Livro A-11, folhas 329 "O certificado é verdade". Dou fé. Eu, Maria Brasil Sampaio Maria Brasil Sampaio, Oficiala do Registro de Pessoas Jurídicas, a digitei, subscrevo, dato e assino.

Brejo Santo(CE), 08 de março de 2019.

Maria Brasil Sampaio
MARIA BRASIL SAMPAIO
Titular do 2º Ofício

Número do Atendimento: 20190308000035



05.455.266/0001-42
CARTÓRIO MATIAS
Pça Dionísio Rocha de Lucena 162
Centro - CEP 63.260-000
Brejo Santo - CE



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.gov.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549, pg. 27

Scanned with CamScanner

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DA LAGOA DO MATO
CNPJ: 30.635.962/0001-88

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 14:40:33 do dia 23/01/2020 <hora e data de Brasília>.

Válida até 21/07/2020.

Código de controle da certidão: **C4D9.5408.46AD.DCD6**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





MINISTERIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
INFORMAÇÕES DE APOIO PARA EMISSÃO DE CERTIDÃO

23/01/2020 10:13:38

Página: 1 / 1

CNPJ: 30.635.962 - ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DA LAGOA DO MATO

Dados Cadastrais da Matriz

CNPJ: 30.635.962/0001-68
UA de Domicílio: ARF BREJO SANTO-CE
Endereço: VI LAGOA DO MATO, 40
Bairro: ZONA RURAL
Responsável: 325.450.893-68 - FERNO FERRERIA DA SILVA
Situação: ATIVA
CEP: 63260-000 Município: BREJO SANTO
UF: CE
Código da UA: 03.102.03
Natureza Jurídica: 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA
CNAE: 9499-5/00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente
Data de Abertura: 04/06/2018
Forte da Empresa: DENVALIS

Sócios e Administradores

CPF/CNPJ	Nome	Qualificação	Situação Cadastral	Cap. Social	Cap. Volante
325.450.893-68	FERNO FERRERIA DA SILVA	PRESIDENTE	REGULAR		

Certidão Emitida

CNPJ: 30.635.962/0001-68

Certidão Positiva com Efeitos de Negativa: 2329.9891.5743.244E

Emissão: 22/01/2020

Data de Validade: 20/07/2020

Diagnóstico Fiscal na Receita Federal

Débito com Exigibilidade Suspensa (SIEF)

CNPJ: 30.635.962/0001-68

Receta	FA/Exerc.	Dt. Vcto	VI Original	Sdo. Devedor	Situação
1345-01 - DCTF - MULTA ATN	28/03/2019	20/02/2020	200,00	200,00	A VENCER
Notificação de Lançamento: 1505169857876					

Diagnóstico Fiscal na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Não foram detectadas pendências/exigibilidades suspensas para esse contribuinte nos controles da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Fim do Relatório



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.gov.br/5861dc5f7f0e4bcb-b6b0-90511fb222549-pg.23

Scanned with CamScanner

5861dc5f7f0e4bcb-b6b0-90511fb222549

[Voltar](#)[Imprimir](#)**Certificado de Regularidade
do FGTS - CRF****Inscrição:** 30.635.962/0001-88**Razão Social:** ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITARIA DA LAGOA DO MATO**Endereço:** VL G LAGOA DO MATO 40 / ZONA RURAL / BREJO SANTO / CE / 63260-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 23/01/2020 a 21/02/2020**Certificação Número:** 2020012315405722255509

Informação obtida em 23/01/2020 15:41:42

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 30.635.962/0001-88 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 04/06/2018
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DA LAGOA DO MATO		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ARCLAM	PORTE DEMAIS	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada		
LOGRADOURO VL LAGOA DO MATO	NÚMERO 40	COMPLEMENTO *****
CEP 63.260-000	BAIRRO/DISTRITO ZONA RURAL	MUNICÍPIO BREJO SANTO
UF CE		
ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE (88) 8112-5042	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 04/06/2018	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **28/05/2020** às **10:45:53** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Anexo CNPJ (3338434)

SEL 01250:094202/2018-10 / pg. 1



CNPJ: **30.635.962/0001-88**

Entidade não cadastrada nesta agência.

Emitida às 11:52:10 do dia 28/05/2020 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta.](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[mctic.gov.br/f5-w-687474703a2f2f73697374656d61736e6574\\$\\$/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&Valida...](https://mctic.gov.br/f5-w-687474703a2f2f73697374656d61736e6574$$/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&Valida...)

Annexo Anatel (5559441)

SEI 01250-09-4252/2018-10 / pg. 2

Imprimir

Voltar



5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DA LAGOA DO MATO
CNPJ: 30.635.962/0001-88

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 14:40:33 do dia 23/01/2020 <hora e data de Brasília>.

Válida até 21/07/2020.

Código de controle da certidão: **C4D9.5408.46AD.DCD6**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Anexo I-PGFN até 19/10/2020 (3336446)

SLF 01250:054232/2018-10 / pg. 4

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DA LAGOA DO MATO
(MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 30.635.962/0001-88

Certidão nº: 12219206/2020

Expedição: 28/05/2020, às 10:50:04

Validade: 23/11/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DA LAGOA DO MATO (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **30.635.962/0001-88**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



Dúvidas e sugestões: cn dt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Anexo CNDT (3530443)

CEI 01250.094252/2018-10 / pg. 5

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 30.635.962/0001-88

Razão Social: ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DA LAGOA DO MATO

Endereço: VL G LAGOA DO MATO 40 / ZONA RURAL / BREJO SANTO / CE / 63260-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 02/03/2020 a 29/06/2020

Certificação Número: 2020030203433645379363

Informação obtida em 28/05/2020 11:06:28

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf

<https://mforeg-autenticidade-assinatura/camara-leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

ANEXO FGTS (5556435)

SEI 01250-004252/2018-10 / pg. 6

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Serviço de Análise de Renovação e Outorga de Rádio Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **01250.034232/2018-10.**

Entidade: **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA DO MATO.**

Assunto: **Pesquisa aos sítios das Justiças Federal e Estadual.**

1. Informo que, após consultas aos sítios eletrônicos do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de Brejo Santo/CE, e do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas que inviabilizem o deferimento do pedido de outorga.



Documento assinado eletronicamente por **Alice Lorena de Barros Santos, Técnico de Nível Superior**, em 28/05/2020, às 12:01 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **5550456** e o código CRC **0CC7E9B1**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.034232/2018-10

SEI nº 5550456



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Despacho CORECOM - MCOM - RADCOM 5550456

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 7

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Serviço de Análise de Renovação e Outorga de Rádio Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **01250.034232/2018-10.**

Entidade: **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA DO MATO.**

Assunto: **Consulta ao sistema de fiscalização RADAR da Agência Nacional de Telecomunicações.**

1. Após análise do processo nº 01250.034232/2018-10, de interesse da **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA DO MATO**, na localidade de Brejo Santo/CE, informo que, de acordo com o sistema de fiscalização RADAR, até esta data, **não existe**, nessa localidade, registro de fiscalização por operação clandestina em que conste razão social, nome fantasia, endereço, coordenadas geográficas, nome/CPF/RG dos dirigentes ou CNPJ da entidade supracitada.



Documento assinado eletronicamente por **Alice Lorena de Barros Santos, Técnico de Nível Superior**, em 28/05/2020, às 12:05 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **5550484** e o código CRC **C3E692B3**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.034232/2018-10

SEI nº 5550484



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Despacho CORECOM - MCOM - RADCOM 5550484

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 8

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

Município/UF: BREJO SANTO/CE **REVISÃO FINAL**

Processo nº: 01250.034232/2018-10

CNPJ: 30.635.962/0001-88

Número de concorrentes: 0

Nome da entidade: ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA DO MATO

Nº do edital/ano: **94/2018 publicado no DOU em 13/04/2018**

Prazo de inscrição: 16/04/2018 a 14/06/2018

1. Data de postagem/SEI: 12/06/2018 (3288751)

2. Tempestividade: (X) SIM () NÃO

3. Requerimento de Outorga: fl. 1/3 (3079891)

3.1 Novo requerimento adequado à Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC: fl. 6/8 (3714176)ok

4. Estatuto Social: f. 14/22 (5073977) Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO

5. Ata de constituição: 4/8 (3079891) Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO

6. Ata de eleição: fl. 4/8 (3079891) para o período de 22/05/2018 a 22/05/2022

6.1. Ata de eleição registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO

7. Comprovantes de maioria e nacionalidade/CPF: fl. 19/29 (3079891)

7.1 Diretoria:

MEMBRO - Cargo/Nome	PARTIDO	TÍTULO/ NASCIMENTO	CPF	VÍNCULOS
Presidente - PEDRO FERREIRA DA SILVA - f. 19/22 (3079891)	Não	0205.3284.0795 08/08/1962	325.650.893-68	Não
Dir. Financeiro - JOÃO JOSÉ DE SOUSA - f. 26/28 (3079891)	Não	0435.7268.0752 07/09/1978	012.310.283-94	Não
Dir. de Comunicações e Operações - MARIA EDILANE RICARTE DOS SANTOS TELES - fl. 29 (3079891)	Não	0343.4405.0752 26/04/1971	545.958.943-68	Não
Dir. Administ. - CICERA DOS SANTOS - f.24/25 (3079891)	Não	0425.0886.0701 18//06/1975	737.063.963-00	Não

8. Manifestações em apoio: fl. 46/93 (3079891)

9. Vínculo: () SIM (X) NÃO

10. Comprovante de pagamento da taxa de cadastramento: fl. 44/45 (3079891)

11. Pesquisa Anatel e Radar: (3289251) e Despacho 3289252

12. Certidões Justiça Federal dos dirigentes: 3289256; 3289259; 3289263 e 3289269.

12.1 Comprovantes: CNPJ: (3263114); PGFN: (3263085); CNDT: (3263100)

OBSERVAÇÕES: Deve apresentar: novo Anexo 2, somente com os dirigentes. Consta processos em face de CICERA DOS SANTOS, apresentar certidão de objeto e pé.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Checklist RadCom (5550725)

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 9

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

21/12/2018: NT 18961/2018 recebida em 19/10/2018, resposta em 14/12/2018: exigências cumpridas. Para instrução.

PARA INSTRUÇÃO, somente após resultado final da fase de habilitação:

1. Estatuto social:

1.1 Adequações à Portaria:

- a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: 2º
- b) Garantia de ingresso gratuito, como associado: 6º, §1º
- c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: 7º, b
- d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: 7º, b
- e) Órgão administrativo e cargos: 12
- f) Atribuições do Órgão administrativo: 15, 18 a 21
- g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: 12-mandato de 4 anos e uma recondução
- h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: 25-

1.2 Adequação ao Código Civil:

- a) Denominação, fins e sede: 1º
- b) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: 5º, 6º, 7º, g, 9º
- c) Direitos dos associados: 7º
- d) Deveres dos associados: 8º
- e) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa: 6º, §3º
- f) Fontes de recursos para sua manutenção: 30, 31
- g) Modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos: 11
- h) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: 32 a 34
- i) Forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas: 11
- j) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral e quórum para as deliberações relativas a esses assuntos: 11, §4º
- k) Critérios de eleição dos administradores: 26 a 28
- l) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados: 11, §1º
- m) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio: 33

2. Certidões:

- 2.1 CNPJ: (5550434)
- 2.2 Certidões FGTS: (5550453)
- 2.3 Certidões PGFN: (5550446) válida até 19/10/2020
- 2.4 Certidões CNDT: (5550449)
- 2.5 Justiças Federais dos dirigentes: (5550456)
- 3. Pesquisa Anatel (5550441) e Radar: (5550484)**
- 4. Anexo 6/ART: fl. F. 7/15 (3980535)

OBSERVAÇÕES: 23/08/2019: NT 28133/2018 recebida em 11/02/2019, resposta em 12/03/2019: anexo6/ART ok. CNPJ, FGTS ok. PGFN não é possível renovar. Estatuto: apresentar o estatuto consolidado, com todas as alterações. Renovadas pesquisas de vínculos, TSE, TRF5 e TJCE ok.

28/05/2020: NT 15062/2019 devolvida pelos correios, vista em 17/01/2020, resposta em 24/01/2020: exigências cumpridas.

28/05/2020: Renovadas as pesquisas de vínculos, TSE, TRF5 e TJCE ok. Para revisão final.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Serviço de Análise de Renovação e Outorga de Rádio Comunitária
NOTA TÉCNICA Nº 11158/2020/SEI-MCTIC

Processo nº: **01250.034232/2018-10.**

Assunto: **REVISÃO FINAL DO PROCESSO DE OUTORGA.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se do requerimento da **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA DO MATO** para autorização de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Brejo Santo/CE**, em atendimento ao Edital nº 94/2018, publicado no Diário Oficial da União de 13/04/2018.

ANÁLISE

2. A Entidade, que doravante passa a ser tratada como Requerente, protocolou requerimento em 12/06/2018, às fl. 1/3 (3079891), subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 12 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, conforme segue:

REQUERENTE
ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA DO MATO
QUADRO DIRETIVO
Presidente: Pedro Ferreira da Silva Diretor Financeiro: João José de Sousa Diretor de Comunicações e Operações: Maria Edilane Ricarte dos Santos Teles Diretor Administrativo: Cícera dos Santos
LOCALIZAÇÃO DO TRANSMISSOR / SISTEMA IRRADIANTE
Endereço: Vila Lagoa do Mato 01, nº 40, Zona Rural, Brejo Santo, CE Coordenadas geográficas: 07°31'52"S de latitude e 39°00'10"W de longitude
LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

3. O pleito da Requerente é tempestivo, visto que o prazo para inscrição na seleção pública se encerrava em 14/06/2018.

4. Após análise da documentação apresentada, com base nas disposições previstas na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, no Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de março de 1998, e na Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/9/2015, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018, verificou-se a completa instrução do Processo, conforme *check-list* abaixo:

ITEM		FL. / NÚMERO DO DOCUMENTO
1.	Requerimento de outorga (Anexo 2), com as declarações nele elencadas.	f. 6/8 (3714176)
2.	Estatuto social registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612, de 1998, e aos pressupostos da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.	f. 14/22 (5073977)
3.	Ata de constituição da entidade registrada no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas.	f. 4/8 (3079891)
4.	Ata de eleição correspondente à diretoria em exercício, registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas.	f. 4/8 (3079891)
5.	Comprovantes relativos à maioria e à nacionalidade dos dirigentes.	f. 19/29 (3079891)
6.	Manifestações de apoio à iniciativa, válidas, firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço.	f. 46/93 (3079891)
7.	Comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento.	f. 44/45 (3079891)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Nota Técnica 11138 (3530306)

SEI 01250-034232/2018-10 / pg. 12

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

8.	Projeto técnico conforme art. 39 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.	f. 7/15 (3980535)
9.	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ.	5550434
10.	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).	5550441
11.	Certidão que comprove a regularidade da Entidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.	5550453
12.	Certidão conjunta negativa de débitos da Entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal.	5550446
13.	Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da Entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.	5550449
14.	Despacho - Consulta ao sistema de fiscalização RADAR.	5550484

5. Ressalta-se que, considerando o Edital em referência e a distância de quatro quilômetros, prevista no art. 7º, inciso V da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, verificou-se que apenas a Requerente demonstrou interesse na prestação do Serviço. Assim, não houve concorrência.

6. Após consultas aos sítios do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de Brejo Santo/CE, e do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas perante as Justiças Federal e Estadual, que inviabilizem o deferimento da outorga, conforme Despacho 5550456.

CONCLUSÃO



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Nota Técnica 11158 (5550306)

SEI 01250-034232/2018-10 / pg. 13

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

7. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária se posiciona pelo **deferimento** do pedido de outorga da Requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *check-list* constante do item 4 desta Nota Técnica. Sugere-se, ainda, que o Processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, com prévia oitiva da Consultoria Jurídica.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Alice Lorena de Barros Santos, Técnico de Nível Superior**, em 10/07/2020, às 10:24 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luis Felipe Souza da Silva, Engenheiro**, em 10/07/2020, às 10:29 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 10/07/2020, às 15:22 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Cruz Gebrim, Diretor do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização**, em 10/09/2020, às 20:49 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **5550508** e o código CRC **1E185D21**.

Minutas e Anexos

MINUTA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Senhor Presidente da República,

1. Encaminho o Processo nº 01250.034232/2018-10, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação de Radiodifusão Comunitária da Lagoa do Mato, inscrita no CNPJ sob nº 30.635.962/0001-88, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Brejo Santo/CE em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Nota Técnica nº 136 (5550508)

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 14

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

2. A entidade requereu ao então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 11158/2020/SEI-MCTIC, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCTIC, por intermédio de seu Parecer nº 0000/2020/CONJUR/MCTIC/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.

4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MC nº XXXX, de XX de XXXXXXX de XXXX, publicada no DOU de XX/XX/XXXX.

5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

FÁBIO FARIA
Ministro de Estado das Comunicações

MINUTA
PORTARIA Nº , DE DE DE 2020.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 9º, inciso II, e no art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, c/c a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e em vista o que consta do processo nº 01250.034232/2018-10, resolve:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Nota Técnica 11158 (5530306)

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 15

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

Art. 1º Outorgar autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária da Lagoa do Mato, inscrita no CNPJ sob nº 30.635.962/0001-88, cuja sede se situa na Vila Lagoa do Mato 01, nº 40, Zona Rural, na localidade de Brejo Santo, Estado do Ceará, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 285, cuja frequência é de 104,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o **caput**.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA
Ministro de Estado das Comunicações

Referência: Processo nº 01250.034232/2018-10

SEI nº 5550508



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Nota Técnica 11158 (5550508)

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 16

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

DESPACHO

Nº do Processo: **01250.034232/2018-10**

Assunto: **Deferimento - Outorga**

De acordo.

Encaminhe-se a Nota Técnica 11158/2020 à Consultoria Jurídica, para conhecimento e providência que julgar necessária.

Brasília, 14 de setembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Maximiliano Salvadori Martinhão, Secretário de Radiodifusão**, em 15/09/2020, às 16:30 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **5875756** e o código CRC **2C71EECA**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.034232/2018-10

SEI-MCOM nº 5875756



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Despacho SEI-MCOM 5875756

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 17

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE RADIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6535/6196

PARECER n. 00041/2020/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.034232/2018-10

INTERESSADO: Associação de Radiodifusão Comunitária da Lagoa do Mato.

ASSUNTO: Autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária

EMENTA: Processo Administrativo. Serviço de radiodifusão comunitária. Inexistência óbice legal desde que seja comprovado que o Conselho Comunitário tem, no mínimo 5 (cinco) membros. Deferimento da autorização pleiteada. Submissão ao Congresso Nacional. Encaminhamento à SERAD.

I - RELATÓRIO

1. Por meio do DESPACHO s/nº (SEI 5875756), a Secretaria de Radiodifusão do Ministério das Comunicações encaminha a esta Consultoria Jurídica, para análise e manifestação, o Processo Administrativo nº 01250. 034232/ 2018-10 cujo teor versa sobre a seleção pública para outorga do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Brejo Santo, no Estado do Ceará.

2. Compulsando os autos do Processo Administrativo em epígrafe, verifica-se que a Secretaria de Radiodifusão -SERAD tornou público o Edital de Seleção Pública nº 94/2018/SEI-MCTIC, publicado no Diário Oficial da União - DOU, de 13 de abril de 2018, que trata da inscrição das entidades interessadas em executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Brejo Santo, no Estado do Ceará, conferindo prazo de 60 (sessenta) dias para inscrição dos interessados e apresentação de documentação instrutória.

3. Nos termos da NOTA TÉCNICA Nº 1158/2020/SEI-MCTIC, a Secretaria de Radiodifusão - SERAD assim se manifestou sobre a habilitação da Associação de Radiodifusão Comunitária da Lagoa do Mato (ARCLAM) que foi a **única entidade interessada** no citado processo seletivo (Doc. nº 5550508 - SEI), *in verbis*:

*"1. Trata-se do requerimento da **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA DO MATO** para autorização de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Brejo Santo/CE**, em atendimento ao Edital nº 94/2018, publicado no Diário Oficial da União de 13/04/2018.*

ANÁLISE

2. A Entidade, que doravante passa a ser tratada como Requerente, protocolou requerimento em 12/06/2018, às fl. 1/3 ([3079891](#)), subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 12 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, conforme segue:

REQUERENTE
ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA DO MATO
QUADRO DIRETIVO
Presidente: Pedro Ferreira da Silva Diretor Financeiro: João José de Sousa Diretor de Comunicações e Operações: Maria Edilane Ricarte dos Santos Teles Diretor Administrativo: Cícera dos Santos
LOCALIZAÇÃO DO TRANSMISSOR / SISTEMA IRRADIANTE
Endereço: Vila Lagoa do Mato 01, nº 40, Zona Rural, Brejo Santo, CE



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Parecer Jurídico 41/2020 (3544212) - SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 18

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

Coordenadas geográficas: 07°31'52"S de latitude e 39°00'10"W de longitude
LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO
Endereço: Vila Lagoa do Mato 01, nº 40, Zona Rural, Brejo Santo, CE

3. O pleito da Requerente é tempestivo, visto que o prazo para inscrição na seleção pública se encerrava em 14/06/2018.

4. Após análise da documentação apresentada, com base nas disposições previstas na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, no Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de março de 1998, e na Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/9/2015, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018, verificou-se a completa instrução do Processo, conforme check-list abaixo:

ITEM	FL. / NÚMERO DO DOCUMENTO
1.	Requerimento de outorga (Anexo 2), com as declarações nele elencadas. f. 6/8 (3714176)
2.	Estatuto social/ registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612, de 1998, e aos pressupostos da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC. f. 14/22 (5073977)
3.	Ata de constituição da entidade registrada no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas. f. 4/8 (3079891)
4.	Ata de eleição correspondente à diretoria em exercício, registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas. f. 4/8 (3079891)
5.	Comprovantes relativos à maioria e à nacionalidade dos dirigentes. f. 19/29 (3079891)
6.	Manifestações de apoio à iniciativa, válidas, firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço. f. 46/93 (3079891)
	Comprovante de



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Parcer Jurídico 4/1/2020 (5544212) SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 19

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

7.	recolhimento da taxa de cadastramento.	f. 44/45 (3079891)
8.	Projeto técnico conforme art. 39 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.	f. 7/15 (3980535)
9.	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ.	5550434
10.	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).	5550441
11.	Certidão que comprove a regularidade da Entidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.	5550453
12.	Certidão conjunta negativa de débitos da Entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal.	5550446
13.	Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da Entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.	5550449
14.	Despacho - Consulta ao sistema de fiscalização RADAR.	5550484



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticadigital.assinturacm.gov.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Parcer Jurídico 41/2020 (3544212)

SEI 01250-094232/2018-10 / pg. 20

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

5. Ressalta-se que, considerando o Edital em referência e a distância de quatro quilômetros, prevista no art. 7º, inciso V da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, verificou-se que apenas a Requerente demonstrou interesse na prestação do Serviço. Assim, não houve concorrência.

6. Após consultas aos sítios do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de Brejo Santo/CE, e do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas perante as Justiças Federal e Estadual, que inviabilizem o deferimento da outorga, conforme Despacho [5550456](#).

CONCLUSÃO

7. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária se posiciona pelo **deferimento** do pedido de outorga da Requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme check-list constante do item 4 desta Nota Técnica. Sugere-se, ainda, que o Processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, com prévia oitiva da Consultoria Jurídica."

4. A SERAD se posicionou, como supracitado, pelo deferimento do pedido de outorga, nos seguintes termos: "Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária se posiciona pelo **deferimento** do pedido de outorga da Requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme check-list constante do item 4 desta Nota Técnica."

5. Por fim, cumpre informar que os autos do Processo Administrativo foram também instruídos com a minuta de portaria e exposição de motivos, que serão subscritas pelo Ministro de Estado desta Pasta (Anexo do Doc. nº 5550508 – SEI).

6. Esse é o resumo do caso em questão.

II - FUNDAMENTAÇÃO

II.1. PROCEDIMENTO PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

7. Antes de adentrar na análise do caso submetido à apreciação, cumpre lembrar que o procedimento relacionado à outorga para execução do serviço de radiodifusão comunitária encontra-se disciplinado pela da Constituição Federal, pela **Lei nº 9.612, de 19 de dezembro de 1998, pelo Decreto nº 2.615, de 3 de março de 1988, e pelas demais normas aplicáveis à espécie.**

8. Ademais, esta Consultoria Jurídica, com fulcro na Lei Complementar 73/93, cinge-se ao exame de aspectos de legalidade dos autos. Mérito administrativo (conveniência e oportunidade) são da alçada da autoridade administrativa.

9. Em razão da necessidade de permitir uma melhor compreensão sobre o arcabouço normativo que regulamenta o assunto, cumpre transcrever os seguintes dispositivos do ordenamento jurídico pátrio, *in verbis*:

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

Art. 224. Para os efeitos do disposto neste capítulo, o Congresso Nacional instituirá, como seu órgão auxiliar, o Conselho de Comunicação Social, na forma da lei.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Art. 1º Denomina-se Serviço de Radiodifusão Comunitária a radiodifusão sonora, em frequência modulada, operada em baixa potência e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do serviço.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

1 parecer jurídico 4/1/2020 (3544212)

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 21

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

Art. 2º O Serviço de Radiodifusão Comunitária obedecerá ao disposto no [art. 223 da Constituição](#), aos preceitos desta Lei e, no que couber, aos mandamentos da [Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962](#), e demais disposições legais. [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 2001\)](#)

Parágrafo único. Autorizada a execução do serviço e, transcorrido o prazo previsto no [art. 64, §§ 2º e 4º da Constituição](#), sem apreciação do Congresso Nacional, o Poder Concedente expedirá autorização de operação, em caráter provisório, que perdurará até a apreciação do ato de outorga pelo Congresso Nacional. [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 2001\)](#)

Art. 3º O Serviço de Radiodifusão Comunitária tem por finalidade o atendimento à comunidade beneficiada, com vistas a:

I - dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;

II - oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;

III - prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;

IV - contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;

V - permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

(...)

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes. [\(Redação dada pela Lei nº 10.597, de 2002\)](#)

(...)

Art. 7º São competentes para explorar o Serviço de Radiodifusão Comunitária as **fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, desde que legalmente instituídas e devidamente registradas, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o Serviço, e cujos dirigentes sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos.**

Parágrafo único. Os dirigentes das fundações e sociedades civis autorizadas a explorar o Serviço, além das exigências deste artigo, deverão **manter residência na área da comunidade atendida.**

(...)

Art. 11. A entidade detentora de autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária **não poderá estabelecer ou manter vínculos que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.**

[Grifamos]

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

ANEXO

REGULAMENTO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Art. 1º. Este Regulamento dispõe sobre o Serviço de Radiodifusão Comunitária - RadCom, instituído pela [Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998](#), como um Serviço de Radiodifusão Sonora, com baixa potência e com cobertura restrita, para ser executado por fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do Serviço.

(...)

Art. 11. São competentes para executar o RadCom fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, desde que legalmente instituídas e devidamente registradas, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o Serviço, e cujos dirigentes sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

Parágrafo único. Os dirigentes das fundações e sociedades civis autorizadas a executar o Serviço, além das exigências deste artigo, deverão manter residência na área da comunidade atendida.

(...)

Art. 14. As entidades interessadas na execução do RadCom, inclusive aquela cuja petição originou o comunicado de habilitação, deverão apresentar ao Ministério das Comunicações, no prazo fixado no comunicado de habilitação, os documentos a seguir indicados, além de atender as disposições estabelecidas em norma complementar:

I - estatuto da entidade, devidamente registrado;

II - ata da constituição da entidade e eleição dos seus dirigentes, devidamente registrada;

III - prova de que seus diretores são brasileiros natos, ou naturalizados há mais de dez anos;



IV - comprovação de maioria dos diretores;

V - declaração assinada de cada diretor, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o Serviço;

VI - manifestação em apoio à iniciativa, formulada por entidades associativas e comunitárias, legalmente constituídas e sediadas na área pretendida para a prestação do Serviço, e firmada por pessoas naturais ou jurídicas que tenham residência, domicílio ou sede nessa área.

Art. 15. Se apenas uma entidade se habilitar para a prestação do Serviço, estando regular a documentação apresentada, o Ministério das Comunicações expedirá autorização à referida entidade.

10. É oportuno destacar que o procedimento seletivo em análise foi regido pela Portaria deste Ministério nº 4.334, de 17 de setembro de 2015 (DOU de 21 de setembro de 2015), com alterações realizadas pela Portaria nº 1.909, de 05 de abril de 2018 (DOU de 9 de abril de 2018), visto que era o ato normativo infralegal vigente à época da publicação do aviso de habilitação de interessados, *in verbis*:

PORTARIA Nº 4.334, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

Art. 1º Esta Portaria visa regulamentar as disposições relativas ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, instituído pela [Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998](#).

Parágrafo único. Denomina-se Serviço de Radiodifusão Comunitária a radiodifusão sonora, em frequência modulada, operada em baixa potência e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o Serviço. (NR) ([Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018](#))

(...)

Art. 8º O processo de outorga de autorização para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária obedecerá às seguintes fases:

I - publicação do edital;

II - habilitação;

III - seleção da entidade com maior representatividade;

IV - instrução do processo selecionado; e

V - procedimentos para finalizar a outorga de autorização.

Da Habilitação

Art. 21. A habilitação é a fase do processo de outorga em que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações verifica a tempestividade da apresentação dos documentos habilitantes e se estes atendem ao definido no edital. ([Retificado pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018](#))

Art. 22. São documentos habilitantes:

I - requerimento de outorga ([Anexo 2](#)), com as declarações nele elencadas; ([Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018](#))

II - estatuto social da entidade atualizado;

III - ata de constituição da entidade;

IV - ata de eleição dos atuais dirigentes;

V - prova de que todos os diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;

VI - comprovação de maioria dos diretores; e

VII - manifestações em apoio à iniciativa firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço (Anexos 3 e 4).

VIII - comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento. ([Incluído pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018](#))

§ 1º As coordenadas indicadas no Requerimento de Outorga devem respeitar o [art. 23](#), estar situadas dentro da área do Município e obedecer à padronização GPS-WGS84, na forma GGº MM' SS", com apenas dois dígitos inteiros, em que tanto os minutos (MM') como os segundos (SS") na latitude e na longitude não deverão ultrapassar o limite máximo de 59.

§ 2º Todas as atas bem como as eventuais alterações do estatuto social devem estar registradas no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

§ 3º A prova da maioria e nacionalidade se dará por meio dos seguintes documentos:

I - certidão de nascimento ou casamento;

II - certificado de reservista;

III - cédula de identidade;

IV - certificado de naturalização expedido há mais de dez anos;

V - carteira profissional;

VI - carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS); ou

VII - passaporte.

(...)

Art. 23. As coordenadas geográficas do sistema irradiante propostas pelas entidades interessadas deverão **guardar uma distância mínima de quatro quilômetros do sistema irradiante de entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária.**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Parcerias Jurídicas 4/1/2020 (3544212) - SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 23

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

Art. 24. Caso algum dos documentos constantes do art. 22 seja **enviado em desacordo com as disposições desta Portaria**, será **conferida uma única oportunidade, a ser cumprida no prazo improrrogável de sessenta dias**, para que a irregularidade encontrada seja saneada, sob pena de inabilitação.

(...)

Art. 28. Seleção é a fase na qual serão escolhidas, dentre as concorrentes habilitadas, aquela que passará à fase de instrução processual, tendo em consideração a pontuação em manifestações em apoio válidas e as relações de concorrência direta e indireta.

Parágrafo único. A fase de seleção somente ocorrerá quando houver concorrência.

(...)

Da Instrução

Art. 38. A fase de instrução é o momento em que a entidade selecionada deve apresentar documentos ainda não encaminhados, desde que não sejam habilitantes, ou retificar vícios sanáveis.

(...)

§ 2º O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações instruirá o processo com os documentos previstos nos incisos III, IV, V, VI e VII do art. 39. ([Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018](#))

(...)

Art. 39. São documentos necessários à instrução:

I - comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento;

II - Formulário de Dados de Funcionamento da Estação;

III - comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ;

IV - certidão negativa de débitos de receitas administradas pela ANATEL;

V - certidão que comprove a regularidade da entidade com a Seguridade Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

VI - certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal; e

VII - certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.

(...)

Art. 41. Com o objetivo de instruir o processo, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará solicitação, a ser cumprida no prazo de trinta dias, prorrogável uma única vez e por igual período a requerimento da entidade interessada. § 1º Caso a entidade apresente resposta, mas não envie todos os documentos ou os envie com alguma deficiência, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará apenas mais uma solicitação a ser cumprida no prazo improrrogável de trinta dias.

§ 2º Na hipótese do art. 16, § 1º, **ou em Município que não possua entidade autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, poderão ser encaminhadas até duas notificações adicionais à entidade, cada qual a ser cumprida no prazo improrrogável de trinta dias.**

Do Recurso

Art. 46. Das decisões administrativas cabe recurso para impugnar as razões de legalidade e de mérito.

§ 1º O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar, o encaminhará, sem necessidade de provocação, à autoridade superior.

§ 2º **O prazo para interposição de recurso administrativo é de trinta dias**, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.

§ 3º O prazo recursal é improrrogável, mas pode ser suspenso nos termos da Lei nº. 9.784, de 1999.

Art. 47. O recurso interpõe-se por meio de requerimento, no qual o recorrente deverá expor os fundamentos do pedido de reexame, podendo juntar os documentos que julgar convenientes.

§ 1º Na análise do recurso, não serão considerados documentos apresentados na fase recursal e que deveriam ter sido apresentados em outro momento processual.

§ 2º O disposto no §1º não se aplica:

I - quando todas as concorrentes forem inabilitadas; ou

II - no caso de decisão que inabilita a entidade por descumprimento do § 1º do art. 22.

§ 3º Na hipótese do art. 47, § 2º, II, eventual alteração das coordenadas não prejudicará o andamento de outros processos já habilitados e a entidade perderá toda a pontuação obtida com manifestações em apoio.

Da Autorização para Executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária

Art. 70. A autorização para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária será formalizada mediante portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser publicada no Diário Oficial da União.

§ 1º A portaria a que se refere o caput deverá indicar, no mínimo:



- I - razão social da entidade;
- II - número de registro no CNPJ da entidade;
- III - serviço objeto da outorga;
- IV - Município e Unidade da Federação de execução do serviço;
- V - prazo de outorga e;
- VI - frequência e canal de operação.

§ 2º A portaria de outorga terá efeitos tão somente a partir da deliberação do Congresso Nacional, ressalvado o disposto no [art. 2º](#), parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 1998.

11. Deste modo, não subsiste dúvida que a apreciação de pedido para execução do serviço de radiodifusão comunitária deve ser realizada à luz do que dispõe a legislação anteriormente mencionada.

12. É oportuno registrar que os efeitos legais da emissão definitiva da outorga para prestação do serviço de radiodifusão encontram-se condicionados à **apreciação prévia do Congresso Nacional, consoante o disposto no art. 223, § 3º, da Constituição Federal.**

II.2 - ANÁLISE TÉCNICA REALIZADA PELA SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

13. Após a exposição do conjunto normativo a ser observado na análise e processamento da solicitação para prestação do serviço de radiodifusão comunitária, cumpre analisar as especificidades do caso em questão, no que se refere ao aspecto jurídico-formal.

14. Compulsando os autos do Processo Administrativo em epígrafe, verifica-se que a Secretaria de Radiodifusão, por meio da já citada NOTA TÉCNICA Nº 11158/2020/SEI-MCTIC, manifestou-se favorável à autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária pela Associação de Radiodifusão Comunitária da Lagoa do Mato.

15. Verifica-se que a SERAD manifestou-se no sentido de que houve o preenchimento dos requisitos previstos nas normas aplicáveis à espécie, para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária pela Associação de Radiodifusão Comunitária da Lagoa do Mato, na localidade de Brejo Santo/CE.

16. Como foi abordado alhures, a Associação de Radiodifusão Comunitária da Lagoa do Mato foi a única entidade habilitada, não havendo outras entidades interessadas/concorrentes na prestação do serviço de radiodifusão comunitária.

17. No que concerne ao preenchimento dos requisitos estabelecidos nos normativos de regência, notadamente a Portaria deste Ministério nº 4.334, de 2015, verifica-se que o requerimento administrativo apresentado pela citada Associação é tempestivo, porquanto foi apresentado em 12 de junho de 2018, dentro do prazo previsto no Edital de Seleção Pública nº 94/2018/SEI-MCTIC, publicado no Diário Oficial da União - DOU, de 13 de abril de 2018, conforme checklist realizado pela SERAD (Doc nº 5550725 - SEI).

18. A referida Associação carreteou os seguintes documentos, dentre outros: i) requerimento de outorga, subscrito por todos dirigentes (Doc. nº 3079891 - fls. 01/03 - SEI); ii) Estatuto Social, devidamente registrado, contendo a finalidade de executar o serviço de radiodifusão comunitária (Doc. nº 3079891 - fls. 9/17 - SEI c/c fls. 14/24 - SEI [5073977](#)); iii) Ata registrada de constituição registrada no cartório (Doc. nº 3079891 - fls. 4/8 - SEI); iv) Ata de eleição correspondente à diretoria em exercício, registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas (Doc. nº 3079891 - fls. 4/8 - SEI); v) comprovantes de nacionalidade e maioridade dos diretores dirigentes (Doc. nº 3079891 - fls. 20, 23, 29, 30, 33, 36, 38, 40 - SEI); vi) Manifestações de apoio à iniciativa, firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço (Doc. nº 3079891 - fls. 46/91 - SEI); vii) Comprovante de recolhimento de taxa de cadastramento (Doc. nº 3079891 - fls. 44/45 - SEI); viii) Formulário de dados de funcionamento da estação/projeto técnico (Doc. nº 3980535 - fls. 7/15 - SEI); ix) Comprovante de inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica - CNPJ (Doc. nº 5550434 - SEI); x) certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel (Doc. nº 5550441 - SEI); xi) certidão de regularidade junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, cuja validade era **até o dia 29 de junho de 2020** (Doc. nº 5550453 - SEI); xii) certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, cuja validade é até 07 de novembro de 2020 (Doc. nº 5550446 - SEI); xiii) certidão negativa de débitos trabalhistas, cuja validade é até 23 de novembro de 2020 (Doc. nº 5550449 - SEI); xiv) informação sobre a inexistência de realização de operação clandestina pela citada Associação, conforme pesquisa no sistema de fiscalização - RADAR (Doc. nº 5550484 - SEI); xv) inexistência de processos judiciais que obstem o deferimento da outorga (Doc. nº 5550456 - SEI).

19. Merece registro que o Estatuto Social da Associação prevê a possibilidade de ingresso gratuito de associados (art. 6º) e, também, prevê a existência de conselho comunitário (art. 25), como requer o art. 40, incisos II e IV, da Portaria deste Ministério nº 4.334, de 2015) - (Doc. nº 3079891 - fls. 9/17 SEI).

20. Foi modificado o artigo 25 do Estatuto da entidade, para incluir a previsão de, no



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Portaria nº 41/2020 (3544212) - SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 25

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

mínimo, 5 (cinco) membros no Conselho Comunitário (fls. 14/24 SEI 5073977). Isto se deu para a integral observância do artigo 8º da Lei 9.612/98. **Consta dos autos (Doc. nº 3079891- fls. 4/7 SEI) a ata de eleição do referido Conselho com apenas 3 (três) membros. Logo, é necessário que ANTES da autorização da outorga, a SERAD diligencie para obter a comprovação de que o atual Conselho Comunitário atende à composição legal.**

21.A SERAD informa que não existem vínculos vedados pelo art. 11 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, como se constata do disposto no quadro de conferência documental aposto na Nota Técnica 11158/2020/SEI-MCTIC (Doc Sei 5550508).

22.Consta no teor do requerimento de outorga, devidamente assinado pelos dirigentes da mencionada Associação, que os seus representantes afirmam que residem dentro da área pretendida para prestação do serviço de radiodifusão e que os mesmos possuem bons antecedentes (Doc. nº 3079891- fls.01/03 - SEI).

23.É recomendável que a SERAD verifique a validade das certidões atualizadas relativas à demonstração do cumprimento dos requisitos previstos na legislação, notadamente em relação ao FGTS, antes da edição da portaria ministerial, que trata da autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária.

24. Por derradeiro, nota-se que há nos autos uma certidão negativa de Débitos da Fazenda Estadual (Fl. 62 SEI 3079891) que pode ser desentranhada por se referir a outra pessoa jurídica (CNPJ distinto da entidade Associação de Radiodifusão Comunitária da Lagoa do Mato).

25. Ademais, a manifestação de apoio de fl.51 – SEI 3079891 parece não ter sido firmada pela representante legal da Associação das Donas de Casa de Lagoa do Mato , visto que não é a Presidente Francisca Gonçalves de Sousa quem firma o documento. Este foi assinado por Maria Gonçalves de Sousa Pinheiro, membro do Conselho Fiscal daquela associação. Logo, tal manifestação de apoio deve ser desconsiderada.

26.Face ao exposto e após o atendimento das orientações acima apresentadas não existe óbice, no aspecto jurídico-formal, que obstaculize a concessão de autorização ora solicitada a Associação de Radiodifusão Comunitária da Lagoa do Mato, para prestação do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Brejo Santo/CE, pelo prazo de 10 (dez) anos.

III - CONCLUSÃO

27.Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações:

a) Tão somente após o atendimento das recomendações apresentadas neste parecer, é que se conclui que não existe impedimento jurídico para emissão de autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária pela Associação de Radiodifusão Comunitária da Lagoa do Mato, na localidade de Brejo Santo, estado do Ceará, pelo prazo de 10 (dez) anos;

b) O Estatuto da Associação (art.25) passou a prever o mínimo de cinco membros no Conselho Comunitário, como preconiza o artigo 8º da Lei 9.612/98. Todavia, consta dos autos (Doc. nº 3079891- fls. 4/7 SEI) a ata de eleição do Conselho Comunitário com apenas 3 (três) membros. Logo, é necessário que **ANTES da autorização** da outorga, a SERAD diligencie para obter a comprovação de que o atual Conselho Comunitário atende à composição legal mínima de cinco representantes;

c) É recomendável que a SERAD verifique a validade das certidões atualizadas relativas à demonstração do cumprimento dos requisitos previstos na legislação, **notadamente em relação ao FGTS, antes da edição da portaria ministerial**, que trata da autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária;

d) as minutas de portaria e de exposição de motivos, elaboradas pela SERAD, estão aptas a serem assinadas pela autoridade competente, no que se refere ao seu conteúdo, cabendo à mencionada Secretaria verificar a existência de eventual erro material;

e) é necessária a deliberação do Congresso Nacional sobre a prestação do serviço de radiodifusão comunitária pela entidade interessada, consoante o disposto no art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

f)É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta autorizar, por meio de edição de portaria, a execução do serviço de radiodifusão comunitária.

g)Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Radiodifusão – SERAD para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis, inclusive no que concerne à submissão da matéria ao Congresso Nacional para deliberação.

À consideração superior.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Parecer Jurídico 41/2020 (3544212) - SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 26

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

Brasília, 30 de setembro de 2020.

TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK
ADVOGADA DA UNIÃO
COORDENADORA JURÍDICA DE LICITAÇÃO DE RADIODIFUSÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250034232201810 e da chave de acesso c7444dc2

Documento assinado eletronicamente por TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 506851494 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK. Data e Hora: 30-09-2020 15:22. Número de Série: 17397143. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Parecer Jurídico 41/2020 (5944212) SER 01250.004232/2018-10 / pg. 27

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE RADIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)

2027-6535/6196

DESPACHO n. 00097/2020/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.034232/2018-10

INTERESSADO: Secretaria de Radiodifusão – SERAD

ASSUNTO: Autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária

1. Aprovo o PARECER n. 00041/2020/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, elaborado pela advogada da União Tatiane Flores Cavalcante Razuk.
2. Os autos do Processo Administrativo em análise versam sobre processo seletivo para obtenção de autorização relacionada à prestação de serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Brejo Santo/CE.
3. É necessário que a SERAD atente para as orientações apresentadas nos itens 20, 23 e 27, subitens "b" e "c", do PARECER n. 00041/2020/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, que versa sobre a verificação do quantitativo de membros do conselho comunitário e da regularidade junto ao FGTS.
4. Após o devido atendimento das orientações acima mencionadas, não existe impedimento jurídico para o acolhimento do pedido de autorização para exploração de serviço de radiodifusão comunitária pela Associação de Radiodifusão Comunitária da Lagoa do Mato.
5. É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta autorizar, por meio de edição de portaria, a execução do serviço de radiodifusão comunitária.
6. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Radiodifusão – SERAD para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis, inclusive no que concerne à submissão da matéria ao Congresso Nacional para deliberação.

À consideração superior.

Brasília, 01 de outubro de 2020.

assinado eletronicamente

JOÃO PAULO SANTOS BORBA

ADVOGADO DA UNIÃO

COORDENADOR JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA E COMUNITÁRIA

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250034232201810 e da chave de acesso c7444dc2

Documento assinado eletronicamente por JOAO PAULO SANTOS BORBA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 506922260 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOAO PAULO SANTOS BORBA. Data e Hora: 02-10-2020 08:57. Número de Série: 17498657. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Parecer Jurídico 41/2020 (3544212)

SEP 01250.034232/2018-10 / pg. 28

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE RÁDIO-DIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)

2027-6535/6196

DESPACHO n. 00114/2020/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.034232/2018-10

INTERESSADOS: SECRETARIA DE RÁDIO-DIFUSÃO - SERAD

ASSUNTOS: RÁDIO-DIFUSÃO

1. De acordo. À consideração da Sra. Consultora Jurídica, para avaliação.

Brasília, 02 de outubro de 2020.

EMMANUEL FELIPE BORGES PEREIRA SANTOS
ADVOGADO DA UNIÃO
COORDENADOR-GERAL DE ASSUNTOS DE COMUNICAÇÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250034232201810 e da chave de acesso c7444dc2

Documento assinado eletronicamente por EMMANUEL FELIPE BORGES PEREIRA SANTOS, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 508389220 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): EMMANUEL FELIPE BORGES PEREIRA SANTOS. Data e Hora: 02-10-2020 16:49. Número de Série: 63699179115455140128219511629. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Parcer Jurídico 41/2020 (5944212) - NUP 01250.034232/2018-10 / pg. 29

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6535/6196

DESPACHO n. 00117/2020/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.034232/2018-10

INTERESSADOS: SECRETARIA DE RÁDIODIFUSÃO - SERAD

ASSUNTOS: RÁDIODIFUSÃO

1. Aprovo o PARECER pelos seus próprios fundamentos.
2. Encaminhe-se conforme sugerido.

Brasília, 02 de outubro de 2020.

CAROLINA SCHERER BICCA
CONSULTORA JURÍDICA MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250034232201810 e da chave de acesso c7444dc2

Documento assinado eletronicamente por CAROLINA SCHERER BICCA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 508420137 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): CAROLINA SCHERER BICCA. Data e Hora: 02-10-2020 17:33. Número de Série: 1785584. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Parecer Jurídico 41/2020 (5944212) - NUP 01250.034232/2018-10 / pg. 30

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

DESPACHO

Processo nº: **01250.034232/2018-10**

De ordem do Senhor Secretário de Radiodifusão, encaminhe-se o presente processo ao Departamento de Outorga e Pós-Outorga, para conhecimento do Parecer Jurídico nº 41/2020 (5944212), e adoção de providências cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 05/10/2020, às 10:37 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **5945615** e o código CRC **EEA2B290**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.034232/2018-10

SEI-MCOM nº 5945615



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

DESPACHO

Processo nº: 01250.034232/2018-10

Referência: Parecer nº 00041/2020/CONJUR-MCOM/CGU/AGU 5944212

Interessado: Associação de Radiodifusão Comunitária a Lagoas do Mato.

Assunto: Revisão final de outorga. Consulta Conjur. Devolução dos autos.

De ordem do Diretor, encaminhe-se este processo à Coordenação-Geral de Outorgas (CGOU) para providências cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **Daniella Borges Silverio Ferreira, Administradora**, em 05/10/2020, às 12:05 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **5945813** e o código CRC **8ED5CA33**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.034232/2018-10

SEI-MCOM nº 5945813



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Despacho DE OFC_MCOM 5945813

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 32

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA – CGCE

PARECER Nº 1100/2012/SJL/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU

PROCESSO nº 53000.027498/2012

INTERESSADO: Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

EMENTA: Consulta. Conselho Comunitário – momento para instituição.

I – Consulta referente ao Conselho Comunitário antevisto pelo art. 8º da Lei nº 9.612, de 1998.

II – Prazo máximo para sua instituição: previamente à expedição da autorização de operação em caráter provisório ou da licença para funcionamento.

III – Devolução dos autos à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Senhor Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica,

A Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária da Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica encaminha para exame e parecer desta Consultoria Jurídica, por intermédio da Nota Técnica nº 1559/2012/CGRC/DEOC/SCE-MC (fls. 2/3), consulta acerca do Conselho Comunitário de que trata a Lei nº 9.612, de 1998 (a qual instituiu o Serviço de Radiodifusão Comunitária).

2. A consulta se originou com questionamento de entidade participante de procedimento seletivo na localidade de Corumbataí, Estado de São Paulo (Associação Amigos de Corumbataí – Aviso nº 43, publicado no DOU de 19.01.2012), uma vez que teria iniciado o procedimento para alteração de seu estatuto, de modo a incluir a previsão do referido Conselho Comunitário, mas que se deparou com negativa por parte do cartório competente, diante da inexistência de prévia assembleia e por não se tratar ainda de autorizada, nos termos do art. 8º da Lei de RadCom.

3. Diante da negativa do registro em tempo hábil para apresentação da nova documentação já alterada por ocasião do prazo do aviso de habilitação, indaga-se acerca da possibilidade de emissão de uma declaração por parte desse Ministério de modo a dispensá-la da constituição do Conselho antes da outorga.

4. É o sucinto relatório.

5. O já mencionado Conselho Comunitário encontra previsão na Lei nº 9.612, de 1998, em seu art. 8º, senão, veja-se:

Art. 8º A entidade autorizada a explorar o Serviço deverá instituir um Conselho Comunitário, composto por no mínimo cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente instituídas, com o objetivo de acompanhar a

Esplanada dos Ministérios, Bloco "R" – sala 917 – CEP 70.044-900 – Brasília - DF
Telefones: (61) 3311-6535/3311-6196 Fax: (61) 3311-6602 Email: conjur@mc.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<http://infoleg.autenticidade-assinatura.camara.de.gov.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 33

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no art. 4º desta Lei.

6. Depreende-se, da leitura supra, o fundamental papel a ser desempenhado pelo referido Conselho, atuando como verdadeiro fiscal da emissora em prol da comunidade atendida, de modo a garantir a observância dos princípios como (I) preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade; (II) promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida; (III) respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida; e (IV) não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias.

7. Condição impostergável é a que diz respeito a sua composição, nos termos do supratranscrito art. 8º, qual seja, um órgão de no mínimo cinco membros, os quais representem entidades da comunidade local, desde que legalmente instituídas. Almeja a lei, igualmente, conferir uma participação diversificada e democrática ao órgão responsável pelo controle social sobre tão importante serviço público¹.

8. Por outro lado, a Lei ou seu Decreto Regulamentador (Decreto nº 2.615, de 1998) não determina que o referido Órgão detenha necessariamente previsão original no Estatuto, de onde se infere que o mesmo possa ser instituído posteriormente, em assembleia realizada pela entidade, com previsão a ser devidamente registrada em cartório, de modo a lhe conferir autenticidade, segurança e eficácia².

9. Quanto ao momento em que deve ser criado, muito embora a Lei também não o preveja expressamente, pode-se extrair do referido articulado que a exigência volta-se para a "entidade autorizada a explorar o Serviço". Desse modo, não se faz necessário que o referido órgão já esteja instituído por ocasião do prazo do Aviso, não se constituindo, portanto, em requisito de habilitação. Em verdade, o comando legal volta-se para aquela entidade já selecionada e para quem foi emitida a respectiva autorização.

10. Nesse sentido, aliás, já vem se posicionando esta CONJUR, ao analisar processos que se encontrem em fase final, com eleição de entidade a ser vencedora e cujo estatuto não anteveja a criação do referido Conselho. Nesses casos, tem-se opinado pela outorga da autorização, desde que seja providenciada ulteriormente a instituição do Conselho Comunitário.

11. A possibilidade de instituição posterior ao prazo do aviso também encontra respaldo na atual Norma Complementar nº 1, de 2011 (a qual rege o processo seletivo de que participa a entidade em questão), senão, veja-se.

12. Muito embora no subitem 8.2, alínea "k"³, conste que o estatuto social da entidade deva conter a previsão de instituição de um Conselho Comunitário, eventual ausência estatutária de referida indicação não enseja o indeferimento liminar do processo da entidade,

¹ Sobre a importância do serviço de RadCom, o qual se encontra inserido no âmbito do serviço de radiodifusão pública, leciona Ericson M. Scorsim [*in* TV Digital e Comunicação Social – Aspectos Regulatórios – TVS Pública, Estatal e Privada. Fórum. Belo Horizonte: 2008. p. 260]:

Já o sistema de radiodifusão público possibilita a concretização dos direitos à educação e à cultura, por intermédio das televisões educativas, e especialmente, no caso das televisões [*rectius*: rádios] comunitárias, o exercício direto pelos cidadãos das liberdades de expressão e de comunicação social. Vale dizer, o sistema público é o âmbito, por excelência, para a realização dos direitos sociais relacionados à educação e à cultura.

² Trata-se de princípios antevistos pela Lei de Registros Públicos (Lei nº 6.015, de 1973), em seu art. 1º *in verbis*. Art. 1º Os serviços concernentes aos Registros Públicos, estabelecidos pela legislação civil para autenticidade, segurança e eficácia dos atos jurídicos, ficam sujeitos ao regime estabelecido nesta Lei.

³ 8.2. O Estatuto Social das associações comunitárias e das fundações interessadas em executar o serviço deverá:

(...)
k) indicar que constituirá um Conselho Comunitário nos termos da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, caso a entidade venha a ser contemplada com uma outorga para a execução do serviço de radiodifusão comunitária.





nos termos dos subitens 8.3.1 (que prevê o indeferimento quando não observados o disposto nas alíneas "f" – endereço completo - e "g" – finalidade de executar o serviço de RadCom - do subitem 8.2 e no subitem 8.3) e 10.6, "a" (o qual antevê o indeferimento quando não obedecidas as previsões dos subitens 8.1.2 e 8.3.1) – ou seja, articulados que não abrangem a referida alínea "k", de onde se conclui pela possibilidade de posterior remessa de ofício de exigência à entidade, a fim de sanar a pendência.

13. Nesse diapasão, deve a entidade autorizada proceder à devida instituição do Conselho Comunitário até, no máximo, previamente à emissão (i) da autorização de operação em caráter provisório (hipótese prevista no subitem 16.1 da Norma Complementar nº 1/2011, caso o Congresso Nacional não tenha ainda apreciado a Portaria de autorização no prazo previsto no art. 64, §§2º e 4º, da Constituição Federal) ou (ii) da Licença de Funcionamento, ocasião em que estará apta para executar o serviço propriamente. Deve a SCE, portanto, conferir se a entidade já conta com o órgão em tela para que possa expedir a autorização em caráter provisório/Licença para Funcionamento.


14. Por fim, não se mostra despidendo frisar que a não manutenção do Conselho Comunitário configura-se em infração, nos termos do inciso V do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 1998.

15. Em face do exposto, pode-se concluir pela possibilidade de a entidade Associação Amigos de Corumbataí, participante do processo seletivo para a outorga do serviço de RadCom para a localidade de Corumbataí, Estado de São Paulo, (Aviso nº 43 – DOU de 19.01.2012) continuar no procedimento em tela, *desde que preenchidos os demais requisitos legais*, devendo providenciar a instituição de seu Conselho Comunitário, caso se sagre vencedora, até, no máximo, a prévia emissão da respectiva autorização para operação em caráter precário ou da Licença para Funcionamento propriamente.

16. Elaboradas as considerações acima, por intermédio das quais, salvo melhor juízo, restou esclarecida a consulta *in casu*, sugere-se o retorno dos autos à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica.

À consideração superior.

Brasília, 20 de junho de 2012


SOCORRO JANAINA M. LEONARDO
Advogada da União

Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Educativa e Comunitária



EM BRANCO



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<http://infoleg.autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

União - nº 1100/2012/SSL/CGEL/CONJUR/MC/CGU/ACB (000265)

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 36

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

NOTA TÉCNICA Nº 275/2021/SEI-MCOM

Processo nº: **01250.034232/2018-10.**

Assunto: **DEVOLUÇÃO À CONJUR. ESCLARECIMENTOS.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de requerimento de autorização da **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA DO MATO** para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Brejo Santo/CE**, em razão do Edital nº 94/2018, publicado no Diário Oficial da União de 13/04/2018.

ANÁLISE

2. Por meio da Nota Técnica nº 11158/2020/SEI-MCTIC (5550508), esta Coordenação-Geral de Outorgas submeteu o processo à Consultoria Jurídica, conforme determina o art. 50 da Portaria nº 4334/2015 e suas alterações: *"Art. 50. Havendo uma entidade vencedora e concluída a análise dos recursos eventualmente interpostos, o processo será remetido à Consultoria Jurídica para análise quanto à regularidade do procedimento."*

3. Em devolução, por meio do Parecer Jurídico nº 00041/2020/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (5944212) A Consultoria Jurídica devolveu o processo, com as seguintes exigências:

"20. Foi modificado o artigo 25 do Estatuto da entidade, para incluir a previsão de, no mínimo, 5 (cinco) membros no Conselho Comunitário (fls. 14/24 SEI 5073977). Isto se deu para a integral observância do artigo 8º da Lei 9.612/98. Consta dos autos (Doc. nº 3079891- fls. 4/7 SEI) a ata de eleição do referido Conselho com apenas 3 (três) membros. Logo, é necessário que ANTES da autorização da outorga, a SERAD diligencie para obter a comprovação de que o atual Conselho Comunitário atende à composição legal.

...

23.É recomendável que a SERAD verifique a validade das certidões atualizadas relativas à demonstração do cumprimento dos requisitos previstos na legislação, notadamente em relação ao FGTS, antes da edição da portaria ministerial, que trata da autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária.

...

27.Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações:

a) Tão somente após o atendimento das recomendações apresentadas neste parecer, é que se conclui que não existe impedimento jurídico para emissão de autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária pela Associação de Radiodifusão Comunitária da Lagoa do Mato, na localidade de Brejo Santo, estado do Ceará, pelo prazo de 10 (dez) anos;

b) O Estatuto da Associação (art.25) passou a prever o mínimo de cinco membros no Conselho Comunitário, como preconiza o artigo 8º da Lei 9.612/98. Todavia, consta dos autos (Doc. nº 3079891- fls. 4/7 SEI) a ata de eleição do Conselho Comunitário com apenas 3 (três) membros. Logo, é necessário que ANTES da autorização da outorga, a SERAD diligencie para obter a comprovação de que o atual Conselho Comunitário atende à composição legal mínima de cinco representantes;



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticadoredassinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Nota Técnica 275 (0366195)

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 37

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

c) É recomendável que a SERAD verifique a validade das certidões atualizadas relativas à demonstração do cumprimento dos requisitos previstos na legislação, notadamente em relação ao FGTS, antes da edição da portaria ministerial, que trata da autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária;"

4. Da transcrição do Parecer, verifica-se que a Consultoria Jurídica entendeu ser exigível, **neste momento**, que a composição do Conselho Comunitário esteja concluída, nos termos do art. 8º da Lei nº 9.612/1998 e dos art. 113 a 116 da Portaria nº 4.334/2015, com as alterações introduzidas pelas Portarias nº 1.909/2018 e 1.976/2018, destacando-se:

Lei nº 9.612/1998:

Art. 8º A entidade autorizada a explorar o Serviço deverá instituir um Conselho Comunitário, composto por no mínimo cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente constituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no art. 4º desta Lei.

Portaria nº 4.334/2015 e alterações:

Art. 40. O estatuto social da entidade deverá estar de acordo com o Código Civil e conter as seguintes disposições:

I - indicação da finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão;

II - garantia de ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica, vedado o condicionamento do ingresso à aprovação pela diretoria ou à indicação por outro associado;

III - garantia do direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas;

IV - garantia às pessoas físicas do direito de votarem e serem votadas para os cargos de direção, e às pessoas jurídicas do direito de votarem para os cargos diretivos; e

V - especificação do órgão administrativo da entidade e do Conselho Comunitário, bem como o modo de funcionamento, notadamente no que concerne:

a) aos cargos que compõem a estrutura administrativa, bem como as suas respectivas atribuições;

b) ao tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, sendo admitida uma recondução, após a qual será vedada a permanência dos mesmos dirigentes, ainda que em cargos diversos.

§ 1º O estatuto social não será considerado irregular, na forma do inciso I do **caput**, se da leitura do seu conjunto for possível depreender que a entidade tem a finalidade de prestar o Serviço de Radiodifusão.

§ 2º O estatuto social não poderá conter cláusula de que a entidade, por qualquer meio, realize ou realizará proselitismo.

Art. 113. O Conselho Comunitário é órgão autônomo de **fiscalização e encarregado de zelar pelo cumprimento das finalidades e princípios do Serviço de Radiodifusão Comunitária** estabelecidos nos artigos 3º e 4º da Lei nº 9.612, de 1998.

Art. 114. A entidade autorizada deverá instituir um Conselho Comunitário, composto por representantes de, no mínimo, cinco entidades legalmente constituídas.

§ 1º Poderão indicar representantes para compor o Conselho Comunitário, dentre outras, entidades de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, excluída a própria executora do serviço e a Administração Pública direta e indireta.

§ 3º Cada entidade que tenha a intenção de indicar componente para o Conselho Comunitário poderá apresentar apenas um representante, ressalvada a hipótese de inexistir um número mínimo de entidades que queiram participar do Conselho, sendo permitido, neste caso, que uma mesma entidade indique mais de um representante, até totalizar, no mínimo, cinco Conselheiros Comunitários.

§ 4º A entidade autorizada deverá encaminhar cópia do comprovante de inscrição e de situação cadastral no CNPJ de cada entidade que vier a compor o Conselho.



Art. 115. Compete ao Conselho Comunitário, no exercício de suas funções:

I - fiscalizar a programação da emissora;

II - solicitar ao órgão de direção da entidade autorizada informações e esclarecimentos concernentes à gestão das atividades, área editorial, direção da programação, dentre outros;

III - fazer recomendações ao órgão de direção da entidade autorizada;

IV - realizar pesquisa de satisfação ou opinião junto à comunidade atendida;

V - receber reclamações, denúncias e elogios; e

VI - submeter ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e aos órgãos de direção da entidade autorizada relatório circunstanciado acerca da programação.

Art. 116. Sempre que solicitado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, a entidade deverá apresentar relatório, elaborado pelo Conselho Comunitário, contendo a grade de programação com a descrição e a avaliação dos programas veiculados, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Parágrafo único. O relatório deverá ser assinado por todos os Conselheiros Comunitários e devem estar indicadas as entidades representadas por cada um deles.

5. Tendo em vista o disposto no art. 40, inciso V da mesma Portaria, nos processos que tramitam perante a Coordenação-Geral de Outorgas é exigido das interessadas que tal **órgão de fiscalização** conste do estatuto social, com a correta composição e suas competências e, em caso de alguma divergência e/ou ausência, a entidade é notificada a alterar o estatuto social.

6. Assim, em razão das competências específicas do Conselho Comunitário, que dizem respeito diretamente à **programação veiculada pela entidade autorizada**, é exigida a previsão legal, mas a sua instituição e correta constituição somente será exigida após o deferimento da outorga, nas palavras do Parecer nº 1100/2012/SJL/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU (6366265):

“13. Nesse diapasão, deve a entidade autorizada proceder à devida instituição do Conselho Comunitário até, no máximo, previamente à emissão (i) da autorização de operação em caráter provisório (hipótese prevista no subitem 16.1 da Norma Complementar nº 1/2011, caso o Congresso nacional não tenha ainda apreciado a Portaria de autorização no prazo previsto no art. 64, ++2º e 4º, da Constituição Federal) ou (ii) da licença de Funcionamento, ocasião em que estará apta para executar o serviço propriamente. Deve a SCE, portanto, conferir se a entidade já conta com o órgão em tela para que possa expedir a autorização em caráter provisório/Licença para funcionamento.”

7. Com base nesse entendimento sedimentado, inclusive, nunca houve óbice para que conste no estatuto social, a expressa previsão de que o Conselho Comunitário “somente será constituído no prazo máximo de 30 dias após o recebimento da licença provisória.”

8. Diante do exposto, esta Coordenação-Geral solicita que a Consultoria Jurídica informe, de forma vinculante a todos os processos de outorga em andamento, se deve ser exigida a composição do Conselho Comunitário para a elaboração da revisão final do processo, ou se mantém o entendimento anterior.



em relação à renovação das certidões, constatou-se a impossibilidade apenas de expedição daquela expedida pela Receita Federal, de débitos federais, o que

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticadoredassinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Nota Técnica 275 (0566195)

SEI 01250-034292/2018-10 / pg. 39

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

ocorreu com outros processos que retornaram da Consultoria Jurídica, e são objeto de uma única exigência para cumprimento. Assim, quanto a isso, entende-se que a mesma oportunidade deva ser dada à entidade interessada, após o retorno dos autos a esta Coordenação-Geral.

CONCLUSÃO

10. Com base nos esclarecimentos apresentados, esta Coordenação-Geral de Outorgas opina pela devolução dos autos à Consultoria Jurídica, para dirimir a dúvida suscitada, para aplicação a todos os processos de outorga em andamento.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Alice Lorena de Barros Santos, Técnico de Nível Superior**, em 19/02/2021, às 13:57 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal**, em 19/02/2021, às 14:01 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Outorgas**, em 19/02/2021, às 14:35 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **William Ivo Koshevnikoff Zambelli, Diretor do Departamento de Outorga e Pós-Outorga**, em 03/03/2021, às 19:12 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **6366195** e o código CRC **32C4208B**.

Minutas e Anexo:

Parecer Jurídico 1100/2012 6366265

Referência: Processo nº 01250.034232/2018-10

SEI nº 6366195



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Nota Técnica 275 (6366195)

SEI nº 01250.034232/2018-10 / pg. 40

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

Ofício Interno nº 1514/2021/MCOM

Brasília, 4 de março de 2021

A Senhora
Carolina Scherer Ricca
Consultora Jurídica
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Nota Técnica 275/2021/SEI-MCOM (6366195)

Senhora Consultora Jurídica,
Encaminho a Vossa Senhoria a Nota Técnica 275/2021/SEI-MCOM (6366195), para conhecimento e providência que julgar necessária.
Atenciosamente,

Maximiliano Salvadori Martinhão
Secretário de Radiodifusão



Documento assinado eletronicamente por **Maximiliano Salvadori Martinhão, Secretário de Radiodifusão**, em 05/03/2021, às 17:30 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **6664159** e o código CRC **56C08A3D**.

Em caso de resposta a este Ofício Interno, fazer referência expressa a: Ofício nº 1514/2021/@setor@ - Processo nº 01250.034232/2018-10 - Nº SEI: 6664159



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE RÁDIO-DIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF

FONE: (61) 2027-6535/6196

PARECER n. 00075/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.034232/2018-10

INTERESSADOS: SECRETARIA DE RÁDIO-DIFUSÃO - SERAD E OUTROS

ASSUNTOS: RÁDIO-DIFUSÃO

- I – Composição do Conselho Comunitário. Art. 8º da Lei nº 9.612, de 1998;
- II - Ausência de divergência entre manifestações jurídicas;
- III – Devolução dos autos à Secretaria de Radiodifusão.

Senhor Coordenador-Geral de Radiodifusão e Telecomunicações,

I - RELATÓRIO

1. Através da **NOTA TÉCNICA Nº 275/2021/SEI-MCOM** (SEI 6366195), a Secretaria de Radiodifusão encaminha os autos a esta Consultoria *"para dirimir a dúvida suscitada, para aplicação a todos os processos de outorga em andamento"*.
2. Trata-se de processo que versa sobre a seleção pública para outorga do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Brejo Santo, no Estado do Ceará. A regularidade do procedimento já foi objeto de análise jurídica (**PARECER n. 00041/2020/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**), que assim concluiu:

III – CONCLUSÃO

27.Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações:

- a) Tão somente após o atendimento das recomendações apresentadas neste parecer, é que se conclui que não existe impedimento jurídico para emissão de autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária pela Associação de Radiodifusão Comunitária da Lagoa do Mato, na localidade de Brejo Santo, estado do Ceará, pelo prazo de 10 (dez) anos;
- b) O Estatuto da Associação (art.25) passou a prever o mínimo de cinco membros no Conselho Comunitário, como preconiza o artigo 8º da Lei 9.612/98. Todavia, consta dos autos (Doc. nº 3079891- fls. 4/7 SEI) a ata de eleição do Conselho Comunitário com apenas 3 (três) membros. Logo, é necessário que **ANTES da autorização** da outorga, a SERAD diligencie para obter a comprovação de que o atual Conselho Comunitário atende à composição legal mínima de cinco representantes;
- c) É recomendável que a SERAD verifique a validade das certidões atualizadas relativas à demonstração do cumprimento dos requisitos previstos na legislação, **notadamente em relação ao FGTS, antes da edição da portaria ministerial**, que trata da autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária;
- d) as minutas de portaria e de exposição de motivos, elaboradas pela SERAD, estão aptas a serem assinadas pela autoridade competente, no que se refere ao seu conteúdo, cabendo à mencionada Secretaria verificar a existência de eventual erro material;
- e) é necessária a deliberação do Congresso Nacional sobre a prestação do serviço de radiodifusão comunitária pela entidade interessada, consoante o disposto no art. 223, § 3º, da Constituição Federal.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

s.agu.gov.br/documento/595106547

https://sapiens.agu.gov.br/documento/595106547

f) É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta autorizar, por meio de edição de portaria, a execução do serviço de radiodifusão comunitária.

g) Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Radiodifusão – SERAD para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis, inclusive no que concerne à submissão da matéria ao Congresso Nacional para deliberação.

3. Ato contínuo, a área técnica solicita esclarecimentos sobre as recomendações expostas na manifestação supra citada, nos seguintes termos:

4. Da transcrição do Parecer, verifica-se que a Consultoria Jurídica entendeu ser exigível, **neste momento**, que a composição do Conselho Comunitário esteja concluída, nos termos do art. 8º da Lei nº 9.612/1998 e dos arts. 113 a 116 da Portaria nº 4.334/2015, com as alterações introduzidas pelas Portarias nº 1.909/2018 e 1.976/2018, destacando-se:

Lei nº 9.612/1998:

Art. 8º A entidade autorizada a explorar o Serviço deverá instituir um Conselho Comunitário, composto por no mínimo cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente constituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no art. 4º desta Lei.

Portaria nº 4.334/2015 e alterações:

Art. 40. O estatuto social da entidade deverá estar de acordo com o Código Civil e conter as seguintes disposições:

I - indicação da finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão;

II - garantia de ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica, vedado o condicionamento do ingresso à aprovação pela diretoria ou à indicação por outro associado;

III - garantia do direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas;

IV - garantia às pessoas físicas do direito de votarem e serem votadas para os cargos de direção, e às pessoas jurídicas do direito de votarem para os cargos diretivos; e

V - especificação do órgão administrativo da entidade e do Conselho Comunitário, bem como o modo de funcionamento, notadamente no que concerne:

a) aos cargos que compõem a estrutura administrativa, bem como as suas respectivas atribuições;

b) ao tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, sendo admitida uma recondução, após a qual será vedada a permanência dos mesmos dirigentes, ainda que em cargos diversos.

§ 1º O estatuto social não será considerado irregular, na forma do inciso I do **caput**, se da leitura do seu conjunto for possível depreender que a entidade tem a finalidade de prestar o Serviço de Radiodifusão.

§ 2º O estatuto social não poderá conter cláusula de que a entidade, por qualquer meio, realize ou realizará proselitismo.

Art. 113. O Conselho Comunitário é órgão autônomo de **fiscalização e encarregado de zelar pelo cumprimento das finalidades e princípios do Serviço de Radiodifusão Comunitária** estabelecidos nos artigos 3º e 4º da Lei nº 9.612, de 1998.

Art. 114. A entidade autorizada deverá instituir um Conselho Comunitário, composto por representantes de, no mínimo, cinco entidades legalmente constituídas.

§ 1º Poderão indicar representantes para compor o Conselho Comunitário, dentre outras, entidades de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, excluída a própria executora do serviço e a Administração Pública direta e indireta.

§ 3º Cada entidade que tenha a intenção de indicar componente para o Conselho Comunitário poderá apresentar apenas um representante, ressalvada a hipótese de inexistir um número mínimo de entidades que queiram participar do Conselho, sendo permitido, neste caso, que uma mesma entidade indique mais de um representante, até totalizar, no mínimo, cinco Conselheiros Comunitários.

§ 4º A entidade autorizada deverá encaminhar cópia do comprovante de inscrição e de situação cadastral no CNPJ de cada entidade que vier a compor o Conselho.

Art. 115. Compete ao Conselho Comunitário, no exercício de suas funções:

I - fiscalizar a programação da emissora;



II - solicitar ao órgão de direção da entidade autorizada informações e esclarecimentos concernentes à gestão das atividades, área editorial, direção da programação, dentre outros;

III - fazer recomendações ao órgão de direção da entidade autorizada;

IV - realizar pesquisa de satisfação ou opinião junto à comunidade atendida;

V - receber reclamações, denúncias e elogios; e

VI - submeter ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e aos órgãos de direção da entidade autorizada relatório circunstanciado acerca da programação.

Art. 116. Sempre que solicitado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, a entidade deverá apresentar relatório, elaborado pelo Conselho Comunitário, contendo a grade de programação com a descrição e a avaliação dos programas veiculados, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Parágrafo único. O relatório deverá ser assinado por todos os Conselheiros Comunitários e devem estar indicadas as entidades representadas por cada um deles.

5. Tendo em vista o disposto no art. 40, inciso V da mesma Portaria, nos processos que tramitam perante a Coordenação-Geral de Outorgas é exigido das interessadas que tal **órgão de fiscalização** conste do estatuto social, com a correta composição e suas competências e, em caso de alguma divergência e/ou ausência, a entidade é notificada a alterar o estatuto social.

6. Assim, em razão das competências específicas do Conselho Comunitário, que dizem respeito diretamente à **programação veiculada pela entidade autorizada**, é exigida a previsão legal, mas a sua instituição e correta constituição somente será exigida após o deferimento da outorga, nas palavras do Parecer nº 1100/2012/SJL/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU ([6366265](#)):

“13. Nesse diapasão, deve a entidade autorizada proceder à devida instituição do Conselho Comunitário até, no máximo, previamente à emissão (i) da autorização de operação em caráter provisório (hipótese prevista no subitem 16.1 da Norma Complementar nº 1/2011, caso o Congresso nacional não tenha ainda apreciado a Portaria de autorização no prazo previsto no art. 64, ++2º e 4º, da Constituição Federal) ou (ii) da licença de Funcionamento, ocasião em que estará apta para executar o serviço propriamente. Deve a SCE, portanto, conferir se a entidade já conta com o órgão em tela para que possa expedir a autorização em caráter provisório/Licença para funcionamento.”

7. Com base nesse entendimento sedimentado, inclusive, nunca houve óbice para que conste no estatuto social, a expressa previsão de que o Conselho Comunitário “somente será constituído no prazo máximo de 30 dias após o recebimento da licença provisória.”

8. Diante do exposto, esta Coordenação-Geral solicita que a Consultoria Jurídica informe, de forma vinculante a todos os processos de outorga em andamento, se deve ser exigida a composição do Conselho Comunitário para a elaboração da revisão final do processo, ou se mantém o entendimento anterior.

9. Com relação à renovação das certidões, constatou-se a impossibilidade apenas de expedição daquela expedida pela Receita Federal, de débitos federais, o que ocorreu com outros processos que retornaram da Consultoria Jurídica, e são objeto de uma única exigência para cumprimento. Assim, quanto a isso, entende-se que a mesma oportunidade deva ser dada à entidade interessada, após o retorno dos autos a esta Coordenação-Geral.

4. É o breve relato. Passo a opinar.

II - FUNDAMENTAÇÃO

II.1. Considerações iniciais

5. Preliminarmente, ressalte-se que a presente manifestação fundamenta-se no art. 11, inciso V, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União), além do art. 11, inciso V, do Anexo I do Decreto nº 10.462, de 14 de agosto de 2020 (aprova a Estrutura Regimental do Ministério das Comunicações), os quais dispõem que às Consultorias caberá o assessoramento do Ministro de Estado no controle interno da legalidade dos atos administrativos a serem praticados.

6. Cabe registrar, ainda, que **as informações de natureza técnica lançadas aos autos não se sujeitam ao exame desta Consultoria**. A uma, porque a legislação de regência atribui às Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios a competência para a análise jurídica das matérias que lhe são submetidas, não alcançando o enfrentamento de questões constantes dos autos. A duas, porque as razões invocadas pelos órgãos técnicos competentes revestem-se de veracidade, sendo, assim, presumivelmente verdadeiras até prova em contrário. A três, porquanto, ainda que



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

sapiens.agu.gov.br/documento/595106547

<https://sapiens.agu.gov.br/documento/595106547>

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

a presunção tenha caráter relativo, os órgãos consultivos de assessoramento jurídico não detêm condições técnicas suficientemente adequadas para infirmar os elementos fáticos trazidos aos autos.

7. Nesse sentido, o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União assim dispõe:

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

II. 2 Da Consulta

8. Ressalta-se que a manifestação da Consultoria Jurídica possui caráter meramente opinativo, nos termos da LC 73/93, **e se restringirá à manifestação jurídica acerca dos esclarecimentos solicitados pela área técnica transcritos no item 3 deste Parecer.**

9. A Lei n.º 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o serviço de radiodifusão comunitária, assim dispõe sobre o Conselho Comunitário:

Art. 8º A entidade autorizada a explorar o Serviço deverá instituir um Conselho Comunitário, composto por no mínimo cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente constituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no art. 4º desta Lei.

10. No campo infralegal, o mencionado órgão é retratado na Portaria n.º 4.334, de 17 de fevereiro de 2015, nas seguintes disposições:

Art. 40. O estatuto social da entidade deverá estar de acordo com o Código Civil e conter as seguintes disposições: ([Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018](#))

(...)

V – especificação do órgão administrativo da entidade e do Conselho Comunitário, bem como o modo de funcionamento, notadamente no que concerne:

a) aos cargos que compõem a estrutura administrativa, bem como as suas respectivas atribuições;

b) ao tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, sendo admitida uma recondução, após a qual será vedada a permanência dos mesmos dirigentes, ainda que em cargos diversos. ([Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018](#))

Art. 114. A entidade autorizada deverá instituir um Conselho Comunitário, composto por representantes de, no mínimo, cinco entidades legalmente constituídas. ([Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018](#))

§ 1º Poderão indicar representantes para compor o Conselho Comunitário, dentre outras, entidades de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, excluída a própria executora do serviço e a Administração Pública direta e indireta.

§ 2º As pessoas jurídicas e seus representantes, enquanto participantes do Conselho Comunitário, não poderão ser associados da entidade autorizada nem poderão participar da produção ou do financiamento de programas, ressalvados os informes pontuais à comunidade.

§ 3º Cada entidade que tenha a intenção de indicar componente para o Conselho Comunitário poderá apresentar apenas um representante, ressalvada a hipótese de inexistir um número mínimo de entidades que queiram participar do Conselho.

§ 3º Cada entidade que tenha a intenção de indicar componente para o Conselho Comunitário poderá apresentar apenas um representante, ressalvada a hipótese de inexistir um número mínimo de entidades que queiram participar do Conselho, sendo permitido, neste caso, que uma mesma entidade indique mais de um representante, até totalizar, no mínimo, cinco Conselheiros Comunitários. ([Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018](#))

§ 4º A entidade autorizada deverá encaminhar cópia do comprovante de inscrição e de situação cadastral no CNPJ de cada entidade que vier a compor o Conselho. ([Incluído pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018](#))



5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

11. O **PARECER N° 1100/2012/SJL/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU**, emitido no processo n.º 53000.027498/2012, enfrentou o tema no que tange ao momento da constituição do Conselho Comunitário, concluindo que a entidade deve "*providenciar a instituição de seu Conselho Comunitário, caso se sagre vencedora, até, no máximo, a prévia emissão da respectiva autorização para operação em caráter precário ou da Licença para Funcionamento propriamente*".

12. Todavia, a manifestação emitida nestes autos (**PARECER n. 00041/2020/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**) não conclui, ao contrário do exposto pela área técnica, que a instituição do Conselho é exigível "*neste momento*". Na verdade, assim como consagrou a manifestação jurídica de 2012, o que se afirma é o necessário atendimento da exigência legal quanto à composição do Conselho.

13. Acerca da composição do órgão, o **PARECER N° 1100/2012/SJL/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU** asseverou:

7. Condição imposterável é a que diz respeito a sua composição, nos termos do supratranscrito art. 8º, qual seja, um órgão de no mínimo cinco membros, os quais representem entidades da comunidade local, desde que legalmente constituídas. Almeja a lei, igualmente, conferir uma participação diversificada e democrática ao órgão responsável pelo controle social sobre tão importante serviço público.

14. **No caso dos autos, observa-se que o Conselho já foi instituído**, de forma que prescinde de maiores discussões o momento da sua criação. Entretanto, como bem ressaltou a orientação deste órgão de assessoramento, este foi criado apenas com 3 (três) membros, o que afronta a determinação legal.

15. Portanto, nos casos em que o Conselho já tenha sido instituído, imprescindível, para a concessão da outorga, que este tenha, no mínimo, cinco membros, nos termos do disposto no art. 8º da Lei n.º 9612/1998 e no art. 114 da Portaria 4.334/2015.

16. Ressalte-se que nos autos do processo n.º 01250.071938/2018-62, a questão quanto ao momento de instituição do Conselho Comunitário está sendo novamente debatida.

III - CONCLUSÃO

17. Ante o exposto, entende-se que não se vislumbra nos autos divergência entre as manifestações jurídicas indicadas, devendo o Conselho Comunitário, uma vez instituído, observar os ditames da norma legal e regulamentar.

18. Outrossim, nos casos em que persista dúvida, os autos devem ser remetidos a esta Consultoria para análise jurídica específica.

19. Reiteram-se as recomendações dispostas no **PARECER n. 00041/2020/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**.

À consideração superior.

Brasília, 15 de março de 2021.

TÔNIA LAVOGADE COSTA

Advogada da União

Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Educativa e Comunitária

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250034232201810 e da chave de acesso c7444dc2

Documento assinado eletronicamente por TONIA LAVOGADE COSTA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 595106547 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): TONIA LAVOGADE COSTA. Data e Hora: 15-03-2021 15:03:43. Número de Série: 37745437151420413935880047606. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

sapiens.agu.gov.br/documento/595106547

<https://sapiens.agu.gov.br/documento/595106547>

01250.034232/2018-10 / pg. 46



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

s.agu.gov.br/documento/595106547

https://infoleg-autenticada-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

17/03/2021 (8604309)

SEI 01250.094232/2018-10 / pg. 47

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE RÁDIO-DIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF

FONE: (61) 2027-6535/6196

DESPACHO n. 00323/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.034232/2018-10

INTERESSADO: Secretaria de Radiodifusão – SERAD

ASSUNTO: Consulta sobre o número mínimo de membros do Conselho Comunitário

1. Aprovo o PARECER n. 00075/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, elaborado pela Dra. Tônia Lavogade Costa, advogada da União e Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Educativa e Comunitária.
2. Os autos do Processo Administrativo em análise versam sobre consulta formulada pela Secretaria de Radiodifusão – SERAD a respeito do número de membros do Conselho Comunitário de que trata o art. 8º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998 e a Portaria ministerial nº 4.334, de 2015, com alterações realizadas pela Portaria ministerial nº 1.909, de 2018.
3. Como foi destacado no PARECER n. 00075/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, o PARECER n. 00041/2020/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, anteriormente exarado pela Consultoria Jurídica, destacou, tão somente, a necessidade de que seja observada a composição mínima do Conselho Comunitário, que é de cinco membros, como dispõe a legislação de vigência.
4. Diante da consulta apresentada e considerando os fundamentos apresentados no PARECER n. 00075/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, recomenda-se que a SERAD observe a orientação deduzida no citado PARECER, qual seja: após a constituição do Conselho Comunitário é necessária a observância do número mínimo de membros (cinco membros), nos termos do disposto no art. 8º da Lei nº 9.612, de 1998, e no art. 114 da Portaria 4.334, de 2015.
5. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Radiodifusão – SERAD para ciência e demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 17 de março de 2021.

assinado eletronicamente
JOÃO PAULO SANTOS BORBA
ADVOGADO DA UNIÃO
COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RÁDIO-DIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250034232201810 e da chave de acesso c7444dc2



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

sapiens.agu.gov.br/documento/597701363

<https://sapiens.agu.gov.br/documento/597701363>

01250.034232/2018-10 / pg. 48

Documento assinado eletronicamente por JOAO PAULO SANTOS BORBA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 597701363 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOAO PAULO SANTOS BORBA. Data e Hora: 17-03-2021 13:52. Número de Série: 17498657. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

sapiens.agu.gov.br/documento/597701363<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

17/03/2021 (8604309) SERP 01250.004232/2018-10 / pg. 49



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF

FONE: (61) 2027-6535/6196

DESPACHO n. 00327/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.034232/2018-10

INTERESSADOS: SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO - SERAD E OUTROS

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

1. Aprovo a manifestação jurídica pelos seus próprios fundamentos.
2. Encaminhe-se conforme sugerido.

Brasília, 17 de março de 2021.

CAROLINA SCHERER BICCA
CONSULTORA JURÍDICA MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250034232201810 e da chave de acesso c7444dc2

Documento assinado eletronicamente por CAROLINA SCHERER BICCA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 597961769 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): CAROLINA SCHERER BICCA. Data e Hora: 17-03-2021 14:45. Número de Série: 6987129931984081748128404541. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO Final v5.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

sapiens.agu.gov.br/documento/597961769

<https://sapiens.agu.gov.br/documento/597961769>

DESPACHO n. 00327/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

DESPACHO

Processo nº: **01250.034232/2018-10**

De ordem do Senhor Secretário de Radiodifusão, encaminhe-se o presente processo ao Departamento de Outorga e Pós-Outorga, para conhecimento do Parecer Jurídico nº 75/2021/SEI/MCOM (6804309), e adoção de providências cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 17/03/2021, às 16:50 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **6815254** e o código CRC **5A427E67**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.034232/2018-10

SEI-MCOM nº 6815254



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

DESPACHO

Processo nº: 01250.034232/2018-10

Referência: Parecer nº 00075/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU 6804309

Interessado: Associação de Radiodifusão Comunitária da Lagoa do Mato/CE

Assunto: Consulta à Conjur. Devolução dos autos

De ordem do Diretor, encaminhe-se este processo à Coordenação-Geral de Outorgas (CGOU) para providências cabíveis.

Brasília, 18 de março de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Elise Miranda Gonzaga, Assessora Técnica**, em 18/03/2021, às 10:58 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **6816279** e o código CRC **0222E542**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.034232/2018-10

SEI-MCOM nº 6816279





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 30.635.962/0001-88 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 04/06/2018
--	---	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DA LAGOA DO MATO
--

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ARCLAM	PORTE DEMAIS
---	------------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada
--

LOGRADOURO VL LAGOA DO MATO	NÚMERO 40	COMPLEMENTO *****
---------------------------------------	---------------------	-----------------------------

CEP 63.260-000	BAIRRO/DISTRITO ZONA RURAL	MUNICÍPIO BREJO SANTO	UF CE
--------------------------	--------------------------------------	---------------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE (88) 8112-5042
---------------------	-----------------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 04/06/2018
------------------------------------	---

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
-----------------------------------	---

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **23/03/2021** às **09:50:29** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Anexo Certificados atualizados em 23/02/2021 (0843782)

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 53

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

CNPJ: **30.635.962/0001-88**

Entidade não cadastrada nesta agência.

Emitida às 09:55:57 do dia 23/03/2021 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta.](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Imprimir

Voltar



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Anexo Certidões atualizadas em 23/02/2021 (0049782)

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 55

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DA LAGOA DO MATO
(MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 30.635.962/0001-88

Certidão nº: 10288382/2021

Expedição: 23/03/2021, às 09:53:39

Validade: 18/09/2021 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DA LAGOA DO MATO (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **30.635.962/0001-88**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Anexo Certidões atualizadas em 23/02/2021 (6843782)

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 56

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 30.635.962/0001-88

Razão Social: ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DA LAGOA DO MATO

Endereço: VL G LAGOA DO MATO 40 / ZONA RURAL / BREJO SANTO / CE / 63260-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 19/03/2021 a 17/04/2021

Certificação Número: 2021031901184384927443

Informação obtida em 23/03/2021 09:54:31

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Anexo Certidões atualizadas em 23/02/2021 (6849782)

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 57

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549



Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União

Resultado da Consulta

As informações disponíveis na Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB sobre o contribuinte 30.635.962/0001-88 são insuficientes para a emissão de certidão por meio da Internet.

Para consultar sua situação fiscal, acesse [Centro Virtual de Atendimento e-CAC](#).

Para maiores esclarecimentos, consulte a página [Orientações para emissão de Certidão nas unidades da RFB](#).

[Nova Consulta](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Município/UF: BREJO SANTO/CE **REVISÃO FINAL/EXIGÊNCIAS CONJUR**

Processo nº: 01250.034232/2018-10 CNPJ: 30.635.962/0001-88

Número de concorrentes: 0

Nome da entidade: ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA DO MATO

Nº do edital/ano: **94/2018 publicado no DOU em 13/04/2018**

Prazo de inscrição: 16/04/2018 a 14/06/2018

1. Data de postagem/SEI: 12/06/2018 (3288751)

2. Tempestividade: (X) SIM () NÃO

3. Requerimento de Outorga: fl. 1/3 (3079891)

3.1 Novo requerimento adequado à Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC: fl. 6/8 (3714176)ok

4. Estatuto Social: f. 14/22 (5073977) Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO

5. Ata de constituição: 4/8 (3079891) Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO

6. Ata de eleição: fl. 4/8 (3079891) para o período de 22/05/2018 a 22/05/2022

6.1. Ata de eleição registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO

7. Comprovantes de maioria e nacionalidade/CPF: fl. 19/29 (3079891)

7.1 Diretoria:

MEMBRO - Cargo/Nome	PARTIDO	TÍTULO/ NASCIMENTO	CPF	VÍNCULOS
Presidente - PEDRO FERREIRA DA SILVA - f. 19/22 (3079891)	Não	0205.3284.0795 08/08/1962	325.650.893-68	Não
Dir. Financeiro - JOÃO JOSÉ DE SOUSA - f. 26/28 (3079891)	Não	0435.7268.0752 07/09/1978	012.310.283-94	Não
Dir. de Comunicações e Operações - MARIA EDILANE RICARTE DOS SANTOS TELES - fl. 29 (3079891)	Não	0343.4405.0752 26/04/1971	545.958.943-68	Não
Dir. Administ. - CICERA DOS SANTOS - f.24/25 (3079891)	Não	0425.0886.0701 18//06/1975	737.063.963-00	Não

8. Manifestações em apoio: fl. 46/93 (3079891)

9. Vínculo: () SIM (X) NÃO

10. Comprovante de pagamento da taxa de cadastramento: fl. 44/45 (3079891)

11. Pesquisa Anatel e Radar: (3289251) e Despacho 3289252

12. Certidões Justiça Federal dos dirigentes: 3289256; 3289259; 3289263 e 3289269.

12.1 Comprovantes: CNPJ: (3263114); PGFN: (3263085); CNDT: (3263100)

OBSERVAÇÕES: Deve apresentar: novo Anexo 2, somente com os dirigentes. Consta processos em face de CICERA DOS SANTOS, apresentar certidão de objeto e pé.



21/12/2018: NT 18961/2018 recebida em 19/10/2018, resposta em 14/12/2018: exigências cumpridas. Para instrução.

PARA INSTRUÇÃO, somente após resultado final da fase de habilitação:

1. Estatuto social:

1.1 Adequações à Portaria:

- a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: 2º
- b) Garantia de ingresso gratuito, como associado: 6º, §1º
- c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: 7º, b
- d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: 7º, b
- e) Órgão administrativo e cargos: 12
- f) Atribuições do Órgão administrativo: 15, 18 a 21
- g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: 12-mandato de 4 anos e uma recondução
- h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: 25-

1.2 Adequação ao Código Civil:

- a) Denominação, fins e sede: 1º
- b) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: 5º, 6º, 7º, g, 9º
- c) Direitos dos associados: 7º
- d) Deveres dos associados: 8º
- e) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa: 6º, §3º
- f) Fontes de recursos para sua manutenção: 30, 31
- g) Modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos: 11
- h) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: 32 a 34
- i) Forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas: 11
- j) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral e quórum para as deliberações relativas a esses assuntos: 11, §4º
- k) Critérios de eleição dos administradores: 26 a 28
- l) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados: 11, §1º
- m) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio: 33

2. Certidões:

- 2.1 CNPJ: (5550434)
- 2.2 Certidões FGTS: (5550453)
- 2.3 Certidões PGFN: (5550446) válida até 19/10/2020
- 2.4 Certidões CNDT: (5550449)
- 2.5 Justiças Federais dos dirigentes: (5550456)
- 3. Pesquisa Anatel (5550441) e Radar: (5550484)**
- 4. Anexo 6/ART: fl. F. 7/15 (3980535)

OBSERVAÇÕES: 23/08/2019: NT 28133/2018 recebida em 11/02/2019, resposta em 12/03/2019: anexo6/ART ok. CNPJ, FGTS ok. PGFN não é possível renovar. Estatuto: apresentar o estatuto consolidado, com todas as alterações. Renovadas pesquisas de vínculos, TSE, TRF5 e TJCE ok. 28/05/2020: NT 15062/2019 devolvida pelos correios, vista em 17/01/2020, resposta em 24/01/2020: exigências cumpridas.

28/05/2020: Renovadas as pesquisas de vínculos, TSE, TRF5 e TJCE ok. Para revisão final.

23/03/2021: Em atendimento às exigências da Conjur, a entidade deve apresentar ata do Conselho Comunitário, com 5 integrantes. Certidão PGFN para regularizar.





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Outorga e Pós-Outorga
Coordenação-Geral de Outorgas
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

OFÍCIO Nº 6453/2021/MCOM

Brasília, 23 de março de 2021.

Ao(À) Senhor(a)

PEDRO FERREIRA DA SILVA

Representante Legal da **ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA DO MATO**, (CNPJ nº 30.635.962/0001-88)

Vila Lagoa do Mato, 01 - 00040, Zona Rural
63260-000 - BREJO SANTO - CE

Assunto: PROCESSO nº 01250.034232/2018-10. ENTIDADE SEM CONCORRENTES - EXIGÊNCIAS NA FASE DE INSTRUÇÃO.

Senhor(a) Representante Legal,

1. Trata-se de requerimento de autorização da **ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA DO MATO**, para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Brejo Santo/CE, em razão do Edital nº 94/2018, publicado no Diário Oficial da União de 13/04/2018.

2. Conforme Nota Técnica nº 11158/2020/SEI-MCOM (5550508), de Revisão Final do Processo de Outorga, o processo foi submetido à apreciação da Consultoria Jurídica junto a este Ministério, em cumprimento ao disposto no art. 50 da Portaria nº 4.334/2015 e suas alterações:

Art. 50. Havendo uma entidade vencedora e concluída a análise dos recursos eventualmente interpostos, o processo será remetido à Consultoria Jurídica para análise quanto à regularidade do procedimento.

3. Em resposta, aquela Consultoria devolveu o processo por meio do Parecer nº 00041/2020/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (5944212), com as seguintes exigências:

"27.Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações:

a) Tão somente após o atendimento das recomendações apresentadas neste parecer, é que se conclui que não existe impedimento jurídico para emissão de autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária pela Associação de Radiodifusão Comunitária da Lagoa do Mato, na localidade de Brejo Santo, estado do Ceará, pelo prazo de 10 (dez) anos;



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Ofício 6453 (0045804)

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 61

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

b) O Estatuto da Associação (art.25) passou a prever o mínimo de cinco membros no Conselho Comunitário, como preconiza o artigo 8º da Lei 9.612/98. Todavia, consta dos autos (Doc. nº 3079891- fls. 4/7 SEI) a ata de eleição do Conselho Comunitário com apenas 3 (três) membros. Logo, é necessário que ANTES da autorização da outorga, a SERAD diligencie para obter a comprovação de que o atual Conselho Comunitário atende à composição legal mínima de cinco representantes;

c) É recomendável que a SERAD verifique a validade das certidões atualizadas relativas à demonstração do cumprimento dos requisitos previstos na legislação, notadamente em relação ao FGTS, antes da edição da portaria ministerial, que trata da autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária;

..."

4. A questão foi confirmada através do parecer nº 00075/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (6804309), nos seguintes termos:

"14. No caso dos autos, observa-se que o Conselho já foi instituído, de forma que prescinde de maiores discussões o momento da sua criação. Entretanto, como bem ressaltou a orientação deste órgão de assessoramento, este foi criado apenas com 3 (três) membros, o que afronta a determinação legal.

15. Portanto, nos casos em que o Conselho já tenha sido instituído, imprescindível, para a concessão da outorga, que este tenha, no mínimo, cinco membros, nos termos do disposto no art. 8º da Lei n.º 9612/1998 e no art. 114 da Portaria 4.334/2015.

..."

5. Assim, tendo em vista as disposições da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, e alterações já mencionadas, de acordo com os artigos 38 e seguintes, e em atendimento ao acima disposto, convoca-se a entidade para a apresentação dos documentos:

5.1. Composição do Conselho Comunitário (art. 113 e seguintes):

A Entidade deverá encaminhar **ata de eleição/posse do Conselho Comunitário, com cinco integrantes**, devidamente registrada, conforme disposição do art. 8º da Lei nº 9.612/1998 e art. 114 da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC:

Art. 8º A entidade autorizada a explorar o Serviço deverá instituir um Conselho Comunitário, **composto por no mínimo cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local**, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente constituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no art. 4º desta Lei.

Observação: Ressalta-se que para a regularidade, devem ser encaminhados além da ata, o cadastro de CNPJ de todas as entidades representadas, bem como na ata deve conter a qualificação completa e assinatura de cada um dos integrantes do Conselho.

5.2. Em consulta aos sítios oficiais, para emissão das certidões previstas no art. 39, incisos III a VII, não foi possível obtê-la(s):

5.2.1. Certidão conjunta negativa de débitos da entidade relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal: após consulta ao sítio da Receita Federal, verificou-se a impossibilidade de emissão da Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (68497936849793). Por essa razão, solicita-se que a entidade regularize a situação e encaminhe a certidão negativa dos débitos, ou certidão positiva com efeito de negativa.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Ofício 0433 (0043304)

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 62

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

Observação: A entidade deve manter a situação regularizada, com relação a todos os órgãos acima mencionados, durante todo o curso do processo, pois a constatação de pendência poderá levar ao indeferimento, se esgotadas as possibilidades de notificação para regularização.

5.3. Em razão da recorrente devolução de correspondências pelos Correios, **deve a entidade**, em cumprimento ao que consta da Portaria nº 4.334/2015 e suas alterações, promover a regularização de seu cadastro junto ao sistema CADSEI (<http://sistema.mctic.gov.br/CADSEIWeb/pages/externo/SisCADSEI.jsf>), para notificações futuras:

Art. 5º As entidades credenciadas para a utilização do Sistema Eletrônico de Informações – SEI - serão notificadas apenas por meio eletrônico, na forma prevista na regulamentação.

Parágrafo único. No caso de entidades não credenciadas na forma do **caput**, a comunicação dos atos se dará na forma prevista pela Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, de modo que, caso uma notificação efetuada via postal seja devolvida por erro ou inconsistência no endereço cadastrado, será realizada apenas mais uma tentativa de comunicação, em endereço diverso informado pela entidade, antes do indeferimento ou do arquivamento do processo.

Observação: Somente serão enviadas notificações por correspondência eletrônica se estiver regular o cadastro da **Pessoa Jurídica**, não bastando apenas o de Pessoa Física (representante da entidade).

6. Importante ressaltar que o pedido de prorrogação de prazo somente será permitido na primeira notificação para a fase de instrução, conforme art. 41, *caput*, da Portaria, e só poderá ser deferido quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta. **Nas demais notificações permitidas nos parágrafos do mesmo artigo, o prazo será improrrogável.**

Art. 41. Com o objetivo de instruir o processo, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará solicitação, a ser cumprida no prazo de trinta dias, **prorrogável uma única vez e por igual período a requerimento da entidade interessada.**

§ 1º Caso a entidade apresente resposta, mas não envie todos os documentos ou os envie com alguma deficiência, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará apenas mais uma solicitação a ser cumprida no prazo improrrogável de trinta dias.

§ 2º Na hipótese do art. 16, § 1º, ou em Município que não possua entidade autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, poderão ser encaminhadas até duas notificações adicionais à entidade, cada qual a ser cumprida no prazo improrrogável de trinta dias.

7. Salienta-se que esta solicitação será a **ÚLTIMA** que o Ministério das Comunicações fará à Entidade. Dessa maneira, a ausência de resposta, a resposta intempestiva ou com apenas parcela dos documentos ou mesmo com documentos desconformes com o que foi solicitado levará, inevitavelmente, ao **indeferimento do pedido de outorga**, na forma do que determina o art. 41, § 1º c/c art. 43, inciso I da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC.

8. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadedassinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Ofício 0433 (0043304)

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 63

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

Outorgas **notifica** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes, no **prazo de 30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento ou da ciência desta notificação, **sob pena de indeferimento**, nos termos do art. 43, inciso I da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC.

9. Cabe ressaltar que, na comunicação da resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério. Ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

10. Informo ainda que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações podem ser obtidas em: <http://sistema.mctic.gov.br/CADSEIWeb/pages/externo/SisCADSEI.jsf> . Para o envio por via postal, deve ser encaminhado para: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar, CEP 70044-900 - Brasília - DF.

11. Por fim, indica-se que a existência de qualquer dúvida sobre este processo poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (e-mail) para duvidasradcom@mcom.gov.br.

Atenciosamente,

Anexos:

Não possui



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal**, em 24/03/2021, às 13:50 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **6849804** e o código CRC **D7AD2728**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 6453/2021/MCOM - Processo nº 01250.034232/2018-10 - Nº SEI: 6849804



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Ofício 6453 (0045804)

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 64

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

ADA
IL
ERAL

emctic



Correios AR

AVISO DE RECEBIMENTO

VIA POSTAL
03/04/2021

DESTINATARIO

PEDRO FERREIRA DA SILVA
VILA LAGOA DO MATO, 01 00040
ZONA RUAL - BREJO SANTO - CE
63260-000

BZ300645485BR



ESPLANADA DOS MINISTERIOS BLOCO R, SN
ZONA CIVICADMINIST - BRASILIA - DF
70044-900

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA



ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR
MINISTERIO DAS COMUNICACOES - SERADDEOPO
ESPLANADA DOS MINISTERIOS BLOCO R, SN
ZONA CIVICADMINIST - BRASILIA - DF
70044-900

TENTATIVAS DE ENTREGA

1ª _____ h
2ª _____ h
3ª _____ h

DECLARACAO DE CONTEUDO (SUJEITO A VERIFICACAO)

MOTIVO DE DEVOLUÇÃO
[1] MUDOU-SE [5] RECUSADO
[2] ENDEREÇO INSUFICIENTE [6] NÃO PROCURADO
[3] NÃO EXISTE NUMERO [7] AUSENTE
[4] DESCONHECIDO [8] FALECIDO
[9] OUTROS

RUBRICA E MATRICULA DO CARTEIRO

[Handwritten signature]

ASSINATURA DO RECEBEDOR

() Informações Prestadas Pelo Porteiro Ou Síndico

Reintegrado Ao Serviço Postal Em: _____

DATA DE ENTREGA

N DOG. DE IDENTIDADE

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

CIÊNCIA,
INOVAÇÕES E COM

mctic



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Aviso de Recebimento (AR) DO BZ 300645485 BR DEVOLVIDO (7607175)

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 65

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

MINI



Contrato: 9912443202

CARTA REG AR 04

Volume: 1/1

Peso (g): 30.0

BZ 300 645 485 BR

Carta

9912443202/04/05
VIA POSTAL
Correios



AR

Recebedor:

Assinatura:

Documento:

DESTINATÁRIO

PEDRO FERREIRA DA SILVA
VILA LAGOA DO MATO 01 00040 ZONA RUAL



63260-000 BREJO SANTO/CE

Remetente: MINISTERIO DAS COMUNICACOES - SERADDEOPO
ESPLANADA DOS MINISTERIOS BLOCO R SN ZONA CIVICOADMINIST
70044900 BRASILIA/DF
SERAD/COREC PR01250034232/2018-10 OF6453/2021 SEI COREC PR0125003423

LOGIA,
ES

19/4



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Aviso de Recebimento (AR) DO BZ 300 645 485 BR DEVOLVIDO (7607175)

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 66

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Outorga e Pós-Outorga
Coordenação-Geral de Outorgas
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

OFÍCIO Nº 13337/2021/MCOM

Brasília, 16 de junho de 2021.

Ao(À) Senhor(a)

PEDRO FERREIRA DA SILVA

Representante Legal da **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA DO MATO**, (CNPJ nº 30.635.962/0001-88)

Sítio Mutamba, nº 120 - Vila Lagoa do Mato
63260-000 - Brejo Santo/CE

Assunto: **Encaminhamento de ofício devolvido pelos Correios.**

Referência: **Processo nº 01250.034232/2018-10.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar o Ofício nº 6453/2021/SEI-MCOM, devolvido pelos correios pelo seguinte motivo: não procurado.

2. Na resposta a esta notificação, solicito que sejam **indicados o número do processo em referência e o deste Ofício**, a fim de viabilizar o trâmite neste Órgão. Aproveitamos para solicitar que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.

3. Informamos ainda que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: <http://sistema.mctic.gov.br/CADSEIWeb/pages/externo/SisCADSEI.jsf>.

4. Por fim, caso a resposta ocorra via postal, o **endereço para correspondência** é: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar, CEP 70044-900/Brasília/DF.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Ofício 13337 (761476)

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 67

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

Atenciosamente,

Anexos:

Ofício 6453 (6849804)



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal**, em 18/06/2021, às 09:45 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **7614478** e o código CRC **0080C277**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 13337/2021/MCOM - Processo nº 01250.034232/2018-10 - Nº SEI: 7614478



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

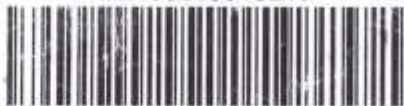
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549> Ofício 13337 (7614478) SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 68

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

DESTINATÁRIO

PEDRO FERREIRA DA SILVA
SÍTIO MUTAMBA, 129 VILA LAGOA DO MATO
— BREJO SANTO — CE
63260-000

BZ468609918BR



01250034232/2018-10 CF 13337 COREC/SERAO

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA



ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - SERAIO DEOP
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS BLOCO E, SN
ZONA CIVICoadministr - BRASÍLIA - DF
70044-900

TENTATIVAS DE ENTREGA

1º _____ h
2º _____ h
3º _____ h

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO)

MOTIVO DE DEVOLUÇÃO	
[1] MUDOU-SE	[5] RECUSADO
[2] ENDEREÇO INSUFICIENTE	[6] NÃO PROCURADO
[3] NÃO EXISTE NÚMERO	[7] AUSENTE
[4] DESCONHECIDO	[8] FALECIDO
[9] OUTROS _____	

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

() Informações Prestadas Pelo Fornecedor Ou Síndico Reintegrado Ao Serviço Postal Em: ____/____/____

ASSINATURA DO RECEBEDOR

DATA DE ENTREGA

____/____/____

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

Nº DOC. DE IDENTIDADE

42150582



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Aviso de Recebimento (AR) CF_13337/2021 (7575059)

SEI-01250.034232/2018-10 / pg. 69

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

Ofício nº 001/2021

27 de agosto de 2021

Ilma. Sra.

Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

VILMA DE FÁTIMA ALVARENGA FANIS

Ministério das Comunicações

Brasília/DF

Assunto: Resposta ao Ofício nº 13337/2021/MCOM que encaminhou o Ofício nº 6453/2021/SEI-MCOM.

REF: Processo nº 01250.034232/2018-10

A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA DO MATO - ARCLAM, inscrita com o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 30.635.962/0001-88, com sede na Vila Lagoa do Mato, 01- 00040, Zona Rural de Brejo Santo (CE), com CEP: 63.260-000, neste ato representado por seu Diretor Presidente estatutariamente eleito, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, apresentar informações e documentos solicitados através do Ofício nº 13337/2021/MCOM, de 16 de junho de 2021, que encaminhou o Ofício devolvido nº 6453/2021/SEI-MCOM, de 23 de março de 2021, que trata de pendências encontradas nos autos do processo em epígrafe, o que faz da forma a seguir delineada:

Da Tempestividade

Inicialmente cumpre-nos destacar que, a Entidade recebeu a notificação no dia 30/07/2021, com início da contagem do prazo a partir do seu recebimento, excluindo-se do computo o dia do início e incluindo-se o dia

Pedro Ferreira da Silva

MCOM/PROTÓCOLO
DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO
Em 27/09/21 às 14h30 horas
Assinatura: Altton Silva



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Ofício 001/2021 (0001336)

SEI 53115.024636/2021-59 / pg. 1

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

do vencimento, a teor do disposto do item 6.1 das Disposição Finais do Edital 94/2018, publicado no Diário Oficial da União de 13/04/2018.

Assim, diante do exposto, e considerando que do efetivo conhecimento das notificações e sua resposta, dia 30/07/2021 e 27/08/2021 respectivamente, não decorreu o prazo estipulado para resposta de 30 (trinta) dias, razão pela qual pugnamos pelo recebimento da presente manifestação.

Síntese do Ofício nº 6453/2021/MCOM

Destaca-se que a notificação aposta no ofício acima mencionado referente ao Processo nº 01250.034232/2018-10, que se encontra na fase de instrução, apontou a necessidade de complementação de documentação referente ao Requerimento de Outorga apresentado.

De forma conclusiva a referida Notificação indica que para que seja sanada as pendências apresentadas, a Entidade deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações: a) ata de eleição/posse do Conselho Comunitário, com cinco integrantes, acompanhada do cadastro do CNPJ de todas entidades representadas; b) certidão conjunta negativa de débitos da entidade relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal; c) promover a regularização de cadastro junto ao sistema CADSEI.

Das Informações e Documentos

Considerando as exigências estabelecidas na referida Notificação, e objetivando sanar as pendências constatadas, encaminhamos em anexo a documentação abaixo elencada:

- a) Ata de Eleição e Posse dos Membros do Conselho Comunitário da entidade, devidamente registrado no Cartório de Registro de

Pedro Ferreira da Silva



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Circulo 001/2021 (0061336)

SEI 53115-024636/2021-59 / pg. 2

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

Pessoas Jurídicas com registro no livro 13, às folhas 114, sob nº 614, em 25/08/2021, bem como cadastro de CNPJ de todas as entidades representadas;

- b) Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, com data de emissão de 16/08/2021 e validade 12/02/2022;
- c) Quanto a regularização de cadastro junto ao sistema CADSEI, que consiste na inserção no sistema, do endereço de e-mail da Entidade, com fim de possibilitar o recebimento de notificações por correspondência eletrônica, **não** foi possível a sua realização devido a erro no sistema com nº CADSEI26082021191217028, consoante se observa das capturas de tela em anexo.

Por fim, informamos que a Entidade possui como endereço eletrônico o e-mail: **arclamlagoadomato@gmail.com**, podendo doravante as comunicações e respostas serem realizadas por meio digital, bem como aproveitamos o ensejo para reiterar o compromisso da Entidade no prosseguimento do processo de outorga.

Ademais, a ausência de credenciamento ou de endereço eletrônico junto ao sistema CADSEI não é requisito impeditivo ao prosseguimento do processo de outorga, tendo em vista ser possível a comunicação via postal, consoante exsurge do parágrafo único do 5º da Portaria 4.334/2015.

Outrossim, a Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999, prescreve que as comunicações dos atos dos processos administrativos no âmbito da Administração Pública Federal podem se dar via postal, por telegrama ou outro meio que assegure a certeza da ciência do interessado. Vejamos:

Art. 26 (...)

Pedro Ferreira da Silva



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549> 2021-59 / pg. 3

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

§ 3º A intimação pode ser efetuada por ciência no processo, por via postal com aviso de recebimento, por telegrama ou outro meio que assegure a certeza da ciência do interessado.

Desta feita, resta demonstrado que para o prosseguimento do presente procedimento prescinde que a entidade efetue o cadastro junto ao sistema eletrônico CADSEI, por ser possível a comunicação por outros meios, inclusive o eletrônico, mediante o encaminhamento para o e-mail: **arclamlagoadomato@gmail.com**.

Assim, diante do exposto, e uma vez apresentada a documentação solicitada pela presente notificação, requeremos, de logo, que Vossa Senhoria se digne em dar prosseguimento ao referido processo de outorga, uma vez que satisfeita as condições estabelecidas em edital.

Na remota hipótese de Vossa Senhoria entender por não sanada as pendências apresentadas, tendo em vista a impossibilidade de regularização junto ao CADSEI, requeremos, de logo, a prorrogação de prazo, haja vista que conforme demonstrado, a impossibilidade de inserção do endereço eletrônico da entidade no sistema CADSEI decorre de falha no sistema, e, não por vontade deliberada ou omissão da Entidade, não sendo proporcional nem razoável a penalização da Associação por falha técnica do próprio Ministério.

Sem mais para o momento, aproveitamos o ensejo para renovarmos os elevados votos de estima e distinta consideração, ao passo que, colocamo-nos a disposição para maiores esclarecimentos.

Nestes termos, pede deferimento.


Pedro Ferreira da Silva

Diretor Presidente da ARCLAM



Arquivos abertos: Vendas.pdf | ATA DE ELEIÇÃO | ARCLAM CORDEI | Nova guia | LIT94 | Office nº 081-20 | CACSB - [desativado]

Não seguiu: sistema.mtci.gov.br/CADIZ/Workpages/InformacoesEmpresas.jsf

Representação legal

CNPJ: 061.058.093-08
 Razão social legal: MOTO PROGRESSO DA TUCUM
 MC: 20074448/PA
 Órgão expedidor: MT

Informações oficiais

Tabela: 06 - 0110-0492
 Endereço para correspondência: LACERDA DO MATO
 Endereço da Sede: [vazio]
 UF: MT
 Município: BRASÍLIA SANTO
 CEP: 72200-000 - Bairro: Centro Tupy - Zona Urbana

Nome principal: [vazio]
 Confirmação de e-mail principal: [vazio]
 E-mail adicional 1: [vazio]
 Confirmação de e-mail 1: [vazio]
 E-mail adicional 2: [vazio]
 Confirmação de e-mail 2: [vazio]
 E-mail adicional 3: [vazio]
 Confirmação de e-mail 3: [vazio]
 E-mail adicional 4: [vazio]
 Confirmação de e-mail 4: [vazio]

Salvar | Voltar

Arquivos abertos: Vendas.pdf | ATA DE ELEIÇÃO | ARCLAM CORDEI | Nova guia | LIT94 | Office nº 081-20 | CACSB - [desativado]

Não seguiu: sistema.mtci.gov.br/CADIZ/Workpages/InformacoesEmpresas.jsf

Representação legal

CNPJ: 061.058.093-08
 Razão social legal: MOTO PROGRESSO DA TUCUM
 MC: 20074448/PA
 Órgão expedidor: MT

Informações oficiais

Tabela: 06 - 0110-0492
 Endereço para correspondência: LACERDA DO MATO
 Endereço da Sede: [vazio]
 UF: MT
 Município: BRASÍLIA SANTO
 CEP: 72200-000 - Bairro: Centro Tupy - Zona Urbana

Nome principal: arclamcordeimotoprogres@gmail.com
 Confirmação de e-mail principal: arclamcordeimotoprogres@gmail.com
 E-mail adicional 1: [vazio]
 Confirmação de e-mail 1: [vazio]
 E-mail adicional 2: [vazio]
 Confirmação de e-mail 2: [vazio]
 E-mail adicional 3: [vazio]
 Confirmação de e-mail 3: [vazio]
 E-mail adicional 4: [vazio]
 Confirmação de e-mail 4: [vazio]

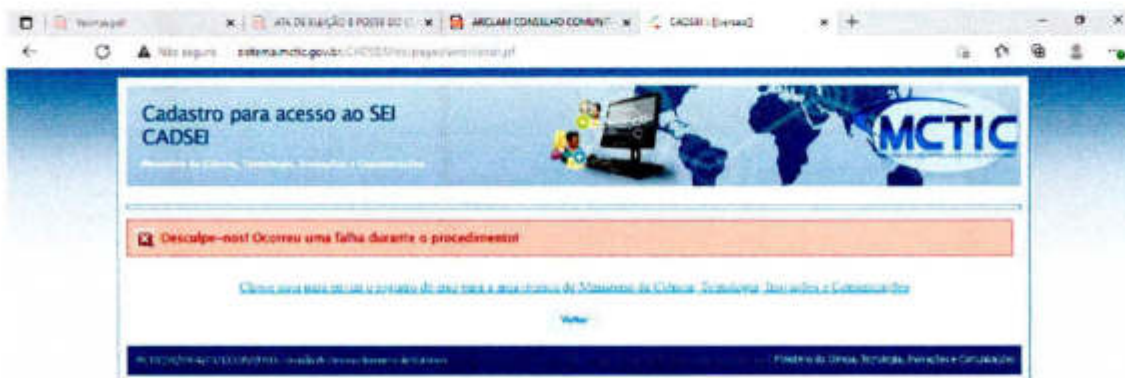
Salvar | Voltar



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549
 CIRC 00/2021 (6061356) - 02/03/2021 15:02:4636/2021-59 / pg. 5

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Ofício 001/2021 (6081336)

SEI 5315:024036/2021-59 / pg. 6

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

ATA DE ELEIÇÃO E POSSE DO CONSELHO COMUNITÁRIO DA ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA DO MATO - ARCLAM.

Aos vinte de agosto de dois mil e vinte e um, na sede da associação, inscrita no CNPJ sob o nº 30.635.962/0001-88, situada na Vila Lagoa do Mato, 01-00040, Zona Rural, Brejo Santo (CE), reuniram-se os associados abaixo assinados, que fica fazendo parte integrante da presente ata para todos os fins de direito, com o objetivo de deliberar acerca da eleição suplementar, em razão da alteração estatutária, para os membros do Conselho Comunitário, composto por, no mínimo, 05 (cinco) representantes de entidades com sede na comunidade local ou que prestem e/ou prestaram serviços para referida comunidade, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente instituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade, conforme disciplina o art. 25 do Estatuto Social da presente Associação, para mandato coincidente com o da atual diretoria, com duração do mandato até 22 de maio de 2022, na forma proposta no edital de convocação e nos termos das disposições contidas no estatuto vigente. Assumiu a presidência da Assembleia o Sr. Pedro Ferreira da Silva, que convidou a Sra. Joana Darc Ferreira Lino para secretariar a reunião, ficando assim constituída a mesa. Dando início aos trabalhos, e após sugestão de nomes para compor o Conselho Comunitário, ficou assim constituído: **1º Representante:** Johnson Rocha Gomes, brasileiro, agropecuarista, inscrito com CPF: 043.399.593-91, RG: 316401 SSP/CE e Título de Eleitor: 006708880795, Residente e domiciliado no Sítio Lagoa do Mato, 209, Vila Feliz, Brejo Santo (CE), representante da Associação de Produtores Rurais do Sítio Lagoa do Mato I, com CNPJ nº 17.753.972/0001-50; **2º Representante:** Maria Gonçalves de Sousa Pinheiro, brasileira, inscrita com CPF: 399.650.583-34, RG: 1372553-87 SSP/CE, com Título de Eleitor: 020535020736, residente e domiciliada na Vila Lagoa do Mato, 526, Lagoa do Mato, Brejo Santo (CE), representante da Associação Comunitária das Donas de Casa do Povoado da Lagoa do Mato, com CNPJ nº 01.170.807/0001-35; **3º Representante:** Cícera Maria da Silva, brasileira, agricultora, inscrita com

05.455.265/0001-42

CARTÓRIO MATIAS

Pça Dionísio Rocha de Lucena, 162

Centro - CEP 63.260-000

Brejo Santo - CE

Maria Brasil Sampaio

Of. do Registro de Títulos e

Documentos

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b6-900511b22549

CPF: 632.336.813-72, RG: 98097076709 SSP/CE, Título de Eleitor: 038743850701, residente e domiciliada na Rua Feliz, 040, Vila Feliz, Lagoa do Mato, Brejo Santo (CE), representante da Associação Comunitária dos Pequenos Agricultores da Localidade Vila Verde Lagoa do Mato, com CNPJ nº 06.847.634/0001-60; **4º Representante:** Maria Ilse Gonçalves Pinheiro, brasileira, professora, inscrita com CPF: 194.868.633-34 e RG: 2008219238-8 SSP/CE, Título de Eleitor: 020535050787, residente e domiciliada na Vila Lagoa do Mato I, 020, Lagoa do Mato, Brejo Santo (CE), representante da Associação Escolar de Pais e Mestres da Escola Municipal Bartolomeu Madeiro, com CNPJ nº: 03.149.749/0001-93; **5º Representante:** Silvana Rodrigues dos Santos, brasileira, professora, inscrita com CPF: 697.774.383-20, RG: 202109540-1, Título de Eleitor: 038734070795, residente e domiciliada no Sítio Cabaceiras, Brejo Santo (CE), representante da Associação Escolar e Comunitária da Escola Municipal Clotildes Moreira Tavares, com CNPJ: 03.156.638/0001-04, que foram aprovados por unanimidade dos presentes, ato contínuo os membros do Conselho Comunitário tomaram posse do cargo. Nada mais havendo a tratar, o presidente da ARCLAM, Sr. Pedro Ferreira da Silva, deu por encerrada a assembleia e, para constar, eu, Joana Darc Ferreira Lino, secretária nomeada da referida assembleia, lavrei a presente ata.

Brejo Santo (CE), 20 de agosto de 2021.

Pedro Ferreira da Silva Joana Darc Ferreira Lino

Pedro Ferreira da Silva

Joana Darc Ferreira Lino

Diretor Presidente da ARCLAM

Secretário nomeado

Cícera dos Santos

Cícera dos Santos

Diretora Administrativo

João José de Sousa

João José de Sousa

Diretor Financeiro

05455266/0001-421

CARTÓRIO MATIAS

Pça Dionísio Rocha de Lucena, 162

Centro - CEP 63.260-000

Brejo Santo - CE

Maria Brasil Sampaio

01 de Registro de Títulos e Documentos e Posse e Juiz

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90514fb22549

Maria Edilane Ricarte dos Santos Teles

Maria Edilane Ricarte dos Santos Teles

Diretora de Comunicações e Operações

ATA DE ELEIÇÃO E POSSE DO CONSELHO
COMUNITÁRIO DA ASSOCIAÇÃO DE
RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA
DO MATO - ARCLAM

Evandro Ferreira dos Santos

Evandro Ferreira dos Santos

Presidente do Conselho Fiscal

Maria Zeneide Gonçalves Pinheiro

Maria Zeneide Gonçalves Pinheiro

Secretária do Conselho Fiscal

Cícera Maria da Silva

Cícera Maria da Silva

Membro do Conselho Comunitário

Johnson Rocha Gomes

Johnson Rocha Gomes

Membro do Conselho Comunitário

Maria Gonçalves de Sousa Pinheiro

Maria Gonçalves de Sousa Pinheiro

Membro do Conselho Comunitário

Maria Ilse Gonçalves Pinheiro

Maria Ilse Gonçalves Pinheiro

Membro do Conselho Comunitário

05 455 266/0001-42

CANTORIO MATIAS

Pça Dionísio Rocha de Lucena, 162

Centro - CEP 63.260-000

Brejo Santo - CE

5861dc5f-7f0e-4bcb-b060-90514f022549

Brasil, São Paulo
Município de Brejo Santo
Of. do Registro de Imóveis
Documentos e Pessoa Jurídica

Silvana Rodrigues dos Santos

Silvana Rodrigues dos Santos

Membro do Conselho Comunitário

ATA DE ELEIÇÃO E POSSE DO CONSELHO
COMUNITÁRIO DA ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO
COMUNITÁRIA DA LAGOA DO MATO - ARCLAM.

Francisca de Paula Correia Pereira 395 328 653 49

NOME

CPF

Maria Eliana Ferreira de Araújo 393 042 641 - 20

NOME

CPF

Elisabete Salomão de Sousa 427 491 903 - 04

NOME

CPF

Elisângela Brinzel de S. Gonçalves 943 196 503 - 87

NOME

CPF

José Manoel do Nascimento 016. 342. 653 - 86

NOME

CPF

Elisete Gonçalves da Silva 789. 150 333 - 91

NOME

CPF

NOME

CPF

05 455 206/0001-42

CANTORIO MATIAS

Rua Niltonio Rocha de Lucena, 162
Centro - CEP 63.260-000
Brejo Santo - CE

1fb22549

5861dc5f-7f0e-4bcb-b9d0-90514fb22549

Cl. de Registro de Pessoas Jurídicas

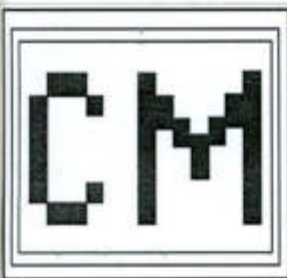


Autenticado eletronicamente, após conferência com o original.

<https://infoleg-autenticadocadassimatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b9d0-90514fb22549>

Circulo 001/2021 (006/358)

SEI 55119.024036/2021-59 / pg. 10



CARTÓRIO MATIAS 2º Ofício

05.455.266/0001-42

2º OFÍCIO

Brejo Santo CE

MARIA BRASIL SAMPAIO
 Oficiala do Registro Civil de Pessoas Jurídicas
MARIA AUXILIADORA BRASIL S. CARDOSO
ENGRÁCIA LEITE BRASIL S. DE LUCENA
 Substitutos

Notas, RGI, Título e Documentos, Pessoas Jurídicas, Protstos de Títulos

CERTIDÃO

CERTIFICO que recebi de ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA DO MATO ARCLAM, a solicitação de REGISTRO ATA DE ELEIÇÃO E POSSE DO CONSELHO COMUNITÁRIO DA ARCLAM e procedi o competente registro de Pessoas Jurídicas, no livro 13, às folhas 114, sob o N° 614, em 25/08/2021. Fica assim certificado para todos os efeitos legais. Cópia segue em anexo a esta.

O REFERIDO É VERDADE, DOU FÉ. Eu, MARIA BRASIL SAMPAIO, Registradora.

Brejo Santo, 25 de agosto de 2021.

Maria Brasil Sampaio

MARIA BRASIL SAMPAIO

Maria Brasil Sampaio
 Of. do Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas

05.455.266/0001-42
 CARTÓRIO MATIAS
 Pça Dionísio Rocha de Lucena, 162
 Centro - CEP 63.260-000
 Brejo Santo - CE

Praça Dionísio Rocha de Lucena, 162, Centro - Brejo Santo - Fone 88 3531-0144

CUSTAS E EMOLUMENTOS INCIDENTES

Nº de Atendimento: 20210825000045
 Total Emolum.: 123,40 Total FADEP: 6,17
 Total FERMJU: 9,01 Total FRMMP: 6,17
 Total Selo: 8,90 Total ISS: 6,17
 Valor Total: 157,42

Base de Cálculo / Atos com Valor Declarado
 Bem/Negócio 1: 0,00

Detalhamento da cobrança / Listagem dos códigos da tabela de emolumentos envolvidos
 Código: 000001 / 000015 / 000016

PODER JUDICIÁRIO
 Estado do Ceará
 Registro RTD / RCPJ
 Nº
 AAIES066-C6N9



SELO DIGITAL DE AUTENTICIDADE

Confira a validade do Selo Digital em <https://infoleg-autenticidade-assinatura.com.br/>

PODER JUDICIÁRIO
 Estado do Ceará
 Selo Tipo 1
 Distrib. Microfilmagem
 Nº
 AAJ022120-03P9



SELO DIGITAL DE AUTENTICIDADE

Confira a validade do Selo Digital em <https://infoleg-autenticidade-assinatura.com.br/>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.com.br/>

Circul 001/2021 (006/358)

SEI 55119-024036/2021-59 / pg. 11

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DA LAGOA DO MATO
CNPJ: 30.635.962/0001-88

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 08:56:08 do dia 16/08/2021 <hora e data de Brasília>.
Válida até 12/02/2022.

Código de controle da certidão: **E357.5B44.C67F.5555**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>
Orcão 001/2021 (0001358) - SEI 55119.024636/2021-59 / pg. 12

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 30.635.962/0001-88

Razão Social: ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DA LAGOA DO MATO

Endereço: VL G LAGOA DO MATO 40 / ZONA RURAL / BREJO SANTO / CE / 63260-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 13/08/2021 a 11/09/2021

Certificação Número: 2021081301211165990164

Informação obtida em 26/08/2021 20:48:05

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DA LAGOA DO MATO
(MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 30.635.962/0001-88

Certidão nº: 26424921/2021

Expedição: 26/08/2021, às 20:51:30

Validade: 21/02/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DA LAGOA DO MATO (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **30.635.962/0001-88**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 06.847.634/0001-60 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 06/07/2004
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS PEQUENOS AGRICULTORES DA LOCALIDADE VILA VERDE LAGOA DO MATO		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ASSOCIACAO COMUNITARIA VILA VERDE		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada		
LOGRADOURO VL VERDE LAGOA DO MATO	NÚMERO S/N	COMPLEMENTO ZONA RURAL
CEP 63.260-000	BAIRRO/DISTRITO SEDE	MUNICÍPIO BREJO SANTO
		UF CE
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 06/07/2004	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **12/08/2021** às **09:48:46** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Ciclo 001/2021 (0061358)

SEI 53119.024656/2021-59 / pg. 15

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	06.847.634/0001-60
NOME EMPRESARIAL:	ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS PEQUENOS AGRICULTORES DA LOCALIDADE VILA VERDE LAGOA DO MATO
CAPITAL SOCIAL:	

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	CICERA MARIA DA SILVA
Qualificação:	16-Presidente

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 27/08/2021 às 09:33 (data e hora de Brasília).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Outro 001/2021 (0061358)

SEI 53119.024856/2021-59 / pg. 16

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
E DEFESA DA CIDADANIA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO



POLEGAR DIREITO



• *Eliza maria da silva*

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511ff622549>

Onix 001/2021 (0061956)

SEI 55119.024630/2021-59 / pg. 17

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511ff622549

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO
GERAL

98097076709

DATA DE
EXPEDIÇÃO

27/5/1998

NOME

CICERA MARIA DA SILVA

FILIAÇÃO

FRANCISCO ANTONIO DA SILVA E MA
RIA FRANCISCA DA CONCEICAO

NATURALIDADE

DATA DE NASCIMENTO

BREJO SANTO-CE

22/7/1974

DOC ORIGEM

CERT. NASC. 10934 L. A. 10 F

239 FORTALEZA/CE

CPF

FORTALEZA-CE

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI N° 7.116 DE 29/08/83



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Ciclo 001/2021 (006155)

SEI 55119.024056/2021-59 / pg. 18

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome

CICERA MARIA DA SILVA

Nº de Inscrição

632336813-72

Data do Nascimento

22/07/74



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Onix 001/2021 (0061556)

SEI 55119.024636/2021-59 / pg. 19

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

Título e local de votação - consulta por nome

BIOMETRIA COLETADA

IDENTIFICAÇÃO

Inscrição: 038743850701

Eleitor: CICERA MARIA DA SILVA

DOMICÍLIO ELEITORAL

Zona: 070 Seção: 0043

Local: ESC MUN BARTOLOMEU MADEIRO

Endereço: VILA LAGOA DO MATO - LAGOA DO MATO-SEDE

Município: BREJO SANTO - CE

[Nova consulta](#)

Tags

#Título de eleitor

Gestor responsável

[Corregedoria-Geral Eleitoral +](#)

[🗺 Mapa do site](#)





Companhia Energética do Ceará
Rua Padre Valdevino, 150
Fortaleza - CE - CEP: 60135-040
CNPJ: 07.047.251/0001-70 - CGF: 00.105.848-3

CLASSIFICAÇÃO DA UNIDADE CONSUMIDORA	TIPO DE FORNECIMENTO
B2 RURAL - Rural Residencial Rural - BS425R02 - 16000 - 3838697-CPN-308	Monofásico

CICERA MARIA DA SILVA
Rua FELIZ, 00040 - 00040, VILA FELIZ,
63260000, BREJO SANTO

INSTALAÇÃO / UNID. CONSUMIDORA
3623387

Nº DO CLIENTE
3623387

V: (11.0.18.19) : 08P-0703480806-1493 : -7.534545. -39.010792

MÊS/ANO DE REFERÊNCIA	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
05/2021	15/06/2021	R\$ 132,83

INFORMAÇÕES FISCAIS
Nota Fiscal Conta de Energia Elétrica-Modelo 6 HASHCODE: D085.A694.3EE8.BFD9.5496.0E26.3F05.B5C5 NOTA FISCAL Nº 111855586 - SÉRIE: ÚNICA DATA DE EMISSÃO: 10/05/2021 DATA DE APRESENTAÇÃO: 08/06/2021 CFOP 5256: Venda de en. elétrica a não contribuinte CPF/CNPJ Cliente: 632.336.813-72 INSC. EST: ISENT0

MENSAGENS IMPORTANTES
FATURADO POR MÊS - LEITURA BIMESTRAL Períodos: Band. Tarif.: Amarela : 09/04 - 30/04 Vermelha : 01/05 - 10/05 Informamos que a tarifa da Enel Ceará foi reajustada, em média de 8,95%, por meio da Resolução Homologatória ANEEL nº 2859/2021, a qual possui vigência de 22/04/2021 a 21/04/2022. Informações: www.enel.com.br

DATAS DE LEITURA	LEITURA ANTERIOR	LEITURA ATUAL	Nº DE DIAS	PRÓXIMA LEITURA
	08/04/2021	10/05/2021	32	08/06/2021

DESCRIÇÃO DO FATURAMENTO	Tarifa	Valor (R\$)
ADICIONAL BAND. AMARELA	0,00975	1,16
ADICIONAL BAND. VERMELHA	0,01370	1,63
BENEFÍCIO TARIFÁRIO BRUTO	-	10,39
BENEFÍCIO TARIFÁRIO LÍQUIDO	-	-9,77
COB DOAÇÃO FUNDAÇÃO TERRA (85) 3296 3600	-	4,00
CONSUMO	0,52050	61,94
PARCELAMENTO NORMAL 7/9	-	52,94
VIVA TRANQUILO	-	10,54
SUBTOTAL FATURAMENTO:		75,12
SUBTOTAL OUTROS:		57,71
TOTAL:		132,83

EQUIPAMENTOS DE MEDIÇÃO E CONSUMO NO PERÍODO								
Nº Medidor	P. Homologação	Data Leitura	Leitura	Data Leitura	Leitura	Fator	Consumo	Dias
9838697-CPN-308-PT		05-08R	12.794	10-04L	12.910	1	119	32



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.de.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549/2021-59/pg_21

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 17.753.972/0001-50 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 28/02/2013
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DOS PRODUTORES RURAIS DO SÍTIO LAGOA DO MATO I		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ASSOCIACAO DOS PRODUTORES RURAIS DO SÍTIO LAGOA DO MATO		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada		
LOGRADOURO SIT LAGOA DO MATO I	NÚMERO S/N	COMPLEMENTO *****
CEP 63.260-000	BAIRRO/DISTRITO ZONA RURAL	MUNICÍPIO BREJO SANTO
ENDEREÇO ELETRÔNICO		UF CE
TELEFONE (88) 3531-0064/ (88) 3531-0031		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 19/08/2021	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **26/08/2021** às **20:56:49** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549> / pg. 22

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	17.753.972/0001-50
NOME EMPRESARIAL:	ASSOCIACAO DOS PRODUTORES RURAIS DO SITIO LAGOA DO MATO I
CAPITAL SOCIAL:	

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	JOHNSON ROCHA GOMES
Qualificação:	16-Presidente

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 26/08/2021 às 20:57 (data e hora de Brasília).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Ofício 001/2021 (0061358)

SEI 55119.024636/2021-59 / pg. 23

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO



VÁLIDA EM TODO
O TERRITÓRIO NACIONAL
1854944448

NOME
JOHNSON ROCHA GOMES



DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR UF
316401 SSP CE

CPF DATA NASCIMENTO
043.399.593-91 05/03/1949

FILIAÇÃO
JOAO BELARMINO GOMES
MARIA EDESIA ROCHA
GOMES

PERMISSÃO ACC CAT. HAB.
B

Nº REGISTRO
00609883280

VALIDADE
23/11/2023

1ª HABILITAÇÃO
25/05/1973

OBSERVAÇÕES

A ;

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
JUAZEIRO DO NORTE, CE

DATA EMISSÃO
26/11/2020

IGOR VASCONCELOS PONTE
ASSINATURA DO EMISSOR

06248866814
CE178292516

CEARÁ



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



TÍTULO ELEITORAL

IDENTIFICAÇÃO
BIOMÉTRICA

NOME DO ELEITOR

JOHNSON ROCHA GOMES

DATA DE NASCIMENTO

05/03/1949

Nº INSCRIÇÃO

D V

0067 0888 0795

ZONA

070

SEÇÃO

0211

MUNICÍPIO / UF

BREJO SANTO/CE

DATA DE EMISSÃO

07/01/2016

JUIZ ELEITORAL

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.com.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Circulo 001/2021 (0061356)

SEI 55119.024056/2021-59 / pg. 25

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549



Companhia Energética do Ceará
Rua Padre Valdevino, 150
Fortaleza - CE - CEP: 60135-040
CNPJ: 07.047.251/0001-70 - CGF: 06.105.048-3

CLASSIFICAÇÃO DA UNIDADE CONSUMIDORA	TIPO DE FORNECIMENTO
B2 RURAL - Rural Agropecuária - BS427R50 - 60600 - 2873403 FAF-048	Trifásico

JOHNSON ROLHA GOMES
ST LAGOA DO MATO, 00209, VILA FELIZ,
63260-000, BREJO SANTO

INSTALAÇÃO UNID. CONSUMIDORA
10029885

Nº DO CLIENTE
10029885

V:11.0.78.191 - CDD:1210271207-1491 - V:878101 - 09.000000

MÊS/ANO DE REFERÊNCIA	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
07/2021	18/08/2021	R\$ 195,79

INFORMAÇÕES FISCAIS

Nota Fiscal Conta de Energia Elétrica-Modelo 6
HASHCODE: 5817.C8A4.A03E.4AEE.273A.130B.7F28.C23C
NOTA FISCAL Nº 119992698 - SÉRIE: ÚNICA
DATA DE EMISSÃO: 12/07/2021
DATA DE APRESENTAÇÃO: 12/07/2021
CFOP 5256: Venda de en. elétrica a não contribuinte
CPF/CNPJ Cliente: 043.399.593-91 INSC. EST: ISENT0

MENSAGENS IMPORTANTES

- Unid. consumidora enquadrada na subclasse Rural Agropecuária, faturada com desc. tarifário de R\$ 22,05.

Não constam débitos relativos às faturas vencidas no ano de 2020 e anos anteriores. Excluem-se desta declaração os valores não faturados em razão de irregularidades constatadas posteriormente. Esta declaração substitui as quitações anteriores.

Períodos: Band. Tarif.: Vermelha : 11/06 - 12/07

DATAS DE LEITURA	LEITURA ANTERIOR	LEITURA ATUAL	Nº DE DIAS	PRÓXIMA LEITURA
	10/06/2021	12/07/2021	32	11/08/2021

DESCRIÇÃO DO FATURAMENTO

Descrição	Tarifa	Valor (R\$)
ADICIONAL BAND. VERMELHA	0,07846	24,48
BENEFÍCIO TARIFÁRIO BRUTO	-	23,20
BENEFÍCIO TARIFÁRIO LÍQUIDO	-	-22,05
CONSUMO	0,54538	170,16
SUBTOTAL FATURAMENTO:		217,84
SUBTOTAL OUTROS:		-22,05
TOTAL:		195,79

EQUIPAMENTOS DE MEDIÇÃO E CONSUMO NO PERÍODO

Nº Medidor	Nº Medidor Anterior	Data Leitura	Data Leitura Anterior	Leitura	Fator	Consumo	Dias
2070000-970-040-19	11-100	12-000	12-000	42-100	1	31,2	32

PRODUTO	DATA DE CANCELAMENTO	ALÍQUOTA (%)	VALOR R\$
1000	0,00	0,00	0,00
1013	217,84	0,90	1,94
1013	217,84	4,12	8,99



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 01.170.807/0001-35 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 30/04/1996
NOME EMPRESARIAL ASSOC COMUN DAS DONAS DE CASA DO POVOADO LAGOA DO MATO		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada		
LOGRADOURO SIT LAGOA DO MATO	NÚMERO S/N	COMPLEMENTO *****
CEP 63.260-000	BAIRRO/DISTRITO ZONA RURAL	MUNICÍPIO BREJO SANTO
UF CE		
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 19/08/2021
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **26/08/2021** às **20:55:13** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549> / pg. 27

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	01.170.807/0001-35
NOME EMPRESARIAL:	ASSOC COMUN DAS DONAS DE CASA DO POVOADO LAGOA DO MATO
CAPITAL SOCIAL:	

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	MARIA GONCALVES DE SOUSA PINHEIRO
Qualificação:	16-Presidente

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 26/08/2021 às 20:55 (data e hora de Brasília).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Circulo 001/2021 (0061358)

SEI 53119.024856/2021-59 / pg. 28

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

2-I.



POLEGAR DIREITO



+ Maria Gonçalves de Sousa Penhuxa

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

CPF: 000.000.000-00

DATA DE EMISSÃO: 01/01/2021



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-9051f622549>

Onix 001/2021 (0081558)

SEI 55119.024630/2021-59 / pg. 29

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-9051f622549

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO
GERAL

1372553-87.

DATA DE
EXPEDIÇÃO

01-09-1987

NOME MARIA GONÇALVES DE SOUSA PINHEIRO

FILIAÇÃO Antonio Gonçalves de Sousa e
Francisca Lojolina de Jesus

Brejo Santo-CE.

NATURACIDADE

02-10-1964

DATA DE NASCIMENTO

DOC ORIGEM

Cert. Cas. N°641, Lv. B-4, Fls. 22.
Cart. Reg. Civil de Brejo Santo-CE.

CPF

*

*

*



Francisco de Jesus



*

*

*

SIGNATURA DO DIRETOR

LEI N° 7.116 DE 29/08/83



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Onix 001/2021 (000155)

SEI 55119.024636/2021-59 / pg. 30

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



TÍTULO ELEITORAL

IDENTIFICAÇÃO
BIOMÉTRICA

NOME DO ELEITOR

MARIA GONCALVES DE SOUSA PINHEIRO

DATA DE NASCIMENTO

02/10/1964

Nº INSCRIÇÃO

0205 3502 0736

D.V.

ZONA

070

SEÇÃO

0044

MUNICÍPIO / UF

BREJO SANTO/CE

DATA DE EMISSÃO

04/12/2015

JUIZ ELEITORAL

PRESIDENTE DO TRE/CE - JUS/CA ELEITORAL



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Onix 001/2021 (0001358)

SEI 55119.024630/2021-59 / pg. 31

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549



SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CPF

399650583 34

CIC

Nº DE INSCRIÇÃO

NOME COMPLETO

MARIA GONÇALVES DE SOUSA PINHEIRO

NASCIMENTO

02-10-64

ASSINATURA

Maria Gonçalves de Sousa Pinheiro

TERÁ VALIDADE SOMENTE COM A APRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO DE IDENTIDADE



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-9051fb22549>

Onix 001/2021 (0061958)

SEI 55119.024636/2021-59 / pg. 32

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-9051fb22549

CLASSIFICAÇÃO DA UNIDADE CONSUMIDORA	TIPO DE FORNECIMENTO
B2 RURAL - Rural Agropecuária - BS421R50 - 223610 - 6728278-ELE-724	Monofásico

MARIA GONCALVES DE SOUSA PINHEIRO
Vila LAGOA DO MATO, 00526, LAGOA DO MATO,
63260000, BREJO SANTO

INSTALAÇÃO / UNID. CONSUMIDORA
43265366

Nº DO CLIENTE
43265366

VIT: 0.18.193 : 088-0984176207-1499 : 7.539966, -39.010941

MÊS/ANO DE REFERÊNCIA	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
07/2021	01/08/2021	R\$ 53,01

INFORMAÇÕES FISCAIS
Nota Fiscal Conta de Energia Elétrica-Modelo 6 HASHCODE: E57E.6D50.4EEC.53D8.3FC2.44B3.560C.EF5D NOTA FISCAL Nº 118843247 - SÉRIE: ÚNICA DATA DE EMISSÃO: 02/07/2021 DATA DE APRESENTAÇÃO: 02/07/2021 CFOP 5256: Venda de en. elétrica a não contribuinte CPF/CNPJ Cliente: 399.650.583-34 INSC. EST: ISENT0

MENSAGENS IMPORTANTES
- Unid. consumidora enquadrada na subclasse Rural Agropecuária, faturada com desc. tarifário de R\$ 6,08. Não constam débitos relativos às faturas vencidas no ano de 2020 e anos anteriores. Excluem-se desta declaração os valores não faturados em razão de irregularidades constatadas posteriormente. Esta declaração substitui as quitações anteriores. Períodos: Band. Tarif.: Vermelha : 03/06 - 02/07

DATAS DE LEITURA	LEITURA ANTERIOR	LEITURA ATUAL	Nº DE DIAS	PRÓXIMA LEITURA
	02/06/2021	02/07/2021	30	02/08/2021

DESCRIÇÃO DO FATURAMENTO		
Descrição	Tarifa	Valor (R\$)
ADICIONAL BAND. VERMELHA	0,06779	5,83
BENEFÍCIO TARIFÁRIO BRUTO	-	6,39
BENEFÍCIO TARIFÁRIO LÍQUIDO	-	-6,08
CONSUMO	0,54500	46,87
SUBTOTAL FATURAMENTO:		59,09
SUBTOTAL OUTROS:		-6,08
TOTAL:		53,01

EQUIPAMENTOS DE MEDIÇÃO E CONSUMO NO PERÍODO

Eq. Medição	Equip. Consumo	Data Leitura	Leitura	Data Leitura	Leitura	Fator	Consumo	Dias
0700270-033-724-10	03 JUL	1.182	02 JUL	1.180	1	06	30	





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.149.749/0001-93 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 07/05/1999
---	---	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO ESCOLAR DE PAIS E MESTRES DA ESCOLA MUNICIPAL BARTOLOMEU MADEIRO

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****	PORTE DEMAIS
---	-----------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada

LOGRADOURO SIT LAGOA DO MATO	NÚMERO SN	COMPLEMENTO *****
---------------------------------	--------------	----------------------

CEP 63.260-000	BAIRRO/DISTRITO ZONA RURAL	MUNICÍPIO BREJO SANTO	UF CE
-------------------	-------------------------------	--------------------------	----------

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
---------------------	----------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 27/03/2019
-----------------------------	--

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 16/08/2021 às 10:07:08 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Circul 001/2021 (008-358)

SEI 55119.024686/2021-59 / pg. 34

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
INFORMAÇÕES DE APOIO PARA EMISSÃO DE CERTIDÃO

Por meio do e-CAC - CPF do certificado: 229.942.383-49

12/08/2021 08:43:27

Página: 1 / 1

CNPJ: 03.149.749 - ASSOCIACAO ESCOLAR DE PAIS E MESTRES DA ESCOLA MUNICIPAL BARTOLOMEU MADEIRO

Dados Cadastrais da Matriz

CNPJ: 03.149.749/0001-93

UA de Domicílio: DRF JUAZEIRO DO NORTE-CE

Código da UA: 03.102.00

Endereço: SIT LAGOA DO MATO, SN

Bairro: ZONA RURAL

CEP: 63260-000 Município: BREJO SANTO

UF: CE

Responsável: 194.868.633-34 - MARIA ILSE GONCALVES PINHEIRO

Situação: ATIVA

Natureza Jurídica: 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA

Data de Abertura: 07/05/1999

CNAE: 9430-8/00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais

Porte da Empresa: DEMAIS

Sócios e Administradores

CPF/CNPJ	Nome	Qualificação	Situação Cadastral	Cap. Social	Cap. Votante
194.868.633-34	MARIA ILSE GONCALVES PINHEIRO	PRESIDENTE	REGULAR		

Diagnóstico Fiscal na Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Não foram detectadas pendências/exigibilidades suspensas nos controles da Receita Federal e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Final do Relatório



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

SEI 53115.024636/2021-59 / pg. 35

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
POLÍCIA FORTESE DO BOM DIA DO CEARÁ
COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO - PRIMEIRA SEÇÃO DE IDENTIFICAÇÃO

Potter Direito



maria Ilse Gonçalves Pinheiro

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO CERAL 2008219238 - 8 DATA DE EXPEDIÇÃO 31/05/2012

NOME MARIA ILSE GONÇALVES PINHEIRO

FILIAÇÃO FERNANDO AMARO PINHEIRO
MARIA GONÇALVES PINHEIRO

NOME DO PAI BREJO SANTO - CE DATA DE NASCIMENTO 29/09/1980

DATA DE REGISTRO CERT. NASCIMENTO - CARTÓRIO: SEDE TERMO: 20726 FOLHA: 277
LIVRO: A/29 BREJO SANTO - CE

RG: ANT: 1340503 P.: 55

1 VIA

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29-08-83

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - SECRETARIA DA JUSTIÇA FEDERAL
COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO DO BRASIL
SERVIÇOS DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL (CFTI)

Protocolo de INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS (CPF)

Contribuição da SRF

33020/1349
23/03/80
ARF-BREJO SANTO

Nome completo do declarante Maria Ilse Gonçalves Pinheiro

Endereço Sítio Lavoura do Mato, S/N Brejo Santo-CE

Atenção: este protocolo vale como Cartão de Identificação do Contribuinte (CIC) até 180 dias depois da data constante de cartão da SRF

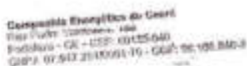
Enquete de protocolo 194068633 34

CPF Nº 040.115.024



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>



Trifásico

BS421R50 10000
FERNANDO AMARO PINHEIRO
VL LAGOA DO MATO -01 00020 LAGOA DO
MATO, 63260-000, BREJO SANTO

77495

ALCOHOL

77495

W111.0.18.191 : 062-0626189207-1492 : -7.530346, -29.902570

ACKNOWLEDGMENTS

06/2021

10/07/2021

RS 531,69

Nota Fiscal Conta de Energia Elétrica-Modelo 6
HASHCODE: DA1E.EBAA.E1F7.5E4C.23DD.07EC.E9CA.F602
NOTA FISCAL Nº 115050184 - SÉRIE: ÚNICA
DATA DE EMISSÃO: 02/06/2021
DATA DE APRESENTAÇÃO: 02/07/2021
CFOP 5258: Venda de en. elétrica a não contribuinte
CPF/CNPJ Cliente: 214.774.263-53 INSC. EST: ISENT0

FATURADO POR MEDIA - LEITURA BIMESTRAL
Tarif : Vermelha : 05/05

FATURADO POR MEDIA - LEITURA BIMESTRAL
Períodos: Band. Tarif.: Vermelha : 05/05 - 02/06

FATURADO POR MÊDIA - LEITURA 1000
Períodos: Band. Tarif.: Vermelha : 05/05 - 02/06
Para determin. da Anel, a band. tarifária em vigor para 06/21 é VERMELHA PAT 2, deixando a energia mais cara. Para minimizar o impacto no vr de conta, fique atento ao cons de energia.
Confira dicas de economia em enel.com.br

DATAS DE CUSTURA	LEITURA ANTERIOR	LEITURA ATUAL	Nº DE DIAS	PRÓXIMA LEITURA
04/05/2021	02/06/2021	29	02/07/2021	

Descrição	Tarifa	Valor (R\$)
ADICIONAL BAND. VERMELHA	0,06056	31,19
CIP - ILUM PUB PREF MUNICIPAL	-	74,47
CONSUMO	0,82724	426,03
SUBTOTAL FATURAMENTO:		457,22
SUBTOTAL OUTROS:		74,47
		531,69

TOTAL: 11.000 CONSUMO NO PERÍODO

EQUIPAMENTOS DE MEDIÇÃO E CONSUMO NO PERÍODO						
Medidor	P. Hídrico em GWh	Cont. Leil.	Leilante	Data Leil.	Leilante	Consumo Dias
4874908-ELC-433 PT	25.7947	31-03-95	02.706	25-04-95	1	915 29

Line	Month	Rate	Days	Total
1	JAN	1.15	31	35.65
2	FEB	1.15	28	32.20
3	MAR	1.15	31	35.65
4	APR	1.15	30	34.50
5	MAY	1.15	31	35.65
6	JUN	1.15	30	34.50
7	JUL	1.15	31	35.65
8	AUG	1.15	31	35.65
9	SEP	1.15	30	34.50
10	OCT	1.15	31	35.65
11	NOV	1.15	30	34.50
12	DEC	1.15	31	35.65
13	JAN	1.15	31	35.65
14	FEB	1.15	28	32.20
15	MAR	1.15	31	35.65
16	APR	1.15	30	34.50
17	MAY	1.15	31	35.65
18	JUN	1.15	30	34.50
19	JUL	1.15	31	35.65
20	AUG	1.15	31	35.65
21	SEP	1.15	30	34.50
22	OCT	1.15	31	35.65
23	NOV	1.15	30	34.50
24	DEC	1.15	31	35.65
25	JAN	1.15	31	35.65
26	FEB	1.15	28	32.20
27	MAR	1.15	31	35.65
28	APR	1.15	30	34.50
29	MAY	1.15	31	35.65
30	JUN	1.15	30	34.50
31	JUL	1.15	31	35.65
32	AUG	1.15	31	35.65
33	SEP	1.15	30	34.50
34	OCT	1.15	31	35.65
35	NOV	1.15	30	34.50
36	DEC	1.15	31	35.65
37	JAN	1.15	31	35.65
38	FEB	1.15	28	32.20
39	MAR	1.15	31	35.65
40	APR	1.15	30	34.50
41	MAY	1.15	31	35.65
42	JUN	1.15	30	34.50
43	JUL	1.15	31	35.65
44	AUG	1.15	31	35.65
45	SEP	1.15	30	34.50
46	OCT	1.15	31	35.65
47	NOV	1.15	30	34.50
48	DEC	1.15	31	35.65
49	JAN	1.15	31	35.65
50	FEB	1.15	28	32.20
51	MAR	1.15	31	35.65
52	APR	1.15	30	34.50
53	MAY	1.15	31	35.65
54	JUN	1.15	30	34.50
55	JUL	1.15	31	35.65
56	AUG	1.15	31	35.65
57	SEP	1.15	30	34.50
58	OCT	1.15	31	35.65
59	NOV	1.15	30	34.50
60	DEC	1.15	31	35.65
61	JAN	1.15	31	35.65
62	FEB	1.15	28	32.20
63	MAR	1.15	31	35.65
64	APR	1.15	30	34.50
65	MAY	1.15	31	35.65
66	JUN	1.15	30	34.50
67	JUL	1.15	31	35.65
68	AUG	1.15	31	35.65
69	SEP	1.15	30	34.50
70	OCT	1.15	31	35.65
71	NOV	1.15	30	34.50
72	DEC	1.15	31	35.65
73	JAN	1.15	31	35.65
74	FEB	1.15	28	32.20
75	MAR	1.15	31	35.65
76	APR	1.15	30	34.50
77	MAY	1.15	31	35.65
78	JUN	1.15	30	34.50
79	JUL	1.15	31	35.65
80	AUG	1.15	31	35.65
81	SEP	1.15	30	34.50
82	OCT	1.15	31	35.65
83	NOV	1.15	30	34.50
84	DEC	1.15	31	35.65
85	JAN	1.15	31	35.65
86	FEB	1.15	28	32.20
87	MAR	1.15	31	35.65
88	APR	1.15	30	34.50
89	MAY	1.15	31	35.65
90	JUN	1.15	30	34.50
91	JUL	1.15	31	35.65
92	AUG	1.15	31	35.65
93	SEP	1.15	30	34.50
94	OCT	1.15	31	35.65
95	NOV	1.15	30	34.50
96	DEC	1.15	31	35.65
97	JAN	1.15	31	35.65
98	FEB	1.15	28	32.20
99	MAR	1.15	31	35.65
100	APR	1.15	30	34.50
101	MAY	1.15	31	35.65
102	JUN	1.15	30	34.50
103	JUL	1.15	31	35.65
104	AUG	1.15	31	35.65
105	SEP	1.15	30	34.50
106	OCT	1.15	31	35.65
107	NOV	1.15	30	34.50
108	DEC	1.15	31	35.65
109	JAN	1.15	31	35.65
110	FEB	1.15	28	32.20
111	MAR	1.15	31	35.65
112	APR	1.15	30	34.50
113	MAY	1.15	31	35.65
114	JUN	1.15	30	34.50
115	JUL	1.15	31	35.65
116	AUG	1.15	31	35.65
117	SEP	1.15	30	34.50
118	OCT	1.15	31	35.65
119	NOV	1.15	30	34.50
120	DEC	1.15	31	35.65
121	JAN	1.15	31	35.65
122	FEB	1.15	28	32.20
123	MAR	1.15	31	35.65
124	APR	1.15	30	34.50
125	MAY	1.15	31	35.65
126	JUN	1.15	30	34.50
127	JUL	1.15	31	35.65
128	AUG	1.15	31	35.65
129	SEP	1.15	30	34.50
130	OCT	1.15	31	35.65
131	NOV	1.15	30	34.50
132	DEC	1.15	31	35.65
133	JAN	1.15	31	35.65
134	FEB	1.15	28	32.20
135	MAR	1.15	31	35.65
136	APR	1.15	30	34.50
137	MAY	1.15	31	35.65
138	JUN	1.15	30	34.50
139	JUL	1.15	31	35.65
140	AUG	1.15	31	35.65
141	SEP	1.15	30	34.50
142	OCT	1.15	31	35.65
143	NOV	1.15	30	34.50
144	DEC	1.15	31	35.65
145	JAN	1.15	31	35.65
146	FEB	1.15	28	32.20
147	MAR	1.15	31	35.65
148	APR	1.15	30	34.50
149	MAY	1.15	31	35.65
150	JUN	1.15	30	34.50
151	JUL	1.15	31	35.65
152	AUG	1.15	31	35.65
153	SEP	1.15	30	34.50
154	OCT	1.15	31	35.65
155	NOV	1.15	30	34.50
156	DEC	1.15	31	35.65
157	JAN	1.15	31	35.65
158	FEB	1.15	28	32.20
159	MAR	1.15	31	35.65
160	APR	1.15	30	34.50
161	MAY	1.15	31	35.65
162	JUN	1.15	30	34.50
163	JUL	1.15	31	35.65
164	AUG	1.15	31	35.65
165	SEP	1.15	30	34.50
166	OCT	1.15	31	35.65
167	NOV	1.15	30	34.50
168	DEC	1.15	31	35.65
169	JAN	1.15	31	35.65
170	FEB	1.15	28	32.20
171	MAR	1.15	31	35.65
172	APR	1.15	30	34.50
173	MAY	1.15	31	35.65
174	JUN	1.15	30	34.50
175	JUL	1.15	31	35.65
176	AUG	1.15	31	35.65
177	SEP	1.15	30	34.50
178	OCT	1.15	31	35.65
179	NOV	1.15	30	34.50
180	DEC	1.15	31	35.65
181	JAN	1.15	31	35.65
182	FEB	1.15	28	32.20
183	MAR	1.15	31	35.65
184	APR	1.15	30	34.50
185	MAY	1.15	31	35.65
186	JUN	1.15	30	34.50
187	JUL	1.15	31	35.65
188	AUG	1.15	31	35.65
189	SEP	1.15	30	34.50
190	OCT	1.15	31	35.65
191	NOV	1.15	30	34.50
192	DEC	1.15	31	35.65
193	JAN	1.15	31	35.65
194	FEB	1.15	28	32.20
195	MAR	1.15	31	35.65
196	APR	1.15	30	34.50
197	MAY	1.15	31	35.65
198	JUN	1.15	30	34.50
199	JUL	1.15	31	35.65
200	AUG	1.15	31	35.65
201	SEP	1.15	30	34.50
202	OCT	1.15	31	35.65
203	NOV	1.15	30	34.50
204	DEC	1.15	31	35.65
205	JAN	1.15	31	35.65
206	FEB	1.15	28	32.20
207	MAR	1.15	31	35.65
208	APR	1.15	30	34.50
209	MAY	1.15	31	35.65
210	JUN	1.15	30	34.50
211	JUL	1.15	31	35.65
212	AUG	1.15	31	35.65
213	SEP	1.15	30	34.50
214	OCT	1.15	31	35.65
215	NOV	1.15	30	34.50
216	DEC	1.15	31	35.65
217	JAN	1.15	31	35.65
218	FEB	1.15	28	32.20
219	MAR	1.15	31	35.65
220	APR	1.15	30	34.50
221	MAY	1.15	31	35.65
222	JUN	1.15	30	34.50
223	JUL	1.15	31	35.65
224	AUG	1.15	31	35.65
225	SEP	1.15	30	34.50
226	OCT	1.15	31	35.65
227	NOV	1.15	30	34.50
228	DEC	1.15	31	35.65
229	JAN	1.15	31	35.65
230	FEB	1.15	28	32.20
231	MAR	1.15	31	35.65
232	APR	1.15	30	34.50
233	MAY	1.15	31	35.65
234	JUN	1.15	30	34.50
235	JUL	1.15	31	35.65
236	AUG	1.15	31	35.65
237	SEP	1.15	30	34.50
238	OCT	1.15	31	35.65
239	NOV	1.15	30	34.50
240	DEC	1.15	31	35.65
241	JAN	1.15	31	35.65
242	FEB	1.15	28	32.20
243	MAR	1.15	31	35.65
244	APR	1.15	30	34.50
245	MAY	1.15	31	35.65
246	JUN	1.15	30	34.50
247	JUL	1.15	31	35.65
248	AUG	1.15	31	35.65
249	SEP	1.15	30	34.50
250	OCT	1.15	31	35.65
251	NOV	1.15	30	34.50
252	DEC	1.15	31	35.65
253	JAN	1.15	31	35.65
254	FEB	1.15	28	32.20
255	MAR	1.15	31	35.65
256	APR	1.15	30	34.50
257	MAY	1.15	31	35.65
258	JUN	1.15	30	34.50
259	JUL	1.15	31	35.65
260	AUG	1.15	31	35.65
261	SEP	1.15	30	34.50
262	OCT	1.15	31	35.65
263	NOV	1.15	30	34.50
264	DEC	1.15	31	35.65
265	JAN	1.15	31	35.65
266	FEB	1.15	28	32.20
267	MAR	1.15	31	35.65
268	APR	1.15	30	34.50
269	MAY	1.15	31	35.65
270	JUN	1.15	30	34.50
271	JUL	1.15	31	35.65
272	AUG	1.15	31	35.65
273	SEP	1.15	30	34.50
274	OCT	1.15	31	35.65
275	NOV	1.15	30	34.50
276	DEC	1.15	31	35.65
277	JAN	1.15	31	35.65
278	FEB	1.15	28	32.20
279	MAR	1.15	31	35.65
280	APR	1.15	30	34.50
281	MAY	1.15	31	35.65
282	JUN	1.15	30	34.50

6/1/28	7/1/28	8/1/28	9/1/28	10/1/28	11/1/28	12/1/28	1/1/29	2/1/29	3/1/29	4/1/29	5/1/29	6/1/29	7/1/29	8/1/29	9/1/29	10/1/29	11/1/29	12/1/29	1/1/30	2/1/30	3/1/30	4/1/30	5/1/30	6/1/30	7/1/30	8/1/30	9/1/30	10/1/30	11/1/30	12/1/30	1/1/31	2/1/31	3/1/31	4/1/31	5/1/31	6/1/31	7/1/31	8/1/31	9/1/31	10/1/31	11/1/31	12/1/31	1/1/32	2/1/32	3/1/32	4/1/32	5/1/32	6/1/32	7/1/32	8/1/32	9/1/32	10/1/32	11/1/32	12/1/32	1/1/33	2/1/33	3/1/33	4/1/33	5/1/33	6/1/33	7/1/33	8/1/33	9/1/33	10/1/33	11/1/33	12/1/33	1/1/34	2/1/34	3/1/34	4/1/34	5/1/34	6/1/34	7/1/34	8/1/34	9/1/34	10/1/34	11/1/34	12/1/34	1/1/35	2/1/35	3/1/35	4/1/35	5/1/35	6/1/35	7/1/35	8/1/35	9/1/35	10/1/35	11/1/35	12/1/35	1/1/36	2/1/36	3/1/36	4/1/36	5/1/36	6/1/36	7/1/36	8/1/36	9/1/36	10/1/36	11/1/36	12/1/36	1/1/37	2/1/37	3/1/37	4/1/37	5/1/37	6/1/37	7/1/37	8/1/37	9/1/37	10/1/37	11/1/37	12/1/37	1/1/38	2/1/38	3/1/38	4/1/38	5/1/38	6/1/38	7/1/38	8/1/38	9/1/38	10/1/38	11/1/38	12/1/38	1/1/39	2/1/39	3/1/39	4/1/39	5/1/39	6/1/39	7/1/39	8/1/39	9/1/39	10/1/39	11/1/39	12/1/39	1/1/40	2/1/40	3/1/40	4/1/40	5/1/40	6/1/40	7/1/40	8/1/40	9/1/40	10/1/40	11/1/40	12/1/40	1/1/41	2/1/41	3/1/41	4/1/41	5/1/41	6/1/41	7/1/41	8/1/41	9/1/41	10/1/41	11/1/41	12/1/41	1/1/42	2/1/42	3/1/42	4/1/42	5/1/42	6/1/42	7/1/42	8/1/42	9/1/42	10/1/42	11/1/42	12/1/42	1/1/43	2/1/43	3/1/43	4/1/43	5/1/43	6/1/43	7/1/43	8/1/43	9/1/43	10/1/43	11/1/43	12/1/43	1/1/44	2/1/44	3/1/44	4/1/44	5/1/44	6/1/44	7/1/44	8/1/44	9/1/44	10/1/44	11/1/44	12/1/44	1/1/45	2/1/45	3/1/45	4/1/45	5/1/45	6/1/45	7/1/45	8/1/45	9/1/45	10/1/45	11/1/45	12/1/45	1/1/46	2/1/46	3/1/46	4/1/46	5/1/46	6/1/46	7/1/46	8/1/46	9/1/46	10/1/46	11/1/46	12/1/46	1/1/47	2/1/47	3/1/47	4/1/47	5/1/47	6/1/47	7/1/47	8/1/47	9/1/47	10/1/47	11/1/47	12/1/47	1/1/48	2/1/48	3/1/48	4/1/48	5/1/48	6/1/48	7/1/48	8/1/48	9/1/48	10/1/48	11/1/48	12/1/48	1/1/49	2/1/49	3/1/49	4/1/49	5/1/49	6/1/49	7/1/49	8/1/49	9/1/49	10/1/49	11/1/49	12/1/49	1/1/50	2/1/50	3/1/50	4/1/50	5/1/50	6/1/50	7/1/50	8/1/50	9/1/50	10/1/50	11/1/50	12/1/50	1/1/51	2/1/51	3/1/51	4/1/51	5/1/51	6/1/51	7/1/51	8/1/51	9/1/51	10/1/51	11/1/51	12/1/51	1/1/52	2/1/52	3/1/52	4/1/52	5/1/52	6/1/52	7/1/52	8/1/52	9/1/52	10/1/52	11/1/52	12/1/52	1/1/53	2/1/53	3/1/53	4/1/53	5/1/53	6/1/53	7/1/53	8/1/53	9/1/53	10/1/53	11/1/53	12/1/53	1/1/54	2/1/54	3/1/54	4/1/54	5/1/54	6/1/54	7/1/54	8/1/54	9/1/54	10/1/54	11/1/54	12/1/54	1/1/55	2/1/55	3/1/55	4/1/55	5/1/55	6/1/55	7/1/55	8/1/55	9/1/55	10/1/55	11/1/55	12/1/55	1/1/56	2/1/56	3/1/5
--------	--------	--------	--------	---------	---------	---------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	---------	---------	---------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	---------	---------	---------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	---------	---------	---------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	---------	---------	---------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	---------	---------	---------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	---------	---------	---------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	---------	---------	---------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	---------	---------	---------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	---------	---------	---------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	---------	---------	---------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	---------	---------	---------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	---------	---------	---------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	---------	---------	---------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	---------	---------	---------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	---------	---------	---------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	---------	---------	---------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	---------	---------	---------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	---------	---------	---------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	---------	---------	---------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	---------	---------	---------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	---------	---------	---------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	---------	---------	---------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	---------	---------	---------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	---------	---------	---------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	---------	---------	---------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	---------	---------	---------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	---------	---------	---------	--------	--------	-------

Tipos Fat.1 LID - LID67 MED - Média de conjuntos MED - mínimo fatigável



Autenticado eletronicamente, após conferência com original

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6bc-90511fb22549>

Unidade-assinatura:camara@sig.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

Título e local de votação - consulta por nome

BIOMETRIA COLETADA

IDENTIFICAÇÃO

Inscrição: 020535050787

Eleitor: MARIA ILSE GONCALVES PINHEIRO

DOMICÍLIO ELEITORAL

Zona: 070 Seção: 0044

Local: ESC MUN BARTOLOMEU MADEIRO

Endereço: VILA LAGOA DO MATO - LAGOA DO MATO-SEDE

Município: BREJO SANTO - CE

[Nova consulta](#)

Tags

#Título de eleitor

Gestor responsável

[Corregedoria-Geral Eleitoral +](#)

[🗺 Mapa do site](#)





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.156.638/0001-04 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 06/05/1999	
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO ESCOLAR E COMUNITARIA DA ESCOLA MUNICIPAL CLOTILDES MOREIRA TAVARES					
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****				PORTE DEMAIS	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada					
LOGRADOURO SIT CABACEIRAS		NÚMERO SN		COMPLEMENTO *****	
CEP 63.260-000	BAIRRO/DISTRITO ZONA RURAL		MUNICÍPIO BREJO SANTO		UF CE
ENDEREÇO ELETRÔNICO			TELEFONE		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****					
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA				DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 01/03/2019	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL					
SITUAÇÃO ESPECIAL *****				DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 16/08/2021 às 10:08:05 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549> / pg. 39

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
INFORMAÇÕES DE APOIO PARA EMISSÃO DE CERTIDÃO

Por meio do e-CAC - CPF do certificado: 229.942.383-49

12/08/2021 08:42:41

Página: 1 / 1

CNPJ: 03.156.638 - ASSOCIACAO ESCOLAR E COMUNITARIA DA ESCOLA MUNICIPAL CLOTILDES MOREIRA TAVARES

Dados Cadastrais da Matriz

CNPJ: 03.156.638/0001-04

UA de Domicílio: DRF JUAZEIRO DO NORTE-CE

Código da UA: 03.102.00

Endereço: SIT CABACEIRAS, SN

Bairro: ZONA RURAL

CEP: 63260-000 Município: BREJO SANTO

UF: CE

Responsável: 697.774.383-20 - SILVANA RODRIGUES DOS SANTOS

Situação: ATIVA

Data de Abertura: 06/05/1999

Natureza Jurídica: 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA

CNAE: 9430-8/00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais

Porte da Empresa: DEMAIS

Sócios e Administradores

CPF/CNPJ	Nome	Qualificação	Situação Cadastral	Cap. Social	Cap. Votante
697.774.383-20	SILVANA RODRIGUES DOS SANTOS	PRESIDENTE	REGULAR		

Diagnóstico Fiscal na Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Não foram detectadas pendências/exigibilidades suspensas nos controles da Receita Federal e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Final do Relatório



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

SEI 53115.024636/2021-59 / pg. 40

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
PERÍCIA FORENSE DO ESTADO DO CEARÁ
COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO HUMANA E PERÍCIA BIOMÉTRICA

NOME
SILVANA RODRIGUES DOS SANTOS

FILIAÇÃO
DAMIÃO BENTO DOS SANTOS
MARIA IRENE RODRIGUES DE SOUSA

DATA NASCIMENTO 13/01/1976 NATURALIDADE BREJO SANTO - CE
ÓRGÃO EXPEDIDOR SSPDS-CE TIPO EMISSOR RH XXX
OBSERVAÇÃO XXXXXXXXXXXXXXXX

Silvana Rodrigues dos Santos
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

LEI Nº 7.116 DE 29 DE AGOSTO DE 1983

CPF 697.774.383-20 ONI XXXXXXXXXXXXXXXX

REGISTRO GERAL LOCAL DATA DE EXPEDIÇÃO OUTRO RG
2021009540-1 P.: 55 25/01/2021 207755490 1ª VIA

REGISTRO CIVIL
CERT. CASAM, C/ AVERB. DIV. CARTÓRIO: 1º OFÍCIO TERMO: 0002136
FOLHA: 0000026V LIVRO: 80000009 BREJO SANTO - CE

NOME SOCIAL
XXXXXXXXXXXXXXXXXX

POLEGAR DIREITO

T. ELEITOR CTPS SÉRIE UF
XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXX XX
NIS/PASEP IDENTIDADE PROFISSIONAL
XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CERT. MILITAR XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CRM CNS
XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Paulo Roberto Fagundes de Azeite
ASSINATURA DO DIRETOR

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome
SILVANA RODRIGUES DOS SANTOS

Nº de Inscrição
697774383-20

Data do Nascimento
13/01/76

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA

NOME DO ELEITOR
SILVANA RODRIGUES DOS SANTOS

DATA DE NASCIMENTO 13/01/1976 Nº INSCRIÇÃO 0397 3407 0795 ZONA 070 SEÇÃO 0173
MUNICÍPIO / UF BREJO SANTO/CE DATA DE EMISSÃO 13/01/2016
JUIZ ELEITORAL



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>



SILVANA RODRIGUES DOS SANTOS
AEROP SITIO SN CASA
SITIO CABACEIRAS
63260-000 BREJO SANTO CE

Acesse sua conta e outros serviços:
No App Minha Claro
Na internet - minhaclearo.com.br
Atendimento Claro 1052, ou *1052* pelo celular.
Ouvidoria, ligue 08007010180
Para fatura em braille, ligue 1052
Para deficiente auditivo, ligue 08000362323

ClaroClube

Saldo de pontos em 13/07/21
Pontos resgatados em 30/06

205
0

Veja aqui o que está sendo cobrado:		
1. Plano Contratado	R\$	32,59
Total	R\$	32,59

Período de Uso
de 14/06/2021 a 13/07/2021

Vencimento
05/08/2021

1. Plano Contratado	88 99246 5694	Valor R\$
Oferta Conjunta Claro MIX		67,99
Aplicativos Digitais		-
Claro Controle 4GB + Minutos ilimitados (158)		-
Desconto de relacionamento		-15,00
Desconto por permanência		-20,40
Serviços Incluídos no seu Plano		
Bônus de relacionamento - 1GB (vigente até 14/07/2021)		
Pacote de Dados Controle 4GB		

Sub Total - Plano Contratado	R\$ 32,59
Total a Pagar	R\$ 32,59

Prezado Cliente,
Este boleto n°o quita débitos de meses anteriores.

Pague sua conta nos Bancos e Locais credenciados. Encargos por atraso serão cobrados na próxima conta. Contribuições para o FUST e FUNTEL (1% e 0,5% do valor dos serviços) não repassados ao cliente. Central de Atendimento da Anatel: 1331 - Ao ligar, informe o n° da reclamação registrada na prestadora.

Autenticação Mecânica:

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549> / pg. 42



5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

Destinatário
Vilma de Fátima Alvarenga Fanis
Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal
End: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar, CEP: 70044-900
Brasília / DF

DESTINATÁRIO

A SRA. VILMA DE FÁTIMA ALVARENGA FANIS

COORDENADORA DE OUTORGA DE RÁDIO-DIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E ESTATAL

**ENDEREÇO: ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, 3º ANDAR, CEP: 70044-900/
BRASÍLIA/DF**

Correios		REGISTRADO URGENTE registered priority	PESO (kg) weight
Recebido por			925
Assinatura		Doc.	AR MP
BR 18681618 4 BR			
			



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

CNPJ 001/2021 (8081398)

SEI 53115.024636/2021-59 / pg. 43

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

REMETENTE

ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA DO MATO – ARCLAM

ENDEREÇO: VILA LAGOA DO MATO, 01-00040, ZONA RURAL, BREJO SANTO/CE

CEP: 63.260-000

Remetente
Associação de Radiodifusão Comunitária da Lagoa do
Mato - ARCLAM
End: Vila Lagoa do Mato, 01-00040, Zona Rural, Brejo Santo - CE
CEP: 63.260-000





CNPJ: **30.635.962/0001-88**

Entidade não cadastrada nesta agência.

Emitida às 15:14:26 do dia 08/12/2021 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta.](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://moleg.autenticidade-assinatura/caneta/legit/38610c5f70e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

<https://moleg.autenticidade-assinatura/caneta/legit/38610c5f70e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

ANEXO Certidões atualizadas (6661306)

SEI 01250-054232/2018-10 / pg. 1

Imprimir

Voltar



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://mtoleg.autenticidade-assinatura.camara-leg.br/38810c5f70e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

<https://mtoleg.autenticidade-assinatura.camara-leg.br/38810c5f70e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

ANEXO Certidões atualizadas (8861306)

SEI 01250-054232/2018-10 / pg. 2



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 30.635.962/0001-88 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 04/06/2018
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DA LAGOA DO MATO		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ARCLAM	PORTE DEMAIS	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada		
LOGRADOURO VL LAGOA DO MATO	NÚMERO 40	COMPLEMENTO *****
CEP 63.260-000	BAIRRO/DISTRITO ZONA RURAL	MUNICÍPIO BREJO SANTO
UF CE		
ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE (88) 8112-5042	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 04/06/2018	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **08/12/2021** às **15:14:03** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Annexo Certificados atualizadas (6661506)

SEI 01250-054232/2018-10 / pg. 3

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 30.635.962/0001-88

Razão Social: ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DA LAGOA DO MATO

Endereço: VL G LAGOA DO MATO 40 / ZONA RURAL / BREJO SANTO / CE / 63260-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 05/12/2021 a 03/01/2022

Certificação Número: 2021120501014776730724

Informação obtida em 08/12/2021 15:14:56

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:

www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf

<https://infoe-guautenticidade-associaocara.com.br/30635962/0001-88-4bcb-b6b0-90511fb22549>

ANEXO - Certidões atualizadas (6661306)

SLI 01250-054232/2018-10 / pg. 4



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DA LAGOA DO MATO
CNPJ: 30.635.962/0001-88

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 15:15:42 do dia 08/12/2021 <hora e data de Brasília>.

Válida até 06/06/2022.

Código de controle da certidão: **08B7.5554.206D.320F**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DA LAGOA DO MATO
(MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 30.635.962/0001-88

Certidão nº: 56343606/2021

Expedição: 08/12/2021, às 15:15:30

Validade: 05/06/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DA LAGOA DO MATO (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **30.635.962/0001-88**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Anexo Certidões atualizadas (6601506)

SLI 01250-054232/2018-10 / pg. 6

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo nº: **01250.034232/2018-10.**

Entidade: **ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA DO MATO.**

Assunto: **Minutas de Portaria de Autorização e Exposição de Motivos**

À Secretaria de Radiodifusão,

1. Em atenção ao Parecer nº 00041/2020/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (5944212), bem como ao Parecer nº 00075/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (6804309) emitido pela Consultoria Jurídica deste Ministério, foi elaborado o Ofício nº 6453/2021/SEI-MCOM, solicitando o(s) seguintes documentos: **ata de eleição/posse do Conselho Comunitário, com cinco integrantes e** Certidão conjunta negativa de débitos da entidade relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União.
2. A Entidade se manifestou por meio do documento (8081398) apresentando a correta composição do Conselho Comunitário e conforme o Anexo de Certidões atualizadas (8801306), as pendências foram sanadas.
3. Com base nessas informações e, uma vez que a Consultoria Jurídica deste Ministério no Parecer supracitado entende que, atendidos os requisitos solicitados, o processo deverá seguir para apreciação do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, deve-se dar prosseguimento ao Processo.
4. Assim, encaminho as minutas da Portaria de Autorização e da Exposição de Motivos, para as providências cabíveis.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Outorgas**, em 13/12/2021, às 19:29 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **William Ivo Koshevnikoff Zambelli, Diretor do Departamento de Outorga e Pós-Outorga**, em 21/12/2021, às 11:26 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Despacho COREO_MCOM/8801523

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 7

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **8801323** e o código CRC **552D2025**.

Minutas e Anexos

MINUTA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Senhor Presidente da República,

1. Encaminho o Processo nº 01250.034232/2018-10, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação de Radiodifusão Comunitária da Lagoa do Mato, inscrita no CNPJ sob nº 30.635.962/0001-88, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Brejo Santo/CE em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 11158/2020/SEI-MCTIC, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCTIC, por intermédio de seu Parecer nº 00041/2020/CONJUR/MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.

4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MC nº XXXX, de XX de XXXXXXX de XXXX, publicada no DOU de XX/XX/XXXX.

5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Despacho CONJUR/MCOM/8801323

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 8

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

FÁBIO FARIA
Ministro de Estado das Comunicações

PORTARIA Nº **MINUTA**
, DE DE DE 2020.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, c/c com o art. 9º, inciso II, e o art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.034232/2018-10, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária da Lagoa do Mato, inscrita no CNPJ sob nº 30.635.962/0001-88, cuja sede se situa na Vila Lagoa do Mato 01, nº 40, Zona Rural, na localidade de Brejo Santo, Estado do Ceará, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 285, cuja frequência é de 104,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o **caput**.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA
Ministro de Estado das Comunicações

Referência: Processo nº 01250.034232/2018-10

SEI-MCOM nº 8801323



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Despacho CORRE_MCOM/8801323

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 9

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA MCOM Nº 4363, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES SUBSTITUTA, designada pelo art. 1º, inciso III, do Decreto nº 8.851, de 20 de setembro de 2016, publicado no DOU de 21 de setembro de 2016, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, c/c com o art. 9º, inciso II, e o art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo nº 01250.034232/2018-10, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária da Lagoa do Mato, inscrita no CNPJ sob nº 30.635.962/0001-88, cuja sede se situa na Vila Lagoa do Mato 01, nº 40, Zona Rural, na localidade de Brejo Santo, estado do Ceará, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 285, cuja frequência é de 104,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o **caput**.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ESTELLA DANTAS

Ministra de Estado das Comunicações Substituta



Documento assinado eletronicamente por **Maria Estella Dantas Antonichelli, Ministra de Estado das Comunicações substituta**, em 03/03/2022, às 19:09 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **8953864** e o código CRC **E1E0A28C**.





Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Brasília, 14 de fevereiro de 2022.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho o Processo nº 01250.034232/2018-10, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação de Radiodifusão Comunitária da Lagoa do Mato, inscrita no CNPJ sob nº 30.635.962/0001-88, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Brejo Santo/CE, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 11158/2020/SEI-MCTIC, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCTIC, por intermédio de seu Parecer nº 00041/2020/CONJUR/MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.
4. Com base nesses posicionamentos, a Ministra de Estado das Comunicações substituta expediu a Portaria MC nº 4.363, de 12 de fevereiro de 2022, publicada no DOU de XX/XX/XXXX.
5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

ESTELLA DANTAS

Ministra de Estado das Comunicações Substituta



Documento assinado eletronicamente por **Maria Estella Dantas Antonichelli, Ministra de Estado das Comunicações substituta**, em 03/03/2022, às 19:09 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Exposição de Motivos Outorga (8995875)

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 12

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **8953875** e o código CRC **44613808**.

Referência: Processo nº 01250.034232/2018-10

SEI nº 8953875



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Ofício Interno nº 14500/2021/MCOM

Brasília, na data da assinatura.

Ao Senhor
Wagner Primo Figueiredo Neto
Chefe de Gabinete do Ministro
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha Portaria nº 4363/2021/SEI-MCOM (8953864) e
Exposição de Motivos (8953875)**

Senhor Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto no Despacho COREC_MCOM (8801312),
encaminho a Vossa Senhoria o Despacho a Portaria nº 4363/2021/SEI-MCOM
(8953864) e Exposição de Motivos (8953875), para conhecimento e providências
subsequentes.

Atenciosamente,

Maximiliano Salvadori Martinhão
Secretário de Radiodifusão



Documento assinado eletronicamente por **Maximiliano Salvadori
Martinhão, Secretário de Radiodifusão**, em 14/02/2022, às 16:00
(horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº
10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador
8954896 e o código CRC **3990B096**.

Em caso de resposta a este Ofício Interno, fazer referência expressa a: Ofício nº 14500/2021/MCOM -
Processo nº 01250.034232/2018-10 - Nº SEI: 8954896



Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República
Imprensa NacionalEnvio Eletrônico de Matérias
Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 15/03/2022 14:24:58
Origem do Ofício: Gabinete do Ministro
Operador: DIEGO FERNANDES CARNEIRO SILVA
Ofício: 6998160
Data prevista de publicação: 16/03/2022
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1
Forma de pagamento: Isento

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias

Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
14341557	ATO PORTARIA MCOM NA 4363.rtf	a3be7056c362772f f1763d4008d35861	9,00	R\$ 297,36
14341558	ATO PORTARIA MCOM NA 4364.rtf	fc787843db78aead 57b94337dc99fa69	9,00	R\$ 297,36
14341559	ATO PORTARIA MCOM NA 4435.rtf	0bfe261a9b086d34 ac30474d441373c1	10,00	R\$ 330,40
14341560	ATO PORTARIA MCOM NA 4471.rtf	43f288d44047c551 bb9566e391c87c61	11,00	R\$ 363,44
TOTAL DO OFICIO			39,00	R\$ 1.288,56



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

n.gov.br/recibo.do?idof=6998160

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

Recibo 1 OFI 4983 (9987897)

SEI 01250.034252/2018-10 / pg. 15

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 16/03/2022 | Edição: 51 | Seção: 1 | Página: 39
Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 4.363, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES SUBSTITUTA, designada pelo art. 1º, inciso III, do Decreto nº 8.851, de 20 de setembro de 2016, publicado no DOU de 21 de setembro de 2016, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, c/c com o art. 9º, inciso II, e o art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo nº 01250.034232/2018-10, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária da Lagoa do Mato, inscrita no CNPJ sob nº 30.635.962/0001-88, cuja sede se situa na Vila Lagoa do Mato 01, nº 40, Zona Rural, na localidade de Brejo Santo, estado do Ceará, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 285, cuja frequência é de 104,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ESTELLA DANTAS

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



BOM DIA
Alicionete da Silva Luz

Menu Principal ▾

SRD >>> RADCOM >>> Consultas >>> Geral | internet | teia | menu | ajuda

Consulta Geral - RADCOM

Identificação do Pedido RADCOM			
UF:	CE	Distrito:	
Município:	Brejo Santo	Sub Distrito:	
Canal:	285	Local Específico:	
Fase:	1		
Dados da Entidade			
Entidade:	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DA LAGOA DO MATO	CNPJ:	30.635.962/0001-88
Nome Fantasia:	Arclam	Bairro:	Zona Rural
Logradouro:	Vila Lagoa do Mato	Número:	40
Telefone:	(88) 81125042	Fax:	Não Informado
Situação:	Entidade não possui débitos		
<input type="checkbox"/> Dados da Outorga			

Dados da Entidade

CNPJ:	30635962000188	<input type="button" value="Pesquisar"/>
Razão Social:	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DA LAGOA DO MATO	
Tipo de Usuário:	Integral	

Endereço Sede

País:	Brasil				
Número do CEP:	63260000	Logradouro:	Vila Lagoa do Mato		
Número:	40	Complemento:		Bairro:	Zona Rural
Município:	Brejo Santo	Distrito:		SubDistrito:	
Telefone:	88 81125042				Fax:

Endereço de Correspondência

País:					
Número do CEP:		Logradouro:			
Número:		Complemento:		Bairro:	
Município:		Distrito:		SubDistrito:	
Telefone:			Fax:		E-mail:

Dados da Outorga

Data Publicação Contrato/Convênio:		Data Limite Instalação:	
Número do Processo:	012500342322018	Fistel:	50441503047
Caixa:		Sequência:	

☐ Documentos Emitidos

Atualização de Documentos

Protocolo Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
	4363	Portaria	MC	12/02/2022	16/03/2022	Outorga	Jur.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549-18-10/pg.17
file:///C:/Users/ALICIO~1.SIL/AppData/Local/Temp/IRDNMQS8.htm

24/03/2022

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

Ofício Interno nº 17723/2022/MCOM

Brasília, 24 de Março de 2022

À Senhora
Renata Machado Moreira
Coordenadora-Geral de Serviços do Gabinete
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (8953875)

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 4363/2022/SEI-MCOM (9570773), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos (8953875), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 24/03/2022, às 15:32 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **9605000** e o código CRC **0469938B**.

Em caso de resposta a este Ofício Interno, fazer referência expressa a: Ofício nº 17723/2022/MCOM - Processo nº 01250.034232/2018-10 - Nº SEI: 9605000



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Ofício Interno 17723 (9605000)

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 18

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

Brasília, 28 de março de 2022.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho o Processo nº 01250.034232/2018-10, que veicula a Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação de Radiodifusão Comunitária da Lagoa do Mato, inscrita no CNPJ sob nº 30.635.962/0001-88, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Brejo Santo/CE, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 11.158/2020/SEI-MCTIC, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCTIC, por intermédio de seu Parecer nº 00041/2020/CONJUR/MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.
4. Com base nesses posicionamentos, a Ministra de Estado das Comunicações substituta expediu a Portaria MC nº 4.363, de 12 de fevereiro de 2022, publicada no DOU de 16/03/2022.
5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente



processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Fábio Salustino Mesquita de Faria



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações

OFÍCIO Nº 8646/2022/MCOM

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 01250.034232/2018-10.

Senhor Subchefe,

Encaminho a Vossa Senhoria o presente processo que trata de outorga de autorização de radiodifusão para conhecimento e providências subsequentes.

Atenciosamente,

RENATA MACHADO MOREIRA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Renata Machado Moreira, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 14/04/2022, às 11:55 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **9683746** e o código CRC **E6FCB717**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 8646/2022/MCOM - Processo nº 01250.034232/2018-10 - Nº SEI: 9683746



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Ofício 8646 (9683746)

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 21

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

Usuário Externo (signatário): Weberson Wayne Nobrega Peixoto
IP utilizado: 189.6.34.25
Data e Horário: 02/05/2022 12:29:15
Tipo de Peticionamento: Processo Novo
Número do Processo: 00001.003603/2022-77
Interessados:

Weberson Wayne Nobrega Peixoto

Protocolos dos Documentos (Número SEI):

- Documento Principal:**
 - Requerimento Ofício de Encaminhamento 3338894
- Documentos Complementares:**
 - Anexo Outorga de autorização de radiodifusão 3338895

O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o peticionamento importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre;
- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do(a) Presidência da República.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

Brasília, 13 de Abril de 2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho o Processo nº 01250.034232/2018-10, que veicula a Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação de Radiodifusão Comunitária da Lagoa do Mato, inscrita no CNPJ sob nº 30.635.962/0001-88, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Brejo Santo/CE, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 11.158/2020/SEI-MCTIC, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCTIC, por intermédio de seu Parecer nº 00041/2020/CONJUR/MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.
4. Com base nesses posicionamentos, a Ministra de Estado das Comunicações substituta expediu a Portaria MC nº 4.363, de 12 de fevereiro de 2022, publicada no DOU de 16/03/2022.
5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.



6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Fábio Salustino Mesquita de Faria



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549



PARECER n. 00041/2020/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.034232/2018-10

INTERESSADO: Associação de Radiodifusão Comunitária da Lagoa do Mato.

ASSUNTO: Autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária

EMENTA: Processo Administrativo. Serviço de radiodifusão comunitária. Inexistência óbice legal desde que seja comprovado que o Conselho Comunitário tem, no mínimo 5 (cinco) membros. Deferimento da autorização pleiteada. Submissão ao Congresso Nacional. Encaminhamento à SERAD.

I – RELATÓRIO

1. Por meio do DESPACHO s/nº (SEI 5875756), a Secretaria de Radiodifusão do Ministério das Comunicações encaminha a esta Consultoria Jurídica, para análise e manifestação, o Processo Administrativo nº 01250. 034232/2018-10 cujo teor versa sobre a seleção pública para outorga do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Brejo Santo, no Estado do Ceará.

2. Compulsando os autos do Processo Administrativo em epígrafe, verifica-se que a Secretaria de Radiodifusão - SERAD tornou público o Edital de Seleção Pública nº 94/2018/SEI-MCTIC, publicado no Diário Oficial da União - DOU, de 13 de abril de 2018, que trata da inscrição das entidades interessadas em executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Brejo Santo, no Estado do Ceará, conferindo prazo de 60 (sessenta) dias para inscrição dos interessados e apresentação de documentação instrutória.

3. Nos termos da NOTA TÉCNICA Nº 1158/2020/SEI-MCTIC, a Secretaria de Radiodifusão - SERAD assim se manifestou sobre a habilitação da Associação de Radiodifusão Comunitária da Lagoa do Mato (ARCLAM) que foi a **única entidade interessada** no citado processo seletivo (Doc. nº 5550508 – SEI), in verbis:

REQUERENTE
ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA DO MATO
QUADRO DIRETIVO
Presidente: Pedro Ferreira da Silva Diretor Financeiro: João José de Sousa Diretor de Comunicações e Operações: Maria Edilane Ricarte dos Santos Teles Diretor Administrativo: Cícera dos Santos
LOCALIZAÇÃO DO TRANSMISSOR / SISTEMA IRRADIANTE
Endereço: Vila Lagoa do Mato 01, nº 40, Zona Rural, Brejo Santo, CE Coordenadas geográficas: 07°31'52"S de latitude e 39°00'10"W de longitude
LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO
Endereço: Vila Lagoa do Mato 01, nº 40, Zona Rural, Brejo Santo, CE



“1. Trata-se do requerimento da **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA DO MATO** para autorização de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Brejo Santo/CE**, em atendimento ao Edital nº 94/2018, publicado no Diário Oficial da União de 13/04/2018.

ANÁLISE

2. A Entidade, que doravante passa a ser tratada como Requerente, protocolou requerimento em 12/06/2018, às fl. 1/3 ([3079891](#)), subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 12 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, conforme segue:

3. O pleito da Requerente é tempestivo, visto que o prazo para inscrição na seleção pública se encerrava em 14/06/2018.

4. Após análise da documentação apresentada, com base nas disposições previstas na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, no Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de março de 1998, e na Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/9/2015, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018, verificou-se a completa instrução do Processo, conforme check-list abaixo:

ITEM		FL. NÚMERO DO DOCUMENTO
1.	Requerimento de outorga (Anexo 2), com as declarações nele elencadas.	f. (3714176)
2.	Estatuto social registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612, de 1998, e aos pressupostos da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEIMCTIC.	f. (5073977)
3.	Ata de constituição da entidade registrada no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas.	f. (3079891)
4.	Ata de eleição correspondente à diretoria em exercício, registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas.	f. (3079891)
5.	Comprovantes relativos à maioria e à nacionalidade dos dirigentes.	f. (3079891)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

6.	Manifestações de apoio à iniciativa, válidas, firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço.	f. (3079891)
7.	Comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento.	f. (3079891)
8.	Projeto técnico conforme art. 39 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEIMCTIC.	f. (3980535)
9.	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ.	5550434
10.	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).	5550441
11.	Certidão que comprove a regularidade da Entidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	5550453
12.	Certidão conjunta negativa de débitos da Entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal.	5550446

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

13.	Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da Entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 Consolidação das Leis do Trabalho.	5550449
14.	Despacho Consulta sistema fiscalização RADAR.	– a o d e 5550484

5. Ressalta-se que, considerando o Edital em referência e a distância de quatro quilômetros, prevista no art. 7º, inciso V da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, verificou-se que apenas a Requerente demonstrou interesse na prestação do Serviço. Assim, não houve concorrência.

6. Após consultas aos sítios do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de Brejo Santo/CE, e do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas perante as Justiças Federal e Estadual, que inviabilizem o deferimento da outorga, conforme Despacho [5550456](#).

CONCLUSÃO

7. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária se posiciona pelo **deferimento** do pedido de outorga da Requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme check-list constante do item 4 desta Nota Técnica. Sugere-se, ainda, que o Processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, com prévia oitiva da Consultoria Jurídica.”

4. A SERAD se posicionou, como supracitado, pelo deferimento do pedido de outorga, nos seguintes termos: “Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária se posiciona pelo **deferimento** do pedido de outorga da Requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme check-list constante do item 4 desta Nota Técnica.”

5. Por fim, cumpre informar que os autos do Processo Administrativo foram também instruídos com a minuta de portaria e exposição de motivos, que serão subscritas pelo Ministro de Estado desta Pasta (Anexo do Doc. nº 5550508 – SEI).

6. Esse é o resumo do caso em questão.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.1. PROCEDIMENTO PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

7. Antes de adentrar na análise do caso submetido à apreciação, cumpre lembrar que o procedimento relacionado à outorga para execução do serviço de radiodifusão comunitária encontra-se disciplinado pela da Constituição Federal, pela **Lei nº 9.612, de 19 de dezembro de 1998, pelo Decreto nº 2.615, de 3 de março de 1988, e pelas demais normas aplicáveis à espécie.**

8. Ademais, esta Consultoria Jurídica, com fulcro na Lei Complementar 73/93, cinge-se ao exame de aspectos de legalidade dos autos. Mérito administrativo (conveniência e oportunidade) são da alçada da autoridade administrativa.

9. Em razão da necessidade de permitir uma melhor compreensão sobre o arcabouço

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>



normativo que regulamenta o assunto, cumpre transcrever os seguintes dispositivos do ordenamento jurídico pátrio, in verbis:

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

Art. 224. Para os efeitos do disposto neste capítulo, o Congresso Nacional instituirá, como seu órgão auxiliar, o Conselho de Comunicação Social, na forma da lei.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Art. 1º Denomina-se Serviço de Radiodifusão Comunitária a radiodifusão sonora, em frequência modulada, operada em baixa potência e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do serviço.

Art. 2º O Serviço de Radiodifusão Comunitária obedecerá ao disposto no [art. 223 da Constituição](#), aos preceitos desta Lei e, no que couber, aos mandamentos da [Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962](#), e demais disposições legais. [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 2001\)](#)

Parágrafo único. Autorizada a execução do serviço e, transcorrido o prazo previsto no [art. 64, §§ 2º e 4º da Constituição](#), sem apreciação do Congresso Nacional, o Poder Concedente expedirá autorização de operação, em caráter provisório, que perdurará até a apreciação do ato de outorga pelo Congresso Nacional. [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 2001\)](#)

Art. 3º O Serviço de Radiodifusão Comunitária tem por finalidade o atendimento à comunidade beneficiada, com vistas a:

- I - dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- II - oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- III - prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- IV - contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
- V - permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

(...)

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual

período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes. [\(Redação dada pela Lei nº 10.597, de 2002\)](#)

(...)

Art. 7º São competentes para explorar o Serviço de Radiodifusão Comunitária as **fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, desde que legalmente instituídas e devidamente registradas, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o Serviço, e cujos dirigentes sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos.**

Parágrafo único. Os dirigentes das fundações e sociedades civis autorizadas a explorar o Serviço, além das exigências deste artigo, deverão **manter residência na área da comunidade atendida.**

(...)

Art. 11. A entidade detentora de autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária **não poderá estabelecer ou manter vínculos que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.**

[Grifamos]

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

ANEXO REGULAMENTO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Art. 1º. Este Regulamento dispõe sobre o Serviço de Radiodifusão Comunitária - RadCom, instituído pela [Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998](#), como um Serviço de Radiodifusão Sonora, com baixa potência e com cobertura restrita, para ser executado por fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do Serviço.

(...)

Art. 11. São competentes para executar o RadCom fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, desde que legalmente instituídas e devidamente registradas, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o Serviço, e cujos dirigentes sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

Parágrafo único. Os dirigentes das fundações e sociedades civis autorizadas a executar o Serviço, além das exigências deste artigo, deverão manter residência na área da comunidade atendida.

(...)

Art. 14. As entidades interessadas na execução do RadCom, inclusive aquela cuja petição originou o comunicado de habilitação, deverão apresentar ao Ministério das Comunicações, no prazo fixado no comunicado de habilitação, os documentos a seguir indicados, além de atender as disposições estabelecidas em norma complementar:

I - estatuto da entidade, devidamente registrado;

II - ata da constituição da entidade e eleição dos seus dirigentes, devidamente registrada;

III - prova de que seus diretores são brasileiros natos, ou naturalizados há mais de dez anos; IV - comprovação de maioria dos diretores;

V - declaração assinada de cada diretor, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o Serviço;

VI - manifestação em apoio à iniciativa, formulada por entidades associativas e comunitárias, legalmente constituídas e sediadas na área pretendida para a prestação do Serviço, e firmada por pessoas naturais ou jurídicas que tenham residência, domicílio ou sede nessa área.

Art. 15. Se apenas uma entidade se habilitar para a prestação do Serviço, estando regular a documentação apresentada, o Ministério das Comunicações expedirá autorização à referida entidade.

10. É oportuno destacar que o procedimento seletivo em análise foi regido pela Portaria deste Ministério nº 4.334, de 17 de setembro de 2015 (DOU de 21 de setembro de 2015), com alterações realizadas pela Portaria nº 1.909, de 05 de abril de 2018 (DOU de 9 de abril de 2018), visto que era o ato normativo infralegal vigente à época da publicação do aviso de habilitação de interessados, in verbis:

PORTARIA Nº 4.334, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

Art. 1º Esta Portaria visa regulamentar as disposições relativas ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, instituído pela [Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998](#).

Parágrafo único. Denomina-se Serviço de Radiodifusão Comunitária a radiodifusão sonora, em frequência modulada, operada em baixa potência e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o Serviço. (NR) ([Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018](#))

(...)

Art. 8º O processo de outorga de autorização para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária obedecerá às seguintes fases:

I - publicação do edital;

II - habilitação;

III - seleção da entidade com maior representatividade;

IV - instrução do processo selecionado; e

V - procedimentos para finalizar a outorga de autorização.

Da Habilitação

Art. 21. A habilitação é a fase do processo de outorga em que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações verifica a tempestividade da apresentação dos documentos habilitantes e se estes atendem ao definido no edital. ([Retificado pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018](#))

Art. 22. São documentos habilitantes:

I - requerimento de outorga ([Anexo 2](#)), com as declarações nele elencadas; ([Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018](#))

II - estatuto social da entidade atualizado;

III - ata de constituição da entidade;

IV - ata de eleição dos atuais dirigentes;

V - prova de que todos os diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;

VI - comprovação de maioria dos diretores; e

VII - manifestações em apoio à iniciativa firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço (Anexos 3 e 4).

VIII - comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento. ([Incluído pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018](#))



§ 1º As coordenadas indicadas no Requerimento de Outorga devem respeitar o [art. 23](#), estar situadas dentro da área do Município e obedecer à padronização GPS-WGS84, na forma GGº MM' SS", com apenas dois dígitos inteiros, em que tanto os minutos (MM') como os segundos (SS") na latitude e na longitude não deverão ultrapassar o limite máximo de 59.

§ 2º Todas as atas bem como as eventuais alterações do estatuto social devem estar registradas no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

§ 3º A prova da maioridade e nacionalidade se dará por meio dos seguintes documentos:

- I - certidão de nascimento ou casamento;
- II - certificado de reservista;
- III - cédula de identidade;
- IV - certificado de naturalização expedido há mais de dez anos;
- V - carteira profissional;
- VI - carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS); ou VII - passaporte.

(...)

Art. 23. As coordenadas geográficas do sistema irradiante propostas pelas entidades interessadas deverão **guardar uma distância mínima de quatro quilômetros do sistema irradiante de entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária.**

Art. 24. Caso algum dos documentos constantes do art. 22 seja **enviado em desacordo com as disposições desta Portaria, será conferida uma única oportunidade, a ser cumprida no prazo improrrogável de sessenta dias**, para que a irregularidade encontrada seja saneada, sob pena de inabilitação.

(...)

Art. 28. Seleção é a fase na qual serão escolhidas, dentre as concorrentes habilitadas, aquela que passará à fase de instrução processual, tendo em consideração a pontuação em manifestações em apoio válidas e as relações de concorrência direta e indireta.

Parágrafo único. A fase de seleção somente ocorrerá quando houver concorrência.

(...)

Da Instrução

Art. 38. A fase de instrução é o momento em que a entidade selecionada deve apresentar documentos ainda não encaminhados, desde que não sejam habilitantes, ou retificar vícios sanáveis.

(...)

§ 2º O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações instruirá o processo com os documentos previstos nos incisos III, IV, V, VI e VII do art. 39. ([Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018](#))

(...)

Art. 39. São documentos necessários à instrução:

- I - comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento;
- II - Formulário de Dados de Funcionamento da Estação;
- III - comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ;
- IV - certidão negativa de débitos de receitas administradas pela ANATEL;
- V - certidão que comprove a regularidade da entidade com a Seguridade Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;
- VI - certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal; e
- VII - certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.

(...)

Art. 41. Com o objetivo de instruir o processo, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará solicitação, a ser cumprida no prazo de trinta dias, prorrogável uma única vez e por igual período a requerimento da entidade interessada. § 1º Caso a entidade apresente resposta, mas não envie todos os documentos ou os envie com alguma deficiência, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará apenas mais uma solicitação a ser cumprida no prazo improrrogável de trinta dias.

§ 2º Na hipótese do art. 16, § 1º, **ou em Município que não possua entidade autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, poderão ser encaminhadas até duas notificações adicionais à entidade, cada qual a ser cumprida no prazo improrrogável de trinta dias.**

Do Recurso

Art. 46. Das decisões administrativas cabe recurso para impugnar as razões de legalidade e de mérito.

§ 1º O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar, o encaminhará, sem necessidade de provocação, à autoridade superior.

§ 2º O **prazo para interposição de recurso administrativo é de trinta dias**, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.

§ 3º O prazo recursal é improrrogável, mas pode ser suspenso nos termos da Lei nº. 9.784, de 1999.

Art. 47. O recurso interpõe-se por meio de requerimento, no qual o recorrente deverá expor os fundamentos do pedido de reexame, podendo juntar os documentos que julgar convenientes.

§ 1º **Na análise do recurso, não serão considerados documentos apresentados na fase recursal e que deveriam ter sido apresentados em outro momento processual.**

§ 2º O disposto no §1º não se aplica:

- I - quando todas as concorrentes forem inabilitadas; ou

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>



II - no caso de decisão que inabilita a entidade por descumprimento do § 1º do art. 22.

§ 3º Na hipótese do art. 47, § 2º, II, eventual alteração das coordenadas não prejudicará o andamento de outros processos já habilitados e a entidade perderá toda a pontuação obtida com manifestações em apoio.

Da Autorização para Executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária

Art. 70. A autorização para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária será formalizada mediante portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser publicada no Diário Oficial da União.

§ 1º A portaria a que se refere o caput deverá indicar, no mínimo:

- I – razão social da entidade;
- II – número de registro no CNPJ da entidade;
- III – serviço objeto da outorga;
- IV – Município e Unidade da Federação de execução do serviço;
- V – prazo de outorga e;
- VI – frequência e canal de operação.

§ 2º A portaria de outorga terá efeitos tão somente a partir da deliberação do Congresso Nacional, ressalvado o disposto no [art. 2º](#), parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 1998.

11. Deste modo, não subsiste dúvida que a apreciação de pedido para execução do serviço de radiodifusão comunitária deve ser realizada à luz do que dispõe a legislação anteriormente mencionada.

12. É oportuno registrar que os efeitos legais da emissão definitiva da outorga para prestação do serviço de radiodifusão encontram-se condicionados à **apreciação prévia do Congresso Nacional, consoante o disposto no art. 223, § 3º, da Constituição Federal.**

II.2 – ANÁLISE TÉCNICA REALIZADA PELA SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

13. Após a exposição do conjunto normativo a ser observado na análise e processamento da solicitação para prestação do serviço de radiodifusão comunitária, cumpre analisar as especificidades do caso em questão, no que se refere ao aspecto jurídico-formal.

14. Compulsando os autos do Processo Administrativo em epígrafe, verifica-se que a Secretaria de Radiodifusão, por meio da já citada NOTA TÉCNICA Nº 11158/2020/SEI-MCTIC, manifestouse favorável à autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária pela Associação de Radiodifusão Comunitária da Lagoa do Mato.

15. Verifica-se que a SERAD manifestou-se no sentido de que houve o preenchimento dos requisitos previstos nas normas aplicáveis à espécie, para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária pela Associação de Radiodifusão Comunitária da Lagoa do Mato, na localidade de Brejo Santo/CE.

16. Como foi abordado alhures, a Associação de Radiodifusão Comunitária da Lagoa do Mato foi a única entidade habilitada, não havendo outras entidades interessadas/concorrentes na prestação do serviço de radiodifusão comunitária.

17. No que concerne ao preenchimento dos requisitos estabelecidos nos normativos de regência, notadamente a Portaria deste Ministério nº 4.334, de 2015, verifica-se que o requerimento administrativo apresentado pela citada Associação é tempestivo, porquanto foi apresentado em 12 de junho de 2018, dentro do prazo previsto no Edital de Seleção Pública nº 94/2018/SEI-MCTIC, publicado no Diário Oficial da União - DOU, de 13 de abril de 2018, conforme checklist realizado pela SERAD (Doc nº 5550725 - SEI).

18. A referida Associação carrega os seguintes documentos, dentre outros: i) requerimento de outorga, subscrito por todos dirigentes (Doc. nº 3079891 - fls. 01/03 - SEI); ii) Estatuto Social, devidamente registrado, contendo a finalidade de executar o serviço de radiodifusão comunitária (Doc. nº 3079891 - fls. 9/17 - SEI c/c fls. 14/24 - SEI [5073977](#)); iii) Ata registrada de constituição registrada no cartório (Doc. nº 3079891 - fls. 4/8 - SEI); iv) Ata de eleição correspondente à diretoria em exercício, registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas (Doc. nº 3079891 - fls. 4/8 - SEI); v) comprovantes de nacionalidade e maioria dos diretores dirigentes (Doc. nº 3079891 - fls. 20, 23, 29, 30, 33, 36, 38, 40 - SEI); vi) Manifestações de apoio à iniciativa, firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço (Doc. nº 3079891 - fls. 46/91 - SEI); vii) Comprovante de recolhimento de taxa de cadastramento (Doc. nº 3079891 - fls. 44/45 - SEI); viii) Formulário de dados de funcionamento da estação/projeto técnico (Doc. nº 3980535 - fls. 7/15 - SEI); ix) Comprovante de inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica - CNPJ (Doc. nº 5550434 - SEI); x) certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel (Doc. nº 5550441 - SEI); xi) certidão de regularidade junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, cuja validade era **até o dia 29 de junho de 2020** (Doc. nº 5550453 - SEI); xii) certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, cuja validade é até 07 de novembro de 2020 (Doc. nº 5550446 - SEI); xiii) certidão negativa de débitos trabalhistas, cuja validade é até 23 de novembro de 2020 (Doc. nº 5550449 - SEI); xiv) informação sobre a inexistência de realização de operação clandestina pela citada Associação, conforme pesquisa no sistema de fiscalização -



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

RADAR (Doc. nº 5550484- SEI); xv) inexistência de processos judiciais que obstem o deferimento da outorga (Doc. nº 5550456- SEI).

19. Merece registro que o Estatuto Social da Associação prevê a possibilidade de ingresso gratuito de associados (art. 6º) e, também, prevê a existência de conselho comunitário (art. 25), como requer o art. 40, incisos II e IV, da Portaria deste Ministério nº 4.334, de 2015) - (Doc. nº 3079891- fls. 9/17 SEI).

20. Foi modificado o artigo 25 do Estatuto da entidade, para incluir a previsão de, no mínimo, 5 (cinco) membros no Conselho Comunitário (fls. 14/24 SEI 5073977). Isto se deu para a integral observância do artigo 8º da Lei 9.612/98. **Consta dos autos (Doc. nº 3079891- fls. 4/7 SEI) a ata de eleição do referido Conselho com apenas 3 (três) membros. Logo, é necessário que ANTES da autorização da outorga, a SERAD diligencie para obter a comprovação de que o atual Conselho Comunitário atende à composição legal.**

21. A SERAD informa que não existem vínculos vedados pelo art. 11 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, como se constata do disposto no quadro de conferência documental apostado na Nota Técnica 11158/2020/SEI-MCTIC (Doc Sei 5550508).

22. Consta no teor do requerimento de outorga, devidamente assinado pelos dirigentes da mencionada Associação, que os seus representantes afirmam que residem dentro da área pretendida para prestação do serviço de radiodifusão e que os mesmos possuem bons antecedentes (Doc. nº 3079891- fls.01/03 - SEI).

23. É recomendável que a SERAD verifique a validade das certidões atualizadas relativas à demonstração do cumprimento dos requisitos previstos na legislação, notadamente em relação ao FGTS, antes da edição da portaria ministerial, que trata da autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária.

24. Por derradeiro, nota-se que há nos autos uma certidão negativa de Débitos da Fazenda Estadual (Fl. 62 SEI 3079891) que pode ser desentranhada por se referir a outra pessoa jurídica (CNPJ distinto da entidade Associação de Radiodifusão Comunitária da Lagoa do Mato).

25. Ademais, a manifestação de apoio de fl.51 – SEI 3079891 parece não ter sido firmada pela representante legal da Associação das Donas de Casa de Lagoa do Mato , visto que não é a Presidente Francisca Gonçalves de Sousa quem firma o documento. Este foi assinado por Maria Gonçalves de Sousa Pinheiro, membro do Conselho Fiscal daquela associação. Logo, tal manifestação de apoio deve ser desconsiderada.

26. Face ao exposto e após o atendimento das orientações acima apresentadas não existe óbice, no aspecto jurídico-formal, que obstaculize a concessão de autorização ora solicitada a Associação de Radiodifusão Comunitária da Lagoa do Mato, para prestação do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Brejo Santo/CE, pelo prazo de 10 (dez) anos.

III – CONCLUSÃO

27. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações:

a) Tão somente após o atendimento das recomendações apresentadas neste parecer, é que se conclui que não existe impedimento jurídico para emissão de autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária pela Associação de Radiodifusão Comunitária da Lagoa do Mato, na localidade de Brejo Santo, estado do Ceará, pelo prazo de 10 (dez) anos;

b) O Estatuto da Associação (art.25) passou a prever o mínimo de cinco membros no Conselho Comunitário, como preconiza o artigo 8º da Lei 9.612/98. Todavia, consta dos autos (Doc. nº 3079891- fls. 4/7 SEI) a ata de eleição do Conselho Comunitário com apenas 3 (três) membros. Logo, é necessário que **ANTES da autorização** da outorga, a SERAD diligencie para obter a comprovação de que o atual Conselho Comunitário atende à composição legal mínima de cinco representantes;

c) É recomendável que a SERAD verifique a validade das certidões atualizadas relativas à demonstração do cumprimento dos requisitos previstos na legislação, **notadamente em relação ao FGTS**, antes da edição da portaria ministerial, que trata da autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária;

d) as minutas de portaria e de exposição de motivos, elaboradas pela SERAD, estão aptas a serem assinadas pela autoridade competente, no que se refere ao seu conteúdo, cabendo à mencionada Secretaria verificar a existência de eventual erro material;

e) é necessária a deliberação do Congresso Nacional sobre a prestação do serviço de



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

radiodifusão comunitária pela entidade interessada, consoante o disposto no art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

f) É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta autorizar, por meio de edição de portaria, a execução do serviço de radiodifusão comunitária.

g) Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Radiodifusão – SERAD para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis, inclusive no que concerne à submissão da matéria ao Congresso Nacional para deliberação.

À consideração superior.

Brasília, 30 de setembro de 2020.

TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK
ADVOGADA DA UNIÃO COORDENADORA JURÍDICA DE LICITAÇÃO DE RÁDIO-DIFUSÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250034232201810 e da chave de acesso c7444dc2

Documento assinado eletronicamente por TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 506851494 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK. Data e Hora: 30-09-2020 15:22. Número de Série: 17397143. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549



CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE RÁDIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)

2027-6535/6196

DESPACHO n. 00097/2020/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.034232/2018-10

INTERESSADO: Secretaria de Radiodifusão – SERAD

ASSUNTO: Autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária

1. Aprovo o PARECER n. 00041/2020/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, elaborado pela advogada da União Tatiane Flores Cavalcante Razuk.
2. Os autos do Processo Administrativo em análise versam sobre processo seletivo para obtenção de autorização relacionada à prestação de serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Brejo Santo/CE.
3. É necessário que a SERAD atente para as orientações apresentadas nos itens 20, 23 e 27, subitens "b" e "c", do PARECER n. 00041/2020/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, que versa sobre a verificação do quantitativo de membros do conselho comunitário e da regularidade junto ao FGTS.
4. Após o devido atendimento das orientações acima mencionadas, não existe impedimento jurídico para o acolhimento do pedido de autorização para exploração de serviço de radiodifusão comunitária pela Associação de Radiodifusão Comunitária da Lagoa do Mato.
5. É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta autorizar, por meio de edição de portaria, a execução do serviço de radiodifusão comunitária.
6. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Radiodifusão – SERAD para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis, inclusive no que concerne à submissão da matéria ao Congresso Nacional para deliberação.

À consideração superior.

Brasília, 01 de outubro de 2020.

assinado eletronicamente

JOÃO PAULO SANTOS BORBA

ADVOGADO DA UNIÃO

COORDENADOR JURÍDICO DE RÁDIODIFUSÃO EDUCATIVA E COMUNITÁRIA

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250034232201810 e da chave de acesso c7444dc2

Documento assinado eletronicamente por JOAO PAULO SANTOS BORBA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 506922260 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOAO PAULO SANTOS BORBA. Data e Hora: 02-10-2020 08:57. Número de Série: 17498657. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549



COORDENAÇÃO-GERAL DE RÁDIO-DIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)

2027-6535/6196

DESPACHO n. 00114/2020/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.034232/2018-10

INTERESSADOS: SECRETARIA DE RÁDIO-DIFUSÃO - SERAD

ASSUNTOS: RÁDIO-DIFUSÃO

1. De acordo. À consideração da Sra. Consultora Jurídica, para avaliação.

Brasília, 02 de outubro de 2020.

EMMANUEL FELIPE BORGES PEREIRA SANTOS ADVOGADO DA UNIÃO COORDENADOR-GERAL DE ASSUNTOS DE COMUNICAÇÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250034232201810 e da chave de acesso c7444dc2

Documento assinado eletronicamente por EMMANUEL FELIPE BORGES PEREIRA SANTOS, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 508389220 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): EMMANUEL FELIPE BORGES PEREIRA SANTOS. Data e Hora: 02-10-2020 16:49. Número de Série: 63699179115455140128219511629. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES GABINETE - GAB

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)

2027-6535/6196

DESPACHO n. 00117/2020/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.034232/2018-10

INTERESSADOS: SECRETARIA DE RÁDIO-DIFUSÃO - SERAD

ASSUNTOS: RÁDIO-DIFUSÃO

1. Aprovo o PARECER pelos seus próprios fundamentos.
2. Encaminhe-se conforme sugerido.

Brasília, 02 de outubro de 2020.

CAROLINA SCHERER BICCA

CONSULTORA JURÍDICA MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250034232201810 e da chave de acesso c7444dc2

Documento assinado eletronicamente por CAROLINA SCHERER BICCA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 508420137 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): CAROLINA SCHERER BICCA. Data e Hora: 02-10-2020 17:33. Número de Série: 1785584. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Serviço de Análise de Renovação e Outorga de Rádio Comunitária
NOTA TÉCNICA Nº 11158/2020/SEI-MCTIC

Processo nº: **01250.034232/2018-10.**

Assunto: **REVISÃO FINAL DO PROCESSO DE OUTORGA.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se do requerimento da **ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA DO MATO** para autorização de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Brejo Santo/CE**, em atendimento ao Edital nº 94/2018, publicado no Diário Oficial da União de 13/04/2018.

ANÁLISE

2. A Entidade, que doravante passa a ser tratada como Requerente, protocolou requerimento em 12/06/2018, às fl. 1/3 (3079891), subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 12 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, conforme segue:

REQUERENTE
ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA DO MATO
QUADRO DIRETIVO
Presidente: Pedro Ferreira da Silva Diretor Financeiro: João José de Sousa Diretor de Comunicações e Operações: Maria Edilane Ricarte dos Santos Teles Diretor Administrativo: Cícera dos Santos
LOCALIZAÇÃO DO TRANSMISSOR / SISTEMA IRRADIANTE
Endereço: Vila Lagoa do Mato 01, nº 40, Zona Rural, Brejo Santo, CE Coordenadas geográficas: 07°31'52"S de latitude e 39°00'10"W de longitude
LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO
Endereço: Vila Lagoa do Mato 01, nº 40, Zona Rural, Brejo Santo, CE



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

3. O pleito da Requerente é tempestivo, visto que o prazo para inscrição na seleção pública se encerrava em 14/06/2018.

4. Após análise da documentação apresentada, com base nas disposições previstas na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, no Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de março de 1998, e na Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/9/2015, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018, verificou-se a completa instrução do Processo, conforme *check-list* abaixo:

ITEM		FL. / NÚMERO DO DOCUMENTO
1.	Requerimento de outorga (Anexo 2), com as declarações nele elencadas.	f. 6/8 (3714176)
2.	Estatuto social registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612, de 1998, e aos pressupostos da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.	f. 14/22 (5073977)
3.	Ata de constituição da entidade registrada no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas.	f. 4/8 (3079891)
4.	Ata de eleição correspondente à diretoria em exercício, registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas.	f. 4/8 (3079891)
5.	Comprovantes relativos à maioria e à nacionalidade dos dirigentes.	f. 19/29 (3079891)
6.	Manifestações de apoio à iniciativa, válidas, firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço.	f. 46/93 (3079891)
7.	Comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento.	f. 44/45 (3079891)
8.	Projeto técnico conforme art. 39 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.	f. 7/15 (3980535)
9.	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ.	5550434
10.	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).	5550441
11.	Certidão que comprove a regularidade da Entidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	5550453
12.	Certidão conjunta negativa de débitos da Entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal.	5550446
13.	Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da Entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.	5550449
14.	Despacho – Consulta ao sistema de fiscalização RADAR.	5550484

5. Ressalta-se que, considerando o Edital em referência e a distância de quatro quilômetros, prevista no art. 7º, inciso V da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, verificou-se que apenas a Requerente demonstrou interesse na prestação do Serviço. Assim, não houve concorrência.



consultas aos sítios do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e da respectiva Subseção Judiciária do Santo/CE, e do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, domicílio dos dirigentes, não foram autenticados eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

encontrados registros de ações distribuídas perante as Justiças Federal e Estadual, que inviabilizem o deferimento da outorga, conforme Despacho 5550456.

CONCLUSÃO

7. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária se posiciona pelo **deferimento** do pedido de outorga da Requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *check-list* constante do item 4 desta Nota Técnica. Sugere-se, ainda, que o Processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, com prévia oitiva da Consultoria Jurídica.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Alice Lorena de Barros Santos, Técnico de Nível Superior**, em 10/07/2020, às 10:24 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luis Felipe Souza da Silva, Engenheiro**, em 10/07/2020, às 10:29 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 10/07/2020, às 15:22 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Cruz Gebrim, Diretor do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização**, em 10/09/2020, às 20:49 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **5550508** e o código CRC **1E185D21**.

Minutas e Anexos

MINUTA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Senhor Presidente da República,

1. Encaminho o Processo nº 01250.034232/2018-10, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação de Radiodifusão Comunitária da Lagoa do Mato, inscrita no CNPJ sob nº 30.635.962/0001-88, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Brejo Santo/CE em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

A entidade requereu ao então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações criação para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>



5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 11158/2020/SEI-MCTIC, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCTIC, por intermédio de seu Parecer nº 0000/2020/CONJUR/MCTIC/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.

4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MC nº XXXX, de XX de XXXXXXXX de XXXX, publicada no DOU de XX/XX/XXXX.

5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

FÁBIO FARIA
Ministro de Estado das Comunicações

MINUTA
PORTARIA Nº , DE DE DE 2020.

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 9º, inciso II, e no art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, c/c a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.034232/2018-10, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária da Lagoa do Mato, inscrita no CNPJ sob nº 30.635.962/0001-88, cuja sede se situa na Vila Lagoa do Mato 01, nº 40, Zona Rural, na localidade de Brejo Santo, Estado do Ceará, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 285, cuja frequência é de 104,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o **caput**.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA
Ministro de Estado das Comunicações

Referência: Processo nº 01250.034232/2018-10

SEI nº 5550508



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Secretaria-Geral

Secretaria Especial de Administração

Diretoria de Recursos Logísticos

Publicação de Atos Oficiais da Coordenação de Documentação

Brasília, 03 de Maio de 2022.

AO PROTOCOLO DA SAJ, SAG, CGAP e CC-PR

ASSUNTO: Trata-se de requerimento de autorização da ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA DO MATO para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Brejo Santo/CE, em razão do Edital nº 94/2018, publicado no Diário Oficial da União de 13/04/2018.

Encaminha para análise e providências pertinentes a EXM 80 2022 MCOM.

Att,

Carlos Henrique T. Botelho
Supervisor



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique Teixeira Botelho, Supervisor(a)**, em 03/05/2022, às 10:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3341783** e o código CRC **04DCB701** no site: https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
Assessoria Especial

OFÍCIO Nº 1232/2022/GM/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

Ao Secretário-Executivo
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Encaminhamento da Exposição de Motivos nº 80/2022 MCOM.

Senhor Secretário-Executivo,

Encaminha-se a Exposição de Motivos nº 80/2022 MCOM §341776), de autoria do Ministério das Comunicações, que submete o Processo nº 01250.034232/2018-10, o qual veicula a portaria de outorga de autorização e a respectiva documentação, para que a entidade Associação de Radiodifusão Comunitária da Lagoa do Mato, CNPJ nº 30.635.962/0001-88, explore, pelo prazo de dez anos, o serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Brejo Santo/CE.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)
GIANCARLO BERNARDI POSSAMAI
Assessor-Chefe da Assessoria Especial da Casa Civil
da Presidência da República



Documento assinado eletronicamente por **Giancarlo Bernardi Possamai, Assessor-Chefe**, em 04/05/2022, às 14:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3341867** e o código CRC **152F9415** no site: https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 01250.034232/2018-10

SEI nº 3341867

Palácio do Planalto - 4º Andar - Sala: 426 — Telefone: 61-3411-1754

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Referência: Exposição de Motivos Nº00080/2022 MCOM(3341776), do Ministério das Comunicações ao Senhor Presidente da República, Parecer de Mérito I (3341781) e Anexos I (3341779).

Assunto: "Trata-se de requerimento de autorização da ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA DO MA para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Brejo Santo/CE, em razão do Edital nº 94/2018, publicado no Diário Oficial da União de 13/04/2018".

Trâmite do Processo:

OFÍCIO Nº 8646/2022/MCOM, de 14/04/2022 (3338894) e anexo (3338895), do Ministério das Comunicações;

Despacho/DIPUBL/CODOC, de 03/05/2022 (3341783), para os protocolos da SAI/SG/PR, SAG/CC/PR, CC/PR e CGAP/DPE/SAE.

OF. Nº 1232/2022/GM/CC/PR, de 04/05/2022 (3341867), por Giancarlo Bernardi Possamai, Assessor-Chefe da Assessoria Especial da Casa Civil/PR ao Secretário-Executivo/SE/CC/PR.

Concluir o Processo na SE/CC/PR, tendo em vista que o processo de Exposição de Motivos, por sua natureza, são tratados e tramitados via Sistema de Geração e Tramitação de Documentos (SIDOF), e por ter sido encaminhado por meio do Despacho/DIPUBL/CODOC, de 03/05/2022 (3341783) à SAI/SG/PR, SAG/CC/PR, CC/PR e CGAP/DPE/SAE, Pastas d competência do assunto.

CLAUDIO CESAR FELIPE
Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Claudio Cesar Felipe, Chefe de Gabinete**, em 05/05/2022, às 19:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3347390** e o código CRC **2CB68EAB** no site: https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0





Agência Nacional
de Telecomunicações

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SRD » Consultas » Geral menu ajuda

Consulta Geral - RADCOM

Identificação do Pedido RADCOM

UF:	CE	Distrito:	
Município:	Brejo Santo	Sub Distrito:	
Canal:	285	Local Específico:	
Fase:	1		

Dados da Entidade

Entidade:	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DA LAGOA DO MATO	CNPJ:	30.635.962/0001-88
Nome Fantasia:	Arclam	Bairro:	Zona Rural
Logradouro:	Vila Lagoa do Mato	Número:	40
Telefone:	(88) 81125042	Fax:	Não Informado
Situação:	Entidade não possui débitos		

Dados da Outorga

Dados da Entidade

CNPJ:		Pesquisar
Razão Social:	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DA LAGOA DO MATO	
Tipo de Usuário:	Integral	

Endereço Sede

País:					
Número do CEP:		Logradouro:			
Número:		Complemento:		Bairro:	Estado:
Município:		Distrito:		SubDistrito:	
Telefone:	88 81125042				Fax:

Endereço de Correspondência

País:					
Número do CEP:		Logradouro:			
Número:		Complemento:		Bairro:	Estado:
Município:		Distrito:		SubDistrito:	
Telefone:		Fax:		E-mail:	

Dados da Outorga

Data Publicação Contrato/Convênio:		Data Limite Instalação:	
Número do Processo:		Fistel:	50441503047
Caixa:		Sequência:	

Documentos Emitidos

Atualização de Documentos

Protocolo Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
		- Selecione -			16/03/2022	Outorga	Jur.

Tela Inicial Imprimir



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

as.anatel.gov.br/srd/Consultas/ConsultaGeral/Tela.asp

https://mdeleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
SUBCHEFIA DE ANÁLISE GOVERNAMENTAL

Despacho SAG - Radiodifusão Nº 198/2022/RADIODIFUSÃO/SAINF/SAG/CC/PR

PROCESSO SEI Nº: 01250.034232/2018-10

INTERESSADO: Associação de Radiodifusão Comunitária da Lagoa do Mato (CNPJ nº 30.635.962/0001-88)

REFERÊNCIAS: Exposição de Motivos nº 00080/2022 MCOM, de 13 de abril de 2022 (3341776)

Parecer de Mérito I (3341781) – Nota Técnica nº 11158/2020/SEI-MCOM, de 10 de julho de 2020

Parecer Jurídico nº 00041/2020/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, de 30 de setembro de 2020^[1] (3341779)

ASSUNTO: Outorga de autorização do serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Brejo Santo/CE

1. Trata-se da [PORTARIA Nº 4.363, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020](#), que outorga a autorização do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Brejo Santo/CE, pelo prazo de dez anos, com o uso do canal 285 na frequência de 104,9 MHz, sem direito a exclusividade, para a Associação de Radiodifusão Comunitária da Lagoa do Mato, inscrita no CNPJ(MF) sob o nº 30.635.962/0001-88, de acordo com o disposto na [Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998](#), e no Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária^[2].
2. O Ministério das Comunicações (MCOM)^[3] se manifestou favorável ao ato de outorga de autorização nos termos da Nota Técnica nº 11158/2020/SEI-MCOM, de 10 de julho de 2020 (3341781), e se posiciona pelo deferimento do pedido de outorga da Associação de Radiodifusão Comunitária da Lagoa do Mato tendo em vista a completa instrução do feito.
3. O Parecer Jurídico nº 00041/2020/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, de 30 de setembro de 2020 (3341779), posiciona-se pela inexistência óbice legal e conclui pelo deferimento da outorga, desde que seja comprovado que o Conselho Comunitário tem no mínimo 5 (cinco) membros e atendida antes da autorização da outorga.
4. A Secretaria de Radiodifusão (SERAD), com o Despacho COREC_MCOM 8801323, de 13 de dezembro de 2021, registra, em atenção à recomendação da Consultoria Jurídica, informa que a entidade se manifestou por meio do documento (SEI-MCOM 8081398) apresentando a correta composição do Conselho Comunitário e conforme o Anexo de Certidões atualizadas (SEI-MCOM 8801306), considerando que as pendências foram sanadas.
5. Os registros administrativos de cadastro da Associação de Radiodifusão Comunitária da Lagoa do Mato devem ser mantidos pelo MCOM no Sistema de Controle de Radiodifusão – SR^[4], cujos dados relativos à autorização do serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Brejo Santo/CE constam na Consulta Geral de RadCom^[5] (742297), com o registro de situação de entidade não possui débitos.
6. Considerando as manifestações dos órgãos técnico e jurídico do MCOM e o *checklist* constante no item 4 da Nota Técnica nº 11158/2020/SEI-MCOM (3341781), com o complemento de informação nos termos do Despacho COREC_MCOM 8801323 e ponderando que a atualização dos registros administrativos sob responsabilidade do MCOM não impede o prosseguimento do feito, bem como que há a necessidade de que seja providenciada a reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade por ocasião da assinatura do respectivo contrato de autorização do serviço de radiodifusão comunitária, esta SAG não tem óbices ao prosseguimento do feito, conforme disposto no art. 31 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão^[6], e sugere o encaminhamento do presente processo à Subchefia para Assuntos Jurídicos (SAJ) da Secretaria-Geral da Presidência da República, nos termos do § 3º do [art. 223 da Constituição Federal](#).

À consideração superior,

Brasília, na data da assinatura.

LUIZ FELIPE ALVES DE OLIVEIRA
Estagiário

EUGÊNIO CESAR ALMEIDA FELIPPETTO
Assessor

De Acordo,

Brasília, na data da assinatura.

ANA PATRÍZIA GONÇALVES LIRA
Subchefe Adjunta de Infraestrutura



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

EDUARDO AGGIO DE SÁ
Subchefe

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ: 30.635.962/0001-88
NOME EMPRESARIAL: ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DA LAGOA DO MATO
CAPITAL SOCIAL:

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial: PEDRO FERREIRA DA SILVA
Qualificação: 16-Presidente

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.
Emitido no dia 11/11/2022 às 11:04 (data e hora de Brasília).

[1] Aprovado pelo Despacho nº 00117/2020/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, de 02/10/2020, da Consultora Jurídica junto ao MCOM.

[2] Aprovado pelo [Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998](#).

[3] Nos termos do Anexo I do [Decreto nº 11.164, de 08 de agosto de 2022](#), que aprova a Estrutura Regimental do Ministério das Comunicações, compete à Secretaria de Radiodifusão (SERAD) coordenar e executar as atividades integrantes dos processos de outorga, pós-outorga e renovação dos serviços de radiodifusão e seus anclares.

[4] O [Sistema de Controle de Radiodifusão \(SRD\)](#) é utilizado para manutenção de cadastros de estações de radiodifusão. Os únicos serviços cuja atualização permanece ininterrupta pela ferramenta são Ondas Curtas (OC), Ondas Tropicais (OT) e Radiodifusão Comunitária (RADCOM).

[5] Aprovado pelo [Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Felipe Alves de Oliveira, Estagiário(a)**, em 17/11/2022, às 14:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eugênio Cesar Almeida Felippetto, Assessor(a)**, em 17/11/2022, às 17:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Patrícia Gonçalves Lira Ribeiro, Subchefe Adjunta**, em 21/11/2022, às 18:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Aggio de Sá, Subchefe**, em 23/11/2022, às 15:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3746326** e o código CRC **C1B915DD** no site: https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 01250.034232/2018-10

SUPER nº 3746326

Palácio do Planalto, 4º andar, Sala 414. — Telefone: 61 3411.1958

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

Hugo Vinicius Alves

De: SAAL - Sancao e Veto
Enviado em: quarta-feira, 18 de janeiro de 2023 09:55
Para: E-Mail da DIDOC
Cc: SAAL - Atos Oficiais
Assunto: Devolução de Processos de Radiodifusão ao MCOM (a pedido)
Anexos: Tabela 02 - 2023.01.13 - Tabela processos Radiodifusão já analisados (aguardando ass Mensagem ao CN).pdf; Tabela 01 - 2023.01.16 - Tabela processos Radiodifusão na SAJ (sem análise completa).xlsx

Categorias: A/C CARLOS HENRIQUE

Bom dia! Prezados,

Em atenção à solicitação do e-mail abaixo, solicitamos a devolução das Exposições de Motivos ao Ministério das Comunicações, conforme os processos indicados nas tabelas e os despachos encaminhados via SUPER.

Atenciosamente,



Subchefia Adjunta de Assuntos Legislativos
Subchefia para Assuntos Jurídicos
Casa Civil
Presidência da República
61 3411-2192/2226/2972/3324
saal.sancaoeveto@presidencia.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

De: Daniel Christianini Nery <daniel.nery@presidencia.gov.br>

Enviada em: terça-feira, 17 de janeiro de 2023 18:50

Para: SAJ - SARAN <saran@presidencia.gov.br>; SAAL - Sancao e Veto <saal.sancaoeveto@presidencia.gov.br>

Cc: Felipe Nogueira Fernandes <felipe.fernandes@presidencia.gov.br>; Talita Santana Santos Barcellos <talita.barcellos@presidencia.gov.br>

Assunto: Devolução de Processos de Radiodifusão ao MCOM (a pedido)

Prezados, boa noite,

Solicito a **DEVOLUÇÃO das Exposições de Motivos/Processos** indicados na Tabela 01 e Tabela 02 (anexos), ao Ministério das Comunicações, conforme e-mail abaixo.

Motivo da devolução: pedido do MCOM, para reavaliação dos processos, considerando mudança no titular da Pasta.

Todos os processos da Tabela 01 já foram devidamente encerrados e encaminhados ao Gabinete no Super-SEI, com Despacho indicando a devolução das Exposições de Motivos.

Com relação aos Processos da Tabela 02 (processos já analisados, que estavam aguardando assinatura nas Mensagens ao Congresso Nacional), indicamos a existência dos seguintes processos de TVs, que **NÃO serão devolvidos, pois já possuem os respectivos Decretos, devidamente publicados:**

53900.046218/2016-07 – EM nº 0029/2022-MCOM

01250.017676/2020-13 – EM nº 0146/2021-MCOM

01250.004044/2019-48 – EM nº 0188/2022-MCOM

53740.000857/2000-31 – EM nº 0189/2021-MCOM

Muito obrigado.

At.te,

De: Felipe Nogueira Fernandes <felipe.fernandes@presidencia.gov.br>

Enviada em: terça-feira, 17 de janeiro de 2023 15:55



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Para: Daniel Christianini Nery <daniel.nery@presidencia.gov.br>

Assunto: Enc: Solicita planilha (processos de radiodifusão)

Daniel,

Em relação aos processos de TV que já têm decreto publicado, entendo que não poderíamos devolver pois o ato do Presidente já ocorreu.

Felipe Nogueira Fernandes

Advogado da União

Subchefe Adjunto de Infraestrutura

Subchefia para Assuntos Jurídicos

Secretaria-Geral da Presidência da República

Tel.:+55 (61) 3411-2040

De: Felipe Nogueira Fernandes

Enviado: terça-feira, 17 de janeiro de 2023 14:34

Para: Daniel Christianini Nery

Assunto: Enc: Solicita planilha (processos de radiodifusão)

Prezado Daniel,

Solicito a gentileza de providenciar a restituição dos processos de radiodifusão ao MCom, conforme solicitado.

Felipe Nogueira Fernandes

Advogado da União

Subchefe Adjunto de Infraestrutura

Subchefia para Assuntos Jurídicos

Secretaria-Geral da Presidência da República

Tel.:+55 (61) 3411-2040

De: Wilson Diniz Wellisch <wilson.diniz@mcom.gov.br>

Enviado: terça-feira, 17 de janeiro de 2023 10:55

Para: Felipe Nogueira Fernandes



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Cc: Caroline Menicucci Salgado; Guilherme Maciel Camioto; Marcus Vinícius Paolucci; Ana Maria dos Santos

Assunto: ENC: Solicita planilha (processos de radiodifusão)

Bom dia, Dr. Felipe!

Conforme havíamos combinado, seguem processo a serem devolvidos ao MCOM para revisão.

Atenciosamente,



De: Marcus Vinícius Paolucci <marcus.paolucci@mcom.gov.br>

Enviada em: terça-feira, 17 de janeiro de 2023 10:52

Para: Wilson Diniz Wellisch <wilson.diniz@mcom.gov.br>

Cc: Caroline Menicucci Salgado <caroline.salgado@mcom.gov.br>; Ana Maria dos Santos <anamaria.santos@mcom.gov.br>

Assunto: ENC: Solicita planilha (processos de radiodifusão)

Wilson,

Segue as tabelas com os processos de radiodifusão que se encontram na Casa Civil.

A **TABELA 01** indica processos que ainda estão em análise na Casa Civil.

A **TABELA 02** apresenta processos que já foram analisados por SAG e SAJ e estão aguardando a assinatura das Mensagens ao Congresso Nacional pelo Sr. Presidente.

Nesta segunda tabela, é importante apontar que existem processos de TV comercial e TV educativa, que já tiveram os respectivos Decretos publicados.

At.te,

Marcus Paolucci



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

De: Daniel Christianini Nery <daniel.nery@presidencia.gov.br>

Enviado: segunda-feira, 16 de janeiro de 2023 16:46

Para: Ana Maria dos Santos <anamaria.santos@mcom.gov.br>; Marcus Vinícius Paolucci <marcus.paolucci@mcom.gov.br>; Angelina de Figueiredo Pereira <angelina.pereira@mcom.gov.br>

Cc: Eugenio Cesar Almeida Felippetto <eugenio.felippetto@presidencia.gov.br>; Felipe Nogueira Fernandes <felipe.fernandes@presidencia.gov.br>; Cicero Coelho de Abreu Rocha Filho <cicero.filho@presidencia.gov.br>; Talita Santana Santos Barcellos <talita.barcellos@presidencia.gov.br>; Sergio Viana Cavalcante <Viana@presidencia.gov.br>

Assunto: RES: Solicita planilha (processos de radiodifusão)

Prezados, boa tarde,

Conforme solicitado e indicado previamente em contato telefônico, encaminho 2 tabelas com processos de radiodifusão, para avaliação do MCOM.

A TABELA 01 indica processos que ainda estão em análise na Casa Civil.

Já a TABELA 02 apresenta processos que já foram analisados por SAG e SAJ e estão aguardando a assinatura das Mensagens ao Congresso Nacional pelo Sr. Presidente. Nesta segunda tabela, é importante apontar que existem processos de TV comercial e TV educativa, que já tiveram os respectivos Decretos publicados.

Nos colocamos à disposição.

At.te,

De: Ana Maria dos Santos <anamaria.santos@mcom.gov.br>

Enviada em: quinta-feira, 12 de janeiro de 2023 15:26

Para: Daniel Christianini Nery <daniel.nery@presidencia.gov.br>

Cc: Marcus Vinícius Paolucci <marcus.paolucci@mcom.gov.br>; Eugenio Cesar Almeida Felippetto <eugenio.felippetto@presidencia.gov.br>; Felipe Nogueira Fernandes <felipe.fernandes@presidencia.gov.br>

Assunto: RE: Solicita planilha (processos de radiodifusão)

Ok, fico no aguardo.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>



Ana Maria dos Santos
Agente Administrativo
Gabinete da Secretaria de Radiodifusão

+55 61 2027-6302

anamaria.santos@mcom.gov.br

Sala 303, 3º andar - Esplanada dos Ministérios,
Bloco R, CEP: 70044-902 - Brasília/DF - Brasil

gov.br/mcom

govcomunicacoes

De: Daniel Christianini Nery <daniel.nery@presidencia.gov.br>

Enviado: quinta-feira, 12 de janeiro de 2023 14:54

Para: Ana Maria dos Santos <anamaria.santos@mcom.gov.br>

Cc: Marcus Vinícius Paolucci <marcus.paolucci@mcom.gov.br>; Eugenio Cesar Almeida Felippetto <eugenio.felippetto@presidencia.gov.br>; Felipe Nogueira Fernandes <felipe.fernandes@presidencia.gov.br>

Assunto: Re: Solicita planilha (processos de radiodifusão)

prezados, boa tarde,

Elaboraremos a tabela e encaminharemos em breve, conforme solicitado.

At.te,

Em 12 de jan. de 2023, em 10:27, Ana Maria dos Santos <anamaria.santos@mcom.gov.br> escreveu:

Prezado Daniel,

Seguindo orientação superior, solicito de Vossa Senhoria a possibilidade de envio de uma planilha com os dados dos processos de radiodifusão que se encontram na Casa Civil.

att,



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral
Secretaria Especial de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos
Publicação de Atos Oficiais da Coordenação de Documentação

Brasília, 20 de janeiro de 2023.

ASSUNTO: Devolução da EXM 80 2022 MCOM

Conforme solicitado, informo a devolução da EXM 80 2022 MCOM via SIDOF.

Att,

Carlos Henrique T. Botelho
Supervisor



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique Teixeira Botelho, Supervisor(a)**, em 20/01/2023, às 14:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3901882** e o código CRC **E8601EE2** no site: https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Processo nº 01250.034232/2018-10

SUPER nº 3901882

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

MINUTA
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.034232/2018-10, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA DO MATO, inscrita no CNPJ sob nº 30.635.962/0001-88, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Brejo Santo/CE, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 11158/2020/SEI-MCTIC, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº 00041/2020/CONJUR/MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.
4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MC nº 4.363, de 12 de fevereiro de 2022, publicada no DOU de 16/03/2022.
5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara-leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Minuta de Exposição de Motivos (11143227)

SEI 01250:034232/2018-10 / pg. 1

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros**, **Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 04/10/2023, às 17:35 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Naufel Schettino**, **Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 10/10/2023, às 18:21 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11143227** e o código CRC **A678DE98**.

Referência: Processo nº 01250.034232/2018-10

Documento nº 11143227



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara-leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo nº: **01250.034232/2018-10.**

Entidade: **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA DO MATO.**

Assunto: **Minuta de Exposição de Motivos**

Ao Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica,

Considerando a devolução do processo pela Casa Civil da Presidência da República, para reavaliação da pertinência da medida proposta pelo novo Ministro das Comunicações, bem como a adequação às novas diretrizes governamentais, encaminho a minuta da Exposição de Motivos atualizada, para as providências cabíveis.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros**, **Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 04/10/2023, às 17:35 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11143250** e o código CRC **B2AE7706**.

Minutas e Anexos

- Minuta de Exposição de Motivos (11143227).

Referência: Processo nº 01250.034232/2018-10

Documento nº 11143250



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Despacho (11143250)

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 3

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Brasília, 11 de outubro de 2023.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.034232/2018-10, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA DO MATO, inscrita no CNPJ sob o nº 30.635.962/0001-88, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Brejo Santo/CE, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 11158/2020/SEI-MCTIC, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº 00041/2020/CONJUR/MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.
4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº 4.363, de 12 de fevereiro de 2022, publicada no DOU de 16/03/2022.
5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho**, **Ministro de Estado das Comunicações**, em 26/10/2023, às 18:34 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Exposição de Motivos 009 Outorga RadCom (11/10/2023)

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 4

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11161984** e o código CRC **999EDDCE**.

Referência: Processo nº 01250.034232/2018-10

Documento nº 11161984



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Exposição de Motivos 009 Outorga RadCom (11161984)

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 5

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 42712/2023/MCOM

Brasília, na data da assinatura

À Senhora
Rafaela Calado e Silva Mello
Chefe de Gabinete do Ministro
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha a Exposição de Motivos nº 339/2023 (11161984)

Senhora Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto no Depacho DEPub (11143250), encaminho a e
Exposição de Motivos nº 339/2023 (11161984), para apreciação e as providências subsequentes.

Atenciosamente,

Wilson Diniz Wellisch
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch**, Secretário de Comunicação Social Eletrônica, em 23/10/2023, às 17:25 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11161989** e o código CRC **7307E539**.

Referência: Processo nº 01250.034232/2018-10

Documento nº 11161989



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Ofício Interno 42712 (11161989)

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 6

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 43369/2023/MCOM

Brasília, 21 de Junho de 2023

Ao Senhor
Ênio Soares Dias
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Exposição de Motivos 339 (11161984)

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista o que consta do Despacho COREC_MCOM (11143250), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos 339 (11161984), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos**, **Assistente**, em 30/10/2023, às 11:11 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11190403** e o código CRC **633C74F3**.

Referência: Processo nº 01250.034232/2018-10

Documento nº 11190403



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Ofício Interno 43369 (11190403)

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 7

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

Brasília, 1 de Novembro de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.034232/2018-10, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA DO MATO, inscrita no CNPJ sob o nº 30.635.962/0001-88, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Brejo Santo/CE, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 11158/2020/SEI-MCTIC, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº 00041/2020/CONJUR/MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.
4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº 4.363, de 12 de fevereiro de 2022, publicada no DOU de 16/03/2022.
5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Exposição de Motivos MCOM-660-2023 (11156985)

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 8

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deq.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 32652/2023/MCOM

Ao Senhor
BRUNO MORETTI
Secretário Especial de Análise Governamental
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 01250.034232/2018-10.

Senhor Secretário,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição de motivos, assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

ÊNIO SOARES DIAS
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Ênio Soares Dias, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro**, em 03/11/2023, às 12:49 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11197497** e o código CRC **0C3B72E2**.

Referência: Processo nº 01250.034232/2018-10

Documento nº 11197497



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Ofício 32652 (11197497)

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 10

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

Usuário Externo (signatário): Helenucia Bezerra de Araujo
Data e Horário: 27/11/2023 17:48:08
Tipo de Peticionamento: Intercorrente
Número do Processo: 01250.034232/2018-10
Interessados:

Associação de Radiodifusão Comunitária da Lagoa do Mato na localidade de Brejo Santo/CE

Protocolos dos Documentos (Número SEI):

- Requerimento Renovação - OFÍCIO Nº 32652/2023/MCOM 4774131

O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o petiçãoamento importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre;
- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do(a) Presidência da República.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

Brasília, 1 de Novembro de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.034232/2018-10, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade ASSOCIAÇÃO DE RÁDIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA DO MATO, inscrita no CNPJ sob o nº 30.635.962/0001-88, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Brejo Santo/CE, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 11158/2020/SEI-MCTIC, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº 00041/2020/CONJUR/MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.
4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº 4.363, de 12 de fevereiro de 2022, publicada no DOU de 16/03/2022.
5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,



Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE RÁDIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6535/6196

PARECER n. 00041/2020/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.034232/2018-10

INTERESSADO: Associação de Radiodifusão Comunitária da Lagoa do Mato.

ASSUNTO: Autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária

EMENTA: Processo Administrativo. Serviço de radiodifusão comunitária. Inexistência óbice legal desde que seja comprovado que o Conselho Comunitário tem, no mínimo 5 (cinco) membros. Deferimento da autorização pleiteada. Submissão ao Congresso Nacional. Encaminhamento à SERAD.

I - RELATÓRIO

1. Por meio do DESPACHO s/nº (SEI 5875756), a Secretaria de Radiodifusão do Ministério das Comunicações encaminha a esta Consultoria Jurídica, para análise e manifestação, o Processo Administrativo nº 01250. 034232/ 2018-10 cujo teor versa sobre a seleção pública para outorga do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Brejo Santo, no Estado do Ceará.

2. Compulsando os autos do Processo Administrativo em epígrafe, verifica-se que a Secretaria de Radiodifusão -SERAD tornou público o Edital de Seleção Pública nº 94/2018/SEI-MCTIC, publicado no Diário Oficial da União - DOU, de 13 de abril de 2018, que trata da inscrição das entidades interessadas em executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Brejo Santo, no Estado do Ceará, conferindo prazo de 60 (sessenta) dias para inscrição dos interessados e apresentação de documentação instrutória.

3. Nos termos da NOTA TÉCNICA Nº 1158/2020/SEI-MCTIC, a Secretaria de Radiodifusão - SERAD assim se manifestou sobre a habilitação da Associação de Radiodifusão Comunitária da Lagoa do Mato (ARCLAM) que foi a única entidade interessada no citado processo seletivo (Doc. nº 5550508 - SEI), *in verbis*:

"1. Trata-se do requerimento da ASSOCIAÇÃO DE RÁDIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA DO MATO para autorização de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Brejo Santo/CE, em atendimento ao Edital nº 94/2018, publicado no Diário Oficial da União de 13/04/2018.

ANÁLISE

2. A Entidade, que doravante passa a ser tratada como Requerente, protocolou requerimento em 12/06/2018, às fl. 1/3 ([3079891](#)), subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 12 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, conforme segue:

REQUERENTE
ASSOCIAÇÃO DE RÁDIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA DO MATO
QUADRO DIRETIVO
Presidente: Pedro Ferreira da Silva Diretor Financeiro: João José de Sousa Diretor de Comunicações e Operações: Maria Edilane Ricarte dos Santos Teles Diretor Administrativo: Cícera dos Santos
LOCALIZAÇÃO DO TRANSMISSOR / SISTEMA IRRADIANTE
Endereço: Vila Lagoa do Mato 01, nº 40, Zona Rural, Brejo Santo, CE Coordenadas geográficas: 07°31'52"S de latitude e 39°00'10"W de longitude



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO
Endereço: Vila Lagoa do Mato 01, nº 40, Zona Rural, Brejo Santo, CE

3. O pleito da Requerente é tempestivo, visto que o prazo para inscrição na seleção pública se encerrava em 14/06/2018.

4. Após análise da documentação apresentada, com base nas disposições previstas na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, no Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de março de 1998, e na Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/9/2015, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018, verificou-se a completa instrução do Processo, conforme check-list abaixo:

ITEM	FL. / NÚMERO DO DOCUMENTO
1.	Requerimento de outorga (Anexo 2), com as declarações nele elencadas. f. 6/8 (3714176)
2.	Estatuto social registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612, de 1998, e aos pressupostos da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC. f. 14/22 (5073977)
3.	Ata de constituição da entidade registrada no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas. f. 4/8 (3079891)
4.	Ata de eleição correspondente à diretoria em exercício, registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas. f. 4/8 (3079891)
5.	Comprovantes relativos à maioria e à nacionalidade dos dirigentes. f. 19/29 (3079891)
6.	Manifestações de apoio à iniciativa, válidas, firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço. f. 46/93 (3079891)
7.	Comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento. f. 44/45 (3079891)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoteleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

8.	Projeto técnico conforme art. 39 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.	f. 7/15 (3980535)
9.	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ.	5550434
10.	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).	5550441
11.	Certidão que comprove a regularidade da Entidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.	5550453
12.	Certidão conjunta negativa de débitos da Entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal.	5550446
13.	Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da Entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.	5550449
14.	Despacho - Consulta ao sistema de fiscalização RADAR.	5550484



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

5. Ressalta-se que, considerando o Edital em referência e a distância de quatro quilômetros, prevista no art. 7º, inciso V da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, verificou-se que apenas a Requerente demonstrou interesse na prestação do Serviço. Assim, não houve concorrência.

6. Após consultas aos sítios do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de Brejo Santo/CE, e do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas perante as Justiças Federal e Estadual, que inviabilizem o deferimento da outorga, conforme Despacho [5550456](#).

CONCLUSÃO

7. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária se posiciona pelo deferimento do pedido de outorga da Requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme check-list constante do item 4 desta Nota Técnica. Sugere-se, ainda, que o Processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, com prévia oitiva da Consultoria Jurídica."

4. A SERAD se posicionou, como supracitado, pelo deferimento do pedido de outorga, nos seguintes termos: "Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária se posiciona pelo deferimento do pedido de outorga da Requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme check-list constante do item 4 desta Nota Técnica."

5. Por fim, cumpre informar que os autos do Processo Administrativo foram também instruídos com a minuta de portaria e exposição de motivos, que serão subscritas pelo Ministro de Estado desta Pasta (Anexo do Doc. nº 5550508 - SEI).

6. Esse é o resumo do caso em questão.

II - FUNDAMENTAÇÃO

II.1. PROCEDIMENTO PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

7. Antes de adentrar na análise do caso submetido à apreciação, cumpre lembrar que o procedimento relacionado à outorga para execução do serviço de radiodifusão comunitária encontra-se disciplinado pela Constituição Federal, pela Lei nº 9.612, de 19 de dezembro de 1998, pelo Decreto nº 2.615, de 3 de março de 1988, e pelas demais normas aplicáveis à espécie.

8. Ademais, esta Consultoria Jurídica, com fulcro na Lei Complementar 73/93, cinge-se ao exame de aspectos de legalidade dos autos. Mérito administrativo (conveniência e oportunidade) são da alçada da autoridade administrativa.

9. Em razão da necessidade de permitir uma melhor compreensão sobre o arcabouço normativo que regulamenta o assunto, cumpre transcrever os seguintes dispositivos do ordenamento jurídico pátrio, *in verbis*:

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

Art. 224. Para os efeitos do disposto neste capítulo, o Congresso Nacional instituirá, como seu órgão auxiliar, o Conselho de Comunicação Social, na forma da lei.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Art. 1º Denomina-se Serviço de Radiodifusão Comunitária a radiodifusão sonora, em frequência modulada, operada em baixa potência e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do serviço.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

Art. 2º O Serviço de Radiodifusão Comunitária obedecerá ao disposto no [art. 223 da Constituição](#), aos preceitos desta Lei e, no que couber, aos mandamentos da [Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962](#), e demais disposições legais. [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 2001\)](#)

Parágrafo único. Autorizada a execução do serviço e, transcorrido o prazo previsto no [art. 64, §§ 2º e 4º da Constituição](#), sem apreciação do Congresso Nacional, o Poder Concedente expedirá autorização de operação, em caráter provisório, que perdurará até a apreciação do ato de outorga pelo Congresso Nacional. [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 2001\)](#)

Art. 3º O Serviço de Radiodifusão Comunitária tem por finalidade o atendimento à comunidade beneficiada, com vistas a:

I - dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;

II - oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;

III - prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;

IV - contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;

V - permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

(...)

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes. [\(Redação dada pela Lei nº 10.597, de 2002\)](#)

(...)

Art. 7º São competentes para explorar o Serviço de Radiodifusão Comunitária as fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, desde que legalmente instituídas e devidamente registradas, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o Serviço, e cujos dirigentes sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos.

Parágrafo único. Os dirigentes das fundações e sociedades civis autorizadas a explorar o Serviço, além das exigências deste artigo, deverão manter residência na área da comunidade atendida.

(...)

Art. 11. A entidade detentora de autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária não poderá estabelecer ou manter vínculos que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.

[Grifamos]

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

ANEXO

REGULAMENTO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Art. 1º. Este Regulamento dispõe sobre o Serviço de Radiodifusão Comunitária - RadCom, instituído pela [Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998](#), como um Serviço de Radiodifusão Sonora, com baixa potência e com cobertura restrita, para ser executado por fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do Serviço.

(...)

Art. 11. São competentes para executar o RadCom fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, desde que legalmente instituídas e devidamente registradas, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o Serviço, e cujos dirigentes sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

Parágrafo único. Os dirigentes das fundações e sociedades civis autorizadas a executar o Serviço, além das exigências deste artigo, deverão manter residência na área da comunidade atendida.

(...)

Art. 14. As entidades interessadas na execução do RadCom, inclusive aquela cuja petição originou o comunicado de habilitação, deverão apresentar ao Ministério das Comunicações, no prazo fixado no comunicado de habilitação, os documentos a seguir indicados, além de atender as disposições estabelecidas em norma complementar:

I - estatuto da entidade, devidamente registrado;

II - ata da constituição da entidade e eleição dos seus dirigentes, devidamente registrada;

III - prova de que seus diretores são brasileiros natos, ou naturalizados há mais de dez anos;



IV - comprovação de maioria dos diretores;

V - declaração assinada de cada diretor, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o Serviço;

VI - manifestação em apoio à iniciativa, formulada por entidades associativas e comunitárias, legalmente constituídas e sediadas na área pretendida para a prestação do Serviço, e firmada por pessoas naturais ou jurídicas que tenham residência, domicílio ou sede nessa área.

Art. 15. Se apenas uma entidade se habilitar para a prestação do Serviço, estando regular a documentação apresentada, o Ministério das Comunicações expedirá autorização à referida entidade.

10. É oportuno destacar que o procedimento seletivo em análise foi regido pela Portaria deste Ministério nº 4.334, de 17 de setembro de 2015 (DOU de 21 de setembro de 2015), com alterações realizadas pela Portaria nº 1.909, de 05 de abril de 2018 (DOU de 9 de abril de 2018), visto que era o ato normativo infralegal vigente à época da publicação do aviso de habilitação de interessados, *in verbis*:

PORTARIA Nº 4.334, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

Art. 1º Esta Portaria visa regulamentar as disposições relativas ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, instituído pela [Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998](#).

Parágrafo único. Denomina-se Serviço de Radiodifusão Comunitária a radiodifusão sonora, em frequência modulada, operada em baixa potência e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o Serviço. (NR) ([Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018](#))

(...)

Art. 8º O processo de outorga de autorização para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária obedecerá às seguintes fases:

I - publicação do edital;

II - habilitação;

III - seleção da entidade com maior representatividade;

IV - instrução do processo selecionado; e

V - procedimentos para finalizar a outorga de autorização.

Da Habilitação

Art. 21. A habilitação é a fase do processo de outorga em que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações verifica a tempestividade da apresentação dos documentos habilitantes e se estes atendem ao definido no edital. ([Retificado pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018](#))

Art. 22. São documentos habilitantes:

I - requerimento de outorga ([Anexo 2](#)), com as declarações nele elencadas; ([Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018](#))

II - estatuto social da entidade atualizado;

III - ata de constituição da entidade;

IV - ata de eleição dos atuais dirigentes;

V - prova de que todos os diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;

VI - comprovação de maioria de todos os diretores; e

VII - manifestações em apoio à iniciativa firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço (Anexos 3 e 4).

VIII - comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento. ([Incluído pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018](#))

§ 1º As coordenadas indicadas no Requerimento de Outorga devem respeitar o [art. 23](#), estar situadas dentro da área do Município e obedecer à padronização GPS-WGS84, na forma GGº MM' SS", com apenas dois dígitos inteiros, em que tanto os minutos (MM') como os segundos (SS") na latitude e na longitude não deverão ultrapassar o limite máximo de 59.

§ 2º Todas as atas bem como as eventuais alterações do estatuto social devem estar registradas no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

§ 3º A prova da maioria e nacionalidade se dará por meio dos seguintes documentos:

I - certidão de nascimento ou casamento;

II - certificado de reservista;

III - cédula de identidade;

IV - certificado de naturalização expedido há mais de dez anos;

V - carteira profissional;

VI - carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS); ou

VII - passaporte.

(...)

Art. 23. As coordenadas geográficas do sistema irradiante propostas pelas entidades interessadas deverão guardar uma distância mínima de quatro quilômetros do sistema irradiante de entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

Art. 24. Caso algum dos documentos constantes do art. 22 seja enviado em desacordo com as disposições desta Portaria, será conferida uma única oportunidade, a ser cumprida no prazo improrrogável de sessenta dias, para que a irregularidade encontrada seja saneada, sob pena de inabilitação.

(...)

Art. 28. Seleção é a fase na qual serão escolhidas, dentre as concorrentes habilitadas, aquela que passará à fase de instrução processual, tendo em consideração a pontuação em manifestações em apoio válidas e as relações de concorrência direta e indireta.

Parágrafo único. A fase de seleção somente ocorrerá quando houver concorrência.

(...)

Da Instrução

Art. 38. A fase de instrução é o momento em que a entidade selecionada deve apresentar documentos ainda não encaminhados, desde que não sejam habilitantes, ou retificar vícios sanáveis.

(...)

§ 2º O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações instruirá o processo com os documentos previstos nos incisos III, IV, V, VI e VII do art. 39. **(Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)**

(...)

Art. 39. São documentos necessários à instrução:

I - comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento;

II - Formulário de Dados de Funcionamento da Estação;

III - comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ;

IV - certidão negativa de débitos de receitas administradas pela ANATEL;

V - certidão que comprove a regularidade da entidade com a Seguridade Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

VI - certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal; e

VII - certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.

(...)

Art. 41. Com o objetivo de instruir o processo, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará solicitação, a ser cumprida no prazo de trinta dias, prorrogável uma única vez e por igual período a requerimento da entidade interessada. § 1º Caso a entidade apresente resposta, mas não envie todos os documentos ou os envie com alguma deficiência, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará apenas mais uma solicitação a ser cumprida no prazo improrrogável de trinta dias.

§ 2º Na hipótese do art. 16, § 1º, ou em Município que não possua entidade autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, poderão ser encaminhadas até duas notificações adicionais à entidade, cada qual a ser cumprida no prazo improrrogável de trinta dias.

Do Recurso

Art. 46. Das decisões administrativas cabe recurso para impugnar as razões de legalidade e de mérito.

§ 1º O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar, o encaminhará, sem necessidade de provocação, à autoridade superior.

§ 2º O prazo para interposição de recurso administrativo é de trinta dias, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.

§ 3º O prazo recursal é improrrogável, mas pode ser suspenso nos termos da Lei nº. 9.784, de 1999.

Art. 47. O recurso interpõe-se por meio de requerimento, no qual o recorrente deverá expor os fundamentos do pedido de reexame, podendo juntar os documentos que julgar convenientes.

§ 1º Na análise do recurso, não serão considerados documentos apresentados na fase recursal e que deveriam ter sido apresentados em outro momento processual.

§ 2º O disposto no §1º não se aplica:

I - quando todas as concorrentes forem inabilitadas; ou

II - no caso de decisão que inabilita a entidade por descumprimento do § 1º do art. 22.

§ 3º Na hipótese do art. 47, § 2º, II, eventual alteração das coordenadas não prejudicará o andamento de outros processos já habilitados e a entidade perderá toda a pontuação obtida com manifestações em apoio.

Da Autorização para Executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária

Art. 70. A autorização para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária será formalizada mediante portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser publicada no Diário Oficial da União.

§ 1º A portaria a que se refere o caput deverá indicar, no mínimo:



- I - razão social da entidade;
- II - número de registro no CNPJ da entidade;
- III - serviço objeto da outorga;
- IV - Município e Unidade da Federação de execução do serviço;
- V - prazo de outorga e;
- VI - frequência e canal de operação.

§ 2º A portaria de outorga terá efeitos tão somente a partir da deliberação do Congresso Nacional, ressalvado o disposto no [art. 2º](#), parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 1998.

11. Deste modo, não subsiste dúvida que a apreciação de pedido para execução do serviço de radiodifusão comunitária deve ser realizada à luz do que dispõe a legislação anteriormente mencionada.

12. É oportuno registrar que os efeitos legais da emissão definitiva da outorga para prestação do serviço de radiodifusão encontram-se condicionados à apreciação prévia do Congresso Nacional, consoante o disposto no art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

II.2 - ANÁLISE TÉCNICA REALIZADA PELA SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

13. Após a exposição do conjunto normativo a ser observado na análise e processamento da solicitação para prestação do serviço de radiodifusão comunitária, cumpre analisar as especificidades do caso em questão, no que se refere ao aspecto jurídico-formal.

14. Compulsando os autos do Processo Administrativo em epígrafe, verifica-se que a Secretaria de Radiodifusão, por meio da já citada NOTA TÉCNICA Nº 11158/2020/SEI-MCTIC, manifestou-se favorável à autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária pela Associação de Radiodifusão Comunitária da Lagoa do Mato.

15. Verifica-se que a SERAD manifestou-se no sentido de que houve o preenchimento dos requisitos previstos nas normas aplicáveis à espécie, para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária pela Associação de Radiodifusão Comunitária da Lagoa do Mato, na localidade de Brejo Santo/CE.

16. Como foi abordado alhures, a Associação de Radiodifusão Comunitária da Lagoa do Mato foi a única entidade habilitada, não havendo outras entidades interessadas/concorrentes na prestação do serviço de radiodifusão comunitária.

17. No que concerne ao preenchimento dos requisitos estabelecidos nos normativos de regência, notadamente a Portaria deste Ministério nº 4.334, de 2015, verifica-se que o requerimento administrativo apresentado pela citada Associação é tempestivo, porquanto foi apresentado em 12 de junho de 2018, dentro do prazo previsto no Edital de Seleção Pública nº 94/2018/SEI-MCTIC, publicado no Diário Oficial da União - DOU, de 13 de abril de 2018, conforme checklist realizado pela SERAD (Doc nº 5550725 - SEI).

18. A referida Associação carreteou os seguintes documentos, dentre outros: i) requerimento de outorga, subscrito por todos dirigentes (Doc. nº 3079891 - fls. 01/03 - SEI); ii) Estatuto Social, devidamente registrado, contendo a finalidade de executar o serviço de radiodifusão comunitária (Doc. nº 3079891 - fls. 9/17 - SEI c/c fls. 14/24 SEI 5073977); iii) Ata registrada de constituição registrada no cartório (Doc. nº 3079891 - fls. 4/8 - SEI); iv) Ata de eleição correspondente à diretoria em exercício, registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas (Doc. nº 3079891 - fls. 4/8 - SEI); v) comprovantes de nacionalidade e maioria dos diretores dirigentes (Doc. nº 3079891 - fls. 20, 23, 29, 30, 33, 36, 38, 40 - SEI); vi) Manifestações de apoio à iniciativa, firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço (Doc. nº 3079891 - fls. 46/91 - SEI); vii) Comprovante de recolhimento de taxa de cadastramento (Doc. nº 3079891 - fls. 44/45 - SEI); viii) Formulário de dados de funcionamento da estação/projeto técnico (Doc. nº 3980535 - fls. 7/15 - SEI); ix) Comprovante de inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica - CNPJ (Doc. nº 5550434 - SEI); x) certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel (Doc. nº 5550441 - SEI); xi) certidão de regularidade junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, cuja validade era até o dia 29 de junho de 2020 (Doc. nº 5550453 - SEI); xii) certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, cuja validade é até 07 de novembro de 2020 (Doc. nº 5550446 - SEI); xiii) certidão negativa de débitos trabalhistas, cuja validade é até 23 de novembro de 2020 (Doc. nº 5550449 - SEI); xiv) informação sobre a inexistência de operação clandestina pela citada Associação, conforme pesquisa no sistema de fiscalização - RADAR (Doc. nº 5550484 - SEI); xv) inexistência de processos judiciais que obstem o deferimento da outorga (Doc. nº 5550456 - SEI).

19. Merece registro que o Estatuto Social da Associação prevê a possibilidade de ingresso gratuito de associados (art. 6º) e, também, prevê a existência de conselho comunitário (art. 25), como requer o art. 40, incisos II e IV, da Portaria deste Ministério nº 4.334, de 2015) - (Doc. nº 3079891 - fls. 9/17 SEI).

20. Foi modificado o artigo 25 do Estatuto da entidade, para incluir a previsão de, no



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

mínimo, 5 (cinco) membros no Conselho Comunitário (fls. 14/24 SEI 5073977). Isto se deu para a integral observância do artigo 8º da Lei 9.612/98. Consta dos autos (Doc. nº 3079891- fls. 4/7 SEI) a ata de eleição do referido Conselho com apenas 3 (três) membros. Logo, é necessário que ANTES da autorização da outorga, a SERAD diligencie para obter a comprovação de que o atual Conselho Comunitário atende à composição legal.

21.A SERAD informa que não existem vínculos vedados pelo art. 11 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, como se constata do disposto no quadro de conferência documental aposto na Nota Técnica 11158/2020/SEI-MCTIC (Doc Sei 5550508).

22.Consta no teor do requerimento de outorga, devidamente assinado pelos dirigentes da mencionada Associação, que os seus representantes afirmam que residem dentro da área pretendida para prestação do serviço de radiodifusão e que os mesmos possuem bons antecedentes (Doc. nº 3079891- fls.01/03 - SEI).

23.É recomendável que a SERAD verifique a validade das certidões atualizadas relativas à demonstração do cumprimento dos requisitos previstos na legislação, notadamente em relação ao FGTS, antes da edição da portaria ministerial, que trata da autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária.

24. Por derradeiro, nota-se que há nos autos uma certidão negativa de Débitos da Fazenda Estadual (Fl. 62 SEI 3079891) que pode ser desentranhada por se referir a outra pessoa jurídica (CNPJ distinto da entidade Associação de Radiodifusão Comunitária da Lagoa do Mato).

25. Ademais, a manifestação de apoio de fl.51 - SEI 3079891 parece não ter sido firmada pela representante legal da Associação das Donas de Casa de Lagoa do Mato , visto que não é a Presidente Francisca Gonçalves de Sousa quem firma o documento. Este foi assinado por Maria Gonçalves de Sousa Pinheiro, membro do Conselho Fiscal daquela associação. Logo, tal manifestação de apoio deve ser desconsiderada.

26.Face ao exposto e após o atendimento das orientações acima apresentadas não existe óbice, no aspecto jurídico-formal, que obstaculize a concessão de autorização ora solicitada a Associação de Radiodifusão Comunitária da Lagoa do Mato, para prestação do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Brejo Santo/CE, pelo prazo de 10 (dez) anos.

III - CONCLUSÃO

27.Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações:

a) Tão somente após o atendimento das recomendações apresentadas neste parecer, é que se conclui que não existe impedimento jurídico para emissão de autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária pela Associação de Radiodifusão Comunitária da Lagoa do Mato, na localidade de Brejo Santo, estado do Ceará, pelo prazo de 10 (dez) anos;

b) O Estatuto da Associação (art.25) passou a prever o mínimo de cinco membros no Conselho Comunitário, como preconiza o artigo 8º da Lei 9.612/98. Todavia, consta dos autos (Doc. nº 3079891- fls. 4/7 SEI) a ata de eleição do Conselho Comunitário com apenas 3 (três) membros. Logo, é necessário que ANTES da autorização da outorga, a SERAD diligencie para obter a comprovação de que o atual Conselho Comunitário atende à composição legal mínima de cinco representantes;

c) É recomendável que a SERAD verifique a validade das certidões atualizadas relativas à demonstração do cumprimento dos requisitos previstos na legislação, notadamente em relação ao FGTS, antes da edição da portaria ministerial, que trata da autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária;

d) as minutas de portaria e de exposição de motivos, elaboradas pela SERAD, estão aptas a serem assinadas pela autoridade competente, no que se refere ao seu conteúdo, cabendo à mencionada Secretaria verificar a existência de eventual erro material;

e) é necessária a deliberação do Congresso Nacional sobre a prestação do serviço de radiodifusão comunitária pela entidade interessada, consoante o disposto no art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

f) É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta autorizar, por meio de edição de portaria, a execução do serviço de radiodifusão comunitária.

g) Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Radiodifusão - SERAD para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis, inclusive no que concerne à submissão da matéria ao Congresso Nacional para deliberação.

À consideração superior.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>



5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

Brasília, 30 de setembro de 2020.

TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK
ADVOGADA DA UNIÃO
COORDENADORA JURÍDICA DE LICITAÇÃO DE RADIODIFUSÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250034232201810 e da chave de acesso c7444dc2

Documento assinado eletronicamente por TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 506851494 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK. Data e Hora: 30-09-2020 15:22. Número de Série: 17397143. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE RÁDIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT**

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)

2027-6535/6196

DESPACHO n. 00097/2020/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.034232/2018-10

INTERESSADO: Secretaria de Radiodifusão - SERAD

ASSUNTO: Autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária

- 1. Aprovo o PARECER n. 00041/2020/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, elaborado pela advogada da União Tatiane Flores Cavalcante Razuk.**
- 2. Os autos do Processo Administrativo em análise versam sobre processo seletivo para obtenção de autorização relacionada à prestação de serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Brejo Santo/CE.**
- 3. É necessário que a SERAD atente para as orientações apresentadas nos itens 20, 23 e 27, subitens "b" e "c", do PARECER n. 00041/2020/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, que versa sobre a verificação do quantitativo de membros do conselho comunitário e da regularidade junto ao FGTS.**
- 4. Após o devido atendimento das orientações acima mencionadas, não existe impedimento jurídico para o acolhimento do pedido de autorização para exploração de serviço de radiodifusão comunitária pela Associação de Radiodifusão Comunitária da Lagoa do Mato.**
- 5. É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta autorizar, por meio de edição de portaria, a execução do serviço de radiodifusão comunitária.**
- 6. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Radiodifusão - SERAD para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis, inclusive no que concerne à submissão da matéria ao Congresso Nacional para deliberação.**

À consideração superior.

Brasília, 01 de outubro de 2020.

***assinado eletronicamente*
JOÃO PAULO SANTOS BORBA
ADVOGADO DA UNIÃO**

COORDENADOR JURÍDICO DE RÁDIODIFUSÃO EDUCATIVA E COMUNITÁRIA

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250034232201810 e da chave de acesso c7444dc2

Documento assinado eletronicamente por JOAO PAULO SANTOS BORBA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 506922260 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOAO PAULO SANTOS BORBA. Data e Hora: 02-10-2020 08:57. Número de Série: 17498657. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE RÁDIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT**

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)

2027-6535/6196

DESPACHO n. 00114/2020/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.034232/2018-10

INTERESSADOS: SECRETARIA DE RÁDIODIFUSÃO - SERAD

ASSUNTOS: RÁDIODIFUSÃO

1. De acordo. À consideração da Sra. Consultora Jurídica, para avaliação.

Brasília, 02 de outubro de 2020.

**EMMANUEL FELIPE BORGES PEREIRA SANTOS
ADVOGADO DA UNIÃO
COORDENADOR-GERAL DE ASSUNTOS DE COMUNICAÇÃO**

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250034232201810 e da chave de acesso c7444dc2

Documento assinado eletronicamente por EMMANUEL FELIPE BORGES PEREIRA SANTOS, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 508389220 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): EMMANUEL FELIPE BORGES PEREIRA SANTOS. Data e Hora: 02-10-2020 16:49. Número de Série: 63699179115455140128219511629. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB**

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6535/6196

DESPACHO n. 00117/2020/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.034232/2018-10

INTERESSADOS: SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO - SERAD

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

- 1. Aprovo o PARECER pelos seus próprios fundamentos.**
- 2. Encaminhe-se conforme sugerido.**

Brasília, 02 de outubro de 2020.

**CAROLINA SCHERER BICCA
CONSULTORA JURÍDICA MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250034232201810 e da chave de acesso c7444dc2

Documento assinado eletronicamente por CAROLINA SCHERER BICCA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 508420137 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): CAROLINA SCHERER BICCA. Data e Hora: 02-10-2020 17:33. Número de Série: 1785584. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 16/03/2022 | Edição: 51 | Seção: 1 | Página: 39

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 4.363, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES SUBSTITUTA, designada pelo art. 1º, inciso III, do Decreto nº 8.851, de 20 de setembro de 2016, publicado no DOU de 21 de setembro de 2016, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, c/c com o art. 9º, inciso II, e o art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo nº 01250.034232/2018-10, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária da Lagoa do Mato, inscrita no CNPJ sob nº 30.635.962/0001-88, cuja sede se situa na Vila Lagoa do Mato 01, nº 40, Zona Rural, na localidade de Brejo Santo, estado do Ceará, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 285, cuja frequência é de 104,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ESTELLA DANTAS

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Serviço de Análise de Renovação e Outorga de Rádio Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 11158/2020/SEI-MCTIC

Processo nº: **01250.034232/2018-10.**

Assunto: **REVISÃO FINAL DO PROCESSO DE OUTORGA.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se do requerimento da **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA DO MATO** para autorização de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Brejo Santo/CE**, em atendimento ao Edital nº 94/2018, publicado no Diário Oficial da União de 13/04/2018.

ANÁLISE

2. A Entidade, que doravante passa a ser tratada como Requerente, protocolou requerimento em 12/06/2018, às fl. 1/3 (3079891), subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 12 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, conforme segue:

REQUERENTE
ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA DO MATO
QUADRO DIRETIVO
Presidente: Pedro Ferreira da Silva Diretor Financeiro: João José de Sousa Diretor de Comunicações e Operações: Maria Edilane Ricarte dos Santos Teles Diretor Administrativo: Cícera dos Santos
LOCALIZAÇÃO DO TRANSMISSOR / SISTEMA IRRADIANTE
Endereço: Vila Lagoa do Mato 01, nº 40, Zona Rural, Brejo Santo, CE Coordenadas geográficas: 07°31'52"S de latitude e 39°00'10"W de longitude
LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO
Endereço: Vila Lagoa do Mato 01, nº 40, Zona Rural, Brejo Santo, CE



leito da Requerente é tempestivo, visto que o prazo para inscrição na seleção pública se encerrava

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Nota Técnica 11158 (3550508)

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 1

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

em 14/06/2018.

4. Após análise da documentação apresentada, com base nas disposições previstas na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, no Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de março de 1998, e na Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/9/2015, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018, verificou-se a completa instrução do Processo, conforme *check-list* abaixo:

ITEM		FL. / NÚMERO DO DOCUMENTO
1.	Requerimento de outorga (Anexo 2), com as declarações nele elencadas.	f. 6/8 (3714176)
2.	Estatuto social registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612, de 1998, e aos pressupostos da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.	f. 14/22 (5073977)
3.	Ata de constituição da entidade registrada no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas.	f. 4/8 (3079891)
4.	Ata de eleição correspondente à diretoria em exercício, registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas.	f. 4/8 (3079891)
5.	Comprovantes relativos à maioria e à nacionalidade dos dirigentes.	f. 19/29 (3079891)
6.	Manifestações de apoio à iniciativa, válidas, firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço.	f. 46/93 (3079891)
7.	Comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento.	f. 44/45 (3079891)
8.	Projeto técnico conforme art. 39 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.	f. 7/15 (3980535)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Nota Técnica 11158 (3550508)

SEI 01230.054252/2018-10 / pg. 2

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

9.	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ.	5550434
10.	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).	5550441
11.	Certidão que comprove a regularidade da Entidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	5550453
12.	Certidão conjunta negativa de débitos da Entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal.	5550446
13.	Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da Entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.	5550449
14.	Despacho – Consulta ao sistema de fiscalização RADAR.	5550484

5. Ressalta-se que, considerando o Edital em referência e a distância de quatro quilômetros, prevista no art. 7º, inciso V da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, verificou-se que apenas a Requerente demonstrou interesse na prestação do Serviço. Assim, não houve concorrência.

6. Após consultas aos sítios do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de Brejo Santo/CE, e do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas perante as Justiças Federal e Estadual, que inviabilizem o deferimento da outorga, conforme Despacho 5550456.

CONCLUSÃO

7. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária se posiciona pelo **deferimento** do pedido de outorga da Requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *check-list* constante do item 4 desta Nota Técnica. Sugere-se, ainda, que o Processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, com prévia oitiva da Consultoria Jurídica.

À consideração superior.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Nota Técnica 11158 (5550506)

SEI 01230.054252/2018-10 / pg. 3

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549



Documento assinado eletronicamente por **Alice Lorena de Barros Santos**, Técnico de Nível Superior, em 10/07/2020, às 10:24 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luis Felipe Souza da Silva**, Engenheiro, em 10/07/2020, às 10:29 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming**, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta, em 10/07/2020, às 15:22 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Cruz Gebrim**, Diretor do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização, em 10/09/2020, às 20:49 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5550508** e o código CRC **1E185D21**.

Minutas e Anexos

MINUTA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Senhor Presidente da República,

1. Encaminho o Processo nº 01250.034232/2018-10, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação de Radiodifusão Comunitária da Lagoa do Mato, inscrita no CNPJ sob nº 30.635.962/0001-88, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Brejo Santo/CE em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 11158/2020/SEI-MCTIC, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCTIC, por intermédio de seu Parecer nº 0000/2020/CONJUR/MCTIC/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.

Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Nota Técnica 11158 (3550508)

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 4

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

FÁBIO FARIA
Ministro de Estado das Comunicações

MINUTA
PORTARIA Nº , DE DE DE 2020.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 9º, inciso II, e no art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, c/c a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.034232/2018-10, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária da Lagoa do Mato, inscrita no CNPJ sob nº 30.635.962/0001-88, cuja sede se situa na Vila Lagoa do Mato 01, nº 40, Zona Rural, na localidade de Brejo Santo, Estado do Ceará, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 285, cuja frequência é de 104,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o **caput**.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

Nota Técnica 11158 (3550508)

SEI 01250.034232/2018-10 / pg. 5

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos
Coordenação de Documentação
Divisão de Publicação Atos Oficiais

Brasília, 28 de novembro de 2023.

AO PROTOCOLO DA SAJ, SAG, CGINF e CC-PR

ASSUNTO: Trata-se da Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA DO MATO**, inscrita no CNPJ sob o nº 30.635.962/0001-88, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Brejo Santo/CE.

Encaminha para análise e providências pertinentes a EXM 660 2023 MCOM.

Att,

Carlos Henrique T. Botelho
GSISTE



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique Teixeira Botelho, GSISTE NI**, em 28/11/2023, às 15:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4777498** e o código CRC **975F1F81** no site: https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Processo nº 01250.034232/2018-10

SUPER nº 4777498

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 4642/2023/GM/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

À Secretária-Executiva
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Encaminhamento da Exposição de Motivos nº 660/2023.

Senhora Secretária-Executiva,

Encaminha-se a Exposição de Motivos nº 660/2023 (4777482), do Ministério das Comunicações, referente à Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA I LAGOA DO MATO, inscrita no CNPJ sob o nº 30.635.962/0001-88, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Brejo Santo/CE, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

Atenciosamente,

TALITA NOBRE PESSOA
Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Talita Nobre Pessoa, Chefe de Gabinete**, em 28/11/2023, às 17:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4777739** e o código CRC **335DA3F5** no site: https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 01250.034232/2018-10

SUPER nº 4777739

Palácio do Planalto - 4º Andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1754

CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria-Executiva

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Referência: Exposição de Motivos nº 660/2023 (4777482), do Ministério das Comunicações.

Assunto: Encaminhamento de Exposição de Motivos.

Trâmites do Processo:

Despacho DIPUBL/CODOC/DILOG/SA/SE/CC/PR (4777498), endereçado aos Protocolos da CC/PR, SAJ/CC/PR e SAG/CC/PR, e à CGINF/SAINF/SAJ/CC/PR.

Ofício nº 4642/GM/CC/PR (4777739), do Gabinete do Ministro da Casa Civil a esta Secretaria-Executiva.

Arquivar o presente processo na SE/CC/PR temporariamente, tendo em vista que, após manifestação da SAJ/CC/PR e da SAG/CC/PR – órgãos competentes para analisar o tema –, os autos deverão retornar a esta Secretaria-Executiva caso haja necessidade de encaminhamento ao Congresso Nacional mediante expediente do Ministro de Estado da Casa Civil.

DUNCAN FRANK SEMPLE
Subsecretário de Gestão Interna



Documento assinado eletronicamente por **Duncan Frank Semple, Subsecretário(a)**, em 29/11/2023, às 20:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4781441** e o código CRC **EC332C6C** no site: https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
SECRETARIA ESPECIAL PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

01250.034232/2018-10

Nota SAJ - Radiodifusão nº 115 / 2025 / CGINF/SAINF/SAJ/CC/PR

Interessado:	ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA DO MATO
Assunto:	Serviço de Radiodifusão Outorga de radio comunitária (RadCom). Encaminhamento de Mensagem ao Congresso Nacional (art. 223 da Constituição).
Processo nº:	01250.034232/2018-10

Senhora Secretária Especial Adjunta,

I - RELATÓRIO

- Trata-se do processo nº 01250.034232/2018-10, com **outorga** expedida por meio da **Portaria MCOM nº 4.363/2022** para exploração do serviço de **radiodifusão comunitária**, pelo prazo de dez anos, cujo interessado é **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA DO MATO**, CNPJ nº 30.635.962/0001-88, na localidade de **Brejo Santo/CE**.
- Pela Lei nº 9.612/1998, denomina-se serviço de **radiodifusão comunitária** a radiodifusão sonora, em Frequência Modulada (FM), operada em baixa potência [1] e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do serviço.
- Nos termos da Constituição Federal, compete ao Poder Executivo outorgar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo observar-se, quando a outorga se refere à rádio comunitária, o que dispõe a Lei nº 9.612/1998 e no Anexo ao Decreto nº 2.615/1998, bem como a legislação complementar a ser expedida pelo Ministério das Comunicações - MCOM (conforme prevê o art. 9, inciso I, do Anexo ao Decreto nº 2.615/1998).
- O MCOM é o órgão do Poder Executivo com atribuição para autorizar a outorga do serviço de radiodifusão, a ser formalizada mediante portaria, contendo a denominação da entidade, o objeto e o prazo de autorização, a área de cobertura da emissora e o prazo de início da execução do serviço.
- Mencione-se que o art. 223 da Constituição Federal prevê que a outorga concedida pelo Poder Executivo só produzirá efeitos legais após a apreciação do ato pelo Congresso Nacional.
- Nesse contexto, encontra-se a presente a Exposição de Motivos submetida à análise desta Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República, a fim de que, uma vez preenchidos os requisitos, o ato do Ministro das Comunicações, que autoriza a outorga de radiodifusão comunitária, possa ser enviado ao Congresso Nacional, mediante Mensagem a ser expedida pelo Presidente da República.
- É o relatório.

II - ANÁLISE

- Como se verifica, encontra-se submetido à análise desta Secretaria Especial o **ato** do Ministro das Comunicações que **outorga** à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, expedido nos termos do art. 6º da Lei nº 9.612/1998.

Conforme enuncia o art. 1º da citada Lei e o art. 11 do Anexo ao Decreto nº 2.615/1998, são competentes para o serviço de radiodifusão comunitária as fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, desde que legalmente



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

instituídas e devidamente registradas, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o serviço, e cujos dirigentes sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

10. De acordo com o art. 9º da Lei nº 9.612/1998, para outorga da autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, as entidades interessadas deverão dirigir pedido ao Poder Concedente, indicando a área onde pretendem prestar o serviço. Após a verificação da viabilidade técnica da prestação do serviço, a autoridade concedente deve publicar comunicado de habilitação, promovendo ampla divulgação para que as entidades interessadas se inscrevam.

11. No prazo fixado para a habilitação, as entidades deverão apresentar os documentos listados no § 2º do art. 9º da mencionada Lei, quais sejam: estatuto da entidade, devidamente registrado; ata da constituição da entidade e eleição dos seus dirigentes, devidamente registrada; prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; comprovação de maioria dos diretores; declaração assinada de cada diretor, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o serviço; e manifestação em apoio à iniciativa, formulada por entidades associativas e comunitárias, legalmente constituídas e sediadas na área pretendida para a prestação do serviço, e firmada por pessoas naturais ou jurídicas que tenham residência, domicílio ou sede nessa área.

12. É oportuno mencionar que, caso apenas uma entidade se habilite para a prestação do serviço e seja atestada a regularidade da documentação apresentada, o Poder Concedente outorgará a autorização à referida entidade, conforme preconiza o § 3º do art. 9º da Lei nº 9.612/1998. Do contrário, o poder concedente deverá promover o entendimento entre as entidades interessadas, buscando que estas se associem. Por fim, caso não haja possibilidade de associação, o Poder Concedente deverá agir nos termos do § 5º do mesmo dispositivo legal e decidir mediante sorteio.

13. De acordo com os autos do processo, a **área técnica** do Ministério competente manifestou-se pela possibilidade de autorização do serviço ao interessado. Do mesmo modo, a **Consultoria Jurídica do MCOM** atestou a viabilidade jurídica para a outorga do serviço de radiodifusão comunitária no caso em análise.

14. Após a manifestação favorável das áreas técnicas, diante da prévia verificação dos documentos exigidos pela legislação pertinente, o Ministro de Estado publicou a **Portaria** de outorga.

15. Contudo, uma vez que os serviços de radiodifusão sonora têm por objeto a comunicação social, cuja produção e a programação deverão observar os princípios enunciados no art. 221 da Constituição, os concernentes atos de outorgas somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional. Para que se forme essa deliberação, o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - RSR indica [2] a necessidade de envio da portaria do MCOM ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação.

16. Tal situação demonstra que, no tocante aos serviços de radiodifusão sonora, "*o constituinte deu feição de ato administrativo complexo à outorga, na medida em que vinculou a função executiva, mediante o concurso do Ministério das Comunicações e da Presidência da República, e a função legislativa, por força da atuação do Congresso Nacional. Mesmo o Poder Judiciário foi contemplado com um mister específico nesse processo, por efeito do art. 223, § 4º, CF-1988*" [3]. O ato administrativo complexo resulta da manifestação de vontade de dois ou mais órgãos, sejam eles singulares ou colegiados, cuja vontade se funde para formar um ato único. As vontades são homogêneas; resultam de vários órgãos de uma mesma pessoa, ou de entidades públicas distintas, que se fundem para em uma só vontade formar o ato; há identidade de conteúdo e de fins.

17. No caso sob análise, encontram-se presentes os requisitos técnicos e jurídicos, que permitem o envio do ato para o Congresso Nacional, em atendimento ao que preconiza o art. 223, §§ 1º e 3º, da Carta.

18. Por fim, merece registro que eventuais alterações nos documentos e requisitos de habilitação do outorgado, que ocorram durante a tramitação do processo e até que haja a deliberação final que precede a outorga, deverão ser dirimidas pelo próprio Ministério, antes da assinatura do termo que permitirá a produção de efeitos da prestação do serviço de radiodifusão [4]. Caso contrário, a exigência de atualização de documentos e de renovação da comprovação dos requisitos de habilitação, a cada fase de análise do processo de outorga, acabaria por penalizar o administrado, já considerado devidamente habilitado durante a instrução processual no âmbito do Ministério das Comunicações.

19. Aponta-se ainda que eventuais complementações, desatualizações, dúvidas ou omissões porventura existentes quanto à documentação apresentada pelo particular poderão ser dirimidas pelo próprio Ministério, até o momento da assinatura da outorga (após a devida análise pelo Congresso Nacional).

III - CONCLUSÃO

20. Do exposto, relacionado ao processo nº 01250.034232/2018-10, conclui-se que não há óbice jurídico para a expedição da Mensagem ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da Constituição de 1988.

GABRIELA FERREIRA GOMES

Estagiária da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

DANIEL CHRISTIANINI NERY

Assessor da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>



5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549

DE ACORDO.

DANIELA FERREIRA MARQUES

Secretária Adjunta de Infraestrutura

APROVO.

MARIA ROSA GUIMARÃES LOULA

Secretária Especial Adjunta para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

(conforme Portaria SAI/CC/PR nº 9, de 31 de outubro de 2024)

[1] Entende-se por baixa potência o serviço de radiodifusão prestado a comunidade, com potência limitada a um máximo de 25 watts ERP e altura do sistema irradiante não superior a trinta metros. Ainda de acordo com a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, entende-se por cobertura restrita aquela destinada ao atendimento de determinada comunidade de um bairro e/ou vila. Entretanto, as características geográficas da localidade e existência ou inexistência de barreiras (naturais ou construídas) à propagação das ondas pode aumentar ou diminuir a extensão da transmissão.

[2] Vide art. 31 do Decreto nº 52.795/1963.

[3] RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luã. *regime jurídico-constitucional da radiodifusão e das telecomunicações no Brasil em face do conceito de atividades audiovisuais*. Revista de Informação Legislativa, v. 43, n. 170, p. 287-309, abr./jun., 2006.

No mesmo sentido, STJ, no Recurso Especial nº 1.536.976 - SP (2015/0088137-6). Rel. Min. Humberto Martins.

[4] Vide art. 31-A e art. 122, do Decreto nº 52.795/1963.



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela Ferreira Gomes, Estagiário(a)**, em 04/02/2025, às 11:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Christianini Nery, Assessor**, em 06/02/2025, às 16:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Ferreira Marques, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 06/02/2025, às 17:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Rosa Guimarães Loula, Secretário(a) Especial Adjunto(a)**, em 07/02/2025, às 15:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6367886** e o código CRC **A5A4BE4A** no site: https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria Especial de Análise Governamental
Secretaria Adjunta de Infraestrutura e Regulação Econômica
Radiodifusão

Despacho SAG - Radiodifusão Nº 30/2025/RADIODIFUSÃO/SAREC/SAG/CC/PR

PROCESSO SEI Nº: 01250.034232/2018-10.

INTERESSADO: SAJ/CC/PR.

REFERÊNCIA: Exposição de Motivos nº 00660/2023 MCOM MCOM, de 1 de novembro de 2023, do Ministério das Comunicações.

ASSUNTO: Outorga de autorização de serviço de radiodifusão comunitária no município de Brejo Santo/CE.

1. Trata-se da análise de mérito da Exposição de Motivos nº 00660/2023 MCOM (4777482), que submete à apreciação da Presidência da República o Processo Administrativo nº 01250.034232/2018-10, acompanhado da [Portaria nº 4.363, de 12 de fevereiro de 2022](#), que outorga a autorização do Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, no município de Brejo Santo, estado do Ceará, sem direito à exclusividade, para a Associação de Radiodifusão Comunitária da Lagoa do Matão inscrita no CNPJ sob o nº 30.635.962/0001-88, de acordo com disposto na [Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998](#), e no Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária^[1].
2. Conforme o disposto no inciso II do art. 9º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão Comunitária, compete ao Ministério das Comunicações expedir ato de autorização para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária. Menciona-se, ainda, que a permissão ora outorgada reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares, conforme destacado na portaria de outorga.
3. No presente processo, encontram-se registrados os seguintes documentos principais:
 - Parecer Jurídico nº 00041/2020/CONJUR-MCOM/CGU/AG de 30/09/2020 (4777486), que se posiciona pela viabilidade jurídica do pedido de outorga de autorização, desde que observado o atendimento de orientações quanto à conformidade do processo apontadas no próprio parecer.
 - Despacho, de 13/12/2021 (3338895), da então da então Secretaria de Radiodifusão (SERAD/MCOM)^[2], que registra que registra que o processo atende as ressalvas apontadas no parecer jurídico.
 - Nota Técnica nº 11158/2020/SEI-MCTIC, de 10/09/2020 (4777497), da então SERAD/MCTIC, ratificada pela EM 00660/2023 MCOM (4777482), que: (i) registra, no item 4, que a documentação apresentada está em conformidade com o disposto na legislação; e (ii) se posiciona pela viabilidade do deferimento do pedido de outorga de autorização, nos termos do art. 6º da Lei nº 9.612, de 1998, e dos arts. 19 e 20 do Decreto nº 2.615, de 1998.
4. Observa-se, ainda, que os registros administrativos da entidade devem ser mantidos no [Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD](#)^[3], da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, que disponibiliza acesso aos dados do canal (3742297).
5. Por sua vez, por meio da base de dados do CNPJ da Receita Federal do Brasil, é possível consultar o [Quadro de Sócios e Administradores - QSA](#) da empresa, que, no caso concreto, traz a seguinte descrição:



Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	30.635.962/0001-88
NOME EMPRESARIAL:	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DA LAGOA DO MATO
CAPITAL SOCIAL:	

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	PEDRO FERREIRA DA SILVA
Qualificação:	16-Presidente

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 28/02/2025 às 14:37 (data e hora de Brasília).

6. Nesse sentido, considerando (i) que as manifestações dos órgãos técnico e jurídico do MCOM são favoráveis ao pedido de outorga de autorização; (ii) que a documentação apresentada foi verificada pelo MCOM e está em conformidade com o disposto na legislação; (iii) que a documentação probatória da manutenção da regularidade deverá ser reapresentada por ocasião da assinatura do respectivo contrato de autorização do serviço de radiodifusão comunitária; e (iv) que a atualização dos registros administrativos sob responsabilidade do MCOM não impede a continuidade do processo, esta Secretaria Especial de Análise Governamental da Presidência da República (SAG/CC/PR) **não tem óbices ao prosseguimento do feito**, em conformidade com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão^[4].

7. Por fim, com o intuito de dar sequência ao fluxo previsto no [art. § 3º do art. 223 da Constituição Federal](#), sugere-se o envio do presente processo à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República (SAJ/CC/PR), para emitir manifestação final quanto à constitucionalidade, à legalidade e à compatibilidade com o ordenamento jurídico, nos termos do art. 26 do [Decreto nº 11.329, de 1º de janeiro de 2023](#), c/c art. 49 do [Decreto nº 12.002, de 22 de abril de 2024](#).

À consideração superior.

Brasília, na data da assinatura.

JEFFERSON MILTON MARINHO
Assessor
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

De acordo. Encaminhe-se ao Secretário Especial de Análise Governamental.

Brasília, na data da assinatura.

BRUNO DE CARVALHO DUARTE
Secretário Adjunto de Infraestrutura e Regulação Econômica - SAREC
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

Aprovo. Encaminhe-se à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos desta Casa Civil para a adoção das providências cabíveis.

Brasília, na data da assinatura.

BRUNO MORETTI
Secretário Especial de Análise Governamental
(SAG/CC/PR)

[1] Aprovado pelo [Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998](#).
[2] Sucetida pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica do Ministério das Comunicações (SECOE/MCOM), conform[Decreto nº 11.335, de 1º de janeiro de 2023](#).
[3] O [Sistema de Controle de Radiodifusão \(SRD\)](#) é utilizado para manutenção de cadastros de estações de radiodifusão. Os únicos serviços cuja atualização permanece ininterrupta pela ferramenta são Ondas Curtas (OC), Ondas Tropicais (OT) e Radiodifusão Comunitária (RADCOM).
[4] Aprovado pelo [Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#).





Documento assinado eletronicamente por **Jefferson Milton Marinho, Assessor(a)**, em 10/04/2025, às 16:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno de Carvalho Duarte, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 10/04/2025, às 16:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Moretti, Secretário(a) Especial**, em 11/04/2025, às 18:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6418995** e o código CRC **EBFAD672** no site: https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 01250.034232/2018-10

SEI nº 6418995

Palácio do Planalto, 4º andar, Sala 414. — Telefone: 61 3411.1958

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549>

5861dc5f-7f0e-4bcb-b6b0-90511fb22549